



UNIFEOB
CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO DE ENSINO
OCTÁVIO BASTOS
ESCOLA DE NEGÓCIOS ONLINE
CIÊNCIAS CONTÁBEIS

PROJETO INTEGRADO
RELATÓRIOS DE AUDITORIA E PERÍCIA
CONTÁBIL

SÃO JOÃO DA BOA VISTA, SP

ABRIL, 2021

UNIFEOB

CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO DE ENSINO
OCTÁVIO BASTOS

ESCOLA DE NEGÓCIOS ONLINE

CIÊNCIAS CONTÁBEIS

PROJETO INTEGRADO

**RELATÓRIOS DE AUDITORIA E PERÍCIA
CONTÁBIL**

MÓDULO AUDITORIA E PERÍCIA CONTÁBIL

AUDITORIA CONTÁBIL - PROF. PAULO CÉSAR MONTANHEIRO

PERÍCIA E ARBITRAGEM CONTÁBIL - PROF. PAULO CÉSAR
MONTANHEIRO

ESTUDANTES:

JULIANA ROBERTA DE SOUZA, RA 18000011

JULIANA MUNHOZ ZUCHERATO, RA 1012018200426

NEWKELLY CARLA SILVA, RA 18000881

RONALDO PANCIELI PETERNUCI RA 18000868

SÃO JOÃO DA BOA VISTA, SP

ABRIL, 2021

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	3
2. PROJETO INTEGRADO	5
2.1 AUDITORIA CONTÁBIL	5
2.1.1 RELATÓRIO DA AUDITORIA INDEPENDENTE	5
2.1.2 RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTE SOBRE AS D.C.	9
2.1.3 CASO REAL DE UM RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS D.C.	16
2.2 PERÍCIA E ARBITRAGEM CONTÁBIL	23
2.2.1 ESTRUTURA DO LAUDO PERICIAL CONTÁBIL	23
2.2.2 MEDIAÇÃO, CONCILIAÇÃO E ARBITRAGEM CONTÁBIL	25
3. CONCLUSÃO	29
REFERÊNCIAS	30
ANEXOS	32

1. INTRODUÇÃO

A crise econômica é a porta de entrada para as renovações empresariais, visto que em tempo de crise, melhorias contínuas são a esperança para o suspiro em meio ao cenário caótico. Percebe-se que a controladoria empresarial é a fonte de fundamentos em que se podem basear as decisões organizacionais sejam elas financeiras, administrativas ou ainda operacionais.

Desta visão de controladoria geral, surge à necessidade de aplicação da auditoria contábil, que se resume na verificação física e sistemática dos componentes da fábrica, sejam estes quanto a dinheiro, quanto à matéria, quanto a produto final, todos vistos da perspectiva contábil para quantificação de custos, gastos ou qualquer aspecto necessário para a ação decisória consciente da equipe gerencial.

Sendo assim, a auditoria é uma certeza numérica que fundamenta as decisões organizacionais que reduzem o risco de prejuízo nas ações tomadas para a melhoria contínua da empresa. Sendo assim, compreende-se que a auditoria contábil é uma das ferramentas que devem ser instaladas no ambiente empresarial em meio à crise mundial presente no mercado financeiro.

Além da auditoria, a contabilidade oferece ao contador várias vertentes de atuação, sendo uma das a Perícia Contábil e Arbitragem na resolução de problemas. A Perícia Contábil utiliza os serviços de um contador, registrado no Conselho Regional de Contabilidade e inserido no mercado judicial como Perito Contábil, para resolução de problemas que saem da competência do direito, sendo instrumento de resoluções de ações judiciais, através de investigações, exames, diligências, avaliações e indagações.

Neste projeto o objetivo é realizar uma análise teórica sobre a estrutura do relatório de auditoria independente, além disso, comentar a analisar os itens e seções da estrutura do relatório de auditores independentes sobre as Demonstrações Contábeis sem modificação, além disso, analisar o relatório de

uma empresa real quanto à estrutura, o tipo e se está de acordo com a NBC TA 700. Sendo escolhida, em comum acordo entre a equipe, a empresa Itaú Unibanco Holding S.A para a realização das análises.

Também será abordado neste projeto como é a estrutura de um laudo pericial contábil e a diferenciação dos processos de mediação, conciliação e arbitragem contábil. Assim, esse projeto de pesquisa contribui para o complemento de forma prática e teórica das unidades curriculares estudadas neste trimestre.

2. PROJETO INTEGRADO

2.1 AUDITORIA CONTÁBIL

2.1.1 RELATÓRIO DA AUDITORIA INDEPENDENTE

A finalidade principal de um relatório de auditoria é a de transmitir as informações coletadas no decorrer do trabalho, as observações feitas pela auditoria, além de apresentar as possíveis sugestões de melhorias em relação aos processos atuais. Devido à demonstração da opinião do auditor independente sobre as demonstrações contábeis, da condição financeira e patrimonial e das responsabilidades da administração da empresa auditada, o relatório de auditoria deve ser redigido com cuidado e ser de fácil compreensão.

De acordo com a NBC TA 700 – Formação da Opinião e Emissão do Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis, aprovada pela resolução do CFC nº 1.231/09 de 27 de novembro de 2009, define que “para formar essa opinião, o auditor deve concluir se obteve segurança razoável sobre se as demonstrações contábeis tomadas em conjunto não apresentam distorções relevantes, independentemente se causadas por fraude ou erro.” (CFC, 2009).

Ainda de acordo com a NBC TA 700, as demonstrações contábeis devem ser elaboradas seguindo alguns requisitos que o auditor independente deve ponderar:

13: a) as demonstrações contábeis divulgam adequadamente as práticas contábeis selecionadas e aplicadas; b) as práticas contábeis selecionadas e aplicadas são consistentes com a estrutura de relatório financeiro aplicável e são apropriadas; c) as estimativas contábeis feitas pela administração são razoáveis; d) as informações apresentadas nas demonstrações contábeis são relevantes, confiáveis, comparáveis e compreensíveis; e) as demonstrações contábeis fornecem divulgações adequadas para permitir que os usuários previstos entendam o efeito de transações e eventos relevantes sobre as informações incluídas nas demonstrações contábeis; f) a terminologia usada nas demonstrações contábeis, incluindo o título de cada demonstração contábil, é apropriada (CFC – NBC TA 700, 2009).

Sendo assim, o auditor após avaliar se as demonstrações contábeis estão feitas de forma adequada, deve analisar também toda a estrutura, conteúdo e as notas explicativas, fazendo com que a opinião do auditor independente seja estruturada e emitida de forma modificada ou não modificada, elaborando um relatório da auditoria independente refletindo com veracidade e de forma criteriosa as informações da situação financeira e patrimonial da empresa auditada.

Para a opinião não modificada, o auditor a expressa quando conclui que, em todos os aspectos relevantes, a elaboração das demonstrações contábeis obedecem a estrutura do relatório financeiro não aplicável (CFC - NBC TA 700, 2009).

O auditor independente deve emitir relatório com a opinião modificada de acordo com as situações descritas pela NBC TA 705 - Modificações na Opinião do Auditor Independente, aprovada pela resolução do CFC nº 1.232/09, de 27 de novembro de 2009:

- a) concluir, com base em evidência de auditoria obtida, que as demonstrações contábeis tomadas em conjunto apresentam distorções relevantes; ou
- b) não conseguir obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para concluir se as demonstrações contábeis tomadas em conjunto não apresentam distorções relevantes (CFC – NBC TA 705, 2009).

Para elaboração do relatório de auditoria, este deve ser escrito, de forma impressa ou enviada por meio eletrônico, deve obedecer a estrutura determinada pela NBC TA 700 – Formação da Opinião e Emissão do Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis, aprovada pela resolução do CFC nº 1.231/09 de 27 de novembro de 2009, devendo ter título, destinatário, parágrafo introdutório, responsabilidades da administração sobre as demonstrações contábeis, responsabilidade do auditor, opinião do auditor, endereço do auditor independente, data do relatório do auditor independente, nome do auditor, números de registro no CRC da firma de auditoria e do profissional que assina o relatório e assinatura do auditor.

Para formar sua opinião, o auditor pode utilizar de três tipos de opinião modificada, sendo: opinião com ressalva, sem ressalva, adversa e abstenção

de opinião. De acordo com a NBC TA 705, resolução do CFC nº 1.232/09 de 27 de novembro de 2009 o tipo deve ser escolhido conforme:

- (a) natureza do assunto que deu origem à modificação, ou seja, se as demonstrações contábeis apresentam distorção relevante ou, no caso de impossibilidade de obter evidência de auditoria apropriada e suficiente, podem apresentar distorção relevante; e
- (b) opinião do auditor sobre a disseminação dos efeitos ou possíveis efeitos do assunto sobre as demonstrações contábeis.

Para a opinião sem ressalvas, ou opinião não modificada, o auditor utiliza na íntegra todas as informações das demonstrações contábeis, ou seja, o auditor verifica que as demonstrações contábeis estão de acordo com a estrutura do relatório financeiro, devendo conter as seguintes frases, conforme a NBC TA 700:

- (a) as demonstrações contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, de acordo com [a estrutura de relatório financeiro aplicável]; ou
- (b) as demonstrações contábeis apresentam uma visão correta e adequada de acordo com a estrutura de relatório financeiro aplicável (CFC - NBC TA 700, 2009).

Já a opinião com ressalvas é feita quando o auditor conclui que as demonstrações contábeis possuem itens que não estão de acordo com a estrutura do relatório financeiro, ou seja, possui distorções relevantes nas demonstrações contábeis, podendo trazer prejuízo para a empresa auditada.

Seguindo a NBC TA 705, deve especificar, no parágrafo de opinião, uma das seguintes frases, iniciadas por “em sua opinião, exceto pelos efeitos do(s) assunto (s) descrito(s) no parágrafo sobre a base para opinião com ressalva”:

- (a) as demonstrações contábeis estão apresentadas adequadamente, em todos os aspectos relevantes (ou apresentam uma visão verdadeira e justa), de acordo com a estrutura de relatório financeiro aplicável quando o relatório é emitido de acordo com uma estrutura que tem como objetivo a apresentação adequada das demonstrações contábeis; ou
- (b) as demonstrações contábeis foram elaboradas adequadamente, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a estrutura de relatório financeiro aplicável quando o relatório é emitido de acordo com uma estrutura de conformidade (CFC - NBC TA 705, 2009).

A opinião adversa é emitida quando o auditor identificar irregularidades que sejam relevantes, de forma isolada ou em conjunto, que comprometem o conjunto das demonstrações contábeis, diferenciando da opinião com ressalva

pela grandeza do prejuízo causado na empresa pela irregularidade encontrada, comprometendo a situação patrimonial, financeira e os resultados das operações da empresa (CFC, NBC TA 705, 2009).

No parecer deve explicitar no parágrafo de opinião as seguintes frases, iniciadas por “em sua opinião, devido à relevância do(s) assunto (s) descrito(s) no parágrafo sobre a base para opinião adversa”:

- (a) as demonstrações contábeis não estão apresentadas adequadamente (ou não apresentam uma visão verdadeira e justa), de acordo com a estrutura de relatório financeiro aplicável quando o relatório é emitido de acordo com uma estrutura que tem como objetivo a apresentação adequada; ou
- (b) as demonstrações contábeis não foram elaboradas adequadamente, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a estrutura de relatório financeiro aplicável quando o relatório é emitido de acordo com a estrutura de conformidade (CFC - NBC TA 705, 2009).

Para a opinião sem parecer ou abstenção o auditor possui incertezas, e não consegue evidências que a auditoria seja apropriada e suficiente para concluir os efeitos das distorções não encontradas e caso não consiga evidências apropriadas e suficientes para a auditoria, o auditor deve:

- (a) se ele concluir que os possíveis efeitos de distorções não detectadas, se houver, sobre as demonstrações contábeis poderiam ser relevantes, mas não generalizados, o auditor deve emitir uma opinião com ressalva; ou
- (b) se ele concluir que os possíveis efeitos de distorções não detectadas, se houver, sobre as demonstrações contábeis poderiam ser relevantes e generalizados de modo que uma ressalva na opinião seria não adequada para comunicar a gravidade da situação, o auditor deve:
 - (i) renunciar ao trabalho de auditoria, quando praticável e possível de acordo com as leis ou regulamentos aplicáveis; ou
 - (ii) se a renúncia ao trabalho de auditoria antes da emissão do seu relatório de auditoria independente não for viável ou possível, abster-se de expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis (CFC - NBC TA 705, 2009)

Em alguns casos, se o auditor achar necessário dar ênfase para alguma informação após formar sua opinião sobre as demonstrações contábeis, o mesmo deverá incluir o parágrafo de ênfase ou parágrafo de outros assuntos, que têm como objetivo o melhor entendimento das informações contidas no relatório do auditor, fazendo com que a opinião do auditor sobre as demonstrações contábeis não sofram influências caso esses parágrafos forem adicionados ao relatório de auditoria (CFC, NBC TA 706, 2009).

Seguindo a NBC TA 706 – Parágrafos de Ênfase e Parágrafos de Outros Assuntos no Relatório do Auditor Independente, aprovada pela resolução do CFC nº 1.233 de 27 de novembro de 2009, tem-se que o parágrafo de ênfase é um parágrafo que exprime um assunto já abordado ou divulgado nas demonstrações contábeis e o parágrafo de outros assuntos refere-se a assuntos que não foram incluídos ou divulgados nas demonstrações contábeis.

Para a inclusão de um parágrafo de ênfase no relatório o auditor deve:

- (a) incluí-lo imediatamente após o parágrafo de opinião no relatório do auditor;
- (b) usar o título “Ênfase” ou outro título apropriado;
- (c) incluir no parágrafo uma referência clara ao assunto enfatizado e à nota explicativa que descreva de forma completa o assunto nas demonstrações contábeis; e
- (d) indicar que a opinião do auditor não se modifica no que diz respeito ao assunto enfatizado (CFC, NBC TA 706, 2009).

2.1.2 RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTE SOBRE AS D.C.

- 1) **“Título” Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis consolidadas**
- 2) **“Destinatário” - indicando a quem é dirigido: Ao Conselho de Administração e Acionistas Itaú Unibanco Holding S.A.**
- 3) **“Opinião” 3.a.I - Opinião sem modificação (apresentam adequadamente) - com parágrafo de outros assuntos (vide o item 12, o qual aborda sobre o contexto de outros assuntos a auditoria do DVA).**

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas do 3.b.I Itaú Unibanco Holding S.A. ("Banco") e suas controladas, que compreendem o 3.b.III balanço patrimonial consolidado em 3.b.II 31 de dezembro de 2020 e as respectivas 3.b.III demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o

exercício findo nessa data, bem como as correspondentes 3.b.III **notas explicativas**, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, **as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas** 3.a.i **apresentam adequadamente** (trata-se do item 3.a.i - expressão Opinião sem Modificação ou Limpo) **, em todos os aspectos relevantes**, a posição patrimonial e financeira do Itaú Unibanco Holding S.A. e suas controladas em **31 de dezembro de 2020**, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

4) Seção Base para opinião

Nossa auditoria 4.a **foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria**. 4.b **Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas"**. 4.c **Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas**, 4.d **de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas**. 4.e **Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião**.

5) Seção continuidade operacional (não se aplica)

6) Seção Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício de 2020. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Nossa auditoria do exercício de 2020 foi planejada e executada considerando que 6.a as operações do Banco e suas controladas não apresentaram modificações significativas em relação ao ano anterior, exceto quanto aos impactos decorrentes da pandemia da COVID-19 nas operações. Nesse contexto, os Principais Assuntos de Auditoria mantiveram-se substancialmente alinhados àqueles do exercício de 2019, porém incorporando à nossa abordagem de auditoria procedimentos em resposta ao cenário atual das operações.

7) Seção Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis consolidadas e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. 7.a Não temos nada a relatar a este respeito.

8) Seção da Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis consolidadas

8.a A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e 8.a.II pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

8.a.I Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, 8.b a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

8.c Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

9) Seção da Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas

9.a.I Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

9.a.II Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

9.a.III As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

9.b Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

9.b.I Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de

distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

9.b.II Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.

9.b.III Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

9.b.IV Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.

9.b.V Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas.

9.c Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

9.c.I Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria, das

constatações relevantes de auditoria e, quando eventualmente identificadas durante nossos trabalhos, as deficiências significativas nos controles internos.

9.c.II Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

9.c.III Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2020 e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

9.c.IV Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

10) **“Nome da empresa de auditoria”** - PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes CRC 2SP000160/O-5

10) **“Nome do contador”** - Emerson Laerte da Silva Contador CRC 1SP171089/O-3

11) **“Endereço do auditor independente e data do RAI s DC”** - São Paulo, 1º de fevereiro de 2021.

12) “Parágrafo de outros assuntos” Outros assuntos

12) Demonstração consolidada do valor adicionado (trata-se do DVA que foi submetido a auditoria)

A demonstração consolidada do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da Administração do Banco e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis consolidadas do Banco.

Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, 12) em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto (DVA foi elaborado adequadamente e é consistente às demonstrações contábeis).

13) "Anormalidade na Publicação"

Não foi identificado no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis os nomes dos responsáveis pela administração da empresa, o qual deveria ser identificado na seção da responsabilidade pelas demonstrações contábeis (item 8.d). Desta forma, em observância a tal informação serão apontados abaixo os nomes e cargos dos representantes e contador do Itaú Unibanco Holding S.A.

8.d) DIRETORIA

Diretor Presidente: Caio Ibrahim David;

Diretores Executivos: Christian George Egan; Flavio Augusto Aguiar de Souza; Luís Eduardo Gross Siqueira Cunha.

Diretores: Andre Balestrin Cestare; Badi Maani Shaikhzadeh; Bruno Bianchi; Carlos Augusto Salamonde; Carlos Fernando Rossi Constantini; Carlos Henrique Donegá Aidar; Cristiano Guimarães Duarte; (1) Danilo Aleixo Caffaro; Eduardo Hiroyuki Miyaki; Eric André Altafim; Felipe Weil Wilberg; Gabriel Guedes Pinto Teixeira; Gilberto Frussa; Marcos Alexandre Pina Cavagnoli; Matias Granata; Pedro Barros Barreto Fernandes; Ricardo Nuno Delgado Gonçalves; Roderick Sinclair Greenlees; Rodrigo Luís Rosa Couto; Sergio Mychkis Goldstein; e Vanessa Lopes Reisner.

(1) Eleito na AGE de 01/07/2020, homologada pelo BACEN em 04/08/2020

8.d) Contador: Arnaldo Alves dos Santos CRC 1SP210058/O-3

2.1.3 CASO REAL DE UM RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS D.C.

Nessa parte do projeto, será disponibilizado em Anexo o relatório de auditoria independente sobre as demonstrações contábeis do exercício de 2020 realizada na empresa eleita neste trabalho – ITAÚ UNIBANCO HOLDING S/A.

O relatório é o documento que tem por objetivo informar o resultado dos trabalhos executados, bem como apontar recomendações de melhoria em determinados processos que apresentaram não-conformidades, de acordo com o programa previamente planejado (FRANCO; MARRA, 2001).

O relatório de auditoria consiste na última etapa a ser cumprida pelo auditor, após ter empregadas todas as técnicas, aplicado às normas e haver sistematizado sua auditoria em papéis de trabalho. É na correta elaboração do relatório que o auditor irá levar à administração de uma entidade o produto do seu trabalho (FRANCO; MARRA, 2001).

O relatório de auditoria tem por finalidade proporcionar ao leitor uma interpretação cristalina sobre como andam as operações, controles e registros da empresa. Deve-se ter em mente que a pessoa que irá ler o relatório, às vezes deposita expectativas demasiadas em relação ao trabalho executado pelo auditor, como se no relatório estivessem apontadas todas as soluções dos problemas da empresa (FRANCO; MARRA, 2001).

Não se pode olvidar, ainda, de que algumas vezes o leitor do relatório não possui conhecimentos específicos sobre o que está descrito, de tal maneira que o relatório deve ser redigido sempre com a finalidade de ser uma informação auto explicativa, sem a necessidade de haver uma pessoa como “tradutor” daquilo que está escrito (FRANCO; MARRA, 2001).

O desenvolvimento do trabalho deste profissional - auditor externo ou independente, dentro de uma empresa é interessante especialmente aos executivos das empresas, já que eles não conseguem supervisionar todas as ações praticadas pelos colaboradores. Os investidores também se beneficiam

com empresas nas quais são efetuadas auditorias, já que eles não têm parte ativa na administração (FRANCO; MARRA, 2001).

A contratação de uma empresa de auditoria independente traz benefícios para a entidade. Um dos benefícios é para os investidores, que não teriam interesse em fazer aplicações em um negócio que não demonstrasse confiabilidade nas suas informações financeiras e contábeis. A auditoria independente busca examinar tais dados, como forma de garantir a eficácia na execução de recursos (FRANCO; MARRA, 2001).

Nesse contexto, as sociedades anônimas de capital aberto – como é o caso da empresa eleita neste projeto – a legislação determina que devam ser auditadas por auditores independentes registrados na CVM – Comissão de Valores Mobiliários (BRASIL, 1976).

É por meio do relatório que o auditor destaca sua opinião, em concordância com as normas de auditoria e depois de todo o trabalho de campo.

Como abordado no tópico 2.1.1 deste relatório, existem quatro tipos de relatórios que o auditor pode elaborar: parecer sem ressalvas, parecer com ressalvas, parecer adverso e parecer com abstenção de opinião. No caso da empresa eleita neste projeto, o tipo de relatório identificado é o parecer sem ressalva ou "limpo", de modo que a opinião expressada pelo auditor conclui que as demonstrações contábeis foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a estrutura do relatório financeiro aplicável.

Um relatório de auditoria deve ter a seguinte estrutura: a) Deve ser direcionado para a diretoria e para o responsável pela área auditada; b) Deve indicar a empresa examinada, se for um grupo econômico com mais de uma empresa; c) Deve identificar a área auditada, os objetivos, os períodos examinados e conclusões a que se chegou; d) Deve propor melhorias e sugestões em processos detectados que apresentam não-conformidades; e) Deve contemplar, se for o caso, processos de uma área não examinados, informando os motivos pela não-execução dos trabalhos; e f) Deve ser assinado pelo especialista responsável pelos trabalhos (SÁ, 2002).

O parecer do auditor possui quatro parágrafos: **Primeiro parágrafo:** aponta as demonstrações contábeis, determina e referencia a finalidade do trabalho e a maneira como ele foi desenvolvido. Este parágrafo é nomeado de introdutório. Nele, o auditor aponta a finalidade do trabalho – ou seja, as demonstrações contábeis que estão em exame e que são comparadas com dados dos últimos dois anos –, bem como a empresa a que o auditor está se referindo. O auditor adquire o compromisso de dar sua opinião referente à representatividade e à apropriação das demonstrações cedidas para exame. Se não concordar com as mesmas, precisa deixar esse fato claro no seu parecer (SÁ, 2002).

Segundo parágrafo: define a responsabilidade adquirida pela administração da entidade, a metodologia e o modo como elas foram desenvolvidas. As demonstrações contábeis representam um produto que depende de normas, avaliação, uniformização e acumulação que precisam ser autorizadas pela administração da empresa. O modo pelo qual as transações repetitivas são acumuladas depende de normas e métodos bem determinados que pertencem ao controle interno e também fazem parte dos compromissos da administração (SÁ, 2002).

Terceiro parágrafo: estabelece a responsabilidade, a abordagem do trabalho de auditoria e a maneira como o trabalho foi conduzido e apresentado. Esse é denominado de parágrafo de extensão do trabalho do auditor e referenciado especialmente pelo cumprimento às normas de auditoria, codificadas pelas Normas Brasileiras de Contabilidade (NBCT 11) (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 1997) e por meio de Resoluções do CFC. Esse parágrafo remete por meio de informações sintéticas aos trabalhos de auditoria efetuados e que estão apresentados detalhadamente nos papéis de trabalho do auditor. O seu conteúdo faz referência aos exames de amostras efetuados que, de acordo com o auditor, foram satisfatórios para confirmar a totalidade dos dados apresentados nas demonstrações contábeis, por meio dos critérios e medidas adequadas (SÁ, 2002).

Quarto parágrafo: quando o trabalho de auditoria chega ao fim, é preciso concluí-lo, estabelecendo a opinião do auditor referente ao trabalho desenvolvido. Este é definido como parágrafo da opinião do auditor sobre as demonstrações contábeis que foram examinadas e discriminadas no primeiro parágrafo do parecer (SÁ, 2002).

Através desse relatório, o auditor informa à direção da empresa, sócios, investidores e demais interessados nas informações contábeis, de forma clara e objetiva, se as informações registradas estão de acordo com os fatos apurados. A principal contribuição da auditoria é a sua opinião, orientação e sugestões de aprimoramento, dando credibilidade à informação ou ao processo auditado.

Sendo assim, o parecer de auditoria segue um determinado padrão quanto à forma e ao conteúdo, facilitando o entendimento de qualquer leitor interessado. Alguns dados básicos devem ser considerados, segundo as normas de auditoria (SÁ, 2002):

- Título;
- Destinatário;
- Identificação Das Demonstrações Contábeis Auditadas;
- Definição De Responsabilidade;
- Referências Às Normas De Auditoria;
- Expressão Ou Negativa De Parecer Sobre As Demonstrações Contábeis;
- Assinatura;
- Data Do Relatório;

O auditor deve expor de forma clara e escrita para a administração da empresa auditada qualquer fraude ou erro que tenha sido detectado durante as atividades de auditoria. Isso se deve ao fato de ter responsabilidade civil e criminal sobre as informações passadas (SÁ, 2002).

Em geral, a auditoria tem como objetivo buscar a veracidade das informações apresentadas nas demonstrações contábeis, apontar fraudes ou omissões, se houver. Esse procedimento evita comprometer a empresa com

multas, penalidades fiscais ou perda de credibilidade pelos seus acionistas (SÁ, 2002).

O objeto da auditoria é todo o controle que a empresa possui sobre o seu patrimônio, como registros contábeis, demonstrações financeiras, papéis, planilhas, arquivos e anotações diversas. Informações não documentadas também podem ser utilizadas, desde que sejam seguras pelas evidências ou por indícios convincentes (SÁ, 2002).

A confiabilidade da opinião do auditor se baseia em fatos comprobatórios, sejam eles documentos físicos ou eletrônicos. A informação não documentada se vale da credibilidade da pessoa que a passou. E ao constatar as fraquezas, o auditor elabora um papel de trabalho, identificando as deficiências encontradas, e sugere melhorias para os pontos evidenciados. Tais itens são chamados de pontos de recomendação e serão usados como base para a elaboração do relatório formal direcionado para a companhia auditada (SÁ, 2002).

Quando uma fraude é detectada, a auditoria pode contribuir dando sugestões de novos procedimentos para o controle interno, para evitar que a situação se repita. A função de auditor não deve ser desviada para resolver um problema emergente, pois outras áreas de risco podem ficar sem verificação.

A Resolução CFC nº 1.231/09 (CFC - NBC TA 700, 2009) traz definições a respeito do parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis. Essa mesma resolução aprovou a NBC TA 700 – Formação da Opinião e Emissão do Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis.

A NBC TA 700 favorece a credibilidade no relatório do auditor independente, ou seja, quando a auditoria for dirigida em conformidade com as normas do setor, de modo consistente com as normas internacionais, se tem por consequência a credibilidade no mercado global. Isso faz com que as auditorias que foram conduzidas conforme as normas reconhecidas mundialmente sejam compreendidas pelos usuários e com que situações não usuais sejam reconhecidas quando ocorrem (CFC - NBC TA 700, 2009).

A NBC TA 700 dispõe acerca das normas ou “regras” que devem ser seguidas para a formação da opinião e emissão do relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis de uma empresa (CFC - NBC TA 700, 2009).

No caso da empresa eleita neste projeto, desde janeiro de 2010, o Banco ITAÚ prepara suas demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro – o *International Financial Reporting Standards* (FRS). As demonstrações contábeis consolidadas são auditadas pela *Pricewaterhousecoopers Auditores Independentes*, CRC 2SP000160/O-5, uma empresa de auditoria independente, conforme declarado no relatório incluído em Anexos neste PI.

Pela análise feita no relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis consolidadas do Banco Itaú, no campo “Opinião”, destaca-se a conclusão: “Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Itaú Unibanco Holding S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2020, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)”.

Do mesmo modo, no campo “Base para Opinião”, depreende-se: “Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas”. Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião”.

Assim, diante da análise supra verifica-se que o relatório de auditoria independente sobre as demonstrações contábeis do exercício de 2020 da empresa escolhida neste projeto, ITAÚ UNIBANCO HOLDING S/A., está de acordo com NBC TA 700, pois cumpre todos os requisitos indispensáveis para a correta elaboração de um relatório de auditoria independente, merecendo destaque para: exposição dos objetivos do auditor; formação da opinião sobre as demonstrações contábeis; apresentação da estrutura exigida para a correta elaboração do relatório de auditor; bem como faz o embasamento dos fatos e sua conclusão nas demonstrações contábeis apresentadas pela empresa auditada, o que permite concluir pela credibilidade da auditoria aplicada.

2.2 PERÍCIA E ARBITRAGEM CONTÁBIL

2.2.1 ESTRUTURA DO LAUDO PERICIAL CONTÁBIL

Conforme a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TP 01 (R1) de 19/03/2020 dispõe que após os trabalhos periciais o perito deve apresentar o laudo pericial contábil. O laudo pericial contábil é um documento escrito, que deve registrar de forma ampla o conteúdo da perícia e especificar as questões que envolvem seu objetivo e as buscas de componentes de provas necessários para a conclusão do seu trabalho (CFC - NBC TP 01, 2020).

A NBC TP 01 (R1) estabelece que o laudo pericial contábil efetuado em matéria contábil só poderá ser executado por contador habilitado e devidamente registrado em Conselho Regional de Contabilidade (CFC - NBC TP 01, 2020).

O perito deve ter conhecimento amplo na legislação e contabilidade, o laudo deve ser desenvolvido de forma clara e objetiva, ter um rigor científico, concisão e argumentações com clareza, têm por limite os próprios objetivos da perícia deferida ou contratada. O laudo é uma parte fundamental para o magistrado definir um processo, nesse sentido o conteúdo do laudo deve seguir de acordo com a NBC TP 01 e a NBC-TP 01.

De acordo com o artigo 473 da Lei nº 13.105 de 16 de Março de 2015, o laudo pericial deve conter (BRASIL, 2015):

- a exposição do objeto da perícia;
- a análise técnica ou científica realizada pelo perito;

- a indicação do método utilizado, esclarecendo-o e demonstrando ser predominantemente aceito pelos especialistas da área do conhecimento da qual se originou;
- resposta conclusiva a todos os quesitos apresentados pelo juiz, pelas partes e pelo órgão do Ministério Público.

O perito deve apresentar o laudo com uma linguagem simples e de fácil entendimento, apontando como chegou em suas conclusões, não pode de forma alguma expressar sua opinião pessoal. Para que auxilie na formação do laudo o perito e os assistentes técnicos podem obter de vários meios, como ouvir testemunhas, solicitar documentos que estejam em poder das partes, terceiros ou em posse de repartições públicas. No laudo pode ser incluso planilhas, mapas, desenhos entre outros elementos necessários para o esclarecimento da perícia feita (CFC - NBC TP 01, 2020).

Após o perito possuir todos os documentos em mãos, ele iniciará a elaboração do laudo pericial, o item 53 da NBC TP 01 (R1) apresenta uma estrutura de laudo que contém alguns requisitos mínimos que o perito deve seguir. O perito pode elaborar seu próprio laudo, mas sempre dentro dos requisitos mínimos. Abaixo uma estrutura com suas devidas explicações (CFC - NBC TP 01, 2020).

1. Prólogo de encaminhamento;
2. Considerações preliminares;
3. Quesitos;
4. Respostas dos quesitos;
5. Conclusão;
6. Assinatura do perito
7. Anexos
8. Pareceres (caso houver)

1 - Identificação e o pedido de anexação aos autos;

2 – Abertura do processo, identifica as partes envolvidas, objetivo da perícia, nome do juiz que conduz a ação e a vara em que o processo tramita. É indicado também identificar o objetivo da perícia;

3 – São as perguntas formuladas pelas partes envolvidas no processo;

- 4 – As respostas devem estar de acordo com os quesitos que foram formulados pelas partes;
- 5 – É a parte de finalização do laudo pericial, onde evidencia as informações e a conclusão do perito referente ao objeto da perícia;
- 6 – Onde consta os dados do perito, obrigatório constam nome completo e o nº do CRC do profissional;
- 7 – São documentos desenvolvidos pelas partes envolvidas ou por terceiros, com a finalidade de complementar a conclusão do perito;
- 8 – Os pareceres podem ser solicitados a outros especialistas para reforçar a opinião do perito responsável;

Para que o laudo seja de boa qualidade o perito deve se atentar a alguns requisitos na formação do mesmo, como organização do conteúdo, coerência nas respostas dos quesitos, apresentação e estética, assim, podendo obter um laudo de ótima qualidade.

2.2.2 MEDIAÇÃO, CONCILIAÇÃO E ARBITRAGEM CONTÁBIL

Mediação, Conciliação e Arbitragem são alternativas de solução de conflitos, mas não são as mesmas coisas, pois é importante saber quais as diferenças para que se possa entender a aplicação adequada de cada uma em cada caso.

A lei 13.140/2015 relata que o conceito de mediação é uma técnica de negociação na qual um terceiro que é indicado ou aceito pelas partes os ajuda a encontrar uma solução que atenda ambos os lados. A mediação é apontada para situações em que as partes tenham conflitos, que se arrastam no tempo e, geralmente, quando há interesse na continuação da relação entre as partes (BRASIL, 2015-B).

O mediador se dedica a entender a origem do conflito e identificar as necessidades individuais e comuns entre as partes, ele abrange de um papel

primordial de restabelecer a comunicação e assim proporcionar um ambiente para composição das decisões (BRASIL, 2015-B).

Conforme o art. 5º da lei 13.140/2015 dispõe que a mediação deve se orientar pelos seguintes princípios: imparcialidade do mediador, igualdade entre as partes, oralidade. Informalidade, vontade das partes, busca do senso comum, confidencialidade e boa-fé (BRASIL, 2015-B).

A mediação pode acontecer em três instâncias:

- Extrajudicial: os conflitos são resolvidos sem recorrer à justiça;
- Judicial: algumas das etapas acontecem via judiciário;
- Pública: quando uma das partes envolvida é pessoa jurídica de direito público (BRASIL, 2015-B).

A conciliação é bem parecida com a mediação, o conciliador tem o papel de incentivar o acordo concebendo propostas viáveis e esclarecer os riscos de a demanda ser judicializada, a conciliação normalmente se resume em apenas uma sessão, portanto, mais rápida e ágil que a mediação. É mais indicada quando há uma identificação evidente do problema, diferentemente do mediador o conciliador tem a liberdade de sugerir uma solução às partes envolvidas (BRASIL, 2015-B).

No âmbito público, a conciliação e a mediação podem ser vistas sob a perspectiva do acesso à justiça, e, ainda, sob o contexto da Administração Pública. O Código de Processo Civil versa como principal diferença entre o conciliador e mediador a existência ou não de vínculo anterior entre as partes, o conciliador em seu art. 165 § 2º e o mediador no art 165 § 3º (BRASIL, 2015-B).

Vale ressaltar que tanto na mediação quanto na conciliação um perito contábil será o responsável pelos cálculos de todos os valores envolvidos no processo, o perito irá definir os valores a cada parte envolvida, envolvendo valores sobre despesas relativas ao processo até os valores julgados como pagáveis no final das análises.

Mediação e conciliação tem por vantagem resolver o conflito de forma mais ágil, menos onerosa e menos desgastante para as partes envolvidas, a resolução costuma ser mais justa já que os próprios envolvidos a constroem.

Um ponto importante é que a medição pode ser feita via internet ou por meio outro de comunicação, desde que as partes estejam de acordo. Pode ser apontado como uma desvantagem da conciliação que as partes envolvidas não são obrigadas a participar, já a mediação as partes tem por direito também de participar ou não do acordo alcançado (BRASIL, 2015-B).

A arbitragem corresponde no julgamento do litígio por terceiro parcial, que é escolhido pelas partes, que se desenvolve por trâmites mais simples e menos formais que em um processo jurisdicional, ou seja, é um meio privativo de solução de conflitos, os conflitos se referem a direitos patrimoniais e disponíveis. A arbitragem é regulada pela lei nº 9.307 (Brasil, 1996), que foi alterada pela lei nº 13.129/15 (BRASIL, 2015-C).

A lei nº 9.307 (Brasil, 1996), que foi alterada pela lei nº 13.129/15 institui alguns princípios regeadores da arbitragem, que auxiliam para coordenar as condutas que serão observadas, são eles (BRASIL, 2015-C):

- O princípio da boa-fé tem por finalidade impedir que alguma das partes não honre com o pactuado, o princípio determina que as partes ajam com confiança e lealdade;
- O princípio da igualdade, não permite a atribuição de prerrogativa a uma das partes, concedendo-lhes benefícios, de forma alteraria o equilíbrio entre elas, deste modo as partes têm que ter igualdade de oportunidades;
- O princípio do contraditório, as partes têm por direito de saber da ação e todos os atos do processo, deve ser dada a mesmas oportunidades para ambas as partes, que as garantam de se manifestar em relação às provas e documentos necessários;
- O princípio da celeridade, estabelece que o processo tenha uma relação coordenada dos atos tendo o objetivo de finalizar-se no menor tempo possível;
- O princípio da imparcialidade, o árbitro deve proceder em todo momento de forma imparcial, independente, competente, e manter a discricção, ou seja o árbitro deve ser imparcial com as partes envolvidas;

- O princípio do livre convencimento, estabelece que o árbitro deve analisar as provas com prudência, inteligência e ponderação antes de tomar sua decisão.

No art. 13 da lei da arbitragem define que pode ser árbitro qualquer pessoa capaz e que tenha confiança das partes envolvidas, deve ser nomeado pelas partes um ou mais árbitros, sempre deve ser em número ímpar, para caso de empate. Todas as partes envolvidas no processo têm o dever de cooperar e fornecer todo o material necessário para o árbitro chegar ao seu julgamento. Como exemplo, caso o conflito seja por uma obra irregular pode ser árbitro um engenheiro civil, ou seja, o árbitro tem que ter pelo conhecimento na área do processo (BRASIL, 2015-C).

A arbitragem é um método extrajudicial e privado, por se tratar de um mecanismo extrajudicial de solução de conflitos, a atuação estatal só ocorre em caso necessário de utilização da força perante a resistência de uma das partes ou de terceiros. O tempo de duração do processo arbitral depende exclusivamente da cooperação das partes, inclusive na entrega da sentença arbitral, caso as partes não concordem, o prazo para a sentença arbitral é de poucos meses, não chegando a um ano. Vale ressaltar que a sentença arbitral tem as mesmas prerrogativas de uma sentença feita por um juiz (BRASIL, 2015-C).

O custo de um processo na justiça é de alto valor, já no método arbitral os custos são bem inferiores, assim faz com que as partes envolvidas possam arcar e honrar com suas obrigações. Podendo ser ressaltado como vantagens da arbitragem, a rapidez em que a solução do conflito é realizada, a informalidade que significa que as partes podem escolher o árbitro, a confidencialidade, pois o conteúdo fica restrito às partes e o árbitro, irrecorribilidade que é a sentença não passível de recurso, e como vantagem de custo é uma justiça barata. Caso o árbitro escolhido não possua conhecimento técnico na área do processo pode acontecer da decisão ser controversa dentro dos parâmetros legais, isso pode ser uma desvantagem para a arbitragem (BRASIL, 2015-C).

3. CONCLUSÃO

Conclui-se que o presente trabalho trouxe a reflexão sobre a importância do relatório e do parecer da auditoria, principalmente do ponto de vista do usuário desta importante ferramenta de gestão, assunto pouco tratado no meio acadêmico. Foram apresentados os conceitos, finalidades e estruturas para a elaboração de relatórios de auditoria. Ao final, foi analisado o relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis consolidadas do Banco Itaú, empresa escolhida para desenvolver o presente estudo, no qual se destaca as noções, na prática, de toda a matéria aqui tratada.

também, o presente trabalho demonstra como o laudo pericial contábil é uma peça de fundamental importância nas explicações dos fatos, é por meio dele que o juiz compreende as informações referentes à matéria em questão e profere a sentença. Por isso a elaboração do laudo contábil requer uma linguagem simples e objetiva para que os leitores que não conhecem o assunto possam entender o que está escrito, é essencial uma estrutura lógica, possibilitando aos interessados seu entendimento formal e didático.

A escolha por métodos alternativos de solução de conflitos é uma maneira eficiente, rápida e não muito custosa para resolver litígios, além de ser uma maneira de restabelecer e restaurar o diálogo e compreensão entre as partes envolvidas. Além disso, essas soluções ajudam a desobstruir a Justiça.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, **Dispõe sobre as Sociedades por Ações**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404consol.htm>. Acesso dia 02 de abril de 2021.

_____. Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015. **Dispõe sobre Código de Processo Civil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm>. Acesso dia 25 de março de 2021.

_____. B) Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015. **Dispõe sobre a mediação entre particulares como meio de solução de controvérsias e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13140.htm>. Acesso dia 25 de março de 2021.

_____.C) LEI Nº 13.129, DE 26 DE MAIO DE 2015. **Altera a Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, e a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, para ampliar o âmbito de aplicação da arbitragem e dispor sobre a escolha dos árbitros quando as partes recorrem a órgão arbitral, a interrupção da prescrição pela instituição da arbitragem, a concessão de tutelas cautelares e de urgência nos casos de arbitragem, a carta arbitral e a sentença arbitral, e revoga dispositivos da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13129.htm>. Acesso dia 25 de março de 2021.

CFC - **CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE**. Dispõe:

_____.Resolução nº 1.231/09. **NBC TA 700 – Formação da Opinião e Emissão do Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis**. Disponível em: < https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2016/02/NBC_TA_25112015.pdf>. Acesso em 08 de abril de 2021.

_____.Resolução nº 1.232/09. **NBC TA 705 – Modificações na Opinião do Auditor Independente**. Disponível em: < https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2016/02/NBC_TA_25112015.pdf>. Acesso em 08 de abril de 2021.

_____. Resolução nº. 1.233/09. **NBC TA 706 – Parágrafos de Ênfase e Parágrafos de Outros Assuntos no Relatório do Auditor Independente**. Disponível em: < https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2016/02/NBC_TA_25112015.pdf>. Acesso em 08 de abril de 2021.

____.NBC TP 01 (R1) de 19 de março de 2020. **Perícia Contábil. Disponível em:**

<https://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?codigo=2015/NBCTP01
https://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?codigo=2015/NBCTP01>
. Acesso dia 25 de março de 2021.

FRANCO, H.; MARRA, E.. **Auditoria Contábil**, 4ª Edição. São Paulo: Atlas, 2001.

SÁ, A. L. de; **Curso de auditoria**. 10ª edição. São Paulo: Atlas, 2002.

ANEXOS

Anexo 1: Composição da diretoria da empresa Itaú Unibanco Holding S.A.

DIRETORIA

Diretor Presidente

Caio Ibrahim David

Diretores Executivos

Christian George Egan

Flavio Augusto Aguiar de Souza

Luís Eduardo Gross Siqueira Cunha

Diretores

Andre Balestrin Cestare

Badi Maani Shaikhzadeh

Bruno Bianchi

Carlos Augusto Salamonde

Carlos Fernando Rossi Constantini

Carlos Henrique Donegá Aidar

Cristiano Guimarães Duarte

Danilo Aleixo Caffaro ⁽¹⁾

Eduardo Hiroyuki Miyaki

Eric André Altafim

Felipe Weil Wilberg

Gabriel Guedes Pinto Teixeira

Gilberto Frussa

Marcos Alexandre Pina Cavagnoli

Matias Granata

Pedro Barros Barreto Fernandes

Ricardo Nuno Delgado Gonçalves

Roderick Sinclair Greenlees

Rodrigo Luís Rosa Couto

Sergio Mychkis Goldstein

Vanessa Lopes Reisner

⁽¹⁾ Eleito na AGE de 01/07/2020, homologada pelo BACEN em 04/08/2020

Contador

Arnaldo Alves dos Santos

CRC 1SP210058/O-3

Sede: Av. Brigadeiro Faria Lima, 3.500 - 1° ao 5°, andares - Itaim Bibi - São Paulo - SP

Anexo 2: Demonstrações contábeis completa – 4º trimestre 2020 da empresa Itaú Unibanco Holding S.A.

4T



20

Demonstrações contábeis completas em IFRS

31 de Dezembro de 2020



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Ao Conselho de Administração e Acionistas
Itaú Unibanco Holding S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas do Itaú Unibanco Holding S.A. ("Banco") e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Itaú Unibanco Holding S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2020, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

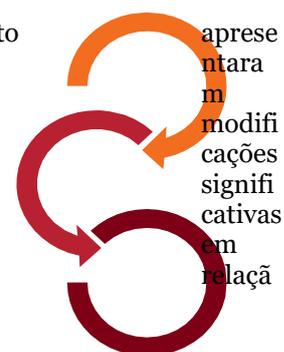
Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício de 2020. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Nossa auditoria do exercício de 2020 foi planejada e executada considerando que as operações do Banco e suas controladas não



o ao ano anterior, exceto quanto aos impactos decorrentes da pandemia da COVID-19 nas operações. Nesse contexto, os Principais Assuntos de Auditoria mantiveram-se substancialmente alinhados àqueles do exercício de 2019, porém incorporando à nossa abordagem de auditoria procedimentos em resposta ao cenário atual das operações.

Assuntos

Porque

é um PAA

Como o
assunto foi
conduzido

*PricewaterhouseCoopers, Av. Francisco Matarazzo 1400, Torre Torino, São Paulo, SP, Brasil, 05001-903, Caixa Postal 60054,
T: +55 (11) 3674 2000, www.pwc.com.br*



Itaú Unibanco Holding S.A.

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Mensuração de ativos e passivos financeiros e provisão para perda esperada em conformidade com o IFRS 9 - *Financial Instruments*

(Notas 2.3(b), 2.3(f), 2.4(d), 5 a 8 e 10)

A provisão para perda esperada continuou como área de foco em nossa auditoria, uma vez que envolve julgamento da administração na determinação da provisão necessária mediante a aplicação de metodologia e processos que utilizam várias premissas, incluindo, entre outros, informações prospectivas e critérios para determinação de aumento ou redução significativa no risco de crédito.

Ademais, durante 2020, em decorrência da pandemia da COVID-19, a administração revisou alguns dos julgamentos e estimativas utilizados na determinação da provisão para perda esperada, como por exemplo a ponderação dos cenários macroeconômicos, com a finalidade de adaptar as premissas anteriormente aplicadas ao atual cenário das operações do Banco e suas controladas.

Os instrumentos financeiros classificados na categoria de valor justo por meio do resultado incluem determinadas operações com pouca liquidez e sem mercado ativo, substancialmente compostos por aplicações em títulos emitidos por empresas e por contratos de derivativos. A mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros é sujeita a subjetividade, uma vez que depende de técnicas de avaliação baseadas em modelos internos e que envolvem premissas da administração para sua valorização.

Adicionalmente, o gerenciamento de risco de mercado é complexo, especialmente em momentos de alta volatilidade como observado

durante 2020 em decorrência da pandemia da COVID-19, bem como em situações onde os preços observáveis ou parâmetros de mercado não estão disponíveis.

Esses assuntos continuaram como foco de nossa auditoria do exercício de 2020 em função da relevância e do grau de subjetividade, como mencionado acima.

Confirmamos nosso entendimento do processo de mensuração da provisão para perda esperada e dos ativos e passivos financeiros em conformidade com o IFRS 9.

Em relação à metodologia de *impairment*, aplicamos determinados procedimentos de auditoria, substancialmente relacionados a:

(i) análise das políticas contábeis da administração em comparação com os requisitos do IFRS 9; (ii) testes sobre os controles relacionados à mensuração da provisão para perda esperada que consideram base de dados, modelos e premissas adotadas pela administração; (iii) testes dos modelos, incluindo o seu processo de aprovação e de validação de premissas adotadas para determinação das estimativas de perdas e de recuperação. Adicionalmente, realizamos testes sobre as garantias, projeções de fluxos de caixa, renegociações de crédito, avaliação de risco da contraparte, atrasos e outros aspectos que possam resultar em aumento significativo no risco de crédito, bem como a alocação das operações nos seus respectivos estágios conforme requisitos do IFRS 9; (iv) teste das entradas para os modelos e, quando disponíveis, comparação dos dados e premissas utilizadas com dados de mercado; e (v) análise das divulgações realizadas pela administração nas demonstrações contábeis em atendimento aos requisitos do IFRS 7 - *Financial Instruments: Disclosures* e IFRS 9.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração na determinação e registro da provisão para perda esperada são apropriados e consistentes, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.

Em relação a mensuração dos ativos e passivos financeiros, destacamos a aplicação dos seguintes procedimentos de auditoria: (i) análise das políticas contábeis da Administração em comparação com os requerimentos do IFRS 9; (ii) Atualização do nosso entendimento sobre a



Itaú Unibanco Holding S.A.

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

metodologia de valorização desses instrumentos financeiros e as principais premissas adotadas pela administração, bem como a realização de comparação com metodologias e premissas independentes. Reexecutamos, em base amostral, a valorização de determinadas operações e analisamos a consistência dessas metodologias com as aplicadas em períodos anteriores.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração na mensuração desses instrumentos financeiros são apropriados e consistentes com as divulgações em notas explicativas, considerando as demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.

Ambiente de tecnologia da informação

O Banco e suas controladas são dependentes da sua estrutura de tecnologia para processamento de suas operações e consequente elaboração das demonstrações contábeis. A tecnologia representa aspecto fundamental na evolução dos negócios do Banco e suas controladas e nos últimos anos, foram feitos investimentos significativos de curto e longo prazo em sistemas e processos de tecnologia da informação.

A estrutura de tecnologia, devido ao histórico de aquisições e porte de suas operações, é composta por mais de um ambiente com processos distintos e controles segregados. Em adição, durante 2020, parte substancial das equipes do Banco e suas subsidiárias realizou suas atividades de forma remota (*home office*) o que gerou a necessidade de adaptações aos processos e infraestrutura de tecnologia para a manutenção da continuidade das operações.

A não adequação do ambiente de controles gerais

de tecnologia e de seus controles dependentes poderia acarretar em processamento incorreto de informações críticas utilizadas para a elaboração das demonstrações contábeis, bem como ocasionar riscos relacionados à segurança da informação e *cybersecurity*. Dessa forma, essa área continuou como foco de nossos trabalhos de auditoria.

relacionados com a segurança da informação, incluindo gestão de acesso, segregação de função e monitoramento da capacidade de operação da infraestrutura de tecnologia frente a nova realidade de operação dos negócios.

Os procedimentos de auditoria aplicados, resultaram em evidências apropriadas que foram consideradas na determinação da natureza, época e extensão dos demais procedimentos de auditoria.

Como parte de nossos procedimentos de auditoria, com o auxílio de nossos especialistas, atualizamos nossa avaliação do ambiente de tecnologia da informação, incluindo os controles automatizados dos sistemas aplicativos relevantes para a elaboração das demonstrações contábeis.

Os procedimentos executados envolveram a combinação de testes do desenho e da efetividade dos principais controles relevantes e, quando necessário, testes dos controles compensatórios, bem como a execução de testes



Itaú Unibanco Holding S.A.

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Crédito tributário (Notas 2.3(h), 2.4 (j) e 24(b))

O crédito tributário oriundo de diferenças temporárias, prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social, é registrado à medida em que a administração considera provável que o Banco e suas controladas irão gerar lucro tributário futuro suficiente para utilizar os referidos créditos tributários. A projeção dos lucros tributários futuros contém diversas premissas de natureza subjetiva estabelecidas pela administração.

Continuamos considerando essa área como foco de nossa auditoria, pois os valores envolvidos são relevantes e a utilização de diferentes premissas na projeção dos lucros tributários futuros, especialmente no contexto de maior impacto nos resultados em decorrência da pandemia da COVID-19, poderia modificar significativamente os valores e os prazos previstos para realização dos créditos tributários, com consequente impacto contábil.

Confirmamos nosso entendimento e testamos o desenho e a efetividade dos principais controles estabelecidos pela administração para apuração dos créditos tributários, seu registro e divulgações nos termos das normas contábeis, que incluem a necessidade de análise das perspectivas de realização desses créditos, mediante projeções dos lucros tributários futuros, para o Banco e suas controladas.

Comparamos as premissas críticas utilizadas para a projeção dos resultados futuros com informações de projeções macroeconômicas divulgadas no mercado e com dados históricos para corroborar a consistência das estimativas.

Com o auxílio de nossos especialistas na área tributária, realizamos testes sobre a natureza e os montantes das diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social sobre o lucro líquido, passíveis de serem deduzidos das bases de tributos futuros.

Consideramos que as premissas adotadas pela administração na apuração e registro dos créditos tributários são apropriadas e consistentes com as divulgações em notas explicativas.

Realização dos valores registrados na conta de Ativos intangíveis, incluindo ágio (Notas 2.3(g), 2.4(aIII), 2.4 (h) e 14)

Os saldos do intangível, incluindo o ágio são submetidos, semestralmente, a teste de perda por redução ao valor recuperável. Esse teste envolve estimativas e julgamentos significativos, incluindo a identificação de unidades geradoras de caixa. A determinação dos fluxos de caixa

esperados e a taxa de juros ajustada ao risco paracada unidade geradora de caixa ou grupo de unidades geradoras de caixa requer o exercício de julgamento e o uso de estimativas por parte da administração.

Continuamos considerando essa uma área de focode auditoria por: (i)

envolver a projeção de resultados futuros, em que a utilização de diferentes premissas pode modificar

Confirmamos nosso entendimento e testamos o desenho e efetividade dos principais controles estabelecidos, incluindo a análise das premissas e julgamentos críticos utilizados pela administração, que já incluem impactos em decorrência da pandemia da COVID-19.

Testamos as projeções e as premissas mais representativas utilizadas pela administração para realização do teste do valor recuperável do ágio e intangível, com o objetivo de observar a razoabilidade dessas estimativas de realização.

Consideramos que as premissas adotadas pela administração para avaliação da realização dos ativos intangíveis, incluindo o ágio, são razoáveis



Itaú Unibanco Holding S.A.

Porque é um PAA

significativamente as perspectivas de realização desses ativos e a eventual necessidade de registro de redução ao valor recuperável, com consequente impacto nas demonstrações contábeis; (ii) do impacto gerado no resultado atual do Banco e suas controladas em decorrência dos aspectos relacionados a pandemia do COVID-19; (iii) pela representatividade do saldo dessas contas, no contexto das demonstrações contábeis.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

e as divulgações em notas explicativas são consistentes com as informações obtidas, considerando as demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Provisões e passivos contingentes (Notas 2.3(j), 2.4(n) e 29)

O Banco e suas controladas apresentam provisões e passivos contingentes decorrentes principalmente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos seus negócios, movidos por terceiros, ex-empregados e órgãos públicos em ações cíveis, trabalhistas e de natureza fiscal e previdenciária.

Normalmente os referidos processos são encerrados após um longo tempo e envolvem não só discussões acerca do mérito, mas também aspectos processuais complexos, de acordo com a legislação vigente.

Nas esferas cível e trabalhista, há a possibilidade de encerramento antecipado dos processos mediante acordos.

Durante 2020, continuaram os esforços para assinatura dos instrumentos de acordo para encerramento de processos judiciais cíveis relacionados a planos econômicos, incluindo a assinatura de aditivo ao instrumento de acordo entre poupadores (representados por associações civis) e FEBRABAN para extensão por mais 30 meses ao período de adesão aos acordos.

Além dos aspectos subjetivos na determinação da

possibilidade de perda atribuída a cada processo, a evolução da jurisprudência sobre determinadas causas nem sempre é uniforme. Considerando a relevância dos valores e as incertezas e julgamentos envolvidos, como descrito acima, para a determinação e constituição da provisão e divulgações requeridas de passivos contingentes, continuamos considerando essa uma área de foco de auditoria.

acordo com a natureza dos processos.

Realizamos também, procedimentos de confirmação, em base de testes, junto aos advogados internos e externos responsáveis pelos processos.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a determinação e constituição da provisão, bem como as divulgações efetuadas das provisões e dos passivos contingentes, são apropriados no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Confirmamos nosso entendimento e testamos o desenho e efetividade dos principais controles para identificação, avaliação, monitoramento, mensuração, registro e divulgação das provisões edos passivos contingentes, incluindo a totalidade e integridade da base de dados.

Testamos os modelos utilizados para quantificação dos processos judiciais massificados de natureza cível e trabalhista. Em nossos testes da avaliação do risco dos processos judiciais individualizados de natureza tributária, cível e trabalhista, utilizamos o apoio de nossos especialistas nas respectivas áreas, quando aplicável, de



Itaú Unibanco Holding S.A.

Outros assuntos

Demonstração consolidada do valor adicionado

A demonstração consolidada do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da Administração do Banco e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis consolidadas do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis consolidadas e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis consolidadas

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de



Itaú Unibanco Holding S.A.

segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance

planejado, da época da auditoria, das constatações relevantes de auditoria e, quando eventualmente identificadas durante nossos trabalhos, as deficiências significativas nos controles internos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.



Itaú Unibanco Holding S.A.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2020 e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 1º de fevereiro de 2021

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Emerson', is written over the printed name of the auditor.

Emerson Laerte da Silva
Contador CRC 1SP171089/O-3

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2020

Prezado leitor,

Desde março de 2020, o Brasil enfrenta uma crise sanitária sem precedentes, que impacta todos os setores da economia e da sociedade.

Enquanto banco brasileiro, tendo a maioria de nossas operações neste país, somos significativamente afetados pelas condições econômicas, políticas e sociais do Brasil. O PIB brasileiro, que cresceu 1,4% em 2019, deve cair 4,1% no fechamento de 2020, impactado pelo surto de coronavírus. O recuo foi de 1,5% e 9,6% no 1T20 e 2T20, nas comparações trimestrais. No 3T20, as respostas fiscais, o afrouxamento da política monetária e a gradual reabertura da atividade econômica a partir de junho levaram à recuperação do PIB em 7,7%, também na comparação trimestral.

Projetamos crescimento de 4,0% do PIB para 2021, ainda que no primeiro semestre a redução do auxílio emergencial deva impactar o consumo; espera-se que a recuperação ganhe fôlego com o início da vacinação no país. Além disso, o crescimento do crédito privado, nesse ambiente de juros baixos, deve contribuir para a expansão da economia brasileira.

A taxa SELIC atingiu 2,0% em agosto de 2020 e manteve-se neste nível desde então. Os empréstimos bancários como proporção do PIB aumentaram para 53,1% em novembro de 2020, em comparação a 46,4% ao mesmo mês do ano anterior. A inflação atingiu 4,4% no exercício encerrado no último 31 de dezembro, ante 4,3% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Importante ressaltar que as medidas implementadas para enfrentamento da crise de COVID-19 tiveram impacto nas contas públicas. O déficit em doze meses do saldo do orçamento público primário brasileiro em 2020 ficou em 8,9% do PIB em novembro, após déficits de 0,8% do PIB em 2019, 1,5% do PIB em 2018 e 1,7% do PIB em 2017. Contudo, o teto de gastos, apesar do cenário desafiador, deve ser cumprido nos próximos anos.

Mantendo o cliente no centro de tudo o que fazemos, fomos capazes de nos reinventar sem descuidarmos de nossas equipes e, sem dúvida, chegamos ao final do ano mais fortes enquanto organização e ainda mais certos de nosso papel perante a sociedade.

Em 2020 tivemos 56.444 colaboradores habilitados a trabalhar no modo home office, além de termos amparado o dia a dia de nossos colaboradores em agências físicas com procedimentos e equipamentos de proteção e segurança.



Como resultado desse esforço em promover as melhores condições possíveis a nossos times, alcançamos 90 pontos no E-NPS (índice que mensura a satisfação dos colaboradores), marca recorde, além de termos sido eleitos pelo Valor Carreira e UOL como melhor lugar em gestão de pessoas e para se trabalhar, respectivamente.

Seguros do melhor bem-estar possível de nossas equipes, pudemos nos dedicar a apoiar nossos clientes em um período tão desafiador, com soluções completas e sustentáveis. Seguimos observando crescimento em nossos canais digitais no quarto trimestre do ano. Foram abertas via canal digital 514 mil contas de clientes pessoa física e 6,9 mil contas de clientes pessoa jurídica, crescimento de 92% e 87%, respectivamente, em relação ao mesmo período do ano anterior.

Na segunda quinzena de março de 2020 lançamos o programa 60+, que, entre outras medidas, possibilitava a carência de

60 dias nos pagamentos de contratos de crédito adimplentes. Em meados de abril de 2020, lançamos um programa mais abrangente chamado de Travessia. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo da carteira com flexibilização das condições de pagamentos para pessoas físicas, micro e pequenas empresas atingiu R\$ 50,8 bilhões.

Apoiamos micro e pequenas empresas no Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe) e por meio do Fundo Garantidor para Investimentos (FGI BNDES), no âmbito do Programa Emergencial de Acesso a Crédito destinado as Micro, Pequenas e Médias Empresas, aos caminhoneiros autônomos e a empreendedores individuais. Neste último, no quarto trimestre concedemos R\$ 3,2 bilhões para 8,6 mil empresas.

10

Vemos com satisfação o resultado do esforço em prol de nossos clientes com a conquista do Prêmio Reclame Aqui em cinco categorias, além de chegarmos em nossa meta assumida há dois anos de aumentar em 10 pontos o nosso NPS (índice que mensura a satisfação de nossos clientes) até 2020. Em novembro chegamos à marca de 58 pontos, 10 pontos a mais do que em 2018, mesmo com desafios que não poderíamos prever.

Por fim e não menos importante, chegamos a 2021 com um olhar otimista para o futuro, cientes da complexidade dos próximos meses. Nosso novo CEO a partir de fevereiro de 2021, Milton Maluhy, anunciou no último mês de dezembro os novos membros do Comitê Executivo, cuja configuração tem como objetivo central aproximar-se ainda mais dos negócios e, com ela, a simplificação da operação e do modelo de gestão do banco, possibilitando maior autonomia e rapidez na tomada de decisão.

Respondemos à crescente demanda dos clientes por soluções de investimentos frente ao cenário de juros baixos.

Apresentamos nosso modelo de recomendação de investimento do Itaú Personalité que, baseado em 12 milhões de simulações mensais e com cerca de 300 mil combinações de carteiras para cada perfil de investidor, permite a nosso time de especialistas testar cada combinação em 10 mil cenários diferentes até a identificar a melhor opção para cada perfil de investidor.

Anunciamos também um novo modelo de assessoria de investimentos, fundamentado em modelo ágil de trabalho. Com a abertura dessa plataforma a produtos de outras casas, ofertamos serviços que se apoiam em sistema de algoritmos para recomendar investimentos de forma isenta. Para esta nova estrutura, contrataremos 1.700 especialistas, distribuídos pelos 120 escritórios que serão criados em todo o país.

Além dessas iniciativas, integramos a experiência de nossos clientes com investimentos no banco e na Itaú Corretora a partir do aplicativo Íon, cujo objetivo é oferecer uma experiência intuitiva, digital e integrada. O aplicativo, ainda exclusivo para clientes do banco, traz ampla variedade de produtos do Itaú e de outras gestoras do mercado, com análises gráficas, comparativos, recomendações e notícias, com uma experiência distinta para cada perfil.

Na oferta de produtos de previdência privada, nova opção com exposição 100% internacional.

Lançamos a Carteira Itaú de Previdência Internacional, primeiro produto dessa categoria no mercado brasileiro que pode ter até 100% de exposição ao mercado internacional. Seguindo o movimento do banco de trabalhar pela democratização dos investimentos no país, esse plano é acessível a todas as faixas de clientes, com aplicação inicial de apenas R\$ 1,00.

Reforçamos nossa tradição de valorização a critérios ambientais, sociais e de governança com novos fundos.

Temos a maior gestora privada de recursos do Brasil e seguimos no avanço em favor dos critérios ESG (sigla em inglês para Ambiental, Social e Governança), com três novos fundos de investimento. São eles: Carteira Itaú Internacional ESG, que busca a melhor combinação de estratégias dando foco a ativos com posicionamento em critérios ESG; Itaú ESG H2O Ações, que tem como objetivo investir em 50 empresas globais que estejam relacionadas de forma positiva ao negócio de água e Itaú ESG Energia Limpa Ações, cujo foco é investir em 30 empresas de 'energia limpa', que estão relacionadas às indústrias de bicomcombustível, etanol, geotérmica, hidrelétrica, solar e eólica.

Com o objetivo de reforçar a segurança nas operações e de acelerar a entrega de serviços financeiros, selecionamos a AWS como parceira em nosso processo de Transformação Digital.

Escolhemos a Amazon Web Services, Inc. (AWS) como nosso provedor estratégico de nuvem de longo prazo. Utilizaremos a nuvem líder mundial para acelerar nossa transformação digital e melhorar a experiência bancária de nossos clientes em todo o mundo. Como parte do acordo de 10 anos, que expande nosso relacionamento com a AWS, migraremos a maior parcela de nossa infraestrutura de TI dos mainframes e de nossos data centers para a nuvem.

Para reforçar seu pacote de soluções, iti lança seu primeiro cartão de crédito, sem cobrança de anuidade.

Nas versões virtual e física, esta é a primeira solução do iti que envolve crédito. Com o objetivo de tornar o acesso ao crédito mais democrático, o cartão fica automaticamente disponível na carteira do iti e, além de suas funções tradicionais, poderá ser usado para funcionalidades dentro do próprio app, como em pagamentos por QR Code. Em linha com a nossa preocupação com a acessibilidade, o cartão de crédito físico será sinalizado em braile. Além disso, o novo cartão não conta com nenhum tipo de numeração escrita: todos os dados são acessados pelo app do cliente, aumentando a segurança e reduzindo as chances de fraude.

Adicionalmente, a cantora e empreendedora Anitta está protagonizando uma série de vídeos que demonstram as diversas funcionalidades do iti, que conquistou o prêmio de melhor onboarding digital entre instituições financeiras no Brasil, em estudo desenvolvido pela consultoria idwall. Na prática, o título significa a melhor experiência digital para a abertura de contas entre os 25 principais bancos e carteiras digitais no País.

Em série de lançamentos, Credicard vai além de serviços financeiros focados somente em cartões de crédito, com o intuito de virar uma unidade de negócios de soluções de pagamento.

Um dos marcos desta nova fase é o lançamento de uma plataforma tecnológica que possibilitará à marca oferecer uma experiência de pagamento mais completa, com uma conta já habilitada para transferências gratuitas via Pix e um novo cartão, além de um modelo de acesso a crédito mais amplo e acessível e com foco em inclusão e orientação financeira. Já em testes no Credicard Beta, com o modelo de cocriação entres clientes e desenvolvedores, o novo sistema já nasce com a possibilidade de conectar-se a parceiros por APIs e, portanto, pronto para o Open Banking.

Com o foco em criar valor para nossos acionistas, decidimos acerca do futuro do investimento na XP Inc. ("XP").

Em 31 de janeiro foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a segregação da linha de negócio do Conglomerado Itaú Unibanco referente à sua participação¹ no capital da XP Inc. para a XPart., sociedade a ser constituída após a obtenção pelos controladores de manifestação favorável da autoridade regulatória.

- Após a manifestação favorável da autoridade regulatória, há prazo de até 120 dias² para listagem na B3 e para distribuição das novas ações da XPart, sendo que a data de corte ("ex") e procedimentos serão informados oportunamente.
- Até a data de corte (próxima à data da listagem), as ações de emissão do Itaú Unibanco continuam sendo negociadas com direito ao recebimento das ações de emissão da XPart.
- Quando a nova sociedade estiver listada, os acionistas receberão participação acionária na XPart, na mesma quantidade, espécie e proporção das ações por eles detidas no Itaú Unibanco.
- Os acionistas continuarão a deter a mesma participação societária que possuem atualmente no Itaú Unibanco e passarão a ser também acionistas da XPart.
- O percentual do capital da XP que passará a ser detido pela XPart representava 40,52% em 31.12.2020, tendo em vista a capitalização da XP em dezembro.

(1) Equivalente a 41,05% do capital da XP Inc na data base de 30 de setembro de 2020.

(2) Conforme Lei das S.A.

Enquanto maior banco privado da América Latina, não medimos esforços em contribuir para a solução dos complexos problemas na região amazônica.

Em parceria com Bradesco e Santander, divulgamos um plano integrado com o objetivo de contribuir efetivamente para o desenvolvimento sustentável da Amazônia. O material inclui 10 medidas, construídas a partir de três frentes de atuação identificadas como prioritárias para a região: conservação ambiental e desenvolvimento da bioeconomia; investimento em infraestrutura sustentável; e garantia dos direitos básicos da população da região amazônica.

As 10 medidas do Plano Amazônia são:

Desmatamento zero na cadeia de carne;	Estimular cadeias sustentáveis;
Estimular o desenvolvimento da infraestrutura de transportes sustentáveis;	Viabilizar investimentos em infraestrutura básica;
Instrumentos financeiros verdes;	Informações climáticas para políticas de crédito e investimento;
Orientação e Inclusão financeira;	Regularização fundiária;
Desenvolvimento socioeconômico;	Impulsionar a bioeconomia.

Dentre nossas iniciativas, realizamos, em dezembro, a Conferência Amazônia, cujo objetivo foi trazer temas e debates relevantes sobre questões relacionadas à região, além de arrecadar fundos para projetos de restauração florestal e geração de renda local. O evento foi transmitido em 3 dias e reuniu investidores e gestores renomados de fundos nacionais e internacionais, além de clientes do banco como convidados especiais.



Após um ano, apresentamos resultados da atuação dos primeiros doze meses a partir do lançamento de nossos Compromissos de Impacto Positivo.

Nossos Compromissos de Impacto Positivo norteiam nossas tomadas de decisão, garantindo uma visão mais ampla dos riscos e das oportunidades inerentes aos negócios. São eles que modelam os produtos e serviços que oferecemos, com a premissa de que reverberem benefícios sociais e ambientais. Em 2019 apresentamos 8 compromissos iniciais: Transparência nos Reportes e Comunicação, Investimento Responsável, Cidadania Financeira, Financiamento em Setores de Impacto Positivo, Inclusão e Empreendedorismo, Gestão Responsável, Gestão Inclusiva e Ética nas Relações e nos Negócios. Em 2020, publicamos o primeiro relatório com os resultados das metas estabelecidas obtidos até aqui, além de incluirmos o compromisso de Investimento Social Privado.

Queremos promover o acesso e ampliação de direitos, melhorar a qualidade de vida nas cidades e fortalecer o poder de transformação das pessoas por meio do investimento social privado. Reafirmamos nosso pacto com a sociedade brasileira por meio de nosso Compromisso de Investimento Social Privado.

Diante da pandemia da covid-19, o investimento social privado se torna ainda mais relevante, fomentando iniciativas necessárias para a travessia deste período de dificuldades. Criar o compromisso de Investimento Social Privado significa reafirmar o pacto do Itaú Unibanco com a sociedade brasileira, fortalecendo laços de confiança em meio à incerteza. A agenda de Investimento Social Privado do banco, que assim como os demais compromissos está alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, é focada em quatro grandes frentes de atuação: Educação, Cultura, Mobilidade e Longevidade, áreas que o Itaú já tem histórico de atuação

	BRASIL		LATAM ³		Total (R\$ milhões)
	Valor (R\$ milhões)	Números de Projetos	Valor (R\$ milhões)	Números de Projetos	
Patrocínio 2020					
Não Incentivado¹	1.880,3	1.095	33,8	98	1.914,0
Educação	270,8	605	2,9	30	273,7
Esporte	0,6	3	0,0	0,0	0,6
Cultura	109,3	179	3,1	36	112,3
Mobilidade Urbana	58,8	42	18,4	4	77,2
Diversidade	3,7	22	0,0	0,0	3,7
Inovação e Empreendedorismo	35,8	22	0,2	6	36,0
Desenv. e Participação Local	7,3	55	6,3	19	13,6
Saúde	1.394,0	169	2,9	3	1.396,9
Incentivado²	96,5	216	0,4	2	96,9
Cultura	47,6	177	0,1	1	47,7
Esporte	11,3	31	0,0	0,0	11,3
Educação	11,3	34	0,3	1	11,6
Saúde	14,9	16	0,0	0,0	14,9
Idoso	11,4	18	0,0	0,0	11,4
Total	1.976,8	1.311	34,2	100	2.011,0

(1) Recursos próprios das empresas do banco e dos orçamentos próprios das fundações e institutos. (2) Recursos com incentivo fiscal através de leis como Rouanet, Incentivo ao Esporte, entre outras. (3) Os valores em moeda estrangeira foram convertidos para reais em 31 de dezembro de 2020.

Reconhecimento à área de Relações com Investidores em duas categorias do Prêmio Apimec Ibrri.



Fomos reconhecidos na categoria de “Melhor Prática e Iniciativa de Relações com Investidores Large Cap” e tivemos Geraldo Soares eleito como “Melhor Profissional de Relações com Investidores” na premiação realizada pela APIMEC (Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais) e pelo IBRI (Instituto Brasileiro de Relações com Investidores).

Criar valor é obter resultados financeiros superiores ao custo de capital que remunerem os nossos acionistas e demais stakeholders por meio de relações éticas e responsáveis, pautadas pela confiança e transparência, e com foco na sustentabilidade dos negócios.

Abaixo, apresentamos os principais indicadores que compõem o nosso resultado:

Em R\$ bilhões	2020	2019	Variação
Informações de Resultado			
Produto Bancário ¹	117,9	119,6	-1,4%
Receita de Juros ²	67,8	71,8	-5,7%
Receitas de Prestação de Serviços e Resultados de Seguros e Previdência ³	43,0	43,6	-1,2%
Perdas Esperadas de Ativos Financeiros e Sinistros	(26,0)	(18,6)	39,9%
Despesas Gerais e Administrativas	(64,2)	(61,0)	5,2%
Lucro Líquido	15,1	27,8	-45,8%
Lucro Atribuível aos Acionistas	18,9	27,1	-30,3%
Retorno Recorrente Gerencial sobre o Patrimônio Líquido Médio anualizado ⁴	14,1%	20,9%	-6,8 p.p.

	2020	2019	Variação
Informações Patrimoniais			
Ativos totais	2.019	1.637	23,3%
Total de Operações de Crédito ⁵	873,1	725,3	20,4%
Índice de Capital Nível I	13,2%	14,4%	-1,2 p.p.

	2020	2019	Variação
Ações			
Média Ponderada da Quantidade de Ações em Circulação - em milhões	9.760	9.740	0,2%
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas por Ação - R\$	1,94	2,78	-30,2%
Dividendos e JCP Líquidos ⁶	4,50	18,78	-76,0%

	2020	2019	Variação
Outros			
Agências		4.504	-3,7%
Agências Físicas e Postos de Atendimento Bancário (PABs)		4.308	-3,9%
Agências Digitais		196	%
Colaboradores (em milhares)	96,5	94,9	1,7%
Brasil	83,9	81,7	2,7%
Exterior		13,2	-4,3%

(1) Soma das (i) Receitas de Juros e Rendimentos de Ativos Financeiros ao Custo Amortizado e ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes, (ii) Receitas de Juros, Rendimentos e Dividendos de Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado, (iii) Despesas de Juros e Rendimentos, (iv) Ajuste ao Valor Justo de Ativos e Passivos Financeiros, (v) Resultado de Operações de Câmbio e Variação Cambial de Transações no Exterior, (vi) Receita de Prestação de Serviços, (vii) Resultado de Operações de Seguros e Previdência Privada antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização e (viii) Outras Receitas. Para melhor comparabilidade, foram reclassificados os efeitos fiscais do hedge nos investimentos no exterior; (2) Soma das (i) Receitas de Juros e Rendimentos de Ativos Financeiros ao Custo Amortizado e ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes, (ii) Receitas de Juros, Rendimentos e Dividendos de Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado, (iii) Despesas de Juros e Rendimentos, (iv) Ajuste ao Valor Justo de Ativos e Passivos Financeiros e (v) Resultado de Operações de Câmbio e Variação Cambial de Transações no Exterior. Para melhor comparabilidade, foram reclassificados os efeitos fiscais do hedge nos investimentos no exterior; (3) Soma das Receitas da Prestação de Serviços e do Resultado de Operações de Seguros e Previdência Privada antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização, líquidas de Resseguros; (4) O cálculo do retorno foi efetuado dividindo-se o Resultado Recorrente Gerencial pelo Patrimônio Líquido Médio. O quociente dessa divisão foi multiplicado pelo número de períodos no ano para se obter o índice anual. As bases de cálculo dos retornos foram ajustadas pelos valores dos dividendos propostos após as datas de fechamento dos balanços ainda não aprovados em assembleias gerais ordinárias ou em reuniões do Conselho de Administração; (5) Carteira de Crédito com Garantias Financeiras Prestadas e Títulos Privados; (6) JCP - Juros sobre Capital Próprio. Valores pagos/provisionados, declarados e destacados no patrimônio líquido.

Resultados Gerenciais e Gestão de Capital

Os percentuais de aumento ou diminuição nesta seção referem-se à comparação entre o acumulado do ano de 2020 em relação ao mesmo período de 2019, exceto quando indicado de forma diferente.

No acumulado do ano até dezembro, nosso lucro líquido atribuível aos acionistas controladores atingiu R\$18,9 bilhões, com redução de 30,3% em relação ao mesmo período do ano anterior, principalmente em função da queda do produto bancário e aumento em perdas esperadas de ativos financeiros e de sinistros.

O retorno recorrente gerencial sobre o Patrimônio Líquido médio anualizado foi 14,1% em 2020.

A mudança do cenário macroeconômico, a partir da segunda quinzena de março de 2020, levou ao crescimento de 39,9% em perdas esperadas de ativos financeiros e de sinistros, que atingiu R\$26,0 bilhões. Essa mudança, capturada pelo nosso modelo de provisionamento por perda esperada, gerou uma maior despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa, tanto em nossas operações no Brasil, quanto na América Latina.

Destacamos o crescimento de 20,4% da carteira de crédito total com garantias financeiras prestadas e títulos privados. A seguir, apresentamos o crescimento das carteiras nos principais segmentos:

- 6,2% em pessoas físicas;
- 26,3% em micro, pequenas e médias empresas no Brasil;
- 22,2% grandes empresas; e
- 30,7% em operações na América Latina, impactadas principalmente pela variação cambial.

Em comparação com 2019, houve crescimento de 31,9% na originação de crédito no Brasil, sendo:

- 14,1% para pessoas físicas;
- 24,0% para micro, pequenas e médias empresas; e
- 51,7% para grandes empresas.

Apesar do crescimento da carteira, tivemos redução de 5,7% na margem de juros em função das menores receitas financeiras que ocasionaram em menores spreads em produtos de crédito, da mudança regulatória na taxa de juros do cheque especial e do impacto negativo da redução da taxa de juros em nosso capital de giro próprio e na margem de passivos. Tivemos aumento também nas despesas financeiras, muito devido a variação cambial.

As receitas com prestação de serviços e resultado de seguros e previdência reduziram em 1,2% no ano. Essa ligeira redução ocorreu em função de menores receitas de cartões de crédito e débito, que incluem receitas com serviços de adquirência, principalmente no primeiro semestre do ano. Vale ressaltar que no quarto trimestre de 2020 o volume de transações de crédito e débito cresceu 9,0% sobre o quarto trimestre de 2019 e 17,9% sobre o terceiro trimestre de 2020. A redução das receitas com adquirência foi parcialmente compensada pelo aumento de 15,2% das receitas com assessoria econômico financeira e corretagem, como resultado da maior atividade do mercado de capitais.

As despesas gerais e administrativas aumentaram em 5,2% em 2020 em comparação a 2019, principalmente pelo aumento de despesas devido a itens extraordinários, tais como o *impairment* de ágio e ativos intangíveis no Itaú Corpbanca e a doação para combate à COVID-19 feita à aliança "Todos pela Saúde." No segundo semestre de 2019, tivemos também o Programa de Desligamento Voluntário.

Desconsiderando os eventos extraordinários citados acima, nossas despesas gerais e administrativas reduziram 2,3% em 2020 em comparação a 2019. Essa redução está relacionada com nossa gestão estratégica de custos e com nosso contínuo investimento em tecnologia. Também houve redução de despesas com processamento de dados e telecomunicações, com instalações e materiais e com comercialização de cartões de crédito, principalmente pela menor atividade econômica causada pela pandemia.

Outro destaque em 2020 foi o aumento nas captações:

- 77,2% nos depósitos a prazo;
- 63,8% nos depósitos à vista; e
- 24,2% nos depósitos de poupança.

Esses crescimentos estão relacionados com o fluxo positivo de recursos a partir da segunda quinzena de março de 2020.

O Índice de Capital Nível I mede a relação entre o capital do banco e o nível de risco de seus ativos. A manutenção em níveis adequados visa a proteger a instituição em caso de eventos de stress severos.

É por meio da gestão de capital que buscamos otimizar a aplicação dos recursos dos acionistas e garantir a solidez do banco. Apresentamos os principais eventos que impactaram o nosso índice no quarto trimestre de 2020:

Índice de capital nível I

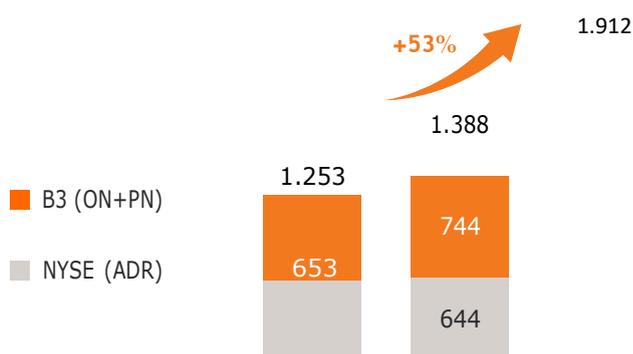


Em 31 de dezembro de 2020, o nosso índice de Capital Nível I atingiu 13,2%, 4,95 p.p. acima do nível mínimo regulatório com os adicionais de capital principal (8,25%). Nosso Capital Nível I é composto por 11,5% de Capital Principal e 1,7% de Capital Complementar Nível I.

O gráfico a seguir demonstra o volume financeiro negociado diariamente com nossas ações, que possuem participação relevante em índices de mercado no Brasil e no exterior.

Nossas ações continuam sendo negociadas com elevada liquidez, tanto no Brasil como nos Estados Unidos, com aumento de 53% no volume médio diário negociado desde 2018.

Volume Médio Diário Negociado das Ações do Itaú Unibanco Holding (R\$ milhões)



2018

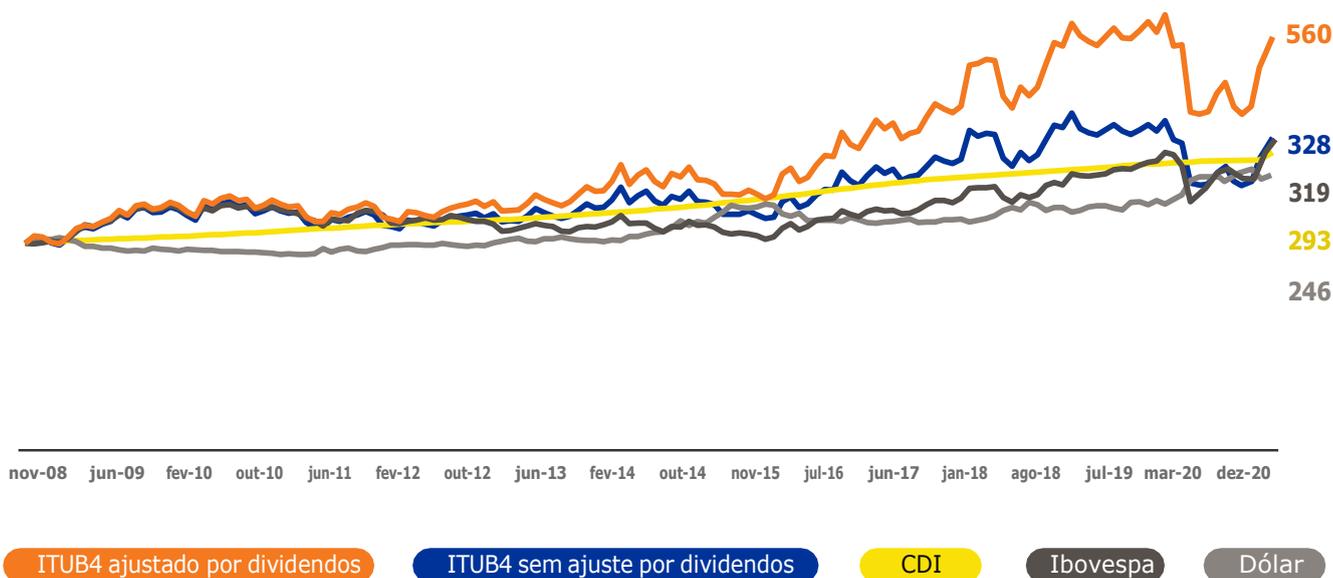
2019

2020



ISSN 1983-6767

Além disso, nossas ações encerram o semestre cotadas a R\$ 31,63 (ITUB4 – ação preferencial) e R\$ 27,93 (ITUB3 – ação ordinária). Apresentamos a evolução de R\$ 100 investidos desde a fusão entre Itaú e Unibanco em novembro de 2008.



Evento subsequente

Em janeiro de 2021, o Itaú foi ao mercado de capitais internacional captar recursos por meio de um título de dívidas sustentáveis. Foram captados U\$ 500 milhões, que serão destinados para financiar ou refinar projetos verdes e sociais elegíveis de acordo com os critérios definidos pelo Sustainability Finance Framework. O título tem prazo de 10 anos e 3 meses e oferece uma remuneração de 3,95% para os investidores. Foi a primeira emissão de Capital Nível 2 de uma instituição financeira para financiar ou refinar projetos verdes e sociais na América Latina. Os recursos captados poderão ser alocados em oito categorias elegíveis, a saber: energia renovável e eficiência energética, transporte sustentável, gestão sustentável de água e residuais, prevenção e controle de poluição, gestão sustentável de recursos naturais e uso da terra, edifícios verdes, acesso a serviços essenciais e finanças inclusivas. A emissão desse título de dívidas é mais um passo do banco para mostrar como a sustentabilidade tem sido integrada aos negócios do Itaú Unibanco.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos colaboradores que, diante do cenário de crise, atendem ao chamado e se comprometem a manter o funcionamento de nossas operações, permitindo que continuemos a obter resultados sólidos. Agradecemos aos nossos clientes e acionistas pela compreensão, interesse e confiança que nos motivam a fazer sempre melhor.

(Aprovado na Reunião do Conselho de Administração de 01 de fevereiro de 2021).

Auditoria independente - Instrução CVM nº 381

Procedimentos Adotados pela Sociedade

A nossa política de atuação, incluindo empresas controladas, na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa dos nossos auditores independentes, se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

No período de janeiro a dezembro de 2020, foram contratados serviços junto aos auditores externos no total de R\$ 72.156 dos quais R\$ 66.631 correspondem a serviços de auditoria externa.

Abaixo indicamos as datas de contratação e natureza dos serviços contratados diferentes de auditoria externa, sendo que todos têm prazo de até um ano:

- Relacionados a Auditoria: 23 e 27 de janeiro, 06 de fevereiro, 16 de março, 19 de junho, 14 de julho, 06 e 18 de agosto, 19 e 30 de outubro, 15 e 22 de dezembro - Trabalhos de asseguarção independente sobre: aspectos de implementação de sistema em subsidiaria; controles internos, inclusive sobre certos serviços prestados a clientes; relatório de sustentabilidade, MD&A, Relato Integrado e anual consolidado; certos compromissos assumidos com reguladores e cumprimento de covenants financeiros. Laudos de avaliação contábil, e trabalhos de procedimentos previamente acordados sobre balanços de empresas adquiridas e sobre cálculo de profit share. – R\$ 4.896 mil (7,35% dos honorários de auditoria externa).
- Serviços Tributários: 23 de janeiro, 06 e 12 de fevereiro - revisão sobre cálculos e liquidação de impostos e aderência a normativa tributária – R\$ 541 mil (0,81% dos honorários de auditoria externa).
- Outros Serviços: 27 de maio e 21 de dezembro - aquisição de materiais técnicos e avaliação independente do processo de preparação de reportes prudenciais e financeiros – R\$ 88 mil (0,13% dos honorários de auditoria externa).

Justificativa dos Auditores Independentes - PricewaterhouseCoopers

A prestação de outros serviços profissionais não relacionados à auditoria externa, acima descritos, não afeta a independência nem a objetividade na condução dos exames de auditoria externa efetuados ao Itaú Unibanco e suas controladas. A política de atuação com o Itaú Unibanco na prestação de serviços não relacionados à auditoria externa se substancia nos princípios que preservam a independência do Auditor Independente e todos foram observados na prestação dos referidos serviços, incluindo a sua aprovação pelo Comitê de Auditoria.

Práticas Contábeis Adotadas no Brasil (BRGAAP)

Divulgamos as demonstrações contábeis completas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), na mesma data desta publicação, conforme Ofício Circular CVM/SEP 01/13. O Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis do Itaú Unibanco Holding S.A., Itaú Unibanco ou Companhia e de suas controladas, relativos ao período de janeiro a dezembro de 2020, seguem as normas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), de acordo com as práticas contábeis internacionais (IFRS), aprovadas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

A partir do dia 1º de janeiro de 2018, passou a vigorar a nova norma contábil IFRS 9 sobre instrumentos financeiros. Essa norma apresenta modificações relevantes em classificação e mensuração, redução do valor recuperável (impairment) e contabilização de hedge. Um dos pontos principais se refere à abordagem das perdas ocorridas. A partir da IFRS 9 serão tratadas como esperadas ao invés de incorridas, como anteriormente.

As informações tanto do Relatório da Administração, quanto das Demonstrações Contábeis Completas do Itaú Unibanco Holding S.A. apresentadas neste material estão disponíveis no site de Relações com Investidores (RI) do Itaú Unibanco. Acesse: www.itaú.com.br/relacoes-com-investidores > Menu > Central de Resultados > Resultados.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.

Balança Patrimonial Consolidado

(Em milhões de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Disponibilidades		46.224	30.367
Ativos Financeiros		1.851.322	1.501.481
Ao Custo Amortizado		1.275.799	1.101.892
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil		90.059	91.248
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	4	55.685	34.583
Aplicações no Mercado Aberto	4	239.943	198.428
Títulos e Valores Mobiliários	9	129.804	133.119
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	10	714.104	585.791
Outros Ativos Financeiros	18a	93.255	94.752
(-) Provisão para Perda Esperada	4, 9 e 10	(47.051)	(36.029)
Ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes		109.942	76.660
Títulos e Valores Mobiliários	8	109.942	76.660
Ao Valor Justo por meio do Resultado		465.581	322.929
Títulos e Valores Mobiliários	5	389.071	281.075
Derivativos	6 e 7	76.504	41.854
Outros Ativos Financeiros	18a	6	-
Investimentos em Coligadas e Entidades Controladas em Conjunto	11	15.570	15.097
Imobilizado, Líquido	13	6.937	7.166
Ágio e Ativos Intangíveis, Líquidos	14	17.330	19.719
Ativos Fiscais		66.095	48.960
Imposto de Renda e Contribuição Social - A Compensar		3.547	1.644
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	24b	56.583	38.914
Outros		5.965	8.402
Outros Ativos	18a	15.773	14.691
Total do Ativo		2.019.251	1.637.481

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.

Balança Patrimonial Consolidado

(Em milhões de Reais)

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Passivos Financeiros		1.579.686	1.211.999
Ao Custo Amortizado		1.495.641	1.159.830
Depósitos	15	809.010	507.060
Captações no Mercado Aberto	17a	273.364	256.583
Recursos de Mercados Interbancários	17b	156.035	174.862
Recursos de Mercados Institucionais	17c	138.308	104.244
Outros Passivos Financeiros	18b	118.924	117.081
Ao Valor Justo por meio do Resultado		79.653	48.029
Derivativos	6 e 7	79.505	47.828
Notas Estruturadas	16	143	201
Outros Passivos Financeiros	18b	5	-
Provisão para Perda Esperada	10	4.392	4.140
Compromissos de Empréstimos		3.485	3.303
Garantias Financeiras		907	837
Provisão de Seguros e Previdência Privada	27c	221.000	218.334
Provisões	29	19.819	21.454
Obrigações Fiscais	24c	5.710	7.891
Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes		2.878	3.997
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidas	24b	421	1.058
Outras		2.411	2.836
Outros Passivos	18b	38.511	28.338
Total do Passivo		1.864.726	1.488.016
Capital Social	19a	97.148	97.148
Ações em Tesouraria	19a	(907)	(1.274)
Capital Adicional Integralizado	19c	2.519	2.175
Reservas Integralizadas	19c	17.228	12.948
Reservas a Integralizar	19c	29.926	29.878
Outros Resultados Abrangentes		(2.921)	(3.950)
Total do Patrimônio Líquido dos Acionistas Controladores		142.993	136.925
Participações de Acionistas não Controladores	19d	11.532	12.540
Total do Patrimônio Líquido		154.525	149.465
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		2.019.251	1.637.481

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.

Demonstração Consolidada do Resultado

Períodos Findos em

(Em milhões de Reais, exceto as informações de quantidade de ações e de lucro por ação)

	Nota	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Produto Bancário		100.199	117.079	104.200
Receitas de Juros e Rendimentos de Ativos Financeiros ao Custo Amortizado e ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	21a	113.262	117.523	110.324
Receitas de Juros, Rendimentos e Dividendos de Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado		15.716	22.760	22.853
Despesas de Juros e Rendimentos	21b	(73.558)	(75.958)	(70.612)
Ajuste ao Valor Justo de Ativos e Passivos Financeiros	21c	(8.056)	4.098	(4.834)
Resultado de Operações de Câmbio e Variação Cambial de Transações no Exterior		2.689	927	2.974
Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias	22	38.557	39.032	36.809
Resultado de Operações de Seguros e Previdência Privada antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização		4.488	4.553	3.961
Receitas de Prêmios de Seguros e Previdência Privada		14.804	19.624	24.097
Variações nas Provisões de Seguros e Previdência Privada		(10.316)	(15.071)	(20.136)
Outras Receitas	3	7.101	4.144	2.725
Perdas Esperadas de Ativos Financeiros e de Sinistros		(25.980)	(18.567)	(10.182)
(Perda) Esperada com Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	10c	(24.452)	(18.298)	(10.587)
(Perda) Esperada com demais Ativos Financeiros, líquida		(174)	1.026	1.633
(Despesas) / Recuperação de Sinistros		(1.354)	(1.295)	(1.228)
Produto Bancário Líquido de Perdas Esperadas de Ativos Financeiros e de Sinistros		74.219	98.512	94.018
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais		(68.989)	(67.269)	(63.410)
Despesas Gerais e Administrativas	23	(64.207)	(61.012)	(57.538)
Despesas Tributárias		(6.181)	(7.572)	(6.619)
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Coligadas e Entidades Controladas em Conjunto	11	1.399	1.315	747
Lucro / (Prejuízo) Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social		5.230	31.243	30.608
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	24a	(8.655)	(9.092)	(2.564)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	24a	18.489	5.662	(2.405)
Lucro Líquido		15.064	27.813	25.639
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores	25	18.896	27.113	24.907
Lucro Líquido / (Prejuízo) Atribuível aos Acionistas não Controladores	19d	(3.832)	700	732
Lucro por Ação - Básico	25			
Ordinárias		1,94	2,78	2,56
Preferenciais		1,94	2,78	2,56
Lucro por Ação - Diluído	25			
Ordinárias		1,93	2,77	2,55
Preferenciais		1,93	2,77	2,55
Média Ponderada da Quantidade de Ações em Circulação - Básica	25			
Ordinárias		4.958.290.359	4.958.290.359	4.958.290.359
Preferenciais		4.801.324.161	4.781.855.588	4.759.872.085
Média Ponderada da Quantidade de Ações em Circulação - Diluída	25			
Ordinárias		4.958.290.359	4.958.290.359	4.958.290.359
Preferenciais		4.843.233.835	4.826.925.107	4.815.473.777

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

Demonstração Consolidada do Resultado Abrangente
Períodos Findos em

(Em milhões de Reais)

	Nota	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Lucro Líquido		15.064	27.813	25.639
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes		148	1.810	(166)
Variação de Valor Justo		1.214	2.883	(576)
Efeito Fiscal		(457)	(696)	270
(Ganhos) / Perdas Transferidos ao Resultado	21c	(1.107)	(628)	254
Efeito Fiscal		498	251	(114)
Hedge		(3.557)	(16)	(1.135)
Hedge de Fluxo de Caixa	7	499	(56)	(81)
Variação de Valor Justo		947	(191)	(256)
Efeito Fiscal		(448)	135	175
Hedge de Investimentos Líquidos em Operação no Exterior	7	(4.056)	40	(1.054)
Variação de Valor Justo		(7.616)	83	(1.793)
Efeito Fiscal		3.560	(43)	739
Remensurações em Obrigações de Benefícios Pós Emprego (*)		(192)	(350)	(164)
Remensurações	26	(349)	(648)	(267)
Efeito Fiscal		157	298	103
Variações Cambiais de Investimentos no Exterior		4.630	(1.582)	1.139
Total de Outros Resultados Abrangentes		1.029	(138)	(326)
Total do Resultado Abrangente		16.093	27.675	25.313
Resultado Abrangente Atribuível à Participação dos Acionistas não Controladores		(3.832)	700	732
Resultado Abrangente Atribuível ao Acionista Controlador		19.925	26.975	24.581

(*) Montantes que não serão reclassificados subsequentemente para o resultado.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.

Demonstração Consolidada das Mutações do Patrimônio Líquido (Notas 19 e 20)

Períodos findos em 31 de Dezembro de 2020, 2019 e 2018

(Em milhões de Reais)

	Atribuído à Participação dos Acionistas Controladores											Total Patrimônio	Total Patrimônio	Total
	Outros Resultados Abrangentes													
	Ativos													
	Capital Social	Ações em Tesouraria	Capital Adicional Integralizado	Reservas Integralizadas	Reservas a Integralizar	Lucros Acumulados	Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros	Remensurações em Obrigações de Benefícios Pós Emprego	Ajustes de Conversão de Investimentos no Exterior	Ganhos e Perdas - Hedge ⁽²⁾	Líquido - Acionistas Controladores			
Saldos em 01/01/2018	97.148	(2.743)	1.930	12.499	26.030	-	(944)	(825)	2.667	(4.384)	131.378	12.978	144.356	
Transações com os Acionistas	-	923	190	(534)	-	-	-	-	-	-	579	131	710	
Cancelamento de Ações em Tesouraria - RCA de 22/02/2018	-	534	-	(534)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Aquisição de Ações em Tesouraria	-	(510)	-	-	-	-	-	-	-	-	(510)	-	(510)	
Resultado da Entrega de Ações em Tesouraria	-	899	422	-	-	-	-	-	-	-	1.321	-	1.321	
Reconhecimento de Planos de Pagamento Baseado em Ações	-	-	(232)	-	-	-	-	-	-	-	(232)	-	(232)	
(Aumento) / Redução de Participação de Acionistas Controladores (Nota 2.4a I e 3)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	131	131	
Dividendos	-	-	-	7.394	-	(12.650)	-	-	-	-	(5.256)	(157)	(5.413)	
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	7.285	-	(8.198)	-	-	-	-	(913)	-	(913)	
Dividendos / Juros sobre o Capital Próprio pagos em 2018 - Declarados após 31/12/2017	-	-	-	(13.673)	-	-	-	-	-	-	(13.673)	-	(13.673)	
Dividendos Prescritos	-	-	-	-	-	4	-	-	-	-	4	-	4	
Reorganizações Societárias (Nota 2.4 a III)	-	-	-	(592)	-	-	-	-	-	-	(592)	-	(592)	
Outros	-	-	-	-	674	-	-	-	-	-	674	-	674	
Total do Resultado Abrangente	-	-	-	-	-	24.907	(166)	(164)	1.139	(1.135)	24.581	732	25.313	
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	24.907	-	-	-	-	24.907	732	25.639	
Outros Resultados Abrangentes no Período	-	-	-	-	-	-	(166)	(164)	1.139	(1.135)	(326)	-	(326)	
Destinações:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Reserva Legal	-	-	-	1.097	-	(1.097)	-	-	-	-	-	-	-	
Reserva Estatutária	-	-	-	4	2.962	(2.966)	-	-	-	-	-	-	-	
Saldos em 31/12/2018	97.148	(1.820)	2.120	13.480	29.666	-	(1.110)	(989)	3.806	(5.519)	136.782	13.684	150.466	
Mutação do Período	-	923	190	981	3.636	-	(166)	(164)	1.139	(1.135)	5.404	706	6.110	
Saldos em 01/01/2019	97.148	(1.820)	2.120	13.480	29.666	-	(1.110)	(989)	3.806	(5.519)	136.782	13.684	150.466	
Transações com os Acionistas	-	546	55	-	-	-	-	-	-	-	601	-	601	
Resultado da Entrega de Ações em Tesouraria	-	546	351	-	-	-	-	-	-	-	897	-	897	
Reconhecimento de Planos de Pagamento Baseado em Ações	-	-	(296)	-	-	-	-	-	-	-	(296)	-	(296)	
(Aumento) / Redução de Participação de Acionistas Controladores (Nota 2.4a I e 3)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.567)	(1.567)	
Dividendos	-	-	-	4.709	-	(14.129)	-	-	-	-	(9.420)	(277)	(9.697)	
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	5.102	-	(5.468)	-	-	-	-	(366)	-	(366)	
Dividendos / Juros sobre o Capital Próprio pagos em 2019 - Declarados após 31/12/2018	-	-	-	(17.500)	-	-	-	-	-	-	(17.500)	-	(17.500)	
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Prescritos	-	-	-	-	-	42	-	-	-	-	42	-	42	
Outros ⁽⁴⁾	-	-	-	-	(189)	-	-	-	-	-	(189)	-	(189)	
Total do Resultado Abrangente	-	-	-	-	-	27.113	1.810	(350)	(1.582)	(16)	26.975	700	27.675	
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	27.113	-	-	-	-	27.113	700	27.813	
Outros Resultados Abrangentes no Período	-	-	-	-	-	-	1.810	(350)	(1.582)	(16)	(138)	-	(138)	
Destinações:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Reserva Legal	-	-	-	1.336	-	(1.336)	-	-	-	-	-	-	-	
Reserva Estatutária	-	-	-	5.821	401	(6.222)	-	-	-	-	-	-	-	
Saldos em 31/12/2019	97.148	(1.274)	2.175	12.948	29.878	-	700	(1.339)	2.224	(5.535)	136.925	12.540	149.465	
Mutação do Período	-	546	55	(532)	212	-	1.810	(350)	(1.582)	(16)	143	(1.144)	(1.001)	
Saldos em 01/01/2020	97.148	(1.274)	2.175	12.948	29.878	-	700	(1.339)	2.224	(5.535)	136.925	12.540	149.465	
Transações com os Acionistas	-	367	344	-	-	-	-	-	-	-	711	3.329	4.040	
Resultado da Entrega de Ações em Tesouraria	-	367	200	-	-	-	-	-	-	-	567	-	567	
Reconhecimento de Planos de Pagamento Baseado em Ações	-	-	144	-	-	-	-	-	-	-	144	-	144	
(Aumento) / Redução de Participação de Acionistas Controladores (Nota 2.4a I e 3)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.329	3.329	
Dividendos	-	-	-	-	-	(1.756)	-	-	-	-	(1.756)	(505)	(2.261)	
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	(3.232)	-	-	-	-	(3.232)	-	(3.232)	
Dividendos / Juros sobre o Capital Próprio pagos em 2020 - Declarados após 31/12/2019	-	-	-	(9.811)	-	-	-	-	-	-	(9.811)	-	(9.811)	
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Prescritos	-	-	-	-	-	118	-	-	-	-	118	-	118	
Outros ⁽⁴⁾	-	-	-	-	113	-	-	-	-	-	113	-	113	
Total do Resultado Abrangente	-	-	-	-	-	18.896	148	(192)	4.630	(3.557)	19.925	(3.832)	16.093	
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	18.896	-	-	-	-	18.896	(3.832)	15.064	
Outros Resultados Abrangentes no Período	-	-	-	-	-	-	148	(192)	4.630	(3.557)	1.029	-	1.029	
Destinações:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Reserva Legal	-	-	-	948	-	(948)	-	-	-	-	-	-	-	
Reserva Estatutária	-	-	-	13.143	(65)	(13.078)	-	-	-	-	-	-	-	

Saldos em 31/12/2020	97.148	(907)	2.519	17.228	29.926	-	848	(1.531)	6.854	(9.092)	142.993	11.532	154.525
Mutação do Período	-	367	344	4.280	48	-	148	(192)	4.630	(3.557)	6.068	(1.008)	5.060

(1) Inclui participação no Resultado Abrangente de Investimentos em Coligadas e Entidades Controladas em Conjunto relativo a Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes.

(2) Inclui Hedge de Fluxo de Caixa e de Investimentos Líquidos no Exterior.

(3) Inclui o Ajuste de Hiperinflação da Argentina.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa

(Em milhões de Reais)

	Nota	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Lucro Líquido Ajustado		60.953	61.134	62.855
Lucro Líquido		15.064	27.813	25.639
Ajustes ao Lucro Líquido:		45.889	33.321	37.216
Pagamento Baseado em Ações		217	(141)	(98)
Ajustes ao Valor Justo de Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado e Instrumentos Financeiros				
Derivativos		739	310	551
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa		11.677	(54)	(990)
Perdas Esperadas de Ativos Financeiros e de Sinistros		25.980	18.567	10.182
Resultado de Juros e Variação Cambial de Operações com Dívida Subordinada		20.774	4.433	8.759
Provisões Técnicas de Seguros e Previdência Privada		10.316	15.071	20.136
Depreciações e Amortizações	13 e 14	3.729	3.561	3.567
Despesa de Atualização / Encargos de Provisão para Ações Cíveis, Trabalhistas, Fiscais e Obrigações Legais		893	1.925	1.037
Provisão para Ações Cíveis, Trabalhistas, Fiscais e Obrigações Legais		3.602	5.132	2.465
Receita de Atualização / Encargos de Depósitos em Garantia		(344)	(519)	(199)
Tributos Diferidos (excluindo os efeitos fiscais do Hedge)	24b	(239)	2.499	10.287
Resultado de Participações sobre o Lucro Líquido em Coligadas e Entidades Controladas em Conjunto e Outros Investimentos		(1.399)	(1.315)	(747)
Resultado em Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	21c	(1.107)	(628)	254
Resultado de Juros e Variação Cambial de Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados		(21.057)	(8.420)	(12.808)
Resultado de Juros e Variação Cambial de Ativos Financeiros ao Custo Amortizado		(8.309)	(3.332)	(4.353)
(Ganho) Perda na Alienação de Investimentos e Imobilizado		(4.165)	(168)	(297)
Outros	23	4.582	(3.600)	(530)
Variação de Ativos e Passivos		(1.462)	(25.974)	(33.132)
(Aumento) / Redução em Ativos				
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		(21.775)	(6.897)	(9.404)
Aplicações no Mercado Aberto		(21.639)	62.487	(29.561)
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil		1.189	2.900	4.689
Operações de Crédito		(141.951)	(63.999)	(51.919)
Derivativos (Ativos / Passivos)		(3.012)	1.918	217
Ativos Financeiros Designados ao Valor Justo por Meio do Resultado		(108.696)	(18.202)	(13.105)
Outros Ativos Financeiros		1.841	(19.143)	(15.323)
Outros Ativos Fiscais		534	3	(1.669)
Outros Ativos		(18.008)	(9.232)	(7.447)
(Redução) / Aumento em Passivos				
Depósitos		301.950	43.636	60.486
Captações no Mercado Aberto		16.781	(73.654)	17.603
Recursos de Mercados Interbancários		(18.827)	40.192	10.083
Recursos de Mercados Institucionais		18.611	121	(1.125)
Outros Passivos Financeiros		1.843	19.652	11.486
Passivos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado		(60)	9	(273)
Provisão de Seguros e Previdência		(9.004)	781	(1.409)
Provisões		(3.550)	673	(495)
Obrigações Fiscais		(1.910)	(3.526)	(1.739)
Outros Passivos		10.048	2.568	(348)
Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social		(5.827)	(6.261)	(3.879)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades Operacionais		59.491	35.160	29.723
Dividendos / Juros sobre o Capital Próprio Recebidos de Investimentos em Coligadas e Entidades Controladas em Conjunto		487	838	671
Recursos da Venda de Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes		38.738	9.074	16.622
Alienação de Investimentos em Coligadas e Entidades Controladas em Conjunto		4.982	68	266
Alienação de Imobilizado	13	331	175	215
Distrito de Contratos do Intangível		309	64	35
(Aquisição) de Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes		(50.598)	(24.820)	(591)
(Aquisição) / Resgate de Ativos Financeiros ao Custo Amortizado		11.863	(19.359)	5.479
(Aquisição) de Investimentos em Coligadas e Entidades Controladas em Conjunto		(52)	(387)	(6.718)
(Aquisição) de Imobilizado	13	(1.716)	(1.621)	(1.483)
(Aquisição) de Intangível	14	(3.591)	(2.691)	(1.381)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Investimento		753	(38.659)	13.115
Captação em Mercados Institucionais		5.260	8.548	2.906
Resgate em Mercados Institucionais		(10.581)	(2.833)	(15.048)
Variação da Participação de Acionistas não Controladores		3.330	(1.617)	128
Resultado da Entrega de Ações em Tesouraria		494	742	1.187
Aquisição de Ações para Tesouraria		-	-	(510)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos a Acionistas não Controladores		(506)	(227)	(154)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos		(11.552)	(25.915)	(20.093)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Financiamento		(13.555)	(21.302)	(31.584)
Aumento / (Diminuição) em Caixa e Equivalentes de Caixa	2.4c	46.689	(24.801)	11.254
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período		70.811	95.558	83.314
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa		(11.677)	54	990
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período		105.823	70.811	95.558
		46.224	30.367	37.159
Disponibilidades				
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		3.888	4.561	3.295
Aplicações no Mercado Aberto - Posição Bancada		55.711	35.883	55.104
Informações Complementares sobre o Fluxo de Caixa (Principalmente Atividades Operacionais)				
Juros Recebidos		121.558	134.225	122.405
Juros Pagos		77.011	77.315	84.668
Transações Não Monetárias				
Empréstimos Transferidos para Bens Destinados à Venda		-	-	-
Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio Declarados e Ainda Não Pagos		3.178	838	515

Demonstração Consolidada do Valor Adicionado

(Em milhões de Reais)

	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Receitas	166.832	178.265	173.870
Juros, Rendimentos e Dividendos	141.312	147.808	139.329
Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias	38.557	39.032	36.809
Resultado de Operações de Seguros e Previdência Privada antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização	4.488	4.553	3.961
Perda Esperada com Ativos Financeiros	(24.626)	(17.272)	(8.954)
Outras	7.101	4.144	2.725
Despesas	(89.421)	(87.839)	(79.454)
Juros e Rendimentos	(73.558)	(75.958)	(70.612)
Outras	(15.863)	(11.881)	(8.842)
Insumos Adquiridos de Terceiros	(19.219)	(17.092)	(20.180)
Materiais, Energia e Outros	(321)	(330)	(339)
Serviços de Terceiros	(5.148)	(4.571)	(4.482)
Outras	(13.750)	(12.191)	(15.359)
Processamento de Dados e Telecomunicações	(3.983)	(4.278)	(4.273)
Propaganda, Promoções e Publicações	(1.095)	(1.325)	(1.419)
Instalações	(1.748)	(1.779)	(1.740)
Transportes	(347)	(364)	(350)
Segurança	(730)	(744)	(754)
Viagens	(84)	(240)	(232)
Outras	(5.763)	(3.461)	(6.591)
Valor Adicionado Bruto	58.192	73.334	74.236
Depreciação e Amortização	(5.064)	(4.630)	(3.332)
Valor Adicionado Líquido Produzido Pela Entidade	53.128	68.704	70.904
Valor Adicionado Recebido em Transferência - Resultado de Equivalência Patrimonial	1.399	1.315	747
Valor Adicionado Total a Distribuir	54.527	70.019	71.651
Distribuição do Valor Adicionado	54.527	70.019	71.651
Pessoal	22.567	25.960	22.275
Remuneração Direta	17.349	20.456	17.125
Benefícios	4.406	4.276	4.243
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço	812	1.228	907
Impostos, Taxas e Contribuições	16.639	15.957	22.171
Federais	15.085	14.383	20.734
Municipais	1.554	1.574	1.437
Remuneração de Capitais de Terceiros - Aluguéis	257	289	1.566
Outras	257	289	1.566
Remuneração de Capitais Próprios	15.064	27.813	25.639
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	4.988	19.597	20.848
Lucros Retidos Atribuível aos Acionistas Controladores	13.908	7.516	4.059
	(3.832)	700	732
Lucros Retidos / (Prejuízo) Atribuível aos Acionistas não Controladores			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas
Em 31/12/2020 e 31/12/2019 para Contas Patrimoniais e****De 01/01 a 31/12 de 2020, 2019 e 2018 para Contas de Resultado**

(Em milhões de Reais, exceto informações por ação)

Nota 1 – Informações Gerais

Itaú Unibanco Holding S.A. (ITAÚ UNIBANCO HOLDING) é uma companhia aberta, constituída e existente segundo as leis brasileiras, sua matriz está localizada na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING está presente em 18 países e territórios e fornece uma ampla gama de produtos e serviços financeiros a clientes pessoas físicas e jurídicas, no Brasil e no exterior, sendo esses clientes relacionados ou não ao Brasil, por meio de suas agências, subsidiárias e afiliadas internacionais. Atua na atividade bancária em todas as modalidades, por meio de suas carteiras: comercial; de investimento; de crédito imobiliário; de crédito, financiamento e investimento; de arrendamento mercantil e de operações de câmbio. Suas operações são divididas em três segmentos: Banco de Varejo, Banco de Atacado e Atividades com Mercado + Corporação. Mais detalhes sobre as informações por segmento estão apresentadas na Nota 30.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING é uma holding financeira controlada pela Itaú Unibanco Participações S.A. ("IUPAR"), uma empresa de participações que detém 51,71% de suas ações ordinárias e que é controlada conjuntamente pela (i) Itaúsa S.A. ("ITAÚSA"), uma empresa de participações controlada pelos membros da família Egydio de Souza Aranha, e pela (ii) Companhia E. Johnston de Participações ("E. JOHNSTON"), uma empresa de participações controlada pela família Moreira Salles. A Itaúsa também detém diretamente 39,21% das ações ordinárias do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Estas Demonstrações Contábeis Consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 01 de fevereiro de 2021.

Nota 2 – Políticas Contábeis Significativas

Base de Preparação

As Demonstrações Contábeis Consolidadas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING foram elaboradas considerando os requerimentos e diretrizes do Conselho Monetário Nacional (CMN) que, a partir de 31 de dezembro de 2010, requer a elaboração de Demonstrações Contábeis Consolidadas anuais, de acordo com as normas contábeis internacionais (IFRS), conforme aprovado pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Na preparação destas Demonstrações Contábeis Consolidadas, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING utilizou os critérios de reconhecimento, mensuração e apresentação estabelecidos nas IFRS e nas interpretações do *International Financial Reporting Interpretations Committee* (IFRIC).

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado — DVA é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, contudo, as IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das Demonstrações Contábeis.

A Administração entende que as informações prestadas nessas Demonstrações Contábeis Consolidadas são relevantes e representam fidedignamente as informações utilizadas na gestão do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Novos Pronunciamentos e Alterações e Interpretações de Pronunciamentos Existentes

a) Pronunciamentos Contábeis Aplicáveis para o Período Findo em 31 de dezembro de 2020

- **Estrutura Conceitual (*Conceptual Framework*)** - As principais alterações se referem a: definições de ativo e passivo; critérios para reconhecimento, baixa, mensuração, apresentação e divulgação para elementos patrimoniais e de resultado. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2020 e não houve impactos para as Demonstrações Contábeis Consolidadas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.
- ***Interest Rate Benchmark Reform (IBOR Reform) Fase I*** – Alterações na IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações – Devido à reforma nas taxas de juros utilizadas como referências de mercado – IBOR (*Interbank Offered Rate*), que será finalizada em períodos futuros, poderá haver incertezas nas avaliações das estruturas de *hedge accounting*. As alterações normativas visam minimizar eventuais impactos nessas estruturas no cenário atual de pré-substituição de taxas. Será aplicada a isenção normativa de que essas taxas não serão substituídas durante o período de incerteza nas análises de relacionamentos de *hedge accounting*. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2020 e serão aplicadas até que ocorra a efetiva substituição das IBORs ou os relacionamentos de *hedge accounting* sejam descontinuados. Não foram identificados impactos relevantes nas estruturas de *hedge accounting* para as Demonstrações Contábeis Consolidadas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, no período de pré-substituição das IBORs.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING está exposto principalmente às taxas *Libor* e *Euribor* nas estruturas de *hedge accounting*. Desde 2018, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING reúne grupos de trabalho para acompanhar a evolução das discussões no mercado internacional sobre a substituição das IBORs. Para os contratos padronizados, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING assumirá as atualizações de taxas efetuadas pelas respectivas câmaras de compensação (*clearings*) e entidades auto reguladoras internacionais (*International Swaps and Derivatives Association - ISDA*). Nos demais contratos, sempre que possível serão negociados e adequados de forma gradual até o final de 2021, data em que há expectativa de mercado para o fim de divulgação das IBORs.

- **Alterações na IFRS 16 – Arrendamentos:** Expediente prático que permite aos arrendatários não caracterizar as concessões feitas ao arrendamento motivadas pela pandemia da COVID-19 como modificação de contrato. Esta norma é efetiva para exercícios iniciados em 1º de junho de 2020, sendo permitida a adoção antecipada. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING optou por não utilizar a exceção oriunda da norma e, desta forma, não houve impactos para as Demonstrações Contábeis Consolidadas.

b) Pronunciamentos Contábeis Emitidos Recentemente e Aplicáveis em Períodos Futuros

- *Interest Rate Benchmark Reform (IBOR Reform) Fase II - Alterações na IFRS 4 - Contratos de Seguro, IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações, IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, IFRS 16 - Arrendamentos e IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração: Fase II da reforma nas taxas de juros utilizadas como referências de mercado (IBOR). As alterações resumem-se em:*
- Modificação de ativos e passivos financeiros: Expediente prático que permite substituir, como consequência da reforma, a taxa de juros efetiva de um ativo financeiro ou passivo financeiro por uma nova taxa economicamente equivalente, sem desreconhecimento do contrato;
- *Hedge accounting*: Fim das isenções para avaliação da efetividade dos relacionamentos de *hedge* (Fase I) com o reconhecimento em resultado da parcela inefetiva, criação de subcarteiras para segregação dos contratos com as taxas alteradas para *hedges* de grupo de itens, prazo de 24 meses para identificação e segregação de novo risco baseado na alteração das taxas de juros, e atualizações nas documentações de *hedge*;
- Divulgação: Requerimentos sobre a divulgação dos riscos em que a entidade está exposta pela reforma, o gerenciamento deste risco e da evolução da transição das IBORs.

Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2021. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING está exposto principalmente às taxas *Libor* e *Euribor* nas estruturas de *hedge accounting* e ativos e passivos financeiros, incluindo derivativos. Os contratos vinculados às *IBORs* em extinção serão (i) atualizados para uma taxa alternativa acrescida de *spread*; ou (ii) liquidados antecipadamente se não houver acordo entre as partes. Para mitigar os riscos associados à *IBOR Reform* em contratos padronizados, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING assumirá as atualizações de taxas efetuadas pelas respectivas câmaras de compensação (*clearings*) acrescidas de *spread* para que os fluxos de caixa atualizados sejam economicamente equivalentes aos fluxos de caixa originais. Serão adotados os protocolos de cláusulas de *fallback* sugeridos por entidades auto reguladoras internacionais (*International Swaps and Derivatives Association - ISDA*). Os demais contratos serão negociados entre as partes buscando aproximação ao modelo adotado aos contratos padronizados e serão adequados de forma gradual até o final de 2021, data em que há expectativa de mercado para o fim de divulgação das *IBORs*. Dessa forma, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING não espera impactos relevantes decorrentes da *IBOR Reform*.

- IFRS 17 – Contratos de Seguro: O pronunciamento substitui a IFRS 4 – Contratos de Seguro e apresenta três abordagens para avaliação:
 - Modelo Padrão: aplicável a todos os contratos de seguro sem participação direta;
 - *Premium Allocation Approach* (PAA): aplicável aos contratos com duração de até 12 meses ou quando produza resultados semelhantes aos que seriam obtidos se fosse utilizado o modelo padrão. É mais simplificado que o modelo padrão;
 - *Variable Fee Approach*: aplicável a contratos de seguros com participação direta. Contratos de seguros que são substancialmente contratos de serviço relacionados a investimentos de acordo com os quais uma entidade promete um retorno de investimento com base nos itens subjacentes.

Os contratos de seguro devem ser reconhecidos por meio da análise de quatro componentes:

- Fluxos de Caixa Futuros Esperados: estimativa de todos os componentes do fluxo de caixa do contrato, considerando entradas e saídas de recursos;
- Ajuste ao Risco: estimativa da compensação requerida pelos desvios que podem ocorrer entre os fluxos de caixa;
- Margem Contratual: diferença entre quaisquer valores recebidos antes do início de cobertura do contrato e o valor presente dos fluxos de caixa estimados no início do contrato;
- Desconto: fluxos de caixa projetados devem ser descontados a valor presente, de modo a refletir o valor do dinheiro no tempo, por taxas que reflitam as características dos respectivos fluxos.

Esta norma é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2023. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

Estimativas Contábeis Críticas e Julgamentos

A preparação das Demonstrações Contábeis Consolidadas de acordo com as IFRS exige que a Administração realize estimativas e utilize premissas que afetam os saldos de ativos, passivos e passivos contingentes divulgados na data das Demonstrações Contábeis devido às incertezas e ao alto nível de subjetividade envolvido no reconhecimento e

mensuração de determinados itens. As estimativas e julgamentos considerados mais relevantes pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING estão relacionadas com os seguintes tópicos:

Tópico	Notas
Consolidação	Nota 2.3 (a) e Nota 3
Valor Justo dos Instrumentos Financeiros	Nota 2.3 (b) e Nota 28
Taxa de Juros Efetiva	Nota 2.3 (c), Notas 5, 8, 9 e 10
Modificação de Ativos Financeiros	Nota 2.3 (d), Notas 5, 8, 9 e 10
Transferência e Baixa de Ativos Financeiros	Nota 2.3 (e), Notas 5, 8, 9 e 10
Perda de Crédito Esperada	Nota 2.3 (f), Notas 8, 9, 10 e 32
Redução ao Valor Recuperável (<i>Impairment</i>) do Ágio	Nota 2.3 (g) e Nota 14
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	Nota 2.3 (h) e Nota 24
Planos de Pensão de Benefício Definido	Nota 2.3 (i) e Nota 26
Provisões, Contingências e Obrigações Legais	Nota 2.3 (j) e Nota 29
Provisões Técnicas de Seguros e Previdência Privada	Nota 2.3 (k) e Nota 27

a) Consolidação

Entidades controladas são todas as entidades às quais o ITAÚ UNIBANCO HOLDING está exposto, outem direitos, a retornos variáveis de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de afetar esses retornos através de seu poder sobre a entidade. Uma avaliação de controle é realizada de forma contínua. As entidades controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é estabelecido até a data em que o controle deixa de existir.

b) Valor Justo dos Instrumentos Financeiros não Negociados em Mercado Ativo, incluindo Derivativos

O valor justo de instrumentos financeiros, incluindo Derivativos que não são negociados em mercados ativos, é calculado mediante o uso de técnicas de avaliação baseadas em premissas, que levam em consideração informações e condições de mercado. As principais premissas são: dados históricos, informações de transações similares e técnicas de precificação. Para instrumentos mais complexos ou semliquidez, é necessário um julgamento significativo para determinar o modelo utilizado mediante seleção de *inputs* específicos e em alguns casos, são aplicados ajustes de avaliação ao valor do modelo ou preço cotado para instrumentos financeiros que não são negociados ativamente.

As metodologias usadas para avaliar os valores justos de determinados instrumentos financeiros estão descritas na Nota 28.

c) Taxa de Juros Efetiva

Para o cálculo da taxa de juros efetiva, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING estima os fluxos de caixa considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas não considera perda de crédito futura. O cálculo inclui todas as comissões pagas ou recebidas entre as partes do contrato, os custos de transação e todos os outros prêmios ou descontos.

A receita de juros é calculada aplicando-se a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro. No caso de ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito, é aplicada a taxa de juros efetiva ajustada, considerando a perda de crédito esperada, ao custo amortizado do ativo financeiro.

d) Modificação de Ativos Financeiros

Os fatores utilizados para determinar se houve alteração substancial do contrato são: avaliação se há renegociação que não faz parte dos termos contratuais da operação, modificação nos fluxos de caixa contratuais e extensão significativa do prazo da operação devido às dificuldades financeiras do devedor, alterações significativas na taxa de juros e mudança na moeda em que a operação é denominada.

e) Transferência e Baixa de Ativos Financeiros

Quando não houver expectativas razoáveis de recuperação de um ativo financeiro, considerando curvas históricas, sua baixa total ou parcial, é realizada simultaneamente com a utilização da provisão para perda de crédito esperada relacionada, sem efeitos na Demonstração Consolidada do Resultado do ITAÚ UNIBANCO HOLDING. As recuperações subsequentes dos valores anteriormente baixados são contabilizados como receita na Demonstração Consolidada do Resultado.

Dessa forma, os ativos financeiros são baixados, total ou parcialmente, quando não houver expectativas razoáveis de recuperação de um ativo financeiro ou quando o ITAÚ UNIBANCO HOLDING transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade e tal transferência se qualifica para baixa.

f) Perda de Crédito Esperada

A mensuração da perda de crédito esperada requer aplicação de premissas significativas e uso de modelos quantitativos. A Administração exerce seu julgamento na avaliação da adequação dos montantes de perda esperada resultantes de modelos e, conforme sua experiência, realiza ajustes que podem ser decorrentes da condição de crédito de determinados clientes ou de ajustes temporários decorrentes de situações ou novas circunstâncias que ainda não foram refletidas na modelagem.

As principais premissas são:

- **Prazo:** o ITAÚ UNIBANCO HOLDING considera o período contratual máximo sobre o qual estará exposto ao risco de crédito do instrumento financeiro. Entretanto, ativos que não tenham vencimento determinado têm a vida esperada estimada com base no período de exposição ao risco de crédito. Além disso, todos os termos contratuais são considerados ao determinar a vida esperada, incluindo opções de pré-pagamento e de rolagem.
- **Informações prospectivas:** a IFRS 9 requer uma estimativa ponderada e imparcial da perda de crédito que incorporem previsões de condições econômicas futuras. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza informações macroeconômicas prospectivas e informações públicas com projeções elaboradas internamente para determinar o impacto dessas estimativas na determinação da perda de crédito esperada. As principais informações prospectivas utilizadas na determinação da perda esperada estão relacionadas a Taxa Selic, *Credit Default Swap* (CDS), taxa de desemprego, Produto Interno Bruto (PIB), massa salarial, produção industrial e venda no varejo ampliado.
- **Cenários Macroeconômicos:** essas informações envolvem riscos inerentes, incertezas de mercado e outros fatores que podem gerar resultados diferentes do esperado.
- **Cenários de perda ponderados pela probabilidade:** o ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza cenários ponderados para determinar a perda de crédito esperada em um horizonte de observação adequado à classificação em estágios, considerando a projeção a partir de variáveis econômicas.

- **Determinação de critérios para aumento ou redução significativa no risco de crédito:** em cada período das Demonstrações Contábeis Consolidadas, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING avalia se o risco de crédito sobre um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial utilizando *triggers* (indicadores) relativos e absolutos, que consideram o atraso e a probabilidade de *default* (PD), por produto e país. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avalia diversos fatores para determinar um aumento significativo no risco de crédito, tais como: a contraparte, o tipo e as características do produto e a região em que foi contratado, considerando os seguintes critérios objetivos como fatores mínimos:
 - Estágio 1 para estágio 2: atraso superior a 30 dias, exceto o produto consignado para órgãos públicos, cujo reconhecimento é efetuado após 45 dias de atraso;
 - Estágio 2 para estágio 3: atraso superior a 90 dias, exceto para a carteira de crédito imobiliário que utiliza 180 dias de atraso como parâmetro para migração de estágio.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avalia se o risco de crédito aumentou significativamente de forma individual ou coletiva. Para fins de avaliação coletiva, os ativos financeiros são agrupados com base em características de risco de crédito compartilhado, levando em consideração o tipo de instrumento, as classificações de risco de crédito, a data de reconhecimento inicial, prazo remanescente, ramo, localização geográfica da contraparte dentre outros fatores relevantes.

- São considerados ativos financeiros com baixo risco de crédito e, portanto, permanecem no estágio 1, os títulos públicos de governos nacionais e internacionais, conforme estudo efetuado pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

O detalhamento sobre perda de crédito esperada está na Nota 32.

g) Redução ao Valor Recuperável (*Impairment*) do Ágio

A revisão do ágio por redução ao valor recuperável reflete a melhor estimativa da Administração sobre os fluxos de caixa futuros das Unidades Geradoras de Caixa (UGC), com a identificação das UGC e a estimativa de seu valor justo menos custos de venda e/ou valor em uso. Estes fluxos estão sujeitos a condições de mercado e fatores incertos, como segue:

- Fluxos de caixa projetados para os períodos das previsões disponíveis e às premissas de longo prazo destes fluxos;
- Taxas de desconto, pois geralmente refletem variáveis financeiras e econômicas como a taxa de juros livre de risco e um prêmio de risco.

As UGC ou grupos de UGC são identificados no nível mais baixo em que o ágio é monitorado para fins de Administração interna. O ágio é alocado para as unidades geradoras de fluxo de caixa para propósito do teste do valor recuperável.

h) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido

Conforme explicação na Nota 2.4j, Ativos Fiscais Diferidos são reconhecidos somente em relação a diferenças temporárias dedutíveis, prejuízos fiscais e base negativa a compensar na medida em que se considera provável que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING gerará lucro tributável futuro para a sua utilização. A realização esperada do ativo fiscal diferido é baseada na projeção de lucros tributáveis futuros e outros estudos técnicos, conforme divulgado na Nota 24.

i) Planos de Pensão de Benefício Definido

O valor atual de obrigações de planos de pensão é obtido por cálculos atuariais, que utilizam premissas como taxa de desconto, a qual é apropriada ao final de cada exercício e usada para determinar o valor presente da estimativa de saídas de caixa futuras. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING considera as taxas de juros de títulos do Tesouro Nacional que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações.

As principais premissas para as obrigações de planos de pensão baseiam-se, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota 26.

j) Provisões, Contingências e Obrigações Legais

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING revisa periodicamente suas contingências. Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser razoavelmente estimado.

As contingências classificadas como perdas prováveis são reconhecidas no Balanço Patrimonial na rubrica Provisões.

Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores. Informações adicionais estão divulgadas na Nota 29.

k) Provisões Técnicas de Seguros e Previdência Privada

As provisões técnicas são passivos decorrentes de obrigações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING para com os seus segurados e participantes. Essas obrigações podem ter uma natureza de curta duração (seguros de danos) ou de média ou de longa duração (seguros de vida e previdência).

A determinação do valor do passivo atuarial depende de inúmeras incertezas inerentes às coberturas dos contratos de seguros e previdência, tais como premissas de persistência, mortalidade, invalidez, longevidade, morbidade, despesas, frequência de sinistros, severidade, conversão em renda, resgates e rentabilidade sobre ativos.

As estimativas dessas premissas baseiam-se na experiência histórica do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, em avaliações comparativas e na experiência do atuário, e buscam convergência às melhores práticas do mercado e objetivam a revisão contínua do passivo atuarial. Ajustes resultantes dessas melhorias contínuas, quando necessárias, são reconhecidos no resultado do respectivo período. Informações adicionais estão descritas na Nota 27.

Resumo das Principais Políticas Contábeis**a) Consolidação****I- Subsidiárias**

De acordo com a IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas, subsidiárias são todas as entidades nas quais o ITAÚ UNIBANCO HOLDING possui controle.

As Demonstrações Contábeis Consolidadas são preparadas utilizando políticas contábeis uniformes. Os saldos das contas patrimoniais e de resultado e os valores das transações entre as empresas consolidadas são eliminados.

A partir do 3º trimestre de 2018, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING passou a ajustar as demonstrações contábeis de suas subsidiárias na Argentina para refletir os efeitos da hiperinflação, conforme a IAS 29 – Relatório Financeiro em Economias Hiperinflacionárias.

A tabela a seguir apresenta as principais empresas consolidadas, cuja somatória representa mais de 95% do total do ativo consolidado, bem como a participação do ITAÚ UNIBANCO HOLDING em seus capitais votantes:

	Moeda Funcional ⁽¹⁾	País de Constituição	Atividade	Participação % no capital votante em		Participação % no capital total em	
				31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
No País							
Banco Itaú BBA S.A.	Real	Brasil	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Itaú Consignado S.A.	Real	Brasil	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Itaucard S.A.	Real	Brasil	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Itauleasing S.A.	Real	Brasil	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Cia. Itaú de Capitalização	Real	Brasil	Capitalização	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil	Real	Brasil	Arrendamento Mercantil	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento	Real	Brasil	Sociedade de Crédito	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
HiperCard Banco Múltiplo S.A.	Real	Brasil	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itauseg Seguradora S.A.	Real	Brasil	Seguros	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itaú Corretora de Valores S.A.	Real	Brasil	Corretora de Títulos e Valores Mobiliários	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itaú Seguros S.A.	Real	Brasil	Seguros	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itaú Unibanco S.A.	Real	Brasil	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itaú Vida e Previdência S.A.	Real	Brasil	Previdência Complementar	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Luizacred S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento	Real	Brasil	Sociedade de Crédito	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
Redecard S.A.	Real	Brasil	Adquirente	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
No Exterior							
Itaú Corpbanca Colombia S.A.	Peso Colombiano	Colômbia	Instituição Financeira	34,16%	33,22%	34,16%	33,22%
Banco Itaú (Suisse) SA	Franco Suíço	Suíça	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Itaú Argentina S.A.	Peso Argentino	Argentina	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Itaú Paraguay S.A.	Guarani	Paraguai	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Itaú Uruguay S.A.	Peso Uruguaio	Uruguai	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itau Bank, Ltd.	Real	Ilhas Cayman	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itau BBA International plc	Dólar	Reino Unido	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itau BBA USA Securities Inc.	Real	Estados Unidos	Corretora de Títulos e Valores Mobiliários	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itaú CorpBanca ⁽²⁾	Peso Chileno	Chile	Instituição Financeira	39,22%	38,14%	39,22%	38,14%

⁽¹⁾ Todas as dependências no exterior do ITAÚ UNIBANCO HOLDING possuem moeda funcional igual à da controladora, com exceção da CorpBanca New York Branch cuja moeda funcional é Dólar.

⁽²⁾ ITAÚ UNIBANCO HOLDING controla o ITAÚ CORPBANCA conforme acordo de acionistas.

II - Combinações de Negócios

Um negócio geralmente consiste em um conjunto integrado de atividades e ativos que é capaz de ser conduzido e administrado com a finalidade de oferecer um retorno, na forma de dividendos, custos mais baixos ou outros benefícios econômicos, diretamente aos investidores ou outros sócios, membros ou participantes. Se existe ágio em um conjunto de atividades e de ativos transferidos, presume-se que este é um negócio.

O método de aquisição é utilizado na contabilização de combinações de negócios, exceto para as enquadradas como sob controle comum.

O custo de uma aquisição é mensurado como o valor justo dos ativos entregues, instrumentos de patrimônio emitidos e passivos incorridos ou assumidos na data da aquisição. Os ativos adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos identificáveis em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente a valor justo na data de aquisição, independentemente da existência de participação de não controladores. Quando o valor pago, acrescido da participação de acionistas não controladores, for maior que o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos, a diferença será contabilizada como ágio. Por outro lado, se a diferença for negativa, será tratada como ganho de capital e o valor será reconhecido diretamente no resultado.

III - Ágio

O ágio não é amortizado, mas seu valor recuperável é avaliado semestralmente ou quando existe indicação de uma situação de perda por redução ao valor recuperável, com a utilização de uma abordagem que envolve a identificação das unidades geradoras de caixa (UGC) e a estimativa de seu valor justo menos seu custo de venda e/ou seu valor em uso.

Para determinação desta estimativa, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza-se da metodologia do fluxo de caixa descontado para um período de 5 anos, premissas macroeconômicas, de taxa de crescimento e taxa de desconto.

As unidades ou grupos de unidades geradoras de caixa são identificadas no nível mais baixo em que o ágio é monitorado para fins de Administração interna. O ágio é alocado para as unidades geradoras de fluxo de caixa para propósito do teste do valor recuperável.

A composição dos ativos intangíveis está descrita na Nota 14.

IV - Transações de Capital Com Acionistas não Controladores

A IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas determina que alterações de participação em uma subsidiária, que não resultam em perda de controle, sejam contabilizadas como transações de capital e qualquer diferença entre o valor pago e o valor correspondente aos acionistas não controladores seja reconhecida diretamente no Patrimônio Líquido Consolidado.

b) Conversão de Moedas Estrangeiras

I - Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As Demonstrações Contábeis Consolidadas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING estão apresentadas em Reais, que é sua moeda funcional e de apresentação. Para cada subsidiária, entidade sob controle conjunto e investimento em coligada, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING definiu a moeda funcional, como a moeda do ambiente econômico primário no qual a entidade opera.

II - Operações em Moeda Estrangeira

As operações em moedas estrangeiras são convertidas utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado, a menos que estejam relacionados a *hedge* de fluxo de caixa e *hedges* de investimento líquido em operações no exterior, quando são reconhecidos no Patrimônio Líquido.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

É definido como caixa e contas correntes em bancos, considerados no Balanço Patrimonial Consolidado na rubrica Disponibilidades, Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto (Posição Bancada) com prazo original igual ou inferior a 90 dias.

d) Ativos e Passivos Financeiros

Ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo e subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo.

I - Classificação e Mensuração de Ativos Financeiros

Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias:

- **Custo Amortizado:** utilizada quando os ativos financeiros são administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros;
- **Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes:** utilizada quando os ativos financeiros são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda;
- **Valor Justo por meio do Resultado:** utilizada para ativos financeiros que não atendem os critérios descritos acima.

A classificação e a mensuração subsequente de ativos financeiros dependem de:

- O modelo de negócios no qual são administrados;
- As características de seus fluxos de caixa (*Solely Payment of Principal and Interest Test* - SPPI *Test*).

Modelo de negócios: representa a forma como é efetuada a gestão dos ativos financeiros para gerar fluxos de caixa e não depende das intenções da Administração em relação a um instrumento individual. Os ativos financeiros podem ser administrados com o propósito de: i) obter fluxos de caixa contratuais; ii) obter fluxos de caixa contratuais e venda; ou iii) outros. Para avaliar os modelos de negócios, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING considera os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios; como os gestores do negócio são remunerados; e como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração.

Quando o ativo financeiro é mantido nos modelos de negócios i) e ii) é necessária a aplicação do SPPI *Test*.

SPPI *Test*: avaliação dos fluxos de caixa gerados pelo instrumento financeiro com o objetivo de verificar se constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito, os fluxos de caixa devem incluir contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e o risco de crédito. Se os termos contratuais introduzirem exposição a riscos ou volatilidade nos fluxos de caixa, tais como exposição a alterações nos preços de instrumentos de patrimônio ou preços de *commodities*, o ativo financeiro é classificado como ao valor justo por meio do resultado. Contratos híbridos devem ser avaliados como um todo, incluindo todas as características embutidas. A contabilização de um contrato híbrido que contenha derivativo embutido é efetuada de forma conjunta, ou seja, todo o instrumento é mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Custo Amortizado

O custo amortizado é o valor pelo qual o ativo ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, acrescido dos ajustes efetuados pelo método de juros efetivos, menos a amortização do principal e juros, e qualquer provisão para perda de crédito esperada.

Valor Justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING classifica a hierarquia de valor justo conforme a relevância dos dados observados no processo de mensuração.

O detalhamento sobre o valor justo dos instrumentos financeiros, incluindo Derivativos, bem como sobre a hierarquia de valor justo estão detalhados na Nota 28.

O custo médio é usado para determinar os ganhos e as perdas realizadas na alienação de ativos financeiros ao valor justo, os quais são registrados na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Ajuste ao Valor Justo de Ativos e Passivos Financeiros. Dividendos sobre ativos ao valor justo

por meio de outros resultados abrangentes são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado como Receita de Dividendos quando for provável que se estabeleça o direito do ITAÚ UNIBANCO HOLDING de receber tais dividendos.

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e baixadas, respectivamente, na data de negociação.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no Balanço Patrimonial exclusivamente quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Instrumentos Patrimoniais

Um instrumento de patrimônio é qualquer contrato que comprova uma participação residual nos ativos de uma entidade, após a dedução de todos os seus passivos, tais como Ações e Cotas.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING mensura subsequentemente todos os seus instrumentos de patrimônio ao valor justo por meio do resultado, exceto quando a Administração escolhe, no reconhecimento inicial, designar, irrevogavelmente, um instrumento de patrimônio como ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se for mantido com outro propósito que não apenas gerar retornos. Quando esta escolha é feita, os ganhos e perdas no valor justo do instrumento são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado Abrangente e não são reclassificados subsequentemente para a Demonstração Consolidada do Resultado, mesmo na venda. Dividendos continuam a ser reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado quando o direito do ITAÚ UNIBANCO HOLDING é estabelecido.

Ganhos e perdas em instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio do resultado são contabilizados na Demonstração Consolidada do Resultado.

Perda de Crédito Esperada

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avalia em bases prospectivas a perda de crédito esperada associada aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, aos compromissos de empréstimos e aos contratos de garantia financeira:

- **Ativos financeiros:** a perda é mensurada pelo valor presente da diferença entre os fluxos de caixa contratuais e os fluxos de caixa que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING espera receber;
- **Compromissos de empréstimos:** a perda esperada é mensurada pelo valor presente da diferença entre os fluxos de caixa contratuais que seriam devidos se o compromisso fosse contratado e os fluxos de caixa que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING espera receber;
- **Garantias financeiras:** a perda é mensurada pela diferença entre os pagamentos esperados para reembolsar a contraparte e os valores que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING espera recuperar.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING aplica a abordagem de três estágios para mensurar a perda de crédito esperada, na qual os ativos financeiros migram de um estágio para outro de acordo com as mudanças no risco de crédito.

- Estágio 1 - Perda de crédito esperada para 12 meses: representa os eventos de inadimplência possíveis dentro de 12 meses. Aplicável aos ativos financeiros originados ou comprados sem problemas de recuperação de crédito;
- Estágio 2 - Perda de crédito esperada ao longo da vida do instrumento financeiro: considera todos os eventos de inadimplência possíveis. Aplicável aos ativos financeiros originados ou comprados sem problemas de recuperação de crédito cujo risco de crédito aumentou significativamente; e
- Estágio 3 - Perda de crédito esperada para ativos com problemas de recuperação: considera todos os eventos de inadimplência possíveis. Aplicável aos ativos financeiros originados ou comprados com problemas de recuperação de crédito. A mensuração dos ativos classificados neste estágio difere do estágio 2 pelo reconhecimento da receita de juros aplicando-se a taxa de juros efetiva ao custo amortizado (líquido de provisão) e não ao valor contábil bruto.

Um ativo migrará de estágio à medida que seu risco de crédito aumentar ou diminuir. Dessa forma, um ativo financeiro que migrou para os estágios 2 e 3 poderá voltar para o estágio 1, a menos que tenha sido originado ou comprado com problemas de recuperação de crédito.

Cenários Macroeconômicos

As informações prospectivas são baseadas em cenários macroeconômicos que são reavaliados anualmente ou quando condições de mercado exigirem.

Informações adicionais estão descritas na Nota 32.

Modificação de Fluxos de Caixa Contratuais

Quando os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro são renegociados ou de outro modo modificados e isso não altera substancialmente seus termos e condições, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING não efetua sua baixa. Contudo, o valor contábil bruto desse ativo financeiro é recalculado como o valor presente dos fluxos de caixa contratuais renegociados ou modificados, descontados pela taxa de juros efetiva original e os efeitos da modificação são reconhecidos no resultado. Quaisquer custos ou taxas incorridos ajustam o valor contábil modificado e são amortizados ao longo do prazo restante do ativo financeiro.

Se, por outro lado, a renegociação ou modificação alterar substancialmente os termos e condições do ativo financeiro, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING baixa o ativo original e reconhece um novo. A data da renegociação é, conseqüentemente, considerada a data de reconhecimento inicial do novo ativo para fins de cálculo de perda de crédito esperada, inclusive para determinar aumentos significativos no risco de crédito.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING também avalia se o novo ativo financeiro pode ser considerado como originado ou comprado com problemas de recuperação de crédito, especialmente quando a renegociação foi motivada por dificuldades financeiras do devedor. Diferenças entre o valor contábil do ativo original e o valor justo do novo ativo são reconhecidas imediatamente na Demonstração Consolidada do Resultado.

Os efeitos das modificações dos fluxos de caixa de ativos financeiros e outros detalhes sobre metodologias e premissas utilizadas pela Administração para mensuração da provisão para perda de crédito esperada, incluindo o uso de informações prospectivas, são detalhadas na Nota 32.

Transferência de Ativos Financeiros

Os ativos financeiros são baixados quando o ITAÚ UNIBANCO HOLDING transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de sua propriedade. Caso não seja possível identificar a transferência de todos os riscos e benefícios, deve-se avaliar o controle para determinar o envolvimento contínuo relacionado à transação.

Se houver a retenção de riscos e benefícios, o ativo financeiro permanece registrado e é efetuado o reconhecimento de um passivo pela contraprestação recebida.

II - Classificação e Mensuração de Passivos Financeiros

Os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, exceto por:

- **Passivos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado:** classificação aplicada a derivativos e outros passivos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado para reduzir “descasamentos contábeis”. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING designa passivos financeiros, irrevogavelmente, ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial (opção de valor justo), quando a opção reduz ou elimina significativamente inconsistências de mensuração ou de reconhecimento.
- **Compromissos de Empréstimos e Garantias Financeiras:** conforme detalhado na Nota 2.4d VII.

Baixa e Modificação de Passivos Financeiros

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING baixa um passivo financeiro do Balanço Patrimonial Consolidado quando ele for extinto, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liberada, cancelada ou vencer.

Uma troca de instrumento de dívida ou modificação substancial dos termos de um passivo financeiro é contabilizada como extinção do passivo financeiro original e um novo é reconhecido.

Uma modificação substancial dos termos contratuais ocorre quando o valor presente do desconto dos fluxos de caixa sob os novos termos, incluindo quaisquer taxas pagas/recebidas e descontadas usando a taxa de juros efetiva original, for pelo menos 10% diferente do valor presente descontado dos fluxos de caixa restante do passivo financeiro original.

III – Aplicações no Mercado Aberto

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING dispõe de operações de compra com compromisso de revenda (compromisso de revenda) e de venda com compromisso de recompra (compromisso de recompra) de ativos financeiros. Os compromissos de revenda e compromissos de recompra são contabilizados nas rubricas Aplicações no Mercado Aberto e Captações no Mercado Aberto, respectivamente.

A diferença entre o preço de venda e de recompra é tratada como juros e é reconhecida durante o prazo do acordo usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ativos financeiros aceitos como garantias em compromissos de revenda podem ser usados, quando permitido pelos termos dos acordos, como garantias de compromissos de recompra ou podem ser vendidos.

IV – Derivativos

Todos os derivativos são contabilizados como ativos financeiros quando o valor justo for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

A avaliação de contratos híbridos ativos que estejam sob o escopo da IFRS 9 é efetuada como um todo, incluindo todas as características embutidas e sua contabilização é efetuada de forma conjunta, ou seja, todo o instrumento é mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Quando um contrato contém um componente principal fora do escopo da IFRS 9, por exemplo, um recebível de arrendamento ou um contrato de seguro, ou mesmo um passivo financeiro, os derivativos embutidos são tratados como instrumentos separados se:

- (i) Suas características e seus riscos econômicos não são intimamente relacionados àqueles do componente principal;
- (ii) o instrumento separado satisfaz a definição de derivativo; e
- (iii) o instrumento subjacente não é contabilizado ao valor justo por meio do resultado.

Esses derivativos embutidos são contabilizados separadamente ao valor justo, com as variações reconhecidas na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Ajuste ao Valor Justo de Ativos e Passivos Financeiros.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING continuará aplicando os requerimentos de *hedge* contábil previstos na IAS 39, contudo, poderá adotar os requerimentos da IFRS 9 conforme decisão da Administração. Segundo esta norma, os derivativos podem ser designados e qualificados como instrumento de *hedge* para fins contábeis e, dependendo da natureza do item protegido, o método de reconhecer os ganhos ou as perdas de valor justo será diferente.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING documenta, no início da transação de *hedge*, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos, bem como seu objetivo e estratégia de gerenciamento de risco. O *hedge* é avaliado em base contínua determinado como tendo sido altamente efetivo durante todos os períodos das Demonstrações Contábeis para o qual foi designado.

A IAS 39 apresenta três estratégias de *hedge*: *hedge* de valor justo, *hedge* de fluxo de caixa e *hedge* de investimento líquido em operação no exterior. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza derivativos como instrumento de *hedge* nas três estratégias existentes na IAS 39, conforme detalhado na Nota 7.

Hedge de Valor Justo

Para essas operações são aplicadas as seguintes práticas:

- a) O ganho ou a perda resultante da nova mensuração do instrumento de *hedge* pelo valor justo deve ser reconhecido no resultado; e
- b) O ganho ou a perda resultante do item coberto atribuível a parcela efetiva do risco designado deve ajustar o valor contábil do item coberto a ser reconhecido no resultado.

Quando o derivativo expirar ou for vendido e os critérios de *hedge* contábil não forem mais atendidos ou caso a designação seja revogada deve-se descontinuar prospectivamente o *hedge* contábil. Além disso, qualquer ajuste no valor contábil do item coberto deve ser amortizado no resultado.

Hedge de Fluxo de Caixa

Para os derivativos que são designados e se qualificam como instrumentos de *hedge* de fluxo de caixa, as práticas são:

- a) A parcela efetiva dos ganhos ou perdas do derivativo é registrada diretamente em Outros Resultados Abrangentes - *Hedge* de Fluxo de Caixa;
- b) A parcela dos ganhos e perdas sobre os derivativos que representam a parcela não efetiva ou os componentes de *hedge* excluídos da análise de efetividade é reconhecida no resultado.

Os montantes originalmente reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes e subsequentemente reclassificado para resultado são reconhecidos na rubrica Receitas de Juros, Rendimentos e Dividendos de Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado, no mesmo momento que a receita ou despesa correspondente do item de *hedge* financeiro afetar o resultado. Para os itens de *hedge* não financeiros, os montantes originalmente reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes são incorporados no custo inicial do ativo ou passivo correspondente.

Quando o derivativo expirar ou for vendido, quando os critérios de *hedge* contábil não forem mais atendidos ou quando a entidade revogar a designação do *hedge* contábil, qualquer ganho ou perda acumulado existente em Outros Resultados Abrangentes será reclassificado para o resultado no momento que a transação prevista ocorra ou deixe de se esperar que ocorra.

Hedge de Investimento Líquido em Operação no Exterior

O *hedge* de um investimento líquido em operação no exterior, incluindo *hedge* de um item monetário que seja contabilizado como parte do investimento líquido, é contabilizado de forma similar ao *hedge* de fluxo de caixa:

- a) A parcela do ganho ou da perda sobre o instrumento de *hedge* que for determinada como *hedge* efetivo é reconhecida em Outros Resultados Abrangentes;
- b) A parcela inefetiva é reconhecida no resultado do período.

O ganho ou a perda sobre o instrumento de *hedge* relacionado à parcela efetiva do *hedge* que tiver sido reconhecida em Outros Resultados Abrangentes é reclassificado para o resultado do período quando a operação no exterior é alienada de forma parcial ou total.

V – Operações de Crédito

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING classifica uma operação de crédito como não performando se o pagamento do principal ou dos juros apresentar atraso de 60 dias ou mais. Neste caso, a apropriação de juros deixa de ser reconhecida.

VI – Planos de Capitalização

No Brasil, os planos de capitalização são regulados pelo mesmo órgão que regula o mercado segurador. Estes planos não atendem à definição de contrato de seguro segundo a IFRS 4 e, portanto, foram classificados como um passivo financeiro pelo custo amortizado segundo a IFRS 9.

A receita dos planos de capitalização é reconhecida durante o período do contrato e mensurada pela diferença entre o valor depositado pelo cliente e o valor que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem a obrigação de reembolsar.

VII - Compromissos de Empréstimos e Garantias Financeiras

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING reconhece no Balanço Patrimonial Consolidado como uma obrigação, na data de sua emissão, o valor justo dos compromissos de empréstimos e garantias financeiras. O valor justo é geralmente representado pela tarifa cobrada do cliente. Esse valor é amortizado pelo prazo do instrumento e reconhecido na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias.

Após a emissão, com base na melhor estimativa, se o ITAÚ UNIBANCO HOLDING concluir que a perda de crédito esperada em relação à garantia emitida é maior que o valor justo inicial menos amortização acumulada, este valor é substituído por uma provisão para perda.

e) Investimentos em Empresas Coligadas e Entidades Controladas em Conjunto

I – Coligadas

Coligadas são aquelas empresas nas quais o investidor tem influência significativa, porém não detém o controle. Os investimentos nessas empresas são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição e avaliados subsequentemente pelo método de equivalência patrimonial. O investimento em coligadas e entidades controladas em conjunto inclui o ágio identificado na aquisição líquido de qualquer perda por redução ao valor recuperável acumulada.

II – Negócios em Conjunto

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING possui negócios em conjunto (*joint ventures*) nos quais as partes possuem o controle conjunto e direito sobre os ativos líquidos do negócio.

A participação do ITAÚ UNIBANCO HOLDING nos lucros ou prejuízos de suas coligadas e entidades controladas em conjunto pós-aquisição é reconhecida na Demonstração Consolidada do Resultado. A participação na movimentação em reservas correspondentes do Patrimônio Líquido de suas coligadas e entidades controladas em conjunto é reconhecida em suas reservas do Patrimônio Líquido. As movimentações cumulativas pós-aquisição são ajustadas contra o valor contábil do investimento. Quando a participação do ITAÚ UNIBANCO HOLDING nas perdas de uma empresa não consolidada for igual ou superior à sua participação em coligadas e entidades controladas em conjunto, incluindo quaisquer outros recebíveis, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da empresa não consolidada.

Os ganhos não realizados das operações entre o ITAÚ UNIBANCO HOLDING e suas coligadas e entidades controladas em conjunto são eliminados na proporção da participação do ITAÚ UNIBANCO HOLDING. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda por redução ao valor recuperável do ativo transferido. As políticas contábeis das coligadas e entidades controladas em conjunto são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Se a participação acionária na empresa não consolidada for reduzida, mas o ITAÚ UNIBANCO HOLDING mantiver influência significativa ou controle compartilhado, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes será reclassificada no resultado, quando apropriado.

f) Operações de Arrendamento (Arrendatário)

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING é arrendatário, principalmente, de bens imóveis (ativos subjacentes) para realização de suas atividades comerciais. O reconhecimento inicial ocorre na assinatura do contrato, na rubrica Outros Passivos, que corresponde ao total dos pagamentos futuros a valor presente em contrapartida ao Ativo de Direito de Uso, depreciados de forma linear pelo prazo do arrendamento e testados semestralmente para identificar eventuais perdas por redução ao valor recuperável.

A despesa financeira correspondente aos juros do passivo de arrendamento é reconhecida na rubrica Despesas de Juros e Rendimentos na Demonstração Consolidada do Resultado.

g) Imobilizado

O imobilizado é contabilizado pelo seu custo de aquisição menos depreciação acumulada e ajustado por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear com a utilização de taxas baseadas na vida útil estimada desses ativos. Tais taxas e demais detalhamentos são apresentadas na Nota 13.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados se apropriado ao final de cada período.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avalia os ativos a fim de identificar indicações de redução em seus valores recuperáveis. O valor recuperável do ativo é definido como o maior valor entre o valor justo menos seu custo de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação da redução no valor recuperável, os ativos são agrupados no nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa independentes (unidades geradoras de caixa). A avaliação pode ser feita no âmbito de um ativo individual quando o valor justo menos seu custo de venda possa ser determinado de forma confiável.

Os ganhos e perdas na alienação de ativos imobilizados são registrados na Demonstração Consolidada do Resultado nas rubricas Outras Receitas ou Despesas Gerais e Administrativas.

h) Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis são bens incorpóreos, incluem *softwares* e outros ativos e são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição. Os ativos intangíveis são reconhecidos quando provêm de direitos legais ou contratuais, seu custo pode ser medido confiavelmente e, no caso de intangíveis não oriundos de aquisições separadas ou combinações de negócios, é provável que existam benefícios econômicos futuros oriundos do seu uso. O saldo de Ativos Intangíveis refere-se a ativos adquiridos ou produzidos internamente.

Os ativos intangíveis podem ser de vida útil definida ou indefinida. Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados de forma linear pelo prazo de sua vida útil estimada. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas testados semestralmente para identificar eventuais perdas por redução ao valor recuperável.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avalia semestralmente seus ativos intangíveis a fim de identificar indicações de redução em seus valores recuperáveis, bem como uma possível reversão nas perdas por redução ao valor recuperável. Se tais indicações forem identificadas, os ativos intangíveis são testados a fim de avaliar se seus valores contábeis são plenamente recuperáveis. O valor recuperável do ativo é definido como o maior valor entre o valor justo menos seu custo de venda e o valor em uso. Para fins de avaliar a redução no valor recuperável os ativos são agrupados no nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa. A avaliação pode ser feita no âmbito de um ativo individual quando o valor justo menos seu custo de venda pode ser determinado de forma confiável.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING elegeu o modelo de custo para mensurar seus ativos intangíveis após seu reconhecimento inicial.

A composição dos ativos intangíveis está descrita na Nota 14.

i) Bens Destinados à Venda

Os Bens Destinados à Venda são registrados no Balanço Patrimonial Consolidado na rubrica Outros Ativos quando ocorre sua efetiva apreensão ou intenção de venda. Estes ativos são contabilizados inicialmente pelo menor entre: (i) o valor justo do bem menos os custos estimados para sua venda ou (ii) o valor contábil dos bens destinados à venda.

j) Imposto de Renda e Contribuição Social

Existem dois componentes na provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social: corrente e diferido.

O componente corrente aproxima-se dos impostos a serem pagos ou recuperados no período aplicável.

O componente diferido, representado pelos ativos fiscais diferidos e as obrigações fiscais diferidas, é obtido pelas diferenças entre as bases de cálculo contábil e tributária dos ativos e passivos, no final de cada exercício.

A despesa de imposto de renda e contribuição social é reconhecida na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Imposto de Renda e Contribuição Social, exceto quando se refere a itens

reconhecidos diretamente no Outros Resultados Abrangentes, tais como: o imposto sobre valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, benefícios pós emprego e o imposto sobre *hedges* de fluxo de caixa e de investimentos líquidos em operações no exterior. Posteriormente estes itens são reconhecidos no resultado na realização do ganho/perda dos instrumentos.

Alterações na legislação fiscal e nas alíquotas tributárias são reconhecidas na Demonstração Consolidada do Resultado no período em que entram em vigor. Os juros e multas são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Despesas Gerais e Administrativas.

Para determinar o nível adequado de provisões para impostos a serem mantidas para posições tributárias incertas é usada uma abordagem segundo a qual, um benefício fiscal é reconhecido se uma posição tiver mais probabilidade de ser sustentada do que de não o ser, seguindo as premissas de reconhecimento detalhadas no item 2.4 n.

k) Contratos de Seguros e Previdência Privada

São contratos em que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING aceita um risco de seguro significativo da contraparte concordando em compensá-la se um evento futuro incerto específico afetá-la adversamente. O risco de seguro é significativo se, e somente se, o evento segurado possa levar o ITAÚ UNIBANCO HOLDING a pagar benefícios adicionais significativos em qualquer cenário, excluindo aqueles que não têm substância comercial. Os benefícios adicionais referem-se a montantes que excedem aqueles que seriam pagos se o evento segurado não ocorresse.

Quando da adoção inicial das IFRS, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING decidiu não alterar suas políticas contábeis para contratos de seguros, que seguem as práticas contábeis geralmente aceitas no Brasil (BRGAAP).

Os contratos de investimento com características de participação discricionária são instrumentos financeiros, tratados como contratos de seguro, conforme previsto pela IFRS 4, assim como aqueles que transferem risco financeiro significativo.

Uma vez que o contrato é classificado como um contrato de seguro, ele permanece como tal até o final de sua vida mesmo que o risco de seguro se reduza significativamente durante esse período, a menos que todos os direitos e obrigações sejam extintos ou expirados.

Uma descrição detalhada dos produtos classificados como contratos de seguros pode ser encontrada na Nota 27.

Planos de Previdência Privada

Os contratos em que estão previstos benefícios de aposentadoria após o período de acumulação de capital (conhecidos como PGBL, VGBL e FGB) garantem, na data inicial do contrato, as bases para cálculo do benefício de aposentadoria (tábua de mortalidade e juros mínimos). Os contratos especificam as taxas de anuidade e, portanto, transferem o risco de seguro para a emitente no início, sendo classificados como contratos de seguros.

Prêmios de Seguros

Os prêmios de seguros são contabilizados pela emissão da apólice ou no decorrer do período de vigência dos contratos na proporção do valor de proteção de seguro fornecido.

Se há evidência de perda por redução ao valor recuperável relacionada aos recebíveis de prêmios de seguros, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING constitui uma provisão suficiente para cobrir tal perda com base na análise dos riscos de realização dos prêmios a receber com parcelas vencidas há mais de 60 dias.

Resseguros

No curso normal dos negócios, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING ressegura uma parcela dos riscos subscritos, particularmente riscos de propriedades e de acidentes que excedam os limites máximos de responsabilidade que entende serem apropriados para cada segmento e produto (após um estudo que leva em consideração o tamanho, a experiência, as especificidades e o capital necessário para suportar esses limites). Esses contratos de resseguros permitem a recuperação de uma parcela dos prejuízos com o ressegurador, embora não liberem o segurador da obrigação principal como segurador direto dos riscos objeto do resseguro.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING detém basicamente contratos não proporcionais, os quais transferem parte da responsabilidade à companhia resseguradora sobre perdas que se materializarão após um determinado nível de sinistros na carteira. Os prêmios de resseguro destes contratos são contabilizados na rubrica Outros Ativos, de acordo com a vigência contratual.

Se há evidência de perda pelo valor recuperável, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING constitui provisão quando o período de inadimplência superar 180 dias, a partir do registro de crédito referente à restituição dos sinistros pagos.

Custos de Aquisição

Os custos de aquisição incluem os custos diretos e indiretos relacionados à originação de seguros. Estes custos são lançados diretamente no resultado quando incorridos, com exceção dos custos de aquisição diferidos (comissões pagas aos corretores, agenciamento e angariação), que são lançados proporcionalmente ao reconhecimento das receitas com prêmios, ou seja, pelo prazo correspondente ao contrato de seguro.

Passivos de Contratos de Seguros

As reservas para sinistros são estabelecidas com base na experiência histórica, sinistros em processo de pagamento, valores projetados de sinistros incorridos, mas ainda não reportados e outros fatores relevantes aos níveis exigidos de reservas.

Teste de Adequação do Passivo

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING realiza o teste de adequação dos passivos utilizando premissas atuariais correntes do fluxo de caixa futuro de todos os contratos de seguro em aberto na data de balanço.

Caso a análise demonstre insuficiência, qualquer deficiência identificada será contabilizada no resultado do período.

Os pressupostos utilizados para realizar o teste de adequação de passivo estão detalhados na Nota 27.

I) Benefícios Pós Emprego

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING patrocina Planos de Benefícios Definidos e Planos de Contribuição Definida, contabilizados de acordo com a IAS 19 - Benefícios aos Empregados.

Adicionalmente, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING é obrigado a fazer contribuições para a previdência social pública e plano de indenizações trabalhistas, no Brasil e em outros países onde opera.

Planos de Pensão – Planos de Benefício Definido

O passivo ou ativo, conforme o caso, é reconhecido no Balanço Patrimonial Consolidado referente aos planos de benefício definido corresponde ao valor presente das obrigações de benefício definido na data menos o valor justo dos ativos do plano. As obrigações de benefício definido são calculadas anualmente utilizando-se o método do crédito unitário projetado.

Planos de Pensão - Contribuição Definida

Para os Planos de Contribuição Definida, as contribuições aos planos efetuadas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING por meio de fundos previdenciais, são reconhecidas como um passivo em contrapartida de despesa, quando devidas. Se as contribuições efetuadas excederem a obrigação pelo serviço prestado, será reconhecido um ativo, reconhecido ao valor justo, e as possíveis remensurações são reconhecidas no Patrimônio Líquido, em Outros Resultados Abrangentes, no período em que ocorrem.

Outras Obrigações Pós Emprego

De forma semelhante aos planos de pensão de benefício definido, essas obrigações são avaliadas anualmente por atuários independentes e qualificados, sendo que os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período de emprego e os ganhos e perdas decorrentes de ajuste de práticas e mudanças de premissas atuariais são reconhecidos no Patrimônio Líquido, em Outros Resultados Abrangentes, no período em que ocorrem.

m) Pagamento Baseado em Ações

Os pagamentos baseados em ações são contabilizados de acordo com o valor dos instrumentos patrimoniais outorgados, podendo ser ações ou opções de ações conforme o plano, com base no valor justo na data de outorga. Esse custo é reconhecido durante o período de carência para aquisição do direito de exercício dos instrumentos.

O montante total a ser lançado como despesa é determinado pelo valor justo dos instrumentos patrimoniais, excluindo o impacto de qualquer prestação de serviços e condições de carência para performance que não de mercado (especialmente empregados que permaneçam na entidade durante um período de tempo específico).

n) Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes

Ativos contingentes e passivos contingentes são possíveis direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros incertos.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis Consolidadas, exceto quando a Administração do ITAÚ UNIBANCO HOLDING entender que sua realização for praticamente certa, e geralmente corresponde a ações com decisões favoráveis em julgamento final e inapelável, e pela retirada de ações como resultado da liquidação de pagamentos que tenham sido recebidos ou como resultado de acordo de compensação com um passivo existente.

Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração e são classificadas como:

- **Prováveis:** para as quais são constituídos passivos reconhecidos no Balanço Patrimonial Consolidado na rubrica Provisões;
- **Possíveis:** as quais são divulgadas nas Demonstrações Contábeis Consolidadas, não sendo nenhuma provisão registrada;
- **Remotas:** as quais não requerem provisão e nem divulgação.

O montante dos depósitos judiciais é atualizado de acordo com a regulamentação vigente.

o) Capital Social

As ações ordinárias e as preferenciais, que para fins contábeis são consideradas como ações ordinárias sem direito a voto, são classificadas no Patrimônio Líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no Patrimônio Líquido como uma dedução do valor captado, líquidos de impostos.

p) Ações em Tesouraria

As ações preferenciais e ordinárias recompradas são registradas no Patrimônio Líquido em Ações em Tesouraria pelo seu preço médio de aquisição.

As ações que venham a ser vendidas posteriormente, por exemplo, as vendidas aos beneficiários do Pagamento Baseado em Ações, são registradas como uma redução das ações em tesouraria, mensuradas pelo preço médio das ações mantidas em tesouraria naquela data.

A diferença entre o preço de venda e o preço médio das ações em tesouraria é contabilizada como uma redução ou um aumento no Capital Adicional Integralizado. O cancelamento de ações mantidas em tesouraria é contabilizado como uma redução nas Ações em Tesouraria contra Reservas Integralizadas, pelo preço médio das Ações em Tesouraria na data do cancelamento.

q) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Os valores de dividendos mínimos estabelecidos no estatuto social são contabilizados como um passivo no final de cada exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como passivo quando aprovado em Reunião do Conselho de Administração.

Os juros sobre o capital próprio são tratados, para fins contábeis, como dividendos e são apresentados nas Demonstrações Contábeis Consolidadas como uma redução do Patrimônio Líquido.

Os dividendos foram e continuam sendo calculados e pagos de acordo com as Demonstrações Contábeis preparadas de acordo com as normas contábeis brasileiras e regulamentações para instituições financeiras e não com base nas Demonstrações Contábeis Consolidadas preparadas em IFRS.

As informações de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio estão apresentadas na Nota 19.

r) Lucro por Ação

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING outorga opções de ações cujo efeito de diluição está refletido no lucro por ação diluído com a aplicação do “método das ações em tesouraria”. Segundo esse método, o lucro por ação é calculado como se todas as opções tivessem sido exercidas e como se os recursos recebidos tivessem sido utilizados para adquirir as próprias ações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

As informações de Lucro por Ação estão apresentadas na Nota 25.

s) Informações por Segmento

As informações por segmento são divulgadas de maneira consistente com o relatório interno elaborado para o Comitê Executivo, que é o tomador de decisões operacionais do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING conta com três segmentos de reporte: (i) Banco de Varejo, (ii) Banco de Atacado e (iii) Atividade com Mercado + Corporação.

As Informações por Segmento estão apresentadas na Nota 30.

t) Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias

As receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias são reconhecidas quando o ITAÚ UNIBANCO HOLDING fornece ou disponibiliza os serviços aos clientes, por um montante que reflete a contraprestação que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING espera receber em troca desses serviços. Um modelo de cinco etapas é aplicado para reconhecimento das receitas: i) identificação do contrato com um cliente; ii) identificação das obrigações de desempenho do contrato; iii) determinação do preço da transação; iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho no contrato; e v) reconhecimento da receita quando as obrigações de desempenho, pactuadas nos contratos com clientes, são satisfeitas. Os custos incrementais e os custos para cumprir contratos com clientes são reconhecidos como despesa, quando incorridos.

Os principais serviços prestados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING são:

- **Cartões de Crédito e Débito** – referem-se, principalmente, às taxas cobradas pelos emissores de cartão e adquirentes pelo processamento das operações realizadas com cartões; às anuidades cobradas pela disponibilização e administração do cartão de crédito; e ao aluguel de máquinas da Rede.
- **Serviços de Conta Corrente** – estão substancialmente compostos por tarifas de manutenção de contas correntes, conforme cada pacote de serviço concedido ao cliente; transferências realizadas por meio de TED/DOC; saques de conta depósito à vista e ordem de pagamento.
- **Assessoria Econômica, Financeira e Corretagem** - referem-se, principalmente, serviços de estruturação de operações financeiras; colocação de títulos e valores mobiliários; e intermediação de operações em bolsas.

As receitas dos serviços relacionados aos cartões de crédito, débito e conta corrente e assessoria econômica, financeira e corretagem são reconhecidas quando tais serviços são prestados.

- **Administração de Recursos** - referem-se às taxas cobradas pela administração e desempenho de fundos de investimento e administração de consórcios.
- **Operações de Crédito e Garantias Financeiras Prestadas** - referem-se, principalmente, às tarifas de adiantamento a depositante; ao serviço de avaliação de bens; e a comissão de garantias prestadas.
- **Serviços de Recebimentos** - referem-se aos serviços de cobrança e de arrecadações.

As receitas de determinados serviços, como taxas de administração de recursos, cobrança e custódia, são reconhecidas ao longo da vida dos respectivos contratos, à medida que os serviços são prestados.

Nota 3 – Desenvolvimento de Negócios

Recovery do Brasil Consultoria S.A.

Em 31 de dezembro de 2015, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de sua subsidiária Itaú Unibanco S.A. (ITAÚ UNIBANCO), assinou contrato de compra e venda e outras avenças com o Banco BTG Pactual S.A. (BTG) e com a Misben S.A. para aquisição de 89,08% de participação no capital social da Recovery do Brasil Consultoria S.A. (RECOVERY), correspondente à totalidade da participação das partes na RECOVERY, pelo montante de R\$ 735. Em 07 de julho de 2016 foi adquirida participação adicional de 6,92% da International Finance Corporation, pelo montante de R\$ 59, passando a deter 96% do capital social.

Em 26 de maio de 2020, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de sua subsidiária ITAÚ UNIBANCO adquiriu da International Finance Corporation, participação adicional de 4% pelo montante de R\$ 20,7, passando a deter 100% do capital social da RECOVERY.

A efetiva aquisição e liquidação financeira ocorreram em 28 de maio de 2020.

Aquisição da Zup I.T. Serviços em Tecnologia e Inovação S.A.

Em 31 de outubro de 2019, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de sua controlada Redecard S.A. (REDE), celebrou contrato de compra e venda de 100% do capital social da Zup I.T. Serviços em Tecnologia e Inovação S.A. (ZUP). A compra será realizada em três etapas ao longo de quatro anos. Na primeira etapa, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING adquiriu 52,96% do capital total e votante da ZUP pelo valor aproximado de R\$ 293, passando a deter o controle da companhia. No terceiro ano, após o fechamento da operação, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING adquirirá participação adicional de 19,6% e, no quarto ano a participação restante, de forma a alcançar 100% do capital da ZUP.

As efetivas aquisições e liquidações financeiras ocorreram em 31 de março de 2020 após obtenção das autorizações regulatórias necessárias.

Aquisição de participação minoritária no Pravalier S.A.

Em 27 de dezembro de 2019, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de sua controlada ITAÚ UNIBANCO, aumentou a sua participação acionária no Pravalier S.A. (PRAVALER), adquirindo 43,07% do capital social total (correspondente a 75,71% das ações preferenciais e 28,65% das ações ordinárias) pelo montante de R\$ 330,9. O PRAVALER, com sede em São Paulo, é gestor do maior programa de crédito universitário privado no Brasil, e continuará atuando de forma independente ao ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

O PRAVALER está classificado como entidade coligada mensurada pelo método de equivalência patrimonial.

As efetivas aquisições e liquidações financeiras ocorreram nesta mesma data, após obtenção das autorizações regulatórias necessárias.

Redução de participação minoritária na XP Inc.

Em 29 de novembro de 2019, houve a reorganização societária da XP Investimentos S.A., onde os acionistas subscreveram suas respectivas ações na holding XP Inc. (XP INC), mantendo os percentuais no capital total. Após a oferta pública inicial de ações, realizada em 11 de dezembro de 2019, na Nasdaq em Nova Iorque, a participação do ITAÚ UNIBANCO HOLDING passou de 49,90% para 46,05% gerando um resultado na subscrição primária XP INC de R\$ 1.991.

Em 26 de novembro de 2020, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING divulgou que o Conselho de Administração aprovou a cisão parcial do investimento na XP INC para uma nova sociedade (XPart S.A.).

Em 02 e 17 de dezembro de 2020, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING realizou a venda de 4,44% e 0,07%, respectivamente, do capital social da XP INC, por meio de oferta pública realizada na Nasdaq, gerando um resultado antes dos impostos de R\$ 3.996. Simultaneamente às vendas, a XP INC realizou ofertas públicas de ações (*follow-on*) que resultaram na diluição da participação detida pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING, que passou a ser de 41,00% do capital social, gerando um resultado nas subscrições primárias da XP INC de R\$ 545.

Aquisição de participação minoritária na Ticket Serviços S.A.

Em 4 de setembro de 2018, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de sua controlada ITAÚ UNIBANCO, celebrou com a Edenred Participações S.A. (EDENRED) parceria estratégica no mercado de benefícios aos trabalhadores regidos principalmente pelo PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador. A EDENRED é a controladora da Ticket Serviços S.A. (TICKET) no Brasil.

A parceria estratégica permite ao ITAÚ UNIBANCO adicionar os benefícios emitidos pela TICKET a sua atual oferta de produtos e serviços direcionados aos clientes dos segmentos de atacado, médias, micro e pequenas empresas.

Além disso, o ITAÚ UNIBANCO realizou um investimento minoritário de 11% na TICKET, por meio de aumento de capital com aporte de (i) caixa, equivalente à referida participação do valor patrimonial da companhia, e (ii) direito de exclusividade de distribuição dos produtos Ticket Restaurante, Ticket Alimentação, Ticket Cultura e Ticket Transporte à base de clientes pessoas jurídicas do ITAÚ UNIBANCO durante o prazo da parceria. A TICKET continuará a distribuir seus produtos por meio de outros acordos comerciais e permanecerá sob controle e gestão da EDENRED.

As efetivas aquisições e liquidações financeiras ocorreram em 30 de agosto de 2019, após obtenção das autorizações regulatórias necessárias.

Itaú CorpBanca

O Itaú Corpbanca (ITAÚ CORPBANCA) passou a ser controlado a partir de 1º de abril de 2016 pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING. Nessa mesma data, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING assinou um acordo de acionistas com o Corp Group, o qual prevê, entre outros, o direito de o ITAÚ UNIBANCO HOLDING e o Corp Group indicarem membros do Conselho de Administração do ITAÚ CORPBANCA de acordo com suas participações no capital social, sendo que tais acionistas, em conjunto, têm o direito de indicar a maioria dos membros do conselho de Administração do ITAÚ CORPBANCA e o ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem o direito de indicar a maioria dos membros eleitos por tal bloco.

Em 10 de setembro de 2020, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de sua subsidiária ITB Holding Brasil Participações Ltda., adquiriu indiretamente participação adicional de 1,08% (5.558.780.153 ações) no capital social do ITAÚ CORPBANCA pelo valor de R\$ 229, passando a deter 39,22%.

A efetiva aquisição e liquidação financeira ocorreu em 14 de setembro de 2020 após obtenção das autorizações regulatórias.

Nota 4 - Aplicação em Depósitos Interfinanceiros e no Mercado Aberto

	31/12/2020			31/12/2019		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Aplicações no Mercado Aberto⁽¹⁾	239.848	87	239.935	198.260	162	198.422
Posição Bancada	63.087	87	63.174	44.901	162	45.063
Posição Financiada	150.591	-	150.591	134.116	-	134.116
Com Livre Movimentação	20.367	-	20.367	6.644	-	6.644
Sem Livre Movimentação	130.224	-	130.224	127.472	-	127.472
Posição Vendida	26.170	-	26.170	19.243	-	19.243
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	48.586	7.051	55.637	31.075	3.506	34.581
Total⁽²⁾	288.434	7.138	295.572	229.335	3.668	233.003

(1) O montante de R\$ 11.119 (R\$ 8.544 em 31/12/2019) está dado em garantia de operações na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3) e BACEN e R\$ 176.760 (R\$ 153.359 em 31/12/2019) em garantia de operações com compromisso de recompra.

(2) Inclui perdas no montante de R\$ (56) (R\$ (8) em 31/12/2019).

Nota 5 - Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado e Ativos Financeiros Designados ao Valor Justo - Títulos e Valores Mobiliários

a) Os Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado - Títulos e Valores Mobiliários são apresentados na tabela a seguir:

	31/12/2020			31/12/2019		
	Custo	Ajustes ao Valor Justo (no Resultado) ⁽²⁾	Valor Justo	Custo	Ajustes ao Valor Justo (no Resultado)	Valor Justo
Fundos de Investimento	15.407	(1.203)	14.204	9.277	(1.010)	8.267
Títulos Públicos do Governo Brasileiro ^(1a)	284.280	1.605	285.885	218.548	1.063	219.611
Títulos Públicos - Outros Países ^(1b)	8.199	11	8.210	1.541	(21)	1.520
Argentina	1.480	18	1.498	349	(31)	318
Chile	839	1	840	487	1	488
Colômbia	3.599	4	3.603	399	10	409
Estados Unidos	2.096	(11)	2.085	141	-	141
México	5	-	5	57	-	57
Paraguai	3	-	3	2	-	2
Peru	4	1	5	8	-	8
Uruguai	40	1	41	98	(1)	97
Itália	133	(3)	130	-	-	-
Títulos de Empresas ^(1c)	78.113	(1.081)	77.032	51.744	(1.102)	50.642
Ações	20.063	(1.016)	19.047	15.459	(822)	14.637
Cédula do Produtor Rural	2.371	(22)	2.349	-	-	-
Certificados de Depósito Bancário	729	-	729	792	-	792
Certificados de Recebíveis Imobiliários	561	(13)	548	1.414	30	1.444
Debêntures	30.022	(85)	29.937	12.958	(303)	12.655
Eurobonds e Assemelhados	2.341	42	2.383	2.178	(5)	2.173
Letras Financeiras	15.784	(1)	15.783	18.517	(3)	18.514
Notas Promissórias	5.588	28	5.616	313	-	313
Outros	654	(14)	640	113	1	114
Total	385.999	(668)	385.331	281.110	(1.070)	280.040

(1) Os Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado - Títulos e Valores Mobiliários dados em Garantias de Operações de Captações de Instituições Financeira e Clientes eram: a) R\$ 12.181 (R\$ 28.759 em 31/12/2019),

b) R\$ 765 (R\$ 329 em 31/12/2019) e c) R\$ 8.556 (R\$ 104 em 31/12/2019), totalizando R\$ 21.502 (R\$ 29.192 em 31/12/2019).

(2) No período, o resultado de Ajuste a Valor Justo de Ativos Financeiros (notadamente títulos privados) tiveram seus valores afetados por oscilações de taxas e outras variáveis de mercado oriundas do impacto da pandemia da COVID-19 sobre o cenário macroeconômico do período (Nota 33a).

O custo e o valor justo, por vencimento dos Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado - Títulos e Valores Mobiliários foram os seguintes:

	31/12/2020		31/12/2019	
	Custo	Valor Justo	Custo	Valor Justo
Circulante	152.413	150.298	82.183	80.372
Sem vencimento	35.470	33.251	24.736	22.904
Até um ano	116.943	117.047	57.447	57.468
Não Circulante	233.586	235.033	198.927	199.668
De um a cinco anos	175.530	176.651	136.727	137.186
De cinco a dez anos	37.783	37.600	41.744	41.759
Após dez anos	20.273	20.782	20.456	20.723
Total	385.999	385.331	281.110	280.040

Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado - Títulos e Valores Mobiliários incluem ativos de fundos exclusivos de propriedade da Itaú Vida e Previdência S.A., com um valor justo de R\$ 205.820 (R\$ 204.530 em 31/12/2019). O retorno de tais ativos (positivo ou negativo) é transferido na sua totalidade para clientes de planos PGBL e VGBL, cujas contribuições (líquidas de taxas) são usadas por nossa subsidiária para comprar cotas de tais fundos de investimento.

b) Os Ativos Financeiros Designados ao Valor Justo - Títulos e Valores Mobiliários são apresentados na tabela a seguir:

	31/12/2020		
	Custo	Ajustes ao Valor Justo (no Resultado)	Valor Justo
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro	3.699	41	3.740
Total	3.699	41	3.740

	31/12/2019		
	Custo	Ajustes ao Valor Justo (no Resultado)	Valor Justo
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro	1.016	19	1.035
Total	1.016	19	1.035

O custo e o valor justo, por vencimento dos Ativos Financeiros Designados ao Valor Justo - Títulos e Valores Mobiliários foram os seguintes:

	31/12/2020		31/12/2019	
	Custo	Valor Justo	Custo	Valor Justo
Circulante	1.806	1.826	592	609
Até um ano	1.806	1.826	592	609
Não Circulante	1.893	1.914	424	426
De um a cinco anos	1.893	1.914	424	426
Total	3.699	3.740	1.016	1.035

Nota 6 – Derivativos

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING negocia instrumentos financeiros derivativos com diversas contrapartes para administrar suas exposições globais e para auxiliar seus clientes a administrar suas próprias exposições.

Futuros - Contratos futuros de taxa de juros e de moedas estrangeiras são compromissos para comprar ou vender um instrumento financeiro em uma data futura a um preço ou rendimento contratado, e podem ser liquidados em dinheiro ou por entrega. O valor nominal representa o valor de face do instrumento relacionado. Contratos futuros de mercadorias ou instrumentos financeiros são compromissos para comprar ou vender mercadorias (principalmente ouro, café e suco de laranja) em uma data futura, por um preço contratado, que são liquidados em dinheiro. O valor referencial representa a quantidade dessas mercadorias multiplicada pelo preço futuro na data do contrato. Para todos os instrumentos são efetuadas liquidações diárias dos movimentos de preços.

Termo - Contratos a termo de juros são contratos para efetuar troca de pagamentos em uma data futura especificada, com base na flutuação em mercado da taxa de juros entre a data da negociação e a data da liquidação do contrato. Contratos a termo de câmbio representam contratos para a troca da moeda de um país pela de outro, por um preço contratado em uma data de liquidação futura acordada. Contratos a termo de instrumentos financeiros são compromissos para comprar ou vender um instrumento financeiro em uma data futura, a um preço contratado e são liquidados em dinheiro.

Swaps - Contratos de *swaps* de taxa de juros e de câmbio são compromissos para liquidar em dinheiro em uma data ou datas futuras, o diferencial entre dois índices financeiros especificados (duas taxas de juros diferentes em uma única moeda ou duas taxas diferentes cada uma delas em moeda diferente) aplicado sobre um valor referencial de principal. Os contratos de *swaps* apresentados na tabela abaixo em Outros correspondem, principalmente, a contratos de *swaps* de índices de inflação.

Opções - Contratos de opção dão ao comprador, mediante o pagamento de um prêmio, o direito, mas não a obrigação, de comprar ou vender um instrumento financeiro dentro de um prazo limitado inclusive um fluxo de juros, moedas estrangeiras, mercadorias ou instrumentos financeiros, a um preço contratado que também pode ser liquidado em dinheiro, com base no diferencial entre índices específicos.

Derivativos de Crédito - São instrumentos financeiros cujo valor deriva do risco de crédito associado à dívida emitida por um terceiro (entidade de referência) e permite que uma entidade (comprador da proteção) transfira esse risco a uma contraparte (vendedor da proteção). O vendedor da proteção é obrigado a realizar pagamentos com base no contrato quando a entidade de referência sofrer um evento de crédito, tal como falência, inadimplência ou reestruturação da dívida. O vendedor da proteção recebe um prêmio pela proteção, mas por outro lado recebe o risco de que o instrumento subjacente referenciado no contrato sofra um evento de crédito e tenha que fazer um pagamento ao comprador da proteção que pode chegar ao valor referencial do derivativo de crédito.

O valor total das margens dadas em garantia pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING era de R\$ 18.000 (R\$ 15.823 em 31/12/2019) e estava basicamente composto por títulos públicos.

Mais informações sobre os controles internos e parâmetros utilizados para o gerenciamento de riscos, podem ser consultadas na Nota 32 - Gerenciamento de Riscos e Capital.

I - Resumo Derivativos

Abaixo, composição da carteira de Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos) por tipo de instrumento demonstrada pelo seu valor justo e por prazo de vencimento.

	31/12/2020							
	Valor Justo (*)	%	0-30	31-90	91-180	181-365	366-720	Acima de 720 dias
Ativo								
Contratos de Swaps - Ajuste a Receber	46.019	60,2	4.064	515	629	1.808	5.117	33.886
Contratos de Opções	20.418	26,7	10.103	2.325	523	5.935	992	540
Contratos a Termo	2.085	2,7	1.323	367	297	93	5	-
Derivativos de Crédito	156	0,2	-	-	8	7	29	112
<i>NDF - Non Deliverable Forward</i>	7.596	9,9	2.088	2.345	1.387	1.255	323	198
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	230	0,3	56	1	6	1	12	154
Total	76.504	100,0	17.634	5.553	2.850	9.099	6.478	34.890
% por prazo de vencimento			23,0	7,3	3,7	11,9	8,5	45,6
	31/12/2020							
	Valor Justo (*)	%	0-30	31-90	91-180	181-365	366-720	Acima de 720 dias
Passivo								
Contratos de Swaps - Ajuste a Pagar	(51.789)	65,1	(7.344)	(651)	(1.135)	(1.826)	(5.573)	(35.260)
Contratos de Opções	(20.262)	25,5	(6.355)	(1.969)	(543)	(9.869)	(998)	(528)
Contratos a Termo	(905)	1,1	(892)	-	(11)	(2)	-	-
Derivativos de Crédito	(76)	0,1	-	-	-	(2)	(9)	(65)
<i>NDF - Non Deliverable Forward</i>	(6.426)	8,1	(2.200)	(1.669)	(1.013)	(972)	(301)	(271)
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	(47)	0,1	-	(1)	(10)	(1)	(14)	(21)
Total	(79.505)	100,0	(16.791)	(4.290)	(2.712)	(12.672)	(6.895)	(36.145)
% por prazo de vencimento			21,1	5,4	3,4	15,9	8,7	45,5

(*) Neste período, o resultado de Derivativos teve seus valores afetados por oscilações de taxas e outras variáveis de mercado oriundas do impacto da pandemia da COVID-19 sobre o cenário macroeconômico do período (Nota 33a).

Abaixo, composição da carteira de Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos) por tipo de instrumento demonstrada pelo seu valor justo e por prazo de vencimento.

31/12/2019								
Ativo	Valor Justo	%	Prazo de Vencimento					
			0-30	31-90	91-180	181-365	366-720	Acima de 720 dias
Contratos de <i>Swaps</i> - Ajuste a Receber	26.458	63,2	107	1.807	564	1.668	4.464	17.848
Contratos de Opções	8.456	20,2	4.696	1.963	354	726	500	217
Contratos a Termo	2.162	5,2	940	636	484	87	15	-
Derivativos de Crédito	167	0,4	-	-	5	3	23	136
<i>NDF - Non Deliverable Forward</i>	4.446	10,6	1.251	1.314	787	561	347	186
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	165	0,4	4	-	-	-	6	155
Total	41.854	100,0	6.998	5.720	2.194	3.045	5.355	18.542
% por prazo de vencimento			16,7	13,7	5,2	7,3	12,8	44,3

31/12/2019								
Passivo	Valor Justo	%	Prazo de Vencimento					
			0 - 30	31 - 90	91 - 180	181 - 365	366 - 720	Acima de 720 dias
Contratos de <i>Swaps</i> - Ajuste a Pagar	(32.927)	68,8	(326)	(2.557)	(898)	(1.763)	(8.349)	(19.034)
Contratos de Opções	(9.061)	18,9	(3.668)	(3.494)	(383)	(690)	(571)	(255)
Contratos a Termo	(754)	1,6	(753)	-	-	(1)	-	-
Derivativos de Crédito	(40)	0,1	-	-	-	(1)	(3)	(36)
<i>NDF - Non Deliverable Forward</i>	(4.971)	10,4	(1.891)	(1.108)	(657)	(637)	(526)	(152)
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	(75)	0,2	(15)	(1)	(2)	(4)	(9)	(44)
Total	(47.828)	100,0	(6.653)	(7.160)	(1.940)	(3.096)	(9.458)	(19.521)
% por prazo de vencimento			13,9	15,0	4,1	6,5	19,7	40,8

II - Derivativos por Indexador e Fator de Risco

	Conta de	Valor Patrimonial a	Ajustes ao Valor	Valor Justo
	Compensação / Valor Referencial	Receber / (Recebido) (A Pagar) / Pago	Justo (Resultado / Patrimônio Líquido)	
	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2020
Contratos de Futuros	781.453	-	-	-
Compromissos de Compra	338.165	-	-	-
Ações	8.300	-	-	-
Commodities	1.170	-	-	-
Juros	304.454	-	-	-
Moeda Estrangeira	24.241	-	-	-
Compromissos de Venda	443.288	-	-	-
Ações	7.535	-	-	-
Commodities	2.201	-	-	-
Juros	397.157	-	-	-
Moeda Estrangeira	36.395	-	-	-
Contratos de Swaps		(6.054)	284	(5.770)
Posição Ativa	1.442.449	16.840	29.179	46.019
Commodities	278	1	-	1
Juros	1.423.134	14.030	27.953	41.983
Moeda Estrangeira	19.037	2.809	1.226	4.035
Posição Passiva	1.442.449	(22.894)	(28.895)	(51.789)
Ações	108	(12)	2	(10)
Commodities	341	(9)	-	(9)
Juros	1.425.904	(19.112)	(28.584)	(47.696)
Moeda Estrangeira	16.096	(3.761)	(313)	(4.074)
Contratos de Opções	1.738.849	22	134	156
De Compra - Posição Comprada	131.134	14.538	1.828	16.366
Ações	12.400	345	976	1.321
Commodities	356	14	13	27
Juros	50.771	614	(282)	332
Moeda Estrangeira	67.607	13.565	1.121	14.686
De Venda - Posição Comprada	743.573	2.933	1.119	4.052
Ações	14.659	728	62	790
Commodities	75	2	(1)	1
Juros	659.826	1.087	1.373	2.460
Moeda Estrangeira	69.013	1.116	(315)	801
De Compra - Posição Vendida	129.150	(13.934)	(1.797)	(15.731)
Ações	13.080	(348)	(1.119)	(1.467)
Commodities	899	(28)	(18)	(46)
Juros	55.369	(532)	318	(214)
Moeda Estrangeira	59.802	(13.026)	(978)	(14.004)
De Venda - Posição Vendida	734.992	(3.515)	(1.016)	(4.531)
Ações	13.200	(524)	(156)	(680)
Commodities	246	(10)	6	(4)
Juros	653.376	(978)	(1.317)	(2.295)
Moeda Estrangeira	68.170	(2.003)	451	(1.552)
Contratos a Termo	23.989	1.195	(15)	1.180
Compras a Receber	18.666	1.014	(3)	1.011
Ações	304	304	(3)	301
Juros	584	710	-	710
Moeda Estrangeira	17.778	-	-	-
Obrigações por Compra a Pagar	-	(584)	-	(584)
Juros	-	(584)	-	(584)
Vendas a Receber	1.132	1.073	1	1.074
Ações	770	765	1	766
Juros	-	308	-	308
Moeda Estrangeira	362	-	-	-
Obrigações por Venda a Entregar	4.191	(308)	(13)	(321)
Juros	308	(308)	-	(308)
Moeda Estrangeira	3.883	-	(13)	(13)
Derivativos de Crédito	20.060	(432)	512	80
Posição Ativa	15.877	(270)	426	156
Ações	2.796	(84)	172	88
Commodities	19	-	1	1
Juros	13.062	(186)	253	67
Posição Passiva	4.183	(162)	86	(76)
Ações	1.154	(45)	11	(34)
Commodities	3	-	-	-
Juros	3.026	(117)	75	(42)
NDF - Non Deliverable Forward	313.463	1.214	(44)	1.170
Posição Ativa	156.542	7.467	129	7.596
Commodities	1.715	278	(16)	262
Moeda Estrangeira	154.827	7.189	145	7.334
Posição Passiva	156.921	(6.253)	(173)	(6.426)
Commodities	975	(37)	(1)	(38)
Moeda Estrangeira	155.946	(6.216)	(172)	(6.388)
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	6.413	181	2	183
Posição Ativa	5.274	196	34	230
Ações	47	(3)	3	-
Juros	5.225	199	(26)	173
Moeda Estrangeira	2	-	57	57
Posição Passiva	1.139	(15)	(32)	(47)
Ações	705	(6)	(22)	(28)
Juros	434	(9)	(10)	(19)
	Ativo	43.791	32.713	76.504
	Passivo	(47.665)	(31.840)	(79.505)
	Total	(3.874)	873	(3.001)

Os contratos de derivativos possuem os seguintes vencimentos em dias:

Compensação / Valor Referencial	0 - 30	31 - 180	181 - 365	Acima de 365 dias	31/12/2020
Contrato de Futuros	305.076	242.842	108.338	125.197	781.453
Contratos de Swaps	272.932	123.360	118.617	927.540	1.442.449
Contratos de Opções	1.012.965	216.425	250.966	258.493	1.738.849
Contratos a Termo	19.013	3.999	972	5	23.989
Derivativos de Crédito	-	8.515	804	10.741	20.060
NDF - Non Deliverable Forward	131.205	124.470	38.006	19.782	313.463
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	15	709	279	5.410	6.413

	Conta de	Valor Patrimonial a	Ajustes ao Valor	Valor Justo
	Compensação / Valor Referencial	Receber / (Recebido) (A Pagar) / Pago	Justo (Resultado / Patrimônio Líquido)	
	31/12/2019	31/12/2019	31/12/2019	31/12/2019
Contratos de Futuros				
Compromissos de Compra	664.884	-	-	-
	325.468	-	-	-
Ações	1.084	-	-	-
Commodities	76	-	-	-
Juros	301.898	-	-	-
Moeda Estrangeira	22.410	-	-	-
Compromissos de Venda	339.416	-	-	-
Ações	1.163	-	-	-
Commodities	1.049	-	-	-
Juros	308.824	-	-	-
Moeda Estrangeira	28.380	-	-	-
Contratos de Swaps		(5.267)	(1.202)	(6.469)
Posição Ativa	1.094.378	5.566	20.892	26.458
Commodities	574	-	9	9
Juros	1.075.534	4.596	19.813	24.409
Moeda Estrangeira	18.270	970	1.070	2.040
Posição Passiva	1.094.378	(10.833)	(22.094)	(32.927)
Ações	49	(9)	-	(9)
Commodities	855	-	(12)	(12)
Juros	1.068.660	(9.383)	(21.855)	(31.238)
Moeda Estrangeira	24.814	(1.441)	(227)	(1.668)
Contratos de Opções	1.720.205	(546)	(59)	(605)
De Compra - Posição Comprada	245.824	6.191	(6)	6.185
Ações	11.513	256	515	771
Commodities	268	7	10	17
Juros	188.110	465	(331)	134
Moeda Estrangeira	45.933	5.463	(200)	5.263
De Venda - Posição Comprada	626.187	1.667	604	2.271
Ações	12.294	396	(40)	356
Commodities	228	5	(2)	3
Juros	568.442	513	887	1.400
Moeda Estrangeira	45.223	753	(241)	512
De Compra - Posição Vendida	172.703	(6.671)	(19)	(6.690)
Ações	6.312	(180)	(451)	(631)
Commodities	235	(10)	(8)	(18)
Juros	129.647	(412)	329	(83)
Moeda Estrangeira	36.509	(6.069)	111	(5.958)
De Venda - Posição Vendida	675.491	(1.733)	(638)	(2.371)
Ações	11.152	(269)	(37)	(306)
Commodities	485	(11)	-	(11)

Juros	621.405	(428)	(888)	(1.316)
Moeda Estrangeira	42.449	(1.025)	287	(738)
Contratos a Termo	5.134	1.412	(4)	1.408
Compras a Receber	668	796	(6)	790
Ações	488	488	(6)	482
Juros	160	308	-	308
Moeda Estrangeira	20	-	-	-
Obrigações por Compra a Pagar	660	(160)	-	(160)
Juros	-	(160)	-	(160)
Moeda Estrangeira	660	-	-	-
Vendas a Receber	1.653	1.368	4	1.372
Ações	786	776	3	779
Juros	-	592	1	593
Moeda Estrangeira	867	-	-	-
Obrigações por Venda a Entregar	2.153	(592)	(2)	(594)
Juros	592	(592)	(1)	(593)
Moeda Estrangeira	1.561	-	(1)	(1)
Derivativos de Crédito	12.739	(236)	363	127
Posição Ativa	9.878	(165)	332	167
Ações	2.307	(81)	215	134
Commodities	27	(1)	3	2
Juros	7.423	(87)	114	27
Moeda Estrangeira	121	4	-	4
Posição Passiva	2.861	(71)	31	(40)
Ações	719	(28)	8	(20)
Commodities	2	-	-	-
Juros	2.140	(43)	23	(20)
NDF - Non Deliverable Forward	295.508	(552)	27	(525)
Posição Ativa	138.772	4.239	207	4.446
Commodities	570	34	(1)	33
Moeda Estrangeira	138.202	4.205	208	4.413
Posição Passiva	156.736	(4.791)	(180)	(4.971)
Commodities	316	(10)	(1)	(11)
Moeda Estrangeira	156.420	(4.781)	(179)	(4.960)
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	6.581	216	(126)	90
Posição Ativa	5.428	226	(61)	165
Juros	5.428	226	(65)	161
Moeda Estrangeira	-	-	4	4
Posição Passiva	1.153	(10)	(65)	(75)
Ações	695	2	(41)	(39)
Juros	458	(12)	(6)	(18)

Moeda Estrangeira

-	-	(18)	(18)
Ativo	19.888	21.966	41.854
Passivo	(24.861)	(22.967)	(47.828)
Total	(4.973)	(1.001)	(5.974)

Os contratos de derivativos possuem os seguintes vencimentos em dias:

Compensação / Valor Referencial	0 - 30	31 - 180	181 - 365	Acima de 365 dias	31/12/2019
Contrato de Futuros	196.055	238.485	87.747	142.597	664.884
Contratos de Swaps	24.094	204.065	103.013	763.206	1.094.378
Contratos de Opções					
Contratos a Termo					
Derivativos de Crédito	988.793	320.300	258.488	152.624	1.720.205
<i>NDF - Non Deliverable Forward</i>	953	2.514	1.651	16	5.134
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	-	4.746	733	7.260	12.739
	105.809	129.278	38.851	21.570	295.508
	12	786	320	5.463	6.581

III - Derivativos por Valor Referencial

Abaixo, composição da carteira de Instrumentos Financeiros Derivativos por tipo de instrumento, demonstrada pelo seu valor referencial, por local de negociação (mercado organizado ou balcão) e contrapartes.

	31/12/2020						
	Contratos de Futuros	Contratos de Swaps	Contratos de Opções	Operações a Termo	Derivativos de Crédito	<i>NDF - Non Deliverable Forward</i>	Outros Instrumentos Financeiros Derivativos
Bolsa	781.453	835.744	1.617.643	23.097	3.743	67.887	-
Balcão	-	606.705	121.206	892	16.317	245.576	6.413
Instituições Financeiras	-	531.303	84.865	892	16.317	124.124	5.140
Empresas	-	69.337	35.021	-	-	120.476	1.273
Pessoas Físicas	-	6.065	1.320	-	-	976	-
Total	781.453	1.442.449	1.738.849	23.989	20.060	313.463	6.413

	31/12/2019						
	Contratos de Futuros	Contratos de Swaps	Contratos de Opções	Operações a Termo	Derivativos de Crédito	<i>NDF - Non Deliverable Forward</i>	Outros Instrumentos Financeiros Derivativos
Bolsa	664.884	595.221	1.624.988	4.381	61	69.463	-
Balcão	-	499.157	95.217	753	12.678	226.045	6.581
Instituições Financeiras	-	398.585	66.291	292	12.678	125.550	5.340
Empresas	-	69.185	28.511	461	-	99.151	1.241
Pessoas Físicas	-	31.387	415	-	-	1.344	-
Total	664.884	1.094.378	1.720.205	5.134	12.739	295.508	6.581

IV – Derivativos de Crédito

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING compra e vende proteção de crédito, visando atender as necessidades de seus clientes e o gerenciamento do risco de suas carteiras.

CDS (*Credit Default Swap*) é um derivativo de crédito em que, na ocorrência de um evento de crédito da entidade de referência, o comprador da proteção tem direito a receber o valor equivalente à diferença entre o valor de face do contrato de CDS e o valor justo da obrigação na data da liquidação também conhecido como valor recuperado. O comprador da proteção não precisa deter o instrumento de dívida da entidade de referência para que receba os montantes devidos, quando um evento de crédito ocorre, conforme os termos do contrato de CDS.

TRS (*Total Return Swap*) é uma transação na qual uma parte troca o retorno total de um ativo ou de uma cesta de ativos por fluxos de caixa periódicos, comumente juros e uma garantia contra perda de capital. Em um contrato de TRS, as partes não transferem a propriedade dos ativos.

	31/12/2020				
	Potencial Máximo de Pagamentos Futuros, Bruto	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos
Por Instrumento					
CDS	8.501	1.181	3.928	3.372	20
TRS	7.854	7.854	-	-	-
Total por Instrumento	16.355	9.035	3.928	3.372	20
Por Classificação de Risco					
Grau de Investimento	752	296	372	84	-
Abaixo do grau de investimento	15.603	8.739	3.556	3.288	20
Total por Risco	16.355	9.035	3.928	3.372	20
Por Entidade de Referência					
Governo brasileiro	12.433	8.255	1.627	2.551	-
Governo - outros países	243	66	122	55	-
Entidades Privadas	3.679	714	2.179	766	20
Total por Entidade	16.355	9.035	3.928	3.372	20

	31/12/2019				
	Potencial Máximo de Pagamentos Futuros, Bruto	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos
Por Instrumento					
CDS	6.283	1.013	2.675	2.539	56
TRS	4.161	4.161	-	-	-
Total por Instrumento	10.444	5.174	2.675	2.539	56
Por Classificação de Risco					
Grau de Investimento	1.049	135	602	312	-
Abaixo do grau de investimento	9.395	5.039	2.073	2.227	56
Total por Risco	10.444	5.174	2.675	2.539	56
Por Entidade de Referência					
Governo brasileiro	7.301	4.921	1.117	1.263	-
Governo - outros países	200	34	88	78	-
Entidades Privadas	2.943	219	1.470	1.198	56
Total por Entidade	10.444	5.174	2.675	2.539	56

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avalia o risco do derivativo de crédito com base nas classificações de crédito atribuídas à entidade de referência, dado por agências de classificação de risco independentes. São consideradas como grau de investimento aquelas entidades cujo risco de crédito é classificado como Baa3 ou superior, conforme a classificação da Moody's, e BBB- ou superior, pela classificação da Standard & Poor's e da Fitch Ratings.

A tabela a seguir apresenta o valor nominal dos derivativos de crédito comprados que possuem valores subjacentes idênticos àqueles que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING atua como vendedor da proteção.

31/12/2020			
	Valor Nominal da Proteção Vendida	Valor Nominal da Proteção Comprada com Valor Subjacente Idêntico	Posição Líquida
CDS	(8.501)	3.705	(4.796)
TRS	(7.854)	-	(7.854)
Total	(16.355)	3.705	(12.650)

31/12/2019			
	Valor Nominal da Proteção Vendida	Valor Nominal da Proteção Comprada com Valor Subjacente Idêntico	Posição Líquida
CDS	(6.283)	2.295	(3.988)
TRS	(4.161)	-	(4.161)
Total	(10.444)	2.295	(8.149)

V - Instrumentos Financeiros sujeitos a compensação, acordos master de compensação executáveis e acordos similares

Os quadros a seguir apresentam os ativos e passivos financeiros sujeitos a compensação, acordos master de compensação executáveis e acordos similares e a forma como esses ativos e passivos financeiros estão apresentados nas demonstrações contábeis consolidadas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING. Estes quadros também refletem os valores das garantias concedidas ou recebidas em relação aos ativos e passivos financeiros sujeitos aos mencionados acordos e que não foram apresentados em base líquida, de acordo com o IAS 32.

Ativos financeiros sujeitos a compensação, acordos master de compensação executáveis e a acordos similares:

31/12/2020						
	Montante bruto dos ativos financeiros reconhecidos ⁽¹⁾	Montante bruto reconhecido de forma líquida no Balanço Patrimonial	Montante líquido dos ativos financeiros apresentados no Balanço Patrimonial	Montante relacionado não compensado no Balanço Patrimonial ⁽²⁾		Total
				Instrumentos Financeiros ⁽³⁾	Garantias Recebidas em Espécie	
Operações Compromissadas	239.935	-	239.935	(1.657)	-	238.278
Instrumentos Financeiros Derivativos	76.504	-	76.504	(15.621)	-	60.883
31/12/2019						
	Montante bruto dos ativos financeiros reconhecidos ⁽¹⁾	Montante bruto reconhecido de forma líquida no Balanço Patrimonial	Montante líquido dos ativos financeiros apresentados no Balanço Patrimonial	Montante relacionado não compensado no Balanço Patrimonial ⁽²⁾		Total
				Instrumentos Financeiros ⁽³⁾	Garantias Recebidas em Espécie	
Operações Compromissadas	198.422	-	198.422	(596)	-	197.826
Instrumentos Financeiros Derivativos	41.854	-	41.854	(14.121)	-	27.733

Passivos financeiros sujeitos a compensação, acordos master de compensação executáveis e a acordos similares:

31/12/2020						
	Montante bruto dos passivos financeiros reconhecidos ⁽¹⁾	Montante bruto reconhecido de forma líquida no Balanço Patrimonial	Montante líquido dos passivos financeiros apresentados no Balanço Patrimonial	Montante relacionado não compensado no Balanço Patrimonial ⁽²⁾		Total
				Instrumentos Financeiros ⁽³⁾	Garantias Entregues em Espécie	
Operações Compromissadas	273.364	-	273.364	(42.161)	-	231.203
Instrumentos Financeiros Derivativos	79.505	-	79.505	(15.621)	(574)	63.310
31/12/2019						
	Montante bruto dos passivos financeiros reconhecidos ⁽¹⁾	Montante bruto reconhecido de forma líquida no Balanço Patrimonial	Montante líquido dos passivos financeiros apresentados no Balanço Patrimonial	Montante relacionado não compensado no Balanço Patrimonial ⁽²⁾		Total
				Instrumentos Financeiros ⁽³⁾	Garantias Entregues em Espécie	

Operações Compromissadas	256.583	-	256.583	(23.509)	-	ISSN 1983-6767
Instrumentos Financeiros Derivativos	47.828	-	47.828	(14.121)	(148)	233.074 33.559

(2) Limitado aos valores sujeitos a acordos master de compensação e similares executáveis.

(3) Inclui valores sujeitos a acordos master de compensação e similares executáveis e garantias em instrumentos financeiros.

Os ativos e passivos financeiros são apresentados de forma líquida no Balanço Patrimonial somente quando existe um direito legalmente exequível de compensar os montantes reconhecidos e existe a intenção de liquidá-los em base líquida, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

Os Instrumentos Financeiros Derivativos e as Operações Compromissadas não compensados no Balanço Patrimonial referem-se a operações nas quais existem acordos master de compensação ou acordos similares executáveis, mas que não atendem aos critérios de compensação do parágrafo 42 do IAS 32, principalmente porque o ITAÚ UNIBANCO HOLDING não tem a intenção de liquidá-los em bases líquidas, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

Nota 7 – Hedge Contábil

As relações de *hedge* são de três tipos: *Hedge* de Valor Justo, *Hedge* de Fluxo de Caixa e *Hedge* de Investimento Líquido em Operação no Exterior.

Na contabilidade de *hedge*, os grupos de fatores de risco mensurados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING são:

- Taxa de Juros: Risco de perda nas operações sujeitas às variações de taxas de juros;
- Moedas: Risco de perda nas operações sujeitas à variação cambial.

A estrutura de limites de risco estende-se em nível de fator de risco, com limites específicos que visam a melhorar o processo de acompanhamento e compreensão, bem como evitar a concentração desses riscos.

As estruturas designadas para as categorias de risco de taxa de juros e risco cambial são realizadas considerando os riscos em sua totalidade, quando existem instrumentos de *hedge* compatíveis. Por decisão da administração, em alguns casos, os riscos são protegidos pelo prazo e limite de fator de risco do instrumento de *hedge*.

Os demais fatores de risco protegidos pela instituição são apresentados na Nota 32.

Para proteger os fluxos de caixa e o valor justo dos instrumentos designados como objeto de *hedge*, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza instrumentos financeiros derivativos e ativos financeiros. Atualmente, são utilizados Contratos Futuros, Opções, NDF (*Non Deliverable Forward*), *Forward*, *Swap* e Ativos Financeiros.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING realiza o gerenciamento de risco através da relação econômica entre os instrumentos de *hedge* e objetos de *hedge*, onde se espera que esses instrumentos se movam em sentidos contrários, nas mesmas proporções, com o objetivo de neutralização dos fatores de riscos.

O índice de cobertura designado é sempre 100% do fator de risco que seja elegível a cobertura. As fontes de inefetividade, em geral, estão relacionadas ao risco de crédito da contraparte e possíveis descasamentos de prazos entre o instrumento de *hedge* e o objeto de *hedge*.

a) Hedge de Fluxo de Caixa

As estratégias de *hedge* de fluxo de caixa do ITAÚ UNIBANCO HOLDING consistem em um *hedge* de exposição à variação nos fluxos de caixa, em pagamentos de juros e exposição à taxa de câmbio, que são atribuíveis às alterações nas taxas de juros relativas a ativos e passivos reconhecidos e alterações de taxas de câmbio de ativos e passivos não reconhecidos.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING aplica o *hedge* de fluxo de caixa como segue:

Risco de Taxa de Juros:

- *Hedge* de Depósitos a Prazo e Operações Compromissadas: proteger as alterações no fluxo de caixa de pagamento de juros resultantes de variações na taxa DI, através de contratos futuros;
- *Hedge* de Operações Ativas: proteger as alterações no fluxo de caixa de recebimento de juros resultantes de variações na taxa DI, através de contratos futuros;
- *Hedge* de Ativos Denominados em UF*: proteger alterações no fluxo de caixa de recebimento de juros resultantes das variações na UF*, através de contratos de *swap*;
- *Hedge* de Captações: proteger alterações no fluxo de caixa de pagamento de juros resultantes das variações da TPM*, através de contratos de *swap*;
- *Hedge* de Operações de Crédito: proteger alterações no fluxo de caixa de recebimento de juros resultantes das variações da TPM*, através de contratos de *swap*;
- *Hedge* de Operações Compromissadas Ativas: proteger alterações no fluxo de caixa de recebimento de juros resultantes das variações na Selic, através de contratos futuros;
- *Hedge* de Transações Previstas Altamente Prováveis: proteger o risco de variação no valor de compromissos assumidos, quando, decorrente das variações nas taxas de câmbio.

*UF – Unidade de Fomento / TPM – Taxa de Política Monetária

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING não utiliza o método qualitativo para avaliar a eficácia e medir a ineficácia dessas estratégias.

No caso de estratégias de *hedge* de fluxo de caixa, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING adota o método derivativo hipotético. O método derivativo hipotético é baseado em uma comparação da mudança no valor justo, de um derivativo hipotético, com prazos idênticos aos prazos críticos da obrigação de taxa variável, e essa mudança no valor justo do derivativo hipotético é considerada uma representação do valor presente da alteração cumulativa, no fluxo de caixa futuro esperado, da obrigação protegida.

		31/12/2020				
		Objetos de Hedge			Instrumentos de Hedge	
Estratégias	Rubrica	Valor Contábil		Variação no Valor Reconhecida em Outros Resultados Abrangentes	Reserva de Hedge de Fluxo de Caixa	Variação no Valor Justo Utilizada para Calcular a Inefetividade do Hedge
		Ativos	Passivos			
Risco de Taxa de Juros						
Hedge de Depósitos e Operações Compromissadas	Captações no Mercado Aberto	-	103.407	(2.423)	(2.458)	(2.429)
Hedge de Operações Ativas	Oper. Crédito e Arrend. Merc. Fin e TVM	5.673	-	66	66	66
Hedge de Compromissadas Ativas	Aplicações no Mercado Aberto	29.533	-	697	697	699
Hedge de Operações de Crédito	Oper. Crédito e Arrend. Merc. Fin	327	-	12	12	15
Hedge de Captações	Depósitos	-	2.007	(10)	(10)	(11)
Hedge de Ativos Denominados em UF	Títulos e Valores Mobiliários	16.674	-	(4)	(4)	(1)
Risco Cambial						
Hedge de Transações Previstas Altamente Prováveis		1.314	-	(105)	148	(105)
Total		53.521	105.414	(1.767)	(1.549)	(1.766)

		31/12/2019				
		Objetos de Hedge			Instrumentos de Hedge	
Estratégias	Rubrica	Valor Contábil		Variação no Valor Reconhecida em Outros Resultados Abrangentes	Reserva de Hedge de Fluxo de Caixa	Variação no Valor Justo Utilizada para Calcular a Inefetividade do Hedge
		Ativos	Passivos			
Risco de Taxa de Juros						
Hedge de Depósitos e Operações Compromissadas	Captações no Mercado Aberto	-	24.543	(2.808)	(3.310)	(2.814)
Hedge de Operações Ativas	Oper. Crédito e Arrend. Merc. Fin e TVM	5.564	-	91	91	91
Hedge de Compromissadas Ativas	Aplicações no Mercado Aberto	30.896	-	520	520	523
Hedge de Operações de Crédito	Oper. Crédito e Arrend. Merc. Fin	269	-	12	12	14
Hedge de Captações	Depósitos	-	4.617	(27)	(22)	(27)
Hedge de Ativos Denominados em UF	Títulos e Valores Mobiliários	12.588	-	6	6	5
Risco Cambial						
Hedge de Transações Previstas Altamente Prováveis		294	-	(11)	179	(11)
Total		49.611	29.160	(2.217)	(2.524)	(2.219)

Para as estratégias de depósitos e operações compromissadas, operações ativas e compromissadas ativas frequentemente a entidade reestabelece a relação de cobertura, dado que tanto o item protegido quanto os instrumentos mudam ao longo do tempo. Isso ocorre por se tratarem de estratégias de portfólio, refletindo as diretrizes de estratégia de gerenciamento de risco aprovadas em alçada competente.

O saldo remanescente na reserva de hedge de fluxo de caixa para o qual o hedge contábil não é mais aplicado é de R\$ 218 (R\$ 307) em 31/12/2019.

		31/12/2020					
Instrumentos de Hedge	Valor Nominal	Valor Contábil (*)		Variação no Valor Justo Utilizada para Calcular a Inefetividade do Hedge	Variação no Valor Reconhecida em Outros Resultados Abrangentes	Inefetividade do Hedge Reconhecida no Resultado	Montante Reclassificado da Reserva de Hedge de Fluxo de Caixa para o Resultado
		Ativos	Passivos				
Risco de Taxa de Juros							
Futuros	140.567	146	-	(1.664)	(1.660)	(4)	(381)
Swaps	18.989	2.007	17.006	3	(2)	5	-
Risco Cambial							
Futuros	1.314	5	298	(105)	(105)	-	-
Total	160.870	2.158	17.304	(1.766)	(1.767)	1	(381)

		31/12/2019					
Instrumentos de Hedge	Valor Nominal	Valor Contábil (*)		Variação no Valor Justo Utilizada para Calcular a Inefetividade do Hedge	Variação no Valor Reconhecida em Outros Resultados Abrangentes	Inefetividade do Hedge Reconhecida no Resultado	Montante Reclassificado da Reserva de Hedge de Fluxo de Caixa para o Resultado
		Ativos	Passivos				
Risco de Taxa de Juros							
Futuros	62.329	-	14	(2.200)	(2.197)	(3)	(762)
Swaps	17.429	4.617	12.858	(8)	(9)	1	-
Risco Cambial							
Futuros	294	-	156	(11)	(11)	-	-
Total	80.052	4.617	13.028	(2.219)	(2.217)	(2)	(762)

(*) Valores registrados na rubrica Derivativos.

b) Hedge de Investimento Líquido em Operação no Exterior

As estratégias de investimento líquido no exterior do ITAÚ UNIBANCO HOLDING consistem em um *hedge* de exposição em moeda estrangeira, oriunda da moeda funcional da operação no exterior em relação à moeda funcional da matriz.

O risco protegido nesse tipo de estratégia é o risco cambial.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING não utiliza o método qualitativo para avaliar a eficácia e medir a ineficácia dessas estratégias.

Para avaliar a eficácia e medir a ineficácia dessas estratégias, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING adota o *Dollar Offset Method*. O *Dollar Offset Method* é baseado em uma comparação da variação do valor justo (fluxo de caixa), do instrumento de *hedge*, atribuível às variações das taxas de câmbio e o ganho (perda) decorrente da variação entre as taxas de câmbio sobre o montante do investimento no exterior designado como objeto de *hedge*.

Estratégias	31/12/2020					
	Objetos de Hedge			Instrumentos de Hedge		
	Valor Contábil ⁽²⁾		Variação no Valor Reconhecida em Outros Resultados Abrangentes	Reserva de Conversão de Moeda Estrangeira	Valor Nominal	Variação no Valor Justo Utilizada para Calcular a Inefetividade do Hedge
	Ativos	Passivos				
Risco Cambial						
Hedge de Investimento em Operação Líquida no Exterior ⁽¹⁾	15.277	-	(14.598)	(14.598)	24.619	(14.601)
Total	15.277	-	(14.598)	(14.598)	24.619	(14.601)

Estratégias	31/12/2019					
	Objetos de Hedge			Instrumentos de Hedge		
	Valor Contábil ⁽²⁾		Variação no Valor Reconhecida em Outros Resultados Abrangentes	Reserva de Conversão de Moeda Estrangeira	Valor Nominal	Variação no Valor Justo Utilizada para Calcular a Inefetividade do Hedge
	Ativos	Passivos				
Risco Cambial						
Hedge de Investimento em Operação Líquida no Exterior ⁽¹⁾	14.396	-	(7.217)	(7.217)	16.947	(7.220)
Total	14.396	-	(7.217)	(7.217)	16.947	(7.220)

(1) Os instrumentos de hedge consideram a posição bruta de impostos.

(2) Valores registrados na rubrica Derivativos - Hedge de Investimentos em Operação no Exterior.

Instrumentos de Hedge	31/12/2020						
	Valor Nominal	Valor Contábil ⁽¹⁾		Variação no Valor Justo Utilizada para Calcular a Inefetividade do Hedge	Variação no Valor Reconhecida em Outros Resultados Abrangentes	Inefetividade de Hedge Reconhecida no Resultado	Montante Reclassificado da Reserva de Conversão de Moeda Estrangeira para o Resultado
		Ativos	Passivos				
Risco Cambial							
Futuros	44.186	-	150	(18.732)	(18.695)	(37)	-
Termo	(4.262)	4.474	-	332	305	27	-
NDF - Non Deliverable Forward	(15.196)	538	-	3.556	3.547	9	-
Ativos Financeiros	(109)	109	-	243	245	(2)	-
Total	24.619	5.121	150	(14.601)	(14.598)	(3)	-

Instrumentos de Hedge	31/12/2019						
	Valor Nominal	Valor Contábil ⁽¹⁾		Variação no Valor Justo Utilizada para Calcular a Inefetividade do Hedge	Variação no Valor Reconhecida em Outros Resultados Abrangentes	Inefetividade de Hedge Reconhecida no Resultado	Montante Reclassificado da Reserva de Conversão de Moeda Estrangeira para o Resultado
		Ativos	Passivos				
Risco Cambial							
Futuros	32.966	228	-	(12.329)	(12.292)	(37)	-
Termo	(2.990)	2.977	-	408	381	27	-
NDF - Non Deliverable Forward	(11.525)	260	-	4.443	4.434	9	-
Ativos Financeiros	(1.504)	1.523	-	258	260	(2)	-
Total	16.947	4.988	-	(7.220)	(7.217)	(3)	-

(*) Valores registrados na rubrica Derivativos.

c) Hedge de Valor Justo

As estratégias de *hedge* de valor justo do ITAÚ UNIBANCO HOLDING consistem em proteger a exposição à variação no valor justo, em recebimentos e pagamentos de juros relativos a ativos e passivos reconhecidos.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING aplica o *hedge* de valor justo como segue:

Risco de Taxa de Juros:

- Proteger o risco de variação do valor justo de recebimento e pagamento de juros resultante das variações no valor justo das taxas variáveis envolvidas, através da contratação de contratos de *Swap* e *Futuros*.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING não utiliza o método qualitativo para avaliar a eficácia e medir a ineficácia dessas estratégias.

Para avaliar a eficácia e medir a ineficácia das estratégias, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING adota os métodos percentagem *approach* e o *dollar offset*.

- O método percentagem *approach* é baseado no cálculo da mudança no valor justo da estimativa revisada da posição coberta (objeto de *hedge*) atribuível ao risco protegido versus a mudança no valor justo do instrumento derivativo de *hedge*.
- O *dollar offset method* é calculado pela diferença entre a variação do valor justo do instrumento de cobertura e a variação no valor justo do objeto coberto atribuído às alterações na taxa de juros.

A seguir são apresentados os efeitos da contabilização de cobertura sobre a posição financeira e desempenho do ITAÚ UNIBANCO HOLDING:

Estratégias	31/12/2020						
	Objetos de Hedge				Instrumentos de Hedge ⁽²⁾		
	Valor Contábil ⁽¹⁾		Valor Justo		Variação no Valor Justo Reconhecida no Resultado	Valor Nominal	Variação no Valor Justo Utilizada para Inefetividade do Hedge
	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos			
Risco de Taxa de Juros							
Hedge de Operações de Crédito	9.205	-	9.616	-	411	9.205	(423)
Hedge de Captações	-	10.200	-	11.591	(1.391)	10.200	1.390
Hedge de Títulos Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	10.192	-	10.412	-	220	10.383	(226)
Total	19.397	10.200	20.028	11.591	(760)	29.788	741
Estratégias	31/12/2019						
	Objetos de Hedge				Instrumentos de Hedge		
	Valor Contábil ⁽¹⁾		Valor Justo		Variação no Valor Justo Reconhecida no Resultado	Valor Nominal	Variação no Valor Justo Utilizada para Calcular a Inefetividade do Hedge
	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos			
Risco de Taxa de Juros							
Hedge de Operações de Crédito	7.386	-	7.642	-	256	7.386	(264)
Hedge de Captações	-	7.436	-	8.195	(759)	7.436	775
Hedge de Títulos Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	4.482	-	4.574	-	92	4.609	(85)
Total	11.868	7.436	12.216	8.195	(411)	19.431	426

(1) Valores registrados na rubrica de Depósitos, Títulos e Valores Mobiliários, Recursos de Mercados Interbancários e Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil.

(2) Contempla o montante de R\$ 4.915 em 31/12/2020 referente a instrumentos expostos pela reforma das taxas de juros de referência - IBORs.

Para as estratégias de operações de crédito, a entidade reestabelece a relação de cobertura dado que tanto o item protegido quanto os instrumentos mudam ao longo do tempo. Isso ocorre por se tratarem de estratégias de portfólio, refletindo as diretrizes de estratégia de gerenciamento de risco aprovadas em alçada competente.

Instrumentos de Hedge	31/12/2020				
	Valor Nominal	Valor Contábil ⁽¹⁾		Variação no Valor Justo Utilizada para Calcular a Inefetividade do Hedge	Inefetividade do Hedge Reconhecida no Resultado
		Ativos	Passivos		
Risco de Taxa de Juros					
Swaps ⁽²⁾	29.788	2.871	5.812	741	(19)
Total	29.788	2.871	5.812	741	(19)

Instrumentos de Hedge	31/12/2019				
	Valor Nominal	Valor Contábil ⁽¹⁾		Variação no Valor Justo Utilizada para Calcular a Inefetividade do Hedge	Inefetividade do Hedge Reconhecida no Resultado
		Ativos	Passivos		
Risco de Taxa de Juros					
Swaps ⁽²⁾	19.431	766	4.636	426	15
Total	19.431	766	4.636	426	15

(1) Valores registrados na rubrica Derivativos.

(2) O montante de R\$ 183 deixou de ser qualificado como hedge, com efeito no resultado de R\$ (17) (R\$ 408 em 31/12/2019, com efeito no resultado de R\$ (15) de 01/01 a 31/12/2019).

A tabela abaixo apresenta para cada estratégia o valor nominal e o ajustes ao valor justo dos instrumentos de *hedge* e o valor contábil do objeto *hedge*:

Estratégias	31/12/2020			31/12/2019		
	Instrumentos de <i>Hedge</i>		Objeto de <i>Hedge</i>	Instrumentos de <i>Hedge</i>		Objeto de <i>Hedge</i>
	Valor Nominal	Ajustes ao Valor Justo	Valor Contábil	Valor Nominal	Ajustes ao Valor Justo	Valor Contábil
<i>Hedge</i> de Depósitos e Operações Compromissadas	103.407	158	103.407	24.543	(37)	24.543
<i>Hedge</i> de Transações Previstas Altamente Prováveis	1.314	(105)	1.314	294	(11)	294
<i>Hedge</i> de Investimento em Operação Líquida no Exterior	24.619	4.971	15.277	16.947	4.988	14.396
<i>Hedge</i> de Operações de Crédito (Valor Justo)	9.205	(423)	9.205	7.386	(264)	7.386
<i>Hedge</i> de Operações de Crédito (Fluxo de Caixa)	316	15	327	257	14	269
<i>Hedge</i> de Captações (Valor Justo)	10.200	1.390	10.200	7.436	775	7.436
<i>Hedge</i> de Captações (Fluxo de Caixa)	1.996	(11)	2.007	4.590	(27)	4.617
<i>Hedge</i> de Operações Ativas	5.743	66	5.673	5.656	91	5.564
<i>Hedge</i> de Operações Compromissadas Ativas	31.417	(11)	29.533	32.130	20	30.896
<i>Hedge</i> de Ativos Denominados em UF	16.677	(1)	16.674	12.582	5	12.588
<i>Hedge</i> de Títulos Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	10.383	(226)	10.192	4.609	(85)	4.482
Total		5.823			5.469	

A tabela abaixo apresenta a abertura por ano de vencimento das estratégias de *hedge*:

	31/12/2020							Total
	0-1 ano	1-2 anos	2-3 anos	3-4 anos	4-5 anos	5-10 anos	Acima de 10 anos	
<i>Hedge</i> de Depósitos e Operações Compromissadas	70.200	9.077	13.059	5.504	4.848	719	-	103.407
<i>Hedge</i> de Transações Previstas Altamente Prováveis	1.314	-	-	-	-	-	-	1.314
<i>Hedge</i> de Investimento em Operação Líquida no Exterior ^(*)	24.619	-	-	-	-	-	-	24.619
<i>Hedge</i> de Operações de Crédito (Valor Justo)	2.999	1.793	1.297	447	898	1.771	-	9.205
<i>Hedge</i> de Operações de Crédito (Fluxo de Caixa)	212	104	-	-	-	-	-	316
<i>Hedge</i> de Captações (Valor Justo)	213	657	549	176	581	5.448	2.576	10.200
<i>Hedge</i> de Captações (Fluxo de Caixa)	1.765	27	204	-	-	-	-	1.996
<i>Hedge</i> de Operações Ativas	3.604	2.139	-	-	-	-	-	5.743
<i>Hedge</i> de Operações Compromissadas Ativas	22.186	2.297	6.130	-	804	-	-	31.417
<i>Hedge</i> de Ativos Denominados em UF	15.400	1.277	-	-	-	-	-	16.677
<i>Hedge</i> de Títulos Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	5.876	1.382	10	-	719	2.396	-	10.383
Total	148.388	18.753	21.249	6.127	7.850	10.334	2.576	215.277

	31/12/2019							Total
	0-1 ano	1-2 anos	2-3 anos	3-4 anos	4-5 anos	5-10 anos	Acima de 10 anos	
<i>Hedge</i> de Depósitos e Operações Compromissadas	5.533	4.409	1.627	8.464	-	4.510	-	24.543
<i>Hedge</i> de Transações Previstas Altamente Prováveis	294	-	-	-	-	-	-	294
<i>Hedge</i> de Investimento em Operação Líquida no Exterior ^(*)	16.947	-	-	-	-	-	-	16.947
<i>Hedge</i> de Operações de Crédito (Valor Justo)	381	2.490	1.248	993	623	1.111	540	7.386
<i>Hedge</i> de Operações de Crédito (Fluxo de Caixa)	27	156	74	-	-	-	-	257
<i>Hedge</i> de Captações (Valor Justo)	299	152	375	423	129	4.220	1.838	7.436
<i>Hedge</i> de Captações (Fluxo de Caixa)	2.562	-	-	1.646	161	221	-	4.590
<i>Hedge</i> de Operações Ativas	-	3.671	1.985	-	-	-	-	5.656
<i>Hedge</i> de Operações Compromissadas Ativas	6.225	18.739	812	5.621	-	733	-	32.130
<i>Hedge</i> de Ativos Denominados em UF	9.628	2.954	-	-	-	-	-	12.582
<i>Hedge</i> de Títulos Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	4.230	-	28	-	-	351	-	4.609
Total	46.126	32.571	6.149	17.147	913	11.146	2.378	116.430

^(*) Classificados como corrente pois os instrumentos são renovados frequentemente.

Nota 8 - Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes - Títulos e Valores Mobiliários

O valor justo e o custo correspondente aos Ativos Financeiros - Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes - Títulos e Valores Mobiliários são apresentados na tabela a seguir:

	31/12/2020				31/12/2019			
	Custo	Ajustes ao Valor Justo (no PL) ⁽²⁾	Perda Esperada	Valor Justo	Custo	Ajustes ao Valor Justo (no PL)	Perda Esperada	Valor Justo
Títulos Públicos do Governo Brasileiro ^(1a)	65.235	2.714	-	67.949	48.718	2.014	-	50.732
Outros Públicos	36	-	(36)	-	36	-	(36)	-
Títulos Públicos - Outros Países ^(1b)	34.365	38	(1)	34.402	20.638	(64)	(3)	20.571
Alemanha	-	-	-	-	23	-	-	23
Colômbia	3.913	/3	-	3.986	3.851	27	-	3.878
Chile	21.639	12	-	21.651	11.119	89	-	11.208
Estados Unidos	3.751	(1)	-	3.750	2.758	(2)	-	2.756
Itália	-	-	-	-	328	1	-	329
México	1.180	1	-	1.181	-	-	-	-
Paraguai	3.008	(60)	(1)	2.947	1.957	(174)	(3)	1.780
Uruguai	874	13	-	887	602	(5)	-	597
Títulos de Empresas ^(1c)	7.799	(152)	(56)	7.591	5.308	96	(47)	5.357
Ações	1.640	(258)	-	1.382	83	66	-	149
Certificado de Depósito Bancário	305	2	-	307	2.371	-	-	2.371
Certificado de Recebíveis Imobiliários	-	-	-	-	25	1	-	26
Debêntures	956	(23)	(44)	889	387	(10)	(43)	334
Eurobonds e Assemelhados	4.895	127	(9)	5.013	2.439	39	(1)	2.477
Outros	3	-	(3)	-	3	-	(3)	-
Total	107.435	2.600	(93)	109.942	74.700	2.046	(86)	76.660

(1) Os Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes - Títulos e Valores Mobiliários dados em Garantias de Operações de Captações de Instituições Financeira e Clientes eram: a) R\$ 35.203 (R\$ 27.864 em 31/12/2019), b) R\$ 2.398 (R\$ 590 em 31/12/2019) e c) R\$ 518, totalizando R\$ 38.119 (R\$ 28.454 em 31/12/2019).

(2) No período, o resultado de Ajuste a Valor Justo de Ativos Financeiros (notadamente títulos privados) tiveram seus valores afetados por oscilações de taxas e outras variáveis de mercado oriundas do impacto da pandemia da COVID-19 sobre o cenário macroeconômico do período (Nota 33a).

O custo e o valor justo dos Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes - Títulos e Valores Mobiliários, por vencimento, são os seguintes:

	31/12/2020		31/12/2019	
	Custo	Valor Justo	Custo	Valor Justo
Circulante	33.094	32.872	10.258	10.272
Sem Vencimento	1.640	1.382	83	149
Até um ano	31.454	31.490	10.175	10.123
Não Circulante	74.341	77.070	64.442	66.388
De um a cinco anos	52.825	54.452	45.704	46.456
De cinco a dez anos	14.084	14.852	11.101	11.649
Após dez anos	7.432	7.766	7.637	8.283
Total	107.435	109.942	74.700	76.660

Os Instrumentos Patrimoniais ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes - Títulos e Valores Mobiliários são apresentados na tabela a seguir:

	31/12/2020			
	Custo	Ajustes ao Valor Justo (no PL)	Perda Esperada	Valor Justo
Ações	1.640	(258)	-	1.382
Total	1.640	(258)	-	1.382

	31/12/2019			
	Custo	Ajustes ao Valor Justo (no PL)	Perda Esperada	Valor Justo
Ações	83	66	-	149
Total	83	66	-	149

No período não houve recebimento de dividendos e também não houve reclassificações no Patrimônio Líquido.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING adotou a opção de designar instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes devido às particularidades de determinado mercado.

	31/12/2020		31/12/2019	
	Custo	Valor	Custo	Valor

		Justo		Justo
Circulante	1.640	1.382	83	149
Sem Vencimento	1.640	1.382	83	149

Reconciliação das perdas esperadas para os Demais Ativos Financeiros, segregadas por estágios:

Estágio 1	Perda Esperada 31/12/2019	Ganhos / (Perdas)	Compras	Liquidações	Transferência para Estágio 2	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 2	Transferência do Estágio 3	Perda Esperada 31/12/2020
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de									
Outros Resultados Abrangentes	(86)	(8)	(17)	18	-	-	-	-	(93)
Títulos Públicos - Governo Brasileiro	(36)	-	-	-	-	-	-	-	(36)
Outros	(36)	-	-	-	-	-	-	-	(36)
Títulos Públicos - Outros Países	(3)	2	(1)	1	-	-	-	-	(1)
Títulos de Empresas	(47)	(10)	(16)	17	-	-	-	-	(56)
Debêntures	(43)	-	(1)	-	-	-	-	-	(44)
Eurobonds e Assemelhados	(1)	(10)	(15)	17	-	-	-	-	(9)
Outros	(3)	-	-	-	-	-	-	-	(3)

Estágio 1	Perda Esperada 31/12/2018	Ganhos / (Perdas)	Compras	Liquidações	Transferência para Estágio 2	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 2	Transferência do Estágio 3	Perda Esperada 31/12/2019
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de									
Outros Resultados Abrangentes	(85)	-	(1)	-	-	-	-	-	(86)
Títulos Públicos - Governo Brasileiro	(36)	-	-	-	-	-	-	-	(36)
Outros	(36)	-	-	-	-	-	-	-	(36)
Títulos Públicos - Outros Países	-	(2)	(1)	-	-	-	-	-	(3)
Títulos de Empresas	(49)	2	-	-	-	-	-	-	(47)
Debêntures	(43)	-	-	-	-	-	-	-	(43)
Eurobonds e Assemelhados	(3)	2	-	-	-	-	-	-	(1)
Outros	(3)	-	-	-	-	-	-	-	(3)

Nota 9 - Ativos Financeiros ao Custo Amortizado - Títulos e Valores Mobiliários

Os Ativos Financeiros ao Custo Amortizado - Títulos e Valores Mobiliários são apresentados na tabela a seguir:

	31/12/2020			31/12/2019		
	Custo Amortizado	Perda Esperada	Custo Amortizado Líquido	Custo Amortizado	Perda Esperada	Custo Amortizado Líquido
Títulos Públicos do Governo Brasileiro ^(1a)	64.568	(44)	64.524	56.355	(52)	56.303
Títulos Públicos - Outros Países	19.095	(14)	19.081	17.226	-	17.226
Colômbia	500	-	500	335	-	335
Chile	705	(1)	704	621	-	621
Coreia	3.951	(4)	3.947	3.427	-	3.427
Espanha	4.847	(3)	4.844	4.984	-	4.984
Estados Unidos	-	-	-	80	-	80
México	9.042	(6)	9.036	7.763	-	7.763
Uruguai	50	-	50	16	-	16
Títulos de Empresas ^(1b)	46.141	(3.007)	43.134	59.538	(2.601)	56.937
Cédula de Produtor Rural	3.499	(25)	3.474	5.388	(47)	5.341
Certificado de Depósito Bancário	30	-	30	54	-	54
Certificado de Recebíveis Imobiliários	4.806	(12)	4.794	5.844	(2)	5.842
Debêntures	34.849	(2.952)	31.897	41.053	(2.532)	38.521
Eurobonds e Assemelhados	209	(1)	208	1.083	(1)	1.082
Notas Promissórias	2.023	(10)	2.013	5.001	(3)	4.998
Outros	725	(7)	718	1.115	(16)	1.099
Total	129.804	(3.065)	126.739	133.119	(2.653)	130.466

(1) Os Ativos Financeiros ao Custo Amortizado - Títulos e Valores Mobiliários dados em Garantias de Operações de Captações de Instituições Financeira e Clientes eram a) R\$ 13.786 (R\$ 9.583 em 31/12/2019); b) R\$ 14.364 (R\$ 17.457 em 31/12/2019), totalizando R\$ 28.150 (R\$ 27.040 em 31/12/2019).

O custo amortizado dos Ativos Financeiros - Custo Amortizado - Títulos e Valores Mobiliários, por vencimento, são os seguintes:

	31/12/2020		31/12/2019	
	Custo Amortizado	Custo Amortizado Líquido	Custo Amortizado	Custo Amortizado Líquido
Circulante	38.285	37.672	30.113	29.766
Até um ano	38.285	37.672	30.113	29.766
Não Circulante	91.519	89.067	103.006	100.700
De um a cinco anos	56.447	55.070	57.120	56.178
De cinco a dez anos	24.434	23.697	34.599	33.512
Após dez anos	10.638	10.300	11.287	11.010
Total	129.804	126.739	133.119	130.466

Reconciliação das perdas esperadas para os Ativos Financeiros ao Custo Amortizado - Títulos e Valores Mobiliários, segregadas por estágios:

Estágio 1	Perda Esperada 31/12/2019	Ganhos / (Perdas)	Compras	Liquidações	Transferência para Estágio 2	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 2	Transferência do Estágio 3	Perda Esperada 31/12/2020
Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	(198)	(113)	(172)	311	21	-	-	(34)	(185)
Títulos Públicos - Governo Brasileiro	(52)	8	-	-	-	-	-	-	(44)
Títulos Públicos - Outros Países	-	8	(34)	12	-	-	-	-	(14)
Chile	-	(1)	-	-	-	-	-	-	(1)
Colômbia	-	-	(2)	2	-	-	-	-	-
Coreia	-	7	(14)	3	-	-	-	-	(4)
Espanha	-	-	(3)	-	-	-	-	-	(3)
México	-	2	(15)	7	-	-	-	-	(6)
Títulos de Empresas	(146)	(129)	(138)	299	21	-	-	(34)	(127)
Célula do Produtor Rural	(9)	15	(44)	15	-	-	-	-	(23)
Certificado de Recebíveis Imobiliários	(2)	(10)	(9)	13	-	-	-	-	(8)
Debêntures	(131)	(124)	(60)	250	21	-	-	(34)	(78)
<i>Eurobonds</i> e Assemelhados	(1)	(6)	(2)	8	-	-	-	-	(1)
Notas Promissórias	(3)	(7)	(10)	10	-	-	-	-	(10)
Outros	-	3	(13)	3	-	-	-	-	(7)

Estágio 2	Perda Esperada 31/12/2019	Ganhos / (Perdas)	Compras	Liquidações	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 3	Perda Esperada 31/12/2020
Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	(58)	(9)	(67)	61	-	54	(21)	(13)	(53)
Títulos de Empresas	(58)	(9)	(67)	61	-	54	(21)	(13)	(53)
Célula do Produtor Rural	(5)	(3)	-	5	-	1	-	-	(2)
Certificado de Recebíveis Imobiliários	-	(4)	-	-	-	-	-	-	(4)
Debêntures	(53)	(1)	(67)	55	-	53	(21)	(13)	(47)
<i>Eurobonds</i> e Assemelhados	-	(1)	-	1	-	-	-	-	-

Estágio 3	Perda Esperada 31/12/2019	Ganhos / (Perdas)	Compras	Liquidações	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 2	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 2	Perda Esperada 31/12/2020
Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	(2.397)	(1.278)	(238)	1.093	34	13	-	(54)	(2.827)
Títulos de Empresas	(2.397)	(1.278)	(238)	1.093	34	13	-	(54)	(2.827)
Célula do Produtor Rural	(33)	(7)	(1)	42	-	-	-	-	(1)
Debêntures	(2.348)	(1.287)	(207)	1.021	34	13	-	(53)	(2.827)
Outros	(16)	16	(30)	30	-	-	-	-	-

Estágio 1	Perda Esperada 31/12/2018	Ganhos / (Perdas)	Compras	Liquidações	Transferência para Estágio 2	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 2	Transferência do Estágio 3	Perda Esperada 31/12/2019
Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	(223)	36	(38)	48	74	-	(75)	(20)	(198)
Títulos Públicos - Governo Brasileiro	-	7	-	-	-	-	(59)	-	(52)
Títulos Públicos - Outros Países - Colômbia	(4)	5	(3)	2	-	-	-	-	-
Títulos de Empresas	(219)	24	(35)	46	74	-	(16)	(20)	(146)
Célula do Produtor Rural	(7)	4	(7)	1	-	-	-	-	(9)
Certificado de Recebíveis Imobiliários	(2)	-	(4)	23	-	-	-	(19)	(2)
Debêntures	(206)	19	(21)	20	74	-	(16)	(1)	(131)
<i>Eurobonds</i> e Assemelhados	(2)	-	-	1	-	-	-	-	(1)
Notas Promissórias	(2)	1	(3)	1	-	-	-	-	(3)

Estágio 2	Perda Esperada 31/12/2018	Ganhos / (Perdas)	Compras	Liquidações	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 3	Perda Esperada 31/12/2019
Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	(824)	82	(2)	66	75	619	(74)	-	(58)
Títulos Públicos - Governo Brasileiro	(59)	-	-	-	59	-	-	-	-
Títulos de Empresas	(765)	82	(2)	66	16	619	(74)	-	(58)
Célula do Produtor Rural	-	(8)	(2)	-	-	5	-	-	(5)
Debêntures	(765)	90	-	66	16	614	(74)	-	(53)

Estágio 3	Perda Esperada 31/12/2018	Ganhos / (Perdas)	Compras	Liquidações	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 2	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 2	Perda Esperada 31/12/2019
Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	(2.599)	(35)	(193)	1.029	20	-	-	(619)	(2.397)
Títulos de Empresas	(2.599)	(35)	(193)	1.029	20	-	-	(619)	(2.397)
Célula do Produtor Rural	(173)	(3)	(50)	198	-	-	-	(5)	(33)
Certificado de Recebíveis Imobiliários	(361)	16	-	326	19	-	-	-	-
Debêntures	(2.037)	(48)	(127)	477	1	-	-	(614)	(2.348)
Notas Promissórias	(11)	-	-	11	-	-	-	-	-
Outros	(17)	-	(16)	17	-	-	-	-	(16)

Nota 10 - Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro

a) Composição da Carteira de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro

A tabela abaixo apresenta a composição dos saldos de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro por tipo, setor do devedor, vencimento e concentração:

Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, por tipo	31/12/2020	31/12/2019
Pessoas Físicas	255.483	240.490
Cartão de Crédito	87.073	91.676
Crédito Pessoal	35.346	34.892
Crédito Consignado	55.508	49.608
Veículos	23.290	18.968
Crédito Imobiliário	54.266	45.346
Grandes Empresas	134.521	100.789
Micro / Pequenas e Médias Empresas	121.955	90.733
Unidades Externas América Latina	202.145	153.779
Total de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	714.104	585.791
Provisão para Perda Esperada ⁽¹⁾	(48.322)	(37.508)
Total de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, líquido de Perda de Crédito Esperada	665.782	548.283
<i>(1) Contempla Perda de Crédito Esperada para operações de Garantias Financeiras Prestadas R\$ (907) (R\$ (837) em 31/12/2019) e Compromissos a Liberar R\$ (3.485) (R\$ (3.303) em 31/12/2019).</i>		
Por vencimento	31/12/2020	31/12/2019
Vencidas a partir de 1 dia	18.683	21.263
A vencer até 3 meses	172.497	165.028
A vencer de 3 a 12 meses	181.033	149.388
A vencer acima de um ano	341.891	250.112
Total de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	714.104	585.791
Por Concentração	31/12/2020	31/12/2019
Maior Devedor	7.243	5.389
10 Maiores Devedores	37.863	29.340
20 Maiores Devedores	54.812	44.712
50 Maiores Devedores	83.438	71.965
100 Maiores Devedores	112.333	97.695

A composição da Carteira de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro por setor do devedor está evidenciada na Nota 32, item 1.4.1 - Por Setor de Atividade.

b) Valor Contábil Bruto (Carteira de Crédito)

Reconciliação da carteira bruta das Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, segregadas por estágios:

Estágio 1	Saldo em 31/12/2019	Transferência para Estágio 2	Transferência para Estágio 3 (*)	Transferência do Estágio 2	Transferência do Estágio 3	Write Off	Aquisição / (Liquidação)	Saldo final em 31/12/2020
Pessoas Físicas	199.907	(32.363)	(1.779)	10.186	38	-	23.169	199.158
Grandes Empresas	91.448	(2.822)	(82)	996	299	-	33.826	123.665
Micro / Pequenas e Médias Empresas	77.722	(14.370)	(1.501)	4.827	875	-	29.231	96.784
Unidades Externas América Latina	132.812	(12.793)	(2.456)	3.229	47	-	46.762	167.601
Total	501.889	(62.348)	(5.818)	19.238	1.259	-	132.988	587.208

Estágio 2	Saldo em 31/12/2019	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 3	Write Off	Aquisição / (Liquidação)	Saldo final em 31/12/2020
Pessoas Físicas	19.070	(10.186)	(7.158)	32.363	964	-	(4.260)	30.793
Grandes Empresas	911	(996)	(370)	2.822	51	-	375	2.793
Micro / Pequenas e Médias Empresas	7.225	(4.827)	(2.193)	14.370	483	-	907	15.965
Unidades Externas América Latina	14.714	(3.229)	(11.998)	12.793	834	-	3.578	16.692
Total	41.920	(19.238)	(21.719)	62.348	2.332	-	600	66.243

Estágio 3	Saldo em 31/12/2019	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 2	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 2	Write Off	Aquisição / (Liquidação)	Saldo final em 31/12/2020
Pessoas Físicas	21.513	(38)	(964)	1.779	7.158	(11.764)	7.848	25.532
Grandes Empresas	8.430	(299)	(51)	82	370	570	(1.039)	8.063
Micro / Pequenas e Médias Empresas	5.786	(875)	(483)	1.501	2.193	(1.836)	2.920	9.206
Unidades Externas América Latina	6.253	(47)	(834)	2.456	11.998	(608)	(1.366)	17.852
Total	41.982	(1.259)	(2.332)	5.818	21.719	(13.638)	8.363	60.653

Consolidado dos 3 Estágios	Saldo em 31/12/2019	Write Off	Aquisição / (Liquidação)	Saldo final em 31/12/2020
Pessoas Físicas	240.490	(11.764)	26.757	255.483
Grandes Empresas	100.789	570	33.162	134.521
Micro / Pequenas e Médias Empresas	90.733	(1.836)	33.058	121.955
Unidades Externas América Latina	153.779	(608)	48.974	202.145
Total	585.791	(13.638)	141.951	714.104

(*) Na movimentação das transferências das operações do estágio 1 para o estágio 3 ao longo do período, parte representativa delas passaram antes pelo estágio 2.

Reconciliação da carteira bruta das Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, segregadas por estágios:

Estágio 1	Saldo em 31/12/2018	Transferência para Estágio 2	Transferência para Estágio 3 (*)	Transferência do Estágio 2	Transferência do Estágio 3	Write Off	Aquisição / (Liquidação)	Saldo final em 31/12/2019
Pessoas Físicas	177.488	(19.661)	(2.009)	8.680	-	-	35.409	199.907
Grandes Empresas	87.344	(904)	(36)	875	8	-	4.161	91.448
Micro / Pequenas e Médias Empresas	60.471	(5.484)	(823)	3.224	44	-	20.290	77.722
Unidades Externas América Latina	134.323	(12.022)	(1.001)	5.029	74	-	6.409	132.812
Total	459.626	(38.071)	(3.869)	17.808	126	-	66.269	501.889

Estágio 2	Saldo em 31/12/2018	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 3	Write Off	Aquisição / (Liquidação)	Saldo final em 31/12/2019
Pessoas Físicas	17.029	(8.680)	(7.579)	19.661	977	-	(2.338)	19.070
Grandes Empresas	2.038	(875)	(753)	904	1	-	(4)	911
Micro / Pequenas e Médias Empresas	6.059	(3.224)	(1.841)	5.484	483	-	264	7.225
Unidades Externas América Latina	11.768	(5.029)	(3.335)	12.022	731	-	(1.443)	14.714
Total	36.894	(17.808)	(13.508)	38.071	2.192	-	(3.921)	41.920

Estágio 3	Saldo em 31/12/2018	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 2	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 2	Write Off	Aquisição / (Liquidação)	Saldo final em 31/12/2019
Pessoas Físicas	18.047	-	(977)	2.009	7.579	(9.710)	37.636	21.513
Grandes Empresas	9.674	(8)	(1)	36	753	(868)	(1.156)	8.430
Micro / Pequenas e Médias Empresas	5.869	(44)	(483)	823	1.841	(2.011)	(209)	5.786
Unidades Externas América Latina	5.981	(74)	(731)	1.001	3.335	(1.710)	(1.549)	6.253
Total	39.571	(126)	(2.192)	3.869	13.508	(14.299)	1.651	41.982

Consolidado dos 3 Estágios	Saldo em 31/12/2018	Write Off	Aquisição / (Liquidação)	Saldo final em 31/12/2019
Pessoas Físicas	212.564	(9.710)	37.636	240.490
Grandes Empresas	99.056	(868)	2.601	100.789
Micro / Pequenas e Médias Empresas	72.399	(2.011)	20.345	90.733
Unidades Externas América Latina	152.072	(1.710)	3.417	153.779

Total	536.091	(14.299)	63.999	585.791
--------------	----------------	-----------------	---------------	----------------

() Na movimentação das transferências das operações do estágio 1 para o estágio 3 ao longo do período, parte representativa delas passaram antes pelo estágio 2.*

c) Perda de Crédito Esperada

Reconciliação da perda de crédito esperada para as Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, segregadas por estágios:

Estágio 1	Saldo em 31/12/2019	Transferência para Estágio 2	Transferência para Estágio 3 ⁽¹⁾	Transferência do Estágio 2	Transferência do Estágio 3	Write Off	(Constituição) / Reversão	Saldo final em 31/12/2020
Pessoas Físicas	(5.215)	1.541	197	(525)	-	-	(1.401)	(5.403)
Grandes Empresas	(506)	205	3	(180)	(17)	-	(245)	(740)
Micro / Pequenas e Médias Empresas	(1.092)	698	90	(306)	(41)	-	(622)	(1.273)
Unidades Externas América Latina	(1.353)	275	513	(104)	(12)	-	(1.708)	(2.389)
Total	(8.166)	2.719	803	(1.115)	(70)	-	(3.976)	(9.805)

Estágio 2	Saldo em 31/12/2019	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 3	Write Off	(Constituição) / Reversão	Saldo final em 31/12/2020
Pessoas Físicas	(2.811)	525	2.872	(1.541)	(69)	-	(2.231)	(3.255)
Grandes Empresas	(91)	180	63	(205)	(9)	-	(1.199)	(1.261)
Micro / Pequenas e Médias Empresas	(890)	306	550	(698)	(92)	-	(513)	(1.337)
Unidades Externas América Latina	(2.765)	104	2.084	(275)	(218)	-	(959)	(2.029)
Total	(6.557)	1.115	5.569	(2.719)	(388)	-	(4.902)	(7.882)

Estágio 3	Saldo em 31/12/2019	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 2	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 2	Write Off	(Constituição) / Reversão	Saldo final em 31/12/2020
Pessoas Físicas	(11.427)	-	69	(197)	(2.872)	11.764	(9.809)	(12.472)
Grandes Empresas	(6.288)	17	9	(3)	(63)	(570)	946	(5.952)
Micro / Pequenas e Médias Empresas	(2.567)	41	92	(90)	(550)	1.836	(2.521)	(3.759)
Unidades Externas América Latina	(2.503)	12	218	(513)	(2.084)	608	(4.190)	(8.452)
Total	(22.785)	70	388	(803)	(5.569)	13.638	(15.574)	(30.635)

Consolidado dos 3 Estágios	Saldo em 31/12/2019	Write Off	(Constituição) / Reversão ⁽²⁾	Saldo final em 31/12/2020 ⁽³⁾
Pessoas Físicas	(19.453)	11.764	(13.441)	(21.130)
Grandes Empresas	(6.885)	(570)	(498)	(7.953)
Micro / Pequenas e Médias Empresas	(4.549)	1.836	(3.656)	(6.369)
Unidades Externas América Latina	(6.621)	608	(6.857)	(12.870)
Total	(37.508)	13.638	(24.452)	(48.322)

(1) Na movimentação das transferências das operações do estágio 1 para o estágio 3 ao longo do período, parte representativa delas passaram antes pelo estágio 2.

(2) O aumento na Perda de Crédito Esperada está relacionado com a alteração do cenário econômico a partir da segunda quinzena de março de 2020 e que impactou nosso modelo de provisionamento por perda esperada (Nota 33a).

(3) Contempla Perda de Crédito Esperada para operações de Garantias Financeiras R\$ (907) (R\$ (837) em 31/12/2019) e Compromissos de Empréstimos R\$ (3.485) (R\$ (3.303) em 31/12/2019).

Reconciliação da perda de crédito esperada para as Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, segregadas por estágios:

Estágio 1	Saldo em 31/12/2018	Transferência para Estágio 2	Transferência para Estágio 3 ⁽¹⁾	Transferência do Estágio 2	Transferência do Estágio 3	Write Off	(Constituição) / Reversão	Saldo final em 31/12/2019
Pessoas Físicas	(3.892)	846	282	(264)	-	-	(2.187)	(5.215)
Grandes Empresas	(520)	59	1	(158)	-	-	112	(506)
Micro / Pequenas e Médias Empresas	(1.123)	225	72	(148)	(10)	-	(108)	(1.092)
Unidades Externas América Latina	(1.396)	258	18	(160)	(40)	-	(33)	(1.353)
Total	(6.931)	1.388	373	(730)	(50)	-	(2.216)	(8.166)

Estágio 2	Saldo em 31/12/2018	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 3	Write Off	(Constituição) / Reversão	Saldo final em 31/12/2019
Pessoas Físicas	(2.116)	264	3.117	(846)	(155)	-	(3.075)	(2.811)
Grandes Empresas	(549)	158	245	(59)	-	-	114	(91)
Micro / Pequenas e Médias Empresas	(603)	148	514	(225)	(144)	-	(580)	(890)
Unidades Externas América Latina	(1.183)	160	562	(258)	(268)	-	(1.778)	(2.765)
Total	(4.451)	730	4.438	(1.388)	(567)	-	(5.319)	(6.557)

Estágio 3	Saldo em 31/12/2018	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 2	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 2	Write Off	(Constituição) / Reversão	Saldo final em 31/12/2019
Pessoas Físicas	(8.417)	-	155	(282)	(3.117)	9.710	(9.476)	(11.427)
Grandes Empresas	(8.231)	-	-	(1)	(245)	868	1.321	(6.288)
Micro / Pequenas e Médias Empresas	(2.873)	10	144	(72)	(514)	2.011	(1.273)	(2.567)
Unidades Externas América Latina	(2.606)	40	268	(18)	(562)	1.710	(1.335)	(2.503)
Total	(22.127)	50	567	(373)	(4.438)	14.299	(10.763)	(22.785)

Consolidado dos 3 Estágios	Saldo em 31/12/2018	Write Off	(Constituição) / Reversão ⁽²⁾	Saldo final em 31/12/2019 ⁽³⁾

Pessoas Físicas	(14.425)	9.710	(14.738)	(19.453)
Grandes Empresas	(9.300)	868	1.547	(6.885)
Micro / Pequenas e Médias Empresas	(4.599)	2.011	(1.961)	(4.549)
Unidades Externas América Latina	(5.185)	1.710	(3.146)	(6.621)
Total	(33.509)	14.299	(18.298)	(37.508)

(1) Na movimentação das transferências das operações do estágio 1 para o estágio 3 ao longo do período, parte representativa delas passaram antes pelo estágio 2.

(2) A alteração dos cenários macroeconômicos utilizados gerou, no quarto trimestre, uma reversão da provisão para Perda Esperada no montante de R\$ 8.

(3) Contempla Perda de Crédito Esperada para operações de Garantias Financeiras R\$ (837) (R\$ (1.191) em 31/12/2018) e Compromissos de Empréstimos R\$ (3.303) (R\$ (2.601) em 31/12/2018).

d) Operações de Arrendamento - Arrendador Financeiro

Os arrendamentos financeiros estão compostos por veículos, máquinas, equipamentos e imóveis no Brasil e no Exterior. A análise de vencimento da carteira é apresentada abaixo:

	31/12/2020			31/12/2019		
	Pagamentos a receber	Rendas a Apropriar	Valor Presente	Pagamentos a receber	Rendas a Apropriar	Valor Presente
Circulante	2.277	(597)	1.680	1.899	(421)	1.478
Até 1 ano	2.277	(597)	1.680	1.899	(421)	1.478
Não Circulante	10.553	(2.956)	7.597	8.613	(2.640)	5.973
De 1 a 2 anos	1.809	(472)	1.337	1.535	(439)	1.096
De 2 a 3 anos	1.424	(398)	1.026	1.223	(368)	855
De 3 a 4 anos	1.153	(337)	816	982	(310)	672
De 4 a 5 anos	930	(289)	641	1.001	(287)	714
Acima de 5 anos	5.237	(1.460)	3.777	3.872	(1.236)	2.636
Total	12.830	(3.553)	9.277	10.512	(3.061)	7.451

As receitas de arrendamentos financeiros são compostas por:

	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Receita financeira	645	612
Pagamentos variáveis	40	39
Total	685	651

e) Operações de Venda ou Transferência e Aquisições de Ativos Financeiros

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING realizou operações de venda ou transferência de ativos financeiros em que houve a retenção dos riscos de crédito dos ativos financeiros transferidos, por meio de cláusulas de coobrigação. Por conta disso, tais créditos permaneceram registrados no Balanço Patrimonial Consolidado e estão representados da seguinte forma:

Natureza da Operação	31/12/2020				31/12/2019			
	Ativo		Passivo (*)		Ativo		Passivo (*)	
	Contabil	valor Justo	Contabil	Justo	Contabil	valor Justo	Contabil	Justo
Crédito Imobiliário	349	366	347	362	1.305	1.352	1.303	1.349
Capital de Giro	1.297	1.299	1.310	1.312	1.211	1.213	1.207	1.208
Outros	-	-	-	-	-	-	1	1
Total	1.646	1.665	1.657	1.674	2.516	2.565	2.511	2.558

(*) Rubrica Outros Passivos.

De 01/01 a 31/12/2020, as operações de transferência de ativos financeiros sem retenção de riscos e benefícios geraram impacto no resultado de R\$ 309, líquido de Provisão para Perdas Esperadas (R\$ 403 de 01/01 a 31/12/2019).

Nota 11 - Investimentos em Coligadas e Entidades Controladas em Conjunto

a) A tabela abaixo apresenta os investimentos do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, individualmente não materiais:

	31/12/2020	01/01 a 31/12/2020		
	Investimento	Resultado de Participações	Outros Resultados Abrangentes	Resultado Total
Coligadas ^(a)	15.344	1.556	(59)	1.497
Entidades Controladas em Conjunto ^(b)	226	(157)	-	(157)
Total	15.570	1.399	(59)	1.340

	31/12/2019	01/01 a 31/12/2019		01/01 a 31/12/2018	
	Investimento	Resultado de Participações	Outros Resultados Abrangentes	Resultado Total	Resultado de Participações
Coligadas ^(a)	14.870	1.380	1	1.381	798
Entidades Controladas em Conjunto ^(b)	227	(65)	-	(65)	(51)
Total	15.097	1.315	1	1.316	747

(a) Em 31/12/2020, inclui participação no capital total e capital votante das seguintes companhias: XP Inc. (41% capital total e 29,32% votante; 46,05% capital total e 32,49% votante em 31/12/2019); Pravalor S.A. (52,65% capital total e 42,42% votante; 52,67% capital total e 42,49% votante em 31/12/2019); Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A. (42,93% capital total e votante; 42,93% em 31/12/2019); BSF Holding S.A. (49% capital total e votante; 49% em 31/12/2019); Gestora de Inteligência de Crédito S.A (20% capital total e votante; 20% em 31/12/2019); Companhia Uruguaya de Medios de Procesamiento S.A. (31,47% capital total e votante; 31,93% em 31/12/2019); Rias Redbanc S.A. (25% capital total e votante; 25% em 31/12/2019); Kinea Private Equity Investimentos S.A. (80% capital total e 49% votante; 80% capital total e 49% votante em 31/12/2019) e Tecnologia Bancária S.A. (28,05% capital total e 28,95% votante; 28,95% capital total e votante em 31/12/2019). A partir de 20/04/2020 o ITAÚ UNIBANCO HOLDING não exerce influência significativa sobre o IRB-Brasil Resseguros S.A., de modo que sua participação deixou de ser classificada como coligada e passou a ser classificada como Ativo Financeiro a Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes.

(b) Em 31/12/2020, inclui participação no capital total e capital votante das seguintes companhias: Olimpia Promoção e Serviços S.A. (50% capital total e votante; 50% em 31/12/2019); ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A. (50% capital total e votante; 50% em 31/12/2019) e inclui resultado não decorrente de lucro de empresas controladas.

Nota 12 – Operações de Arrendamento - Arrendatário

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING é arrendatário, principalmente, de imóveis para uso em suas operações que incluem opções de renovação e cláusulas de reajuste. Durante o período findo em 31/12/2020, a saída de caixa com arrendamentos totalizou R\$ 673 e foram renovados contratos no montante de R\$ 455. Não há contratos de subarrendamento relevantes.

O total de passivos de acordo com os vencimentos contratuais remanescentes, considerando seus fluxos não descontados, é apresentado abaixo:

	31/12/2020	31/12/2019
Até 3 meses	333	320
3 meses a 1 ano	945	886
1 a 5 anos	2.830	2.457
Acima de 5 anos	1.930	1.135
Total do Passivo Financeiro	6.038	4.798

Valores de arrendamento reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado:

	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Receitas de Subarrendamentos	8	12
Despesas de Depreciação	(1.209)	(1.060)
Despesas de Juros	(227)	(271)
Despesas de Arrendamentos de Ativos de Baixo Valor	(87)	(82)
Despesas Variáveis Não Incluídas nos Passivos de Arrendamento	(66)	(81)
Total	(1.581)	(1.482)

No período de 01/01 a 31/12/2020 não houve ajuste de redução ao valor recuperável (R\$ (175) no período de 01/01 a 31/12/2019), registrado na rubrica de Despesas Gerais e Administrativas.

Nota 13 - Imobilizado

Imobilizado ⁽¹⁾	Imobilizações em Curso	Imóveis		Outras Imobilizações					Total
		Terrenos	Edificações	Benfeitorias	Instalações	Móveis e Equipamentos	Sistema de Processamento de Dados	Outros (Comunicação, Segurança e Transporte)	
Taxas Anuais de Depreciação			4%	10%	10% a 20%	10% a 20%	20% a 50%	10% a 20%	
Custo									
Saldo em 31/12/2019	734	1.099	3.065	2.560	1.729	1.260	9.564	1.335	21.346
Aquisições	457	1	37	39	59	77	976	70	1.716
Baixas	(38)	(27)	(79)	(327)	(30)	(104)	(471)	(25)	(1.101)
Variação Cambial	-	4	20	191	29	83	152	12	491
Transferências	(596)	-	196	303	79	4	10	-	(4)
Outros ⁽²⁾	6	25	(85)	84	(3)	65	(1.984)	15	(1.877)
Saldo em 31/12/2020	563	1.102	3.154	2.850	1.863	1.385	8.247	1.407	20.571
Depreciação									
Saldo em 31/12/2019	-	-	(1.823)	(1.755)	(1.147)	(909)	(7.536)	(983)	(14.153)
Despesa de Depreciação	-	-	(81)	(285)	(147)	(82)	(777)	(122)	(1.494)
Baixas	-	-	50	320	25	94	418	22	929
Variação Cambial	-	-	(4)	(103)	(19)	(52)	(117)	(12)	(307)
Outros ⁽²⁾	-	-	8	(62)	30	(64)	1.639	(13)	1.538
Saldo em 31/12/2020	-	-	(1.850)	(1.885)	(1.258)	(1.013)	(6.373)	(1.108)	(13.487)
Redução ao Valor recuperável									
Saldo em 31/12/2019	-	-	-	-	-	-	(27)	-	(27)
Constituição	-	-	(3)	(112)	(2)	(3)	-	-	(120)
Reversões	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2020	-	-	(3)	(112)	(2)	(3)	(27)	-	(147)
Valor Contábil									
Saldo em 31/12/2020	563	1.102	1.301	853	603	369	1.847	299	6.937

(1) Os compromissos contratuais para compra de Imobilizado totalizam R\$ 36 realizáveis até 2024. (Nota 32b 3.2 - Compromissos Off-Balance).

(2) Inclui o valor total de R\$ 54 referente ao ajuste de hiperinflação da Argentina.

Imobilizado	Imobilizações em Curso	Imóveis		Outras Imobilizações					Total
		Terrenos	Edificações	Benfeitorias	Instalações	Móveis e Equipamentos	Sistema de Processamento de Dados ⁽¹⁾	Outros (Comunicação, Segurança e Transporte)	
Taxas Anuais de Depreciação			4%	10%	10% a 20%	10% a 20%	20% a 50%	10% a 20%	
Custo									
Saldo em 31/12/2018	556	1.084	3.111	2.487	1.988	1.209	9.328	1.253	21.016
Aquisições	473	14	38	60	10	68	868	90	1.621
Baixas	-	(8)	(30)	(97)	(10)	(7)	(534)	(5)	(691)
Variação Cambial	(1)	-	(6)	(16)	(6)	(12)	(34)	(1)	(76)
Transferências	(278)	-	107	130	27	-	14	-	-
Outros ⁽²⁾	(16)	9	(155)	(4)	(280)	2	(78)	(2)	(524)
Saldo em 31/12/2019	734	1.099	3.065	2.560	1.729	1.260	9.564	1.335	21.346
Depreciação									
Saldo em 31/12/2018	-	-	(1.929)	(1.670)	(1.290)	(834)	(7.128)	(863)	(13.714)
Despesa de Depreciação	-	-	(79)	(191)	(136)	(87)	(1.043)	(126)	(1.662)
Baixas	-	-	21	94	8	6	483	4	616
Variação Cambial	-	-	5	8	4	6	21	1	45
Outros ⁽²⁾	-	-	159	4	267	-	131	1	562
Saldo em 31/12/2019	-	-	(1.823)	(1.755)	(1.147)	(909)	(7.536)	(983)	(14.153)
Redução ao Valor recuperável									
Saldo em 31/12/2018	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição	-	-	-	-	-	-	(27)	-	(27)
Reversões	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2019	-	-	-	-	-	-	(27)	-	(27)
Valor Contábil									
Saldo em 31/12/2019	734	1.099	1.242	805	582	351	2.001	352	7.166

(1) Inclui contratos de arrendamento mercantil, relacionados principalmente a equipamentos de processamento de dados, os quais são contabilizados como arrendamento mercantil financeiro. O ativo e o passivo são contabilizados nas demonstrações contábeis.

(2) Inclui o valor total de R\$ 67 referente ao ajuste de hiperinflação da Argentina.

Nota 14 - Ágio e Ativos Intangíveis

	Ativos Intangíveis					Total
	Ágio e Intangíveis de Incorporação	Associação para Promoção e Oferta de Produtos e Serviços Financeiros	Softwares Adquiridos	Softwares Desenvolvidos Internamente	Outros Ativos Intangíveis ⁽¹⁾	
Taxas Anuais de Amortização		8%	20%	20%	10% a 20%	
Custo						
Saldo em 31/12/2019	11.158	2.518	5.899	5.716	2.971	28.262
Aquisições	287	-	795	1.968	541	3.591
Distratos / Baixas	-	-	(1.121)	(20)	(137)	(1.278)
Variação Cambial	2.514	320	901	-	232	3.967
Outros ⁽³⁾	-	(16)	10	-	(333)	(339)
Saldo em 31/12/2020	13.959	2.822	6.484	7.664	3.274	34.203
Amortização						
Saldo em 31/12/2019	-	(1.057)	(3.206)	(2.497)	(1.242)	(8.002)
Despesa de Amortização ⁽²⁾	-	(174)	(825)	(779)	(457)	(2.235)
Distratos / Baixas	-	-	834	-	136	970
Variação Cambial	-	(126)	(451)	-	(174)	(751)
Outros ⁽³⁾	-	10	(32)	(12)	327	293
Saldo em 31/12/2020	-	(1.347)	(3.680)	(3.288)	(1.410)	(9.725)
Redução ao Valor Recuperável (Nota 2.4h)						
Saldo em 31/12/2019	-	-	(171)	(370)	-	(541)
Constituição	(5.772)	(789)	(33)	(13)	-	(6.607)
Baixas	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2020	(5.772)	(789)	(204)	(383)	-	(7.148)
Valor Contábil						
Saldo em 31/12/2020	8.187	686	2.600	3.993	1.864	17.330

(1) Inclui valores pagos para aquisição de direitos de prestação de serviços de pagamento de salários, proventos, aposentadorias, pensões e similares.

(2) As despesas de amortização do direito de aquisição de folhas de pagamentos e associações, no montante de R\$ (594) (R\$ (519) no período de 01/01 a 31/12/2019), são divulgadas na rubrica Despesa Gerais e Administrativas (Nota 23).

(3) Inclui o valor total de R\$ 17 referente ao ajuste de hiperinflação da Argentina.

O Ágio e Intangíveis de Incorporação são representados, principalmente, pelo ágio do Itaú Corpbanca no montante de R\$ 3.606.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING reconheceu ajustes ao valor recuperável de ágios e ativos intangíveis relativos ao Itaú Corpbanca, nos montantes de R\$ 5.772 e R\$ 789. Foi considerado o valor em uso da Unidade Geradora de Caixa (UGC) na qual o Itaú Corpbanca está alocado e os fluxos de caixa tiveram por base o resultado de junho de 2020 e projeções internas do resultado até 2025.

O ajuste ao valor recuperável foi decorrente das condições econômicas em 30 de junho de 2020, da capitalização de mercado do Itaú Corpbanca, das taxas de desconto aplicáveis e outras alterações nas variáveis impulsionadas pela atual situação macroeconômica incerta que, quando combinadas, resultaram em um valor de UGC inferior ao seu valor contábil. As taxas de desconto utilizadas para o teste de valor recuperável foram de 10,4% para as

operações do Chile e 12,3% para as operações da Colômbia determinadas pelo custo do capital próprio apurado com base no modelo CAPM. As taxas de crescimento de longo prazo consideradas foram de 5,2% a.a. e 6,5% a.a. para o Chile e Colômbia, respectivamente. As premissas mais sensíveis são o custo de capital e a taxa de crescimento na perpetuidade.

A redução ao valor recuperável foi reconhecida em Despesas Gerais e Administrativas (Nota 23), na Demonstração Consolidada do Resultado.

Ativos Intangíveis ⁽¹⁾

	Ágio e Intangíveis de Incorporação	Associação para Promoção e Oferta de Produtos e Serviços Financeiros	Softwares Adquiridos	Softwares Desenvolvidos Internamente	Outros Ativos Intangíveis ⁽²⁾	Total
Taxas Anuais de Amortização		8%	20%	20%	10% a 20%	
Custo						
Saldo em 31/12/2018	11.464	2.529	5.247	4.529	2.360	26.129
Aquisições	-	-	789	1.187	715	2.691
Distratos / Baixas	(26)	(4)	(93)	-	(130)	(253)
Variação Cambial	(285)	22	(84)	-	6	(341)
Outros ⁽⁴⁾	5	(29)	40	-	20	36
Saldo em 31/12/2019	11.158	2.518	5.899	5.716	2.971	28.262
Amortização						
Saldo em 31/12/2018	(26)	(867)	(2.501)	(1.823)	(1.015)	(6.232)
Despesa de Amortização ⁽³⁾	-	(218)	(675)	(674)	(332)	(1.899)
Distratos / Baixas	26	4	28	-	130	188
Variação Cambial	-	(5)	45	-	(13)	27
Outros ⁽⁴⁾	-	29	(103)	-	(12)	(86)
Saldo em 31/12/2019	-	(1.057)	(3.206)	(2.497)	(1.242)	(8.002)
Redução ao Valor Recuperável (Nota 2.4h)						
Saldo em 31/12/2018	-	-	(225)	(343)	-	(568)
Constituição	-	-	(4)	(27)	-	(31)
Baixa	-	-	58	-	-	58
Saldo em 31/12/2019	-	-	(171)	(370)	-	(541)
Valor Contábil						
Saldo em 31/12/2019	11.158	1.461	2.522	2.849	1.729	19.719

(1) Os compromissos contratuais para a aquisição de novos intangíveis totalizam R\$ 273, realizáveis até 2020.

(2) Inclui valores pagos para aquisição de direitos de prestação de serviços de pagamento de salários, proventos, aposentadorias, pensões e similares.

(3) As despesas de amortização do direito de aquisição de folhas de pagamentos e associações, no montante de R\$ (519) (R\$ (452) no período de 01/01 a 31/12/2018), são divulgadas na rubrica Despesa Gerais e Administrativas (Nota 23).

(4) Inclui o valor total de R\$ 3 referente ao ajuste de hiperinflação da Argentina.

Nota 15 - Depósitos

	31/12/2020			31/12/2019		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Depósitos Remunerados	376.139	297.995	674.134	251.882	172.863	424.745
De Poupança	179.470	-	179.470	144.558	-	144.558
Interfinanceiros	3.185	245	3.430	2.866	155	3.021
A Prazo	193.484	297.750	491.234	104.458	172.708	277.166
Depósitos não Remunerados	134.876	-	134.876	82.315	-	82.315
À Vista	134.805	-	134.805	82.306	-	82.306
Outros Depósitos	71	-	71	9	-	9
Total	511.015	297.995	809.010	334.197	172.863	507.060

Nota 16 - Passivos Financeiros Designados ao Valor Justo por meio do Resultado

	31/12/2020			31/12/2019		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Notas Estruturadas						
Ações	-	-	-	11	-	11
Títulos de Dívida	11	132	143	38	152	190
Total	11	132	143	49	152	201

O efeito do risco de crédito desses instrumentos não é relevante em 31/12/2020 e 31/12/2019.

As ações e os títulos de dívida não possuem valor definido no vencimento, pois variam de acordo com a cotação do mercado de ações e componente de variação cambial respectivamente.

Nota 17 - Captações no Mercado Aberto e Recursos de Mercados Interbancários e Institucionais

a) Captações no Mercado Aberto

A tabela abaixo apresenta a composição dos recursos:

	Taxa de Juros a.a.	31/12/2020			31/12/2019		
		Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Carteira Própria		45.961	564	46.525	67.065	2.696	69.761
Títulos Públicos	1,70% a 1,90%	22.088	-	22.088	46.271	-	46.271
Títulos Privados	45% do CDI a 98,5% do CDI	20.773	-	20.773	17.665	-	17.665
Emissão Própria	100% Selic a 16,40%	1.965	20	1.985	2.831	2.427	5.258
Exterior	0,03% a 2,20%	1.135	544	1.679	298	269	567
Carteira de Terceiros	1,38% a 1,90%	151.370	-	151.370	140.004	-	140.004
Carteira Livre Movimentação	0,01% a 10,0%	27.851	47.618	75.469	16.807	30.011	46.818
Total		225.182	48.182	273.364	223.876	32.707	256.583

b) Recursos de Mercados Interbancários

	Taxa de Juros a.a.	31/12/2020			31/12/2019		
		Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Letras Financeiras	2,76% a 29,34%	21.898	21.691	43.589	20.829	44.604	65.433
Letras de Crédito Imobiliário	1,65% a 11,83%	2.600	1.605	4.205	6.194	1.441	7.635
Letras de Crédito do Agronegócio	1,39% a 14,30%	10.166	4.119	14.285	14.543	6.661	21.204
Letras Imobiliárias Garantidas	2,62% a 9,43%	437	10.592	11.029	-	4.320	4.320
Financiamentos à Importação e Exportação	0% a 9,60%	56.148	15.322	71.470	59.810	4.812	64.622
Repasse no País	0% a 18%	3.672	7.785	11.457	3.863	7.785	11.648
Total		94.921	61.114	156.035	105.239	69.623	174.862

As captações para financiamento à importação e à exportação representam linhas de crédito disponíveis para o financiamento de importações e exportações de empresas brasileiras, geralmente denominadas em moeda estrangeira.

c) Recursos de Mercados Institucionais

	Taxa de Juros a.a.	31/12/2020			31/12/2019		
		Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Dívida Subordinada ⁽¹⁾	LIBOR a IGPM + 4,63%	12.125	62.791	74.916	4.098	55.364	59.462
Obrigações por TVM no Exterior	-0,05% a 29,75%	6.636	55.797	62.433	9.162	34.510	43.672
Captação por Certificados de Operações Estruturadas ⁽²⁾	1,41% a 11,12%	578	381	959	575	535	1.110
Total		19.339	118.969	138.308	13.835	90.409	104.244

(1) Em 31/12/2020, R\$ 41.000 (R\$ 36.627 em 31/12/2019) integram o Patrimônio de Referência, dentro da proporcionalidade definida pela Resolução 4.192, de 01/03/2013, do CMN.

(2) Em 31/12/2020, o valor justo da Captação por Certificados de Operações Estruturadas emitida é de R\$ 1.018 (R\$ 1.204 em 31/12/2019).

Nota 18 - Outros Ativos e Passivos

a) Outros Ativos

	31/12/2020			31/12/2019		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Financeiros	81.144	12.117	93.261	87.498	7.254	94.752
Ao Custo Amortizado	81.138	12.117	93.255	87.498	7.254	94.752
Operações com Emissores de Cartões de Crédito	43.511	-	43.511	42.395	-	42.395
Depósitos em Garantia - Contingências, Provisões e Obrigações Legais (Nota 29e)	1.338	11.355	12.693	7.990	6.530	14.520
Negociação e Intermediação de Valores	28.021	233	28.254	26.544	207	26.751
Rendas a Receber	2.941	38	2.979	3.236	-	3.236
Operações sem Características de Concessão de Crédito, líquidas de provisão	2.995	481	3.476	3.612	5	3.617
Crédito com Operações de Seguros e Resseguros	1.312	10	1.322	836	511	1.347
Valores Líquidos a Receber de Reembolso de Provisões (Nota 29d)	919	-	919	978	-	978
Depósitos em Garantias de Captações de Recursos Externos	101	-	101	1.864	1	1.865
Outros	-	-	-	43	-	43
Ao Valor Justo por meio do Resultado	6	-	6	-	-	-
Outros Ativos Financeiros	6	-	6	-	-	-
Não Financeiros	9.175	6.598	15.773	9.323	5.368	14.691
Diversos no Exterior	713	4	717	639	7	646
Despesas Antecipadas	3.230	1.174	4.404	3.288	1.038	4.326
Diversos no País	2.552	3	2.555	2.916	9	2.925
Ativos de Planos de Benefícios Pós Emprego (Nota 26e)	-	585	585	-	717	717
Direito de Uso de Arrendamento	76	4.832	4.908	211	3.597	3.808
Outros	2.604	-	2.604	2.269	-	2.269

b) Outros Passivos

	31/12/2020			31/12/2019		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não	Total
Financeiros	112.740	6.184	118.924	113.092	3.989	117.081
Ao Custo Amortizado	112.740	6.184	118.924	113.092	3.989	117.081
Operações com Cartões de Crédito	92.580	-	92.580	87.361	-	87.361
Negociação e Intermediação de Valores	14.995	126	15.121	18.062	65	18.127
Carteira de Câmbio	859	-	859	1.245	-	1.245
Obrigações de Arrendamento	49	5.020	5.069	207	3.924	4.131
Outros	4.257	1.038	5.295	6.217	-	6.217
Ao Valor Justo por meio do Resultado	5	-	5	-	-	-
Outros Passivos Financeiros	5	-	5	-	-	-
Não Financeiros	35.248	3.263	38.511	26.275	2.063	28.338
Recursos em Trânsito	15.944	127	16.071	10.573	11	10.584
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	339	-	339	335	-	335
Sociais e Estatutárias	6.201	558	6.759	5.057	32	5.089
Rendas Antecipadas	3.201	-	3.201	2.686	-	2.686
Diversos no País	2.957	66	3.023	2.118	79	2.197
Provisão de Pessoal	1.609	291	1.900	1.569	75	1.644
Provisão para Pagamentos Diversos	2.506	70	2.576	1.761	63	1.824
Obrigações por Convênios Oficiais e Prestação de Serviços de Pagamento	1.326	-	1.326	1.114	-	1.114
Passivos de Planos de Benefícios Pós Emprego (Nota 26e)	-	2.083	2.083	-	1.746	1.746
Outros	1.165	68	1.233	1.062	57	1.119

Nota 19 – Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social está representado por 9.804.135.348 ações escriturais sem valor nominal, sendo 4.958.290.359 ações ordinárias e 4.845.844.989 por ações preferenciais sem direito a voto, mas com direito de serem incluídas em oferta pública de aquisição de ações, em eventual alienação de controle, de modo a lhes assegurar o preço igual a 80% (oitenta por cento) do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle, assegurado o dividendo pelo menos igual ao das ações ordinárias.

A composição e a movimentação das classes das ações do capital integralizado no início e no fim do período são demonstradas abaixo:

	31/12/2020			Valor
	Quantidade			
	Ordinárias	Preferenciais	Total	
Residentes no País em 31/12/2019	4.931.023.416	1.665.657.332	6.596.680.748	65.366
Residentes no Exterior em 31/12/2019	27.266.943	3.180.187.657	3.207.454.600	31.782
Ações Representativas do Capital Social em 31/12/2019	4.958.290.359	4.845.844.989	9.804.135.348	97.148
Ações Representativas do Capital Social em 31/12/2020	4.958.290.359	4.845.844.989	9.804.135.348	97.148
Residentes no País em 31/12/2020	4.929.824.281	1.820.159.657	6.749.983.938	66.885
Residentes no Exterior em 31/12/2020	28.466.078	3.025.685.332	3.054.151.410	30.263
Ações em Tesouraria em 31/12/2019 ⁽¹⁾	-	58.533.585	58.533.585	(1.274)
Resultado da Entrega de Ações em Tesouraria	-	(16.855.133)	(16.855.133)	367
Ações em Tesouraria em 31/12/2020 ⁽¹⁾	-	41.678.452	41.678.452	(907)
Em Circulação em 31/12/2020	4.958.290.359	4.804.166.537	9.762.456.896	
Em Circulação em 31/12/2019	4.958.290.359	4.787.311.404	9.745.601.763	

	31/12/2019			Valor
	Quantidade			
	Ordinárias	Preferenciais	Total	
Residentes no País em 31/12/2018	4.928.076.320	1.609.055.166	6.537.131.486	64.776
Residentes no Exterior em 31/12/2018	30.214.039	3.236.789.823	3.267.003.862	32.372
Ações Representativas do Capital Social em 31/12/2018	4.958.290.359	4.845.844.989	9.804.135.348	97.148
Ações Representativas do Capital Social em 31/12/2019	4.958.290.359	4.845.844.989	9.804.135.348	97.148
Residentes no País em 31/12/2019	4.931.023.416	1.665.657.332	6.596.680.748	65.366
Residentes no Exterior em 31/12/2019	27.266.943	3.180.187.657	3.207.454.600	31.782
Ações em Tesouraria em 31/12/2018 ⁽¹⁾	-	83.614.426	83.614.426	(1.820)
Resultado da Entrega de Ações em Tesouraria	-	(25.080.841)	(25.080.841)	546
Ações em Tesouraria em 31/12/2019 ⁽¹⁾	-	58.533.585	58.533.585	(1.274)
Em Circulação em 31/12/2019	4.958.290.359	4.787.311.404	9.745.601.763	
Em Circulação em 31/12/2018	4.958.290.359	4.762.230.563	9.720.520.922	

(1) Ações de própria emissão adquiridas, com base em autorizações do Conselho de Administração para manutenção em Tesouraria, posterior cancelamento ou recolocação no mercado.

Abaixo, custo médio do estoque das ações em Tesouraria e o seu valor de mercado em reais. Em 2020, não houve aquisição de ações em tesouraria.

Custo / Valor de Mercado	31/12/2020	
	Ordinárias	Preferenciais
Custo Médio	-	21,76
Valor de Mercado em 31/12/2020	27,93	31,63

Custo / Valor de Mercado	31/12/2019	
	Ordinárias	Preferenciais
Custo Médio	-	21,76
Valor de Mercado em 31/12/2019	32,03	37,10

b) Dividendos

Aos acionistas, são assegurados dividendos mínimos obrigatórios em cada exercício, correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado, conforme disposto no Estatuto Social. As ações ordinárias e preferenciais participaram dos lucros distribuídos em igualdade de condições, depois de assegurado às ações ordinárias, dividendo igual ao prioritário mínimo anual a ser pago às ações preferenciais (R\$ 0,022 por ação não cumulativo).

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING antecipa mensalmente o dividendo mínimo obrigatório, utilizando a posição acionária do último dia do mês anterior como base de cálculo, sendo o pagamento efetuado no primeiro dia útil do mês seguinte no valor de R\$ 0,015 por ação.

I - Demonstrativo dos Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Lucro Líquido Individual Estatutário	18.961	26.712	21.945
Ajustes:			
(-) Reserva Legal - 5%	(948)	(1.336)	(1.097)
Base de Cálculo do Dividendo	18.013	25.376	20.848
Dividendos Mínimo Obrigatório - 25%	4.503	6.344	5.212
Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio Pagos / Provisionados	4.503	18.777	22.437

II - Remuneração aos Acionistas

	31/12/2020			
	Valor por Ação (R\$)	Valor	IRF	Líquido
Pagos / Antecipados		2.127	(78)	2.049
Dividendos - 11 parcelas mensais pagas de fevereiro a dezembro de 2020	0,0150	1.610	-	1.610
Juros sobre o Capital Próprio - pagos em 26/08/2020	0,0450	517	(78)	439
Provisionados (Registrados em Outros Passivos)		2.861	(407)	2.454
Dividendos - 1 parcela mensal paga em 04/01/2021	0,0150	146	-	146
Juros sobre Capital Próprio, creditados em 17/12/2020 a serem pagos até 30/04/2021	0,0544	624	(93)	531
Juros sobre Capital Próprio, creditados em 28/01/2021 a serem pagos até 30/04/2021	0,0426	490	(74)	416
Dividendos ou Juros sobre Capital Próprio	0,1394	1.601	(240)	1.361
Total de 01/01 a 31/12/2020		4.988	(485)	4.503

	31/12/2019			
	Valor por Ação (R\$)	Valor	IRF	Líquido
Pagos / Antecipados		9.274	-	9.274
Dividendos - 11 parcelas mensais pagas de fevereiro a dezembro de 2019	0,0150	1.606	-	1.606
Dividendos - pagos em 23/08/2019	0,7869	7.668	-	7.668
Provisionados (Registrados em Outros Passivos)		512	(55)	457
Dividendos - 1 parcela mensal paga em 02/01/2020	0,0150	146	-	146
Juros sobre Capital Próprio, creditados em 19/12/2019 a serem pagos até 30/04/2020	0,0376	366	(55)	311
Destacados em Reservas de Lucros no Patrimônio Líquido	1,0067	9.811	(765)	9.046
Total de 01/01 a 31/12/2019		19.597	(820)	18.777

	31/12/2018			
	Valor Bruto por Ação (R\$)	Bruto	IRF	Líquido
Pagos / Antecipados		5.921	(122)	5.799
Dividendos - 11 parcelas mensais pagas de fevereiro a dezembro de 2018	0,0150	1.069	-	1.069
Dividendos - pagos em 30/08/2018	0,6240	4.041	-	4.041
Juros sobre o Capital Próprio, pago em 30/08/2018	0,1252	811	(122)	689
Provisionados (Registrados em Outros Passivos)		248	(15)	233
Dividendos - 1 parcela mensal paga em 02/01/2019	0,0150	145	-	145
Juros sobre o Capital Próprio, creditados em 27/12/2018 a serem pagos até 30/04/2019	0,0106	103	(15)	88
Destacados em Reservas de Lucros no Patrimônio Líquido	1,8001	17.498	(1.093)	16.405
Total de 01/01 a 31/12/2018		23.667	(1.230)	22.437

c) Reservas de Capital e de Lucros

I - Capital Adicional Integralizado

Corresponde: (i) à diferença entre o preço de venda das ações em tesouraria e o custo médio de tais ações e (ii) às despesas de remuneração reconhecidas segundo o plano de opções de ações e remuneração variável.

II - Reservas Integralizadas

	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Reservas de Capital	285	285	285
Ágio na Subscrição de Ações	284	284	284
Reservas Decorrentes de Incentivos Fiscais, Atualização de Títulos Patrimoniais e Outras	1	1	1
Reservas de Lucros	16.943	12.663	13.195
Legal ⁽¹⁾	12.274	11.326	9.989
Estatutárias ⁽²⁾	16.186	3.043	(2.775)
Reorganizações Societárias (Nota 2.4 a IV)	(11.517)	(11.517)	(11.517)
Especiais de Lucros ⁽³⁾	-	9.811	17.498
Total das Reservas na Controladora	17.228	12.948	13.480

(1) Tem por finalidade, assegurar a integridade do capital social, compensar prejuízos ou aumentar capital.

(2) Tem por finalidade principal assegurar o fluxo de remuneração aos acionistas.

(3) Refere-se a Dividendos ou Juros sobre o Capital Próprio declarados após 31/12/2020, 31/12/2019 e 31/12/2018.

III - Reservas a Integralizar

Refere-se ao saldo do lucro líquido remanescente após a distribuição de dividendos e das apropriações para as reservas estatutárias nos registros legais do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

d) Participações de Não Controladores

	Patrimônio Líquido		Resultado	
	31/12/2020	31/12/2019	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Itaú CorpBanca	9.891	11.270	(4.135)	504
Itaú CorpBanca Colômbia S.A.	491	406	(15)	(16)
Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento	580	446	164	131
Luizacred S.A. Soc. Cred. Financiamento Investimento	385	295	102	20
Outras	185	123	52	61
Total	11.532	12.540	(3.832)	700

Nota 20 - Pagamento Baseado em Ações

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING e suas controladas possuem planos de Pagamentos Baseados em Ações para seus colaboradores e administradores, visando engajá-los ao processo de desenvolvimento da instituição a médio e longo prazo.

As outorgas desses benefícios ocorrem somente em exercícios em que os lucros são suficientes para permitir a distribuição do dividendo obrigatório, limitando a diluição até 0,5% da totalidade das ações possuídas pelos acionistas majoritários e minoritários na data do encerramento do exercício. A liquidação desses planos é feita mediante entrega de ações ITUB4 mantidas em tesouraria.

As despesas com os planos de pagamento baseado em ações são demonstradas no quadro abaixo:

	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Programas de Sócios	(241)	(242)	(226)
Plano de Remuneração Variável	(489)	(384)	(377)
Total	(730)	(626)	(603)

I – Programa de Sócios

Este programa permite que colaboradores e administradores do ITAÚ UNIBANCO HOLDING invistam um percentual de seu bônus na aquisição de ações e instrumentos baseados em tais ações que deverão ser mantidos pelos beneficiários pelos prazos de 3 a 5 anos, a contar do investimento inicial, sujeitando-os à variação da cotação de mercado. Após satisfeitas as condições suspensivas determinadas pelo programa, os beneficiários terão direito a receber uma contrapartida em ações, conforme as quantidades estipuladas no regimento interno do programa.

O preço de aquisição das ações e dos instrumentos baseados em tais ações é fixado semestralmente e equivale à média da cotação das ações nos 30 dias anteriores à apuração, que é realizada no 7º dia útil anterior à data da outorga da remuneração.

O valor justo da contrapartida em ações é o preço de mercado cotado na data de outorga, descontado da expectativa de dividendos.

Movimentação do Programa de Sócios

	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
	Quantidade	Quantidade
Saldo Inicial	39.305.211	48.871.182
Novas Outorgas	10.488.126	8.096.700
Exercidos	(11.408.109)	(15.627.167)
Cancelados	(2.093.468)	(2.035.504)
Saldo Final	36.291.760	39.305.211
Média Ponderada da vida contratual remanescente (anos)	1,69	1,59
Valor de Mercado Médio Ponderado (R\$)	23,37	25,49

II - Remuneração variável

Neste plano, 50% da remuneração variável dos administradores é paga em dinheiro e 50% em ações pelo prazo de

3 anos. A entrega das ações é feita de forma diferida, sendo um terço por ano, sujeita a permanência do administrador na instituição. As parcelas diferidas e não pagas poderão ser revertidas proporcionalmente à redução significativa do lucro recorrente realizado ou resultado negativo do período.

Os administradores tornam-se elegíveis ao recebimento desses benefícios conforme seu desempenho individual, do negócio ou ambos. O montante do benefício é definido de acordo com as atividades de cada administrador, que deve atender, no mínimo, os requisitos de desempenho e conduta.

O valor justo das ações é o preço de mercado cotado na data de sua outorga.

Movimentação da Remuneração Variável em Ações

	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
	Quantidade	Quantidade
Saldo Inicial	20.220.934	25.016.145
Novos	18.329.108	9.794.250
Entregues	(10.574.321)	(14.237.280)
Cancelados	(568.490)	(352.181)
Saldo Final	27.407.231	20.220.934
Valor de Mercado Médio Ponderado (R\$)	31,22	37,55

III – Plano para Outorga de Opções de Ações (Opções Simples)

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING possuía um Plano para Outorga de Opções de Ações (“Opções Simples”), que foi descontinuado, tendo as últimas opções exercíveis em 2019.

As Opções Simples possuem as seguintes características:

- a) **Preço de exercício:** fixado com base na média dos preços das ações nos 3 últimos meses do ano antecedente ao da outorga. Os preços estabelecidos serão reajustados até o último dia útil do mês anterior ao do exercício da opção pelo IGP-M ou, na sua falta, pelo índice a ser definido internamente, devendo ser pagos em prazo igual ao vigente para liquidação de operações na B3.
- b) **Período de carência:** fixado no momento da emissão entre 1 ano e 7 anos, contados a partir da outorga. Em regra geral, o período de carência fixado é de 5 anos.

Movimentação do Plano de Outorga de Opções Simples

	01/01 a 31/12/2020		01/01 a 31/12/2019	
	Quantidade	Preço de Exercício Médio Ponderado	Quantidade	Preço de Exercício Médio Ponderado
Saldo Inicial	-	-	3.089.599	22,11
Opções exercíveis no final do período	-	-	3.089.599	22,11
Opções:				
Canceladas/Perda de Direito (*)	-	-	(72.318)	24,36
Exercidas	-	-	(3.017.281)	22,68
Saldo Final	-	-	-	-
Opções exercíveis no final do período	-	-	-	-
Faixa de preços de exercício	-	-	-	22,95
Média Ponderada da vida contratual remanescente (anos)	-	-	-	-
Valor de Mercado Médio Ponderado (R\$)	-	-	-	36,34

(*) Refere-se ao não exercício por opção do beneficiário.

Nota 21 - Receitas e Despesas de Juros e Rendimentos e Ganho (Perda) Líquido

a) Receitas de Juros e Rendimentos de Ativos Financeiros ao Custo Amortizado e ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes

	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	2.242	4.734	5.063
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.102	1.173	1.080
Aplicações em Mercado Aberto	9.832	16.197	17.365
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	16.982	10.758	9.194
Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	3.629	2.582	2.614
Operações de Crédito	79.503	81.046	73.640
Outros Ativos Financeiros	(28)	1.033	1.368
Total	113.262	117.523	110.324

b) Despesas de Juros e Rendimentos

	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Depósitos	(17.478)	(18.559)	(17.484)
Despesas de Captação no Mercado Aberto	(10.690)	(20.473)	(20.889)
Recursos de Mercados Interbancários	(28.878)	(13.231)	(13.587)
Recursos de Mercados Institucionais	(8.400)	(6.837)	(6.773)
Despesa Financeira de Provisões Técnicas de Seguros e Previdência Privada	(8.121)	(16.720)	(11.815)
Outros	9	(138)	(64)
Total	(73.558)	(75.958)	(70.612)

c) Ajuste ao Valor Justo de Ativos e Passivos Financeiros

	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado	319	3.628	(4.110)
Derivativos (*)	(9.393)	(70)	(260)
Ativos Financeiros Designados ao Valor Justo por meio do Resultado	(118)	(64)	(218)
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	1.107	628	(254)
Passivos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado	(9)	-	-
Passivos Financeiros Designados ao Valor Justo	38	(24)	8
Total	(8.056)	4.098	(4.834)

(*) Inclui a parcela inefetiva dos Derivativos relacionados ao Hedge Contábil.

Durante o período findo em 31/12/2020, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING reconheceu R\$ (419) de Perdas Esperadas (R\$ 1 em 31/12/2019) sendo perda de R\$ (7) para Ativos Financeiros - Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes - VJORAe perda de R\$ (412) para Ativos Financeiros - Custo Amortizado (R\$ 993 em 31/12/2019).

Nota 22 - Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias

	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Cartões de Crédito e Débito	13.813	15.619	15.634
Serviços de Conta Corrente	8.002	7.969	7.802
Administração de Recursos	6.951	6.322	5.017
Fundos	6.316	5.702	4.470
Consórcios	635	620	547
Operações de Crédito e Garantias Financeiras Prestadas	2.298	2.418	2.419
Operações de Crédito	964	1.048	948
Garantias Financeiras Prestadas	1.334	1.370	1.471
Serviços de Recebimentos	1.897	1.831	1.770
Assessoria Econômica, Financeira e Corretagem	2.891	2.509	1.632
Serviços de Custódia	573	501	435
Outras	2.132	1.863	2.100
Total	38.557	39.032	36.809

Nota 23 - Despesas Gerais e Administrativas

	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Despesas de Pessoal	(25.158)	(28.415)	(24.846)
Remuneração	(10.212)	(9.548)	(10.226)
Participações de Empregados nos Lucros	(4.224)	(5.183)	(4.425)
Benefícios Sociais	(4.059)	(3.856)	(3.764)
Provisões Trabalhistas e Desligamentos	(2.922)	(5.640)	(2.907)
Encargos	(3.330)	(3.276)	(3.011)
Pagamento Baseado em Ações (Nota 20)	(241)	(242)	(226)
Treinamento	(107)	(178)	(253)
Outras	(63)	(492)	(34)
Despesas Administrativas	(16.904)	(15.912)	(17.268)
Serviços de Terceiros	(5.148)	(4.571)	(4.482)
Processamento de Dados e Telecomunicações	(3.983)	(4.278)	(4.273)
Instalações	(2.005)	(2.068)	(3.306)
Propaganda, Promoções e Publicidade	(1.095)	(1.325)	(1.419)
Serviços do Sistema Financeiro	(915)	(798)	(790)
Segurança	(730)	(744)	(754)
Transportes	(347)	(364)	(350)
Materiais	(321)	(330)	(339)
Viagens	(84)	(240)	(232)
Outras ⁽¹⁾	(2.276)	(1.194)	(1.323)
Depreciação e Amortização	(5.064)	(4.630)	(3.332)
Outras Despesas	(17.081)	(12.055)	(12.092)
Comercialização - Cartões de Crédito	(4.391)	(4.958)	(4.285)
Perdas com Sinistros	(778)	(825)	(675)
Prejuízo na Venda de Outros Ativos, Imobilizado e Investimentos em Coligadas e Entidades Controladas em Conjunto	(683)	(719)	(632)
Provisões Cíveis (Nota 29)	(1.080)	(848)	(464)
Provisões Fiscais e Previdenciárias	(191)	(1.898)	(328)
Ressarcimento de Custos Interbancários	(270)	(307)	(272)
Redução ao Valor Recuperável ⁽²⁾	(6.201)	(233)	(168)
Outras	(3.487)	(2.267)	(5.268)
Total	(64.207)	(61.012)	(57.538)

(1) Em 31/12/2020 contempla R\$ (1.047) referente as doações da iniciativa "Todos pela Saúde" (Nota 33a).

(2) Os efeitos da redução ao valor recuperável de ágios e ativos intangíveis do Itaú Corpbanca, líquidos dos efeitos tributários e da participação dos acionistas não controladores totaliza R\$ (1.452).

Nota 24 – Tributos

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING e cada uma de suas subsidiárias apuram separadamente, em cada exercício, o imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

Os tributos são calculados pelas alíquotas abaixo demonstradas e consideram, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada encargo.

Imposto de Renda	15,00%
Adicional de Imposto de Renda	10,00%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (*)	20,00%

(*) Emenda Constitucional (EC) nº 103/2019: divulgada em 12 de novembro de 2019, dispõe sobre a previdência social e outros assuntos, tratando inclusive da majoração da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido dos bancos previstos no inciso I do § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, que passou a ser de 20%, a partir de 1º de março de 2020. Para as demais controladas financeiras e equiparadas, a alíquota permanece 15%, e para as não financeiras 9%.

a) Despesas com Impostos e Contribuições

Demonstração do Cálculo com Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido:

Devidos sobre Operações do Período	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Lucro / (Prejuízo) Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	5.230	31.243	30.608
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) às alíquotas vigentes	(2.354)	(12.497)	(13.774)
Acréscimos / Decréscimos aos encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social decorrentes de:			
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Coligadas e Entidades Controladas em conjunto	384	614	403
Variação Cambial de Investimentos no Exterior	7.201	711	4.381
Juros sobre o Capital Próprio	2.765	3.012	3.791
Reorganizações Societárias (Nota 2.4 a IV)	-	-	628
Outras Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis (*)	(16.651)	(932)	2.007
Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social	(8.655)	(9.092)	(2.564)
Referentes a Diferenças Temporárias			
Constituição / (Reversão) do Período	18.489	5.750	(2.650)
Constituição / (Reversão) de Períodos Anteriores	-	(88)	245
(Despesas) / Receitas de Tributos Diferidos	18.489	5.662	(2.405)
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	9.834	(3.430)	(4.969)

(*) Contempla (Inclusões) e Exclusões Temporárias.

b) Tributos Diferidos

I - O saldo dos Ativos Fiscais Diferidos e sua movimentação, segregado em função das origens e desembolsos, estão representados por:

	31/12/2019	Realização / Reversão	Constituição	31/12/2020
Refletido no Resultado	43.380	(12.631)	29.499	60.248
Provisão para Perda Esperada	22.860	(3.885)	8.958	27.933
Relativos a Prejuízos Fiscais e Base Negativa	2.585	(540)	3.483	5.528
Provisão para Participação nos Lucros	2.162	(2.162)	1.903	1.903
Provisões para Desvalorização de Títulos com Perda Permanente	1.530	(877)	917	1.570
Provisões	<u>6.208</u>	<u>(2.064)</u>	<u>1.701</u>	<u>5.845</u>
Ações Cíveis	1.413	(547)	465	1.331
Ações Trabalhistas	3.251	(1.338)	1.143	3.056
Fiscais e Previdenciárias	1.544	(179)	93	1.458
Obrigações Legais	723	(7)	58	774
Ajustes de Operações Realizadas em Mercado de Liquidação Futura	84	(84)	52	52
Ajustes ao Valor Justo de Ativos Financeiros - Valor Justo por meio do Resultado	738	(738)	8.315	8.315
Provisão Relativa à Operação de Seguro Saúde	348	-	8	356
Outros	6.142	(2.274)	4.104	7.972
Refletido no Patrimônio Líquido	2.354	(1.191)	212	1.375
Ajustes ao Valor Justo de Ativos Financeiros - Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	766	(762)	56	60
Hedge de Fluxo de Caixa	1.187	(429)	-	758
Outros	401	-	156	557
Total ^{(1) (2)}	45.734	(13.822)	29.711	61.623

(1) O Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido Ativo e Passivo estão apresentados no Balanço Patrimonial compensados por entidade tributável e totalizam R\$ 56.583 e R\$ 421, respectivamente.

(2) Os registros contábeis dos ativos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais de imposto de renda, e/ou sobre bases negativas da contribuição social sobre o lucro líquido bem como aqueles decorrentes de diferenças temporárias, são baseados em estudos técnicos de viabilidade que consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade para cada controlada individualmente e para o consolidado tomado em conjunto.

	31/12/2018	Realização / Reversão	Constituição	31/12/2019
Refletido no Resultado	37.252	(13.667)	19.795	43.380
Provisão para Perda Esperada	18.563	(4.712)	9.009	22.860
Relativos a Prejuízos Fiscais e Base Negativa	4.391	(2.339)	533	2.585
Provisão para Participação nos Lucros	1.844	(1.844)	2.162	2.162
Provisões para Desvalorização de Títulos com Perda Permanente	1.729	(902)	703	1.530
Provisões	<u>4.464</u>	<u>(1.552)</u>	<u>3.296</u>	<u>6.208</u>
Ações Cíveis	1.586	(651)	478	1.413
Ações Trabalhistas	2.037	(790)	2.004	3.251
Fiscais e Previdenciárias	841	(111)	814	1.544
Ágio na Aquisição do Investimento	60	(60)	-	-
Obrigações Legais	676	(57)	104	723
Ajustes de Operações Realizadas em Mercado de Liquidação Futura	98	(98)	84	84
Ajustes ao Valor Justo de Ativos Financeiros - Valor Justo por meio do Resultado	631	(631)	738	738
Provisão Relativa à Operação de Seguro Saúde	343	-	5	348
Outros	4.453	(1.472)	3.161	6.142
Refletido no Patrimônio Líquido	1.888	(509)	975	2.354
Ajustes ao Valor Justo de Ativos Financeiros - Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	383	(163)	546	766
Hedge de Fluxo de Caixa	1.149	(93)	131	1.187
Outros	356	(253)	298	401
Total ^{(1) (2)}	39.140	(14.176)	20.770	45.734

(1) O Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido Ativo e Passivo estão apresentados no Balanço Patrimonial compensados por entidade tributável e totalizam R\$ 38.914 e R\$ 1.058, respectivamente.

(2) Em 31/12/2019, o saldo dos ativos fiscais diferidos contemplou sua reavaliação anual e os efeitos ocasionados pela EC 103/2019 na alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, que foi majorada de 15% para 20%, alcançando as instituições previstas no inciso I do § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, totalizando R\$ 1.614.

II - O saldo das Obrigações Fiscais Diferidas e sua movimentação estão representados por:

	31/12/2019	Realização / Reversão	Constituição	31/12/2020
Refletido no Resultado	6.610	(2.951)	1.194	4.853
Superveniência de Depreciação de Arrendamento Mercantil Financeiro	202	(57)	-	145
Atualização de Depósitos de Obrigações Legais e Provisões	1.531	(133)	6	1.404
Benefícios Pós Emprego	282	(111)	9	180
Ajustes de Operações Realizadas em Mercado de Liquidação Futura	1.330	(1.330)	452	452
Ajustes ao Valor Justo de Ativos Financeiros - Valor Justo por meio do Resultado	1.149	(1.149)	136	136
Tributação sobre Resultados no Exterior - Ganhos de Capital	581	-	63	644
Outros	1.535	(171)	528	1.892
Refletido no Patrimônio Líquido	1.268	(859)	199	608
Ajustes ao Valor Justo de Ativos Financeiros - Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	1.228	(826)	199	601
Hedge de Fluxo de Caixa	30	(26)	-	4
Benefícios Pós Emprego	10	(7)	-	3
Total (*)	7.878	(3.810)	1.393	5.461

(*) O Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido Ativo e Passivo estão apresentados no Balanço Patrimonial compensados por entidade tributável e totalizam R\$ 56.583 e R\$ 421, respectivamente.

	31/12/2018	Realização / Reversão	Constituição	31/12/2019
Refletido no Resultado	6.144	(3.863)	4.329	6.610
Superveniência de Depreciação de Arrendamento Mercantil Financeiro	346	(144)	-	202
Atualização de Depósitos de Obrigações Legais e Provisões	1.348	(29)	212	1.531
Benefícios Pós Emprego	287	(56)	51	282
Ajustes de Operações Realizadas em Mercado de Liquidação Futura	923	(923)	1.330	1.330
Ajustes ao Valor Justo de Ativos Financeiros - Valor Justo por meio do Resultado	1.790	(1.790)	1.149	1.149
Tributação sobre Resultados no Exterior - Ganhos de Capital	659	(142)	64	581
Outros	791	(779)	1.523	1.535
Refletido no Patrimônio Líquido	662	(262)	868	1.268
Ajustes ao Valor Justo de Ativos Financeiros - Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	474	(107)	861	1.228
Hedge de Fluxo de Caixa	168	(142)	4	30
Benefícios Pós Emprego	7	-	3	10
Outros	13	(13)	-	-
Total (*)	6.806	(4.125)	5.197	7.878

(*) O Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido Ativo e Passivo estão apresentados no Balanço Patrimonial compensados por entidade tributável e totalizam R\$ 38.914 e R\$ 1.058, respectivamente.

III - A estimativa de realização e o valor presente dos Ativos Fiscais Diferidos e das Obrigações Fiscais Diferidas são:

Ano de realização	Ativos Fiscais Diferidos				Obrigações				Tributos	
	Diferenças Temporárias	%	Prejuízo Fiscal e Base Negativa	%	Total	%	Fiscais Diferidas	%	Diferidos Líquidos	%
2021	10.792	19%	971	18%	11.763	19%	(168)	3%	11.595	21%
2022	15.832	28%	521	9%	16.353	27%	(500)	9%	15.853	28%
2023	14.821	26%	566	10%	15.387	25%	(186)	4%	15.201	27%
2024	3.245	6%	664	12%	3.909	6%	(136)	2%	3.773	7%
2025	2.571	5%	714	13%	3.285	5%	(212)	4%	3.073	5%
Acima de 2025	8.834	16%	2.092	38%	10.926	18%	(4.259)	78%	6.667	12%
Total	56.095	100%	5.528	100%	61.623	100%	(5.461)	100%	56.162	100%
Valor Presente (*)	53.476		5.147		58.623		(4.847)		53.776	

(*) Para o ajuste a valor presente foi utilizada a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários.

As projeções de lucros tributáveis futuros incluem estimativas referentes a variáveis macroeconômicas, taxas de câmbio, taxas de juros, volume de operações financeiras e tarifas de serviços, entre outros, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

O lucro líquido contábil não tem relação direta com o lucro tributável para o imposto de renda e a contribuição social em razão das diferenças existentes entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente, além de aspectos societários. Portanto, é recomendável que a evolução da realização dos ativos fiscais diferidos apresentada acima não seja tomada como indicativo de lucros líquidos futuros.

IV - Em 31/12/2020, os ativos fiscais diferidos não contabilizados correspondem a R\$ 780 e decorrem da avaliação da Administração sobre suas perspectivas de realização no longo prazo (R\$ 605 em 31/12/2019).

c) Obrigações Fiscais

	31/12/2020	31/12/2019
Impostos e Contribuições sobre Lucros a Pagar	970	3.083
Demais Impostos e Contribuições a Pagar	1.908	914
Obrigações Fiscais Diferidas (Nota 24b II)	421	1.058
Outras	2.411	2.836
Total	5.710	7.891

Nota 25 - Lucro por Ação

a) Lucro por Ação Básico

O lucro líquido atribuível aos acionistas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING é dividido pelo número médio de ações em circulação no período, excluindo-se as ações em tesouraria.

	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores	18.896	27.113	24.907
Dividendo Mínimo não Cumulativo sobre as Ações Preferenciais	(106)	(105)	(104)
Lucro Acumulado a ser Distribuído aos Detentores de Ações Ordinárias em um valor por Ação igual ao Dividendo Mínimo Pagável aos Acionistas Preferenciais	(109)	(109)	(109)
Lucro Acumulado a ser Distribuído, em bases proporcionais aos Detentores de Ações:			
Ordinárias	9.491	13.693	12.599
Preferenciais	9.190	13.206	12.095
Total do Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações:			
Ordinárias	9.600	13.802	12.708
Preferenciais	9.296	13.311	12.199
Média ponderada das Ações em Circulação			
Ordinárias	4.958.290.359	4.958.290.359	4.958.290.359
Preferenciais	4.801.324.161	4.781.855.588	4.759.872.085
Lucro por Ação Básico - R\$			
Ordinárias	1,94	2,78	2,56
Preferenciais	1,94	2,78	2,56

b) Lucro por Ação Diluído

Calculado de forma similar ao lucro por ação básico, no entanto, inclui a conversão de todas as ações preferenciais potencialmente diluíveis no denominador.

	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Preferenciais	9.296	13.311	12.199
Dividendo sobre as Ações Preferenciais após efeitos da Diluição	41	64	72
Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Preferenciais após efeitos da Diluição	9.337	13.375	12.271
Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Ordinárias	9.600	13.802	12.708
Dividendo sobre as Ações Preferenciais após efeitos da Diluição	(41)	(64)	(72)
Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Ordinárias após efeitos da Diluição	9.559	13.738	12.636
Média Ponderada Ajustada de Ações			
Ordinárias	4.958.290.359	4.958.290.359	4.958.290.359
Preferenciais	4.843.233.835	4.826.925.107	4.815.473.777
Preferenciais	4.801.324.161	4.781.855.588	4.759.872.085
Incrementais conforme Planos de Pagamento Baseado em Ações	41.909.674	45.069.519	55.601.692
Lucro por Ação Diluído - R\$			
Ordinárias	1,93	2,77	2,55
Preferenciais	1,93	2,77	2,55

Não houve efeito potencialmente antidilutivos das ações dos Planos de Pagamento Baseado em Ações, nos exercícios de 2020, 2019 e 2018.

Nota 26 – Benefícios Pós Emprego

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de suas subsidiárias, patrocina planos de aposentadoria aos seus colaboradores.

Os planos de aposentadoria são administrados por Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) e encontram-se fechados à novas adesões. As entidades possuem estrutura independente e administram os planos conforme as características de seus regulamentos.

Existem três modalidades de planos de aposentadoria:

- Planos de Benefício Definido (BD): são planos cujos benefícios programados têm seu valor previamente estabelecido, baseados nos salários e/ou tempo de serviço dos colaboradores, sendo seu custeio determinado atuarialmente;
- Planos de Contribuição Definida (CD): são aqueles cujos benefícios programados têm seu valor permanentemente ajustado ao saldo dos investimentos, mantido em favor do participante, inclusive na fase de concessão de benefícios, considerando o resultado líquido de sua aplicação, os valores aportados e os benefícios pagos; e
- Planos de Contribuição Variável (CV): nesta modalidade, os benefícios programados apresentam a conjugação das características das modalidades de contribuição definida e benefício definido, sendo o benefício determinado atuarialmente com base no saldo dos investimentos acumulados pelo participante na data da aposentadoria.

Apresentamos a seguir a relação dos planos de benefícios e suas modalidades:

Entidade	Plano de Benefício	Modalidade
Fundação Itaú Unibanco - Previdência Complementar - FIU	Plano de Aposentadoria Complementar	Benefício Definido
	Plano de Aposentadoria Complementar Móvel Vitalícia	
	Plano de Benefício Franprev	
	Plano de Benefício 002	
	Plano de Benefícios Prebeg	
	Plano de Benefícios Definidos UBB PREV	
	Plano de Benefícios II	
	Plano Básico Itaulam	
	Plano de Benefício Definido Itaucard	
	Plano de Aposentadoria Principal Itaú Unibanco	
	Plano Itaubanco CD	Contribuição Definida
	Plano de Aposentadoria Itaubank	
	Plano de Previdência Redecard	
	Plano de Previdência Unibanco - Futuro Inteligente	
FUNBEP Fundo de Pensão Multipatrocinado	Plano Suplementar Itaulam	Contribuição Variável
	Plano de Contribuição Variável Itaucard	
	Plano de Aposentadoria Suplementar Itaú Unibanco	
	Plano de Benefícios I	
	Plano de Benefícios II	Contribuição Variável

Os planos de aposentadoria na modalidade Contribuição Definida possuem fundos previdenciais compostos pela parcela das contribuições das patrocinadoras não incluídas no saldo de conta dos participantes por perda da elegibilidade ao benefício, bem como por recursos oriundos dos processos de migração de planos de aposentadoria na modalidade benefício definido. O fundo é utilizado para aportes e contribuições futuras às contas individuais dos participantes de acordo com as regras do regulamento do respectivo plano de benefícios.

a) Principais Premissas Atuariais

As premissas atuariais de natureza demográficas e financeiras devem refletir as melhores estimativas sobre as variáveis que determinam o valor das obrigações de benefício pós emprego.

As principais premissas demográficas compreendem: tábua de mortalidade e a rotatividade dos participantes ativos e as principais premissas financeiras compreendem: taxa de desconto, crescimentos salariais futuros, crescimento de benefícios dos planos e inflação.

	31/12/2020	31/12/2019
Taxa de Desconto ⁽¹⁾	7,64% a.a.	7,64% a.a.
Tábua de Mortalidade ⁽²⁾	AT-2000	AT-2000
Rotatividade ⁽³⁾	Experiência Itaú 2008/2010	Experiência Itaú 2008/2010
Crescimentos Salariais Futuros	4,00% a 7,12% a.a.	4,00% a 7,12% a.a.
Crescimentos dos Benefícios dos Planos	4,00% a.a.	4,00% a.a.
Inflação	4,00% a.a.	4,00% a.a.
Método Atuarial	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado

(1) Determinada com base nos rendimentos de mercado relativos aos Títulos do Tesouro Nacional (NTN-B) e compatível com o cenário econômico observado na data base do encerramento do balanço, levando em conta a volatilidade dos mercados de juros e os modelos utilizados.

(2) Corresponde aquelas divulgadas pela SOA – "Society of Actuaries", aplicando-se um aumento de 10% nas probabilidades de sobrevivência em relação às respectivas tábuas básicas.

(3) Atualizada à nova expectativa de comportamento da massa.

Os planos de aposentadoria patrocinados por subsidiárias no exterior - Banco Itaú (Suisse) S.A., Itaú CorpBanca Colombia S.A. e PROSERV - Promociones y Servicios S.A. de C.V. - são estruturados na modalidade Benefício Definido e adotam premissas atuariais adequadas às massas de participantes e ao cenário econômico de cada país.

b) Gerenciamento de Riscos

As EFPC patrocinadas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING são reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) e pela PREVIC, dispõem de Diretoria Executiva, Conselhos Deliberativo e Fiscal.

Os benefícios oferecidos possuem características de longa duração e os principais fatores envolvidos no gerenciamento e mensuração de seus riscos são risco financeiro, risco de inflação e risco biométrico.

- Risco Financeiro - o passivo atuarial do plano é calculado adotando uma taxa de desconto, que pode diferir das taxas auferidas nos investimentos. Se o rendimento real dos investimentos dos planos for inferior ao rendimento esperado, isso poderá acarretar um déficit. Para mitigar esse risco e assegurar a capacidade de pagar os benefícios no longo prazo, os planos detêm uma percentagem significativa de títulos de renda fixa atrelados aos compromissos dos planos, visando minimizar volatilidade e risco de descasamento entre ativos e passivos. Adicionalmente, são realizados testes de aderência nas premissas financeiras para assegurar sua adequação às obrigações dos respectivos planos.

- Risco de Inflação - grande parte das obrigações estão vinculadas a índices de inflação, tornando o passivo atuarial sensível à alta dos índices. Para mitigar esse risco, são utilizadas as mesmas estratégias de mitigação dos riscos financeiros.

- Risco Biométrico - planos que possuem alguma obrigação avaliada atuarialmente estão expostos ao risco biométrico. Caso as tábuas de mortalidade utilizadas não se mostrem aderentes à massa de participantes dos planos, é possível o surgimento de déficit ou superávit na avaliação atuarial. Para mitigar esse risco, são realizados testes de aderência das premissas biométricas para assegurar sua adequação às obrigações dos respectivos planos.

Para efeito de registro no balanço das EFPCs que os administram, o passivo atuarial dos planos utiliza taxa de desconto aderente à sua carteira de ativos e fluxos de receitas e despesas, conforme estudo elaborado por consultoria atuarial independente. O método atuarial utilizado é o método agregado, pelo qual o custeio do plano é definido pela diferença entre o seu patrimônio de cobertura e o valor atual de suas obrigações futuras, observando a metodologia estabelecida na respectiva nota técnica atuarial. Verificando-se déficit no período de concessão, acima dos limites de equacionamento definidos na legislação vigente, é estipulado um contrato de dívida com a patrocinadora com garantias financeiras.

c) Gestão dos Ativos

A gestão dos recursos tem como objetivo o equilíbrio de longo prazo entre os ativos e as obrigações com pagamento de benefícios, por meio da superação das metas atuariais (taxa de desconto mais índice de reajuste dos benefícios, definido nos regulamentos dos planos).

A seguir quadro com a alocação dos ativos por categoria, segmentado em Cotado em Mercado Ativo e Não Cotado em Mercado Ativo:

Categorias	Valor Justo		% de Alocação	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Títulos de Renda Fixa	21.172	20.672	91,16%	90,93%
Cotados em Mercado Ativo	20.804	20.366	89,58%	89,59%
Não Cotados em Mercado Ativo	368	306	1,58%	1,34%
Títulos de Renda Variável	1.387	1.392	5,97%	6,12%
Cotados em Mercado Ativo	1.378	1.384	5,93%	6,09%
Não Cotados em Mercado Ativo	9	8	0,04%	0,03%
Investimentos Estruturados	82	65	0,35%	0,29%
Cotados em Mercado Ativo	-	-	0,00%	0,00%
Não Cotados em Mercado Ativo	82	65	0,35%	0,29%
Imóveis	506	529	2,18%	2,33%
Empréstimos a Participantes	78	74	0,34%	0,33%
Total	23.225	22.732	100,00%	100,00%

Os ativos dos planos de benefícios definidos incluem ações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, de sua principal controladora (ITAÚSA) e de controladas desta, com um valor justo de R\$ 11 (R\$ 11 em 31/12/2019), e imóveis alugados a empresas do conglomerado, com um valor justo de R\$ 410 (R\$ 445 em 31/12/2019).

d) Outros Benefícios Pós Emprego

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING e suas subsidiárias não possuem obrigações adicionais referentes a benefícios pós emprego, exceto nos casos decorrentes de compromissos de manutenção assumidos em contratos de aquisições ocorridas ao longo dos anos, bem como aqueles benefícios originados por decisão judicial nos prazos e condições estabelecidos, em que há o patrocínio total ou parcial do plano de saúde para massa específica de ex-colaboradores e seus beneficiários. Seu custeio é determinado atuarialmente de forma a assegurar a manutenção da cobertura. Estes planos estão fechados a novas adesões.

As premissas para a taxa de desconto, inflação, tábuas de mortalidade e método atuarial são as mesmas utilizadas para os planos de aposentadoria. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING utilizou o percentual de 4% a.a. para a inflação médica e para o *aging factor* o percentual de 3% a.a., considerando adicionalmente, também inflação de 4% a.a.

Particularmente nos outros benefícios pós emprego, há o risco de inflação médica associado ao crescimento dos custos médicos acima do esperado. Para mitigar esse risco, são utilizadas as mesmas estratégias de mitigação dos riscos financeiros.

e) Evolução do Montante Líquido Reconhecido no Balanço Patrimonial

O montante líquido reconhecido no Balanço Patrimonial é limitado pela restrição do ativo e é apurado com base nas contribuições futuras estimadas a serem realizadas pela patrocinadora, de forma que representa o valor máximo de redução nas contribuições a serem efetuadas.

	31/12/2020									
	Planos BD e CV				Planos CD			Outros Benefícios Pós Emprego	Total	
	Ativo Líquido	Passivos Atuariais	Restrição do Ativo	Montante Reconhecido	Fundo Previdencial	Restrição do Ativo	Montante Reconhecido	Passivo	Montante Reconhecido	
Valor Início do Período	22.732	(19.659)	(3.761)	(688)	1.475	(849)	626	(967)	(1.029)	
Valores Reconhecidos no Resultado (1+2+3+4)	1.731	(1.578)	(287)	(134)	20	(65)	(45)	(76)	(255)	
1 - Custo Serviço Corrente	-	(80)	-	(80)	-	-	-	-	(80)	
2 - Custo Serviço Passado	-	(1)	-	(1)	-	-	-	-	(1)	
3 - Juros Líquidos ⁽¹⁾	1.731	(1.497)	(287)	(53)	112	(65)	47	(76)	(82)	
4 - Outras Despesas ⁽²⁾	-	-	-	-	(92)	-	(92)	-	(92)	
Valores Reconhecidos no Patrimônio Líquido - Outros Resultados Abrangentes (5+6+7)	(75)	(669)	406	(338)	(41)	(37)	(78)	6	(410)	
5 - Efeito na Restrição do Ativo	-	-	406	406	-	(37)	(37)	-	369	
6 - Remensurações	(113)	(588)	-	(701)	(41)	-	(41)	6	(736)	
Alterações de premissas demográficas	-	(11)	-	(11)	-	-	-	-	(11)	
Alterações de premissas financeiras	-	13	-	13	-	-	-	12	25	
Experiência do plano ⁽³⁾	(113)	(590)	-	(703)	(41)	-	(41)	(6)	(750)	
7 - Variação Cambial	38	(81)	-	(43)	-	-	-	-	(43)	
Outros (8+9)	(1.163)	1.244	-	81	-	-	-	115	196	
8 - Benefícios Pagos	(1.244)	1.244	-	-	-	-	-	115	115	
9 - Contribuições e Aportes da Patrocinadora	81	-	-	81	-	-	-	-	81	
Valor Final do Período	23.225	(20.662)	(3.642)	(1.079)	1.454	(951)	503	(922)	(1.498)	
Valor Reconhecido no Ativo (Nota 18a)				82			503	-	585	
Valor Reconhecido no Passivo (Nota 18b)				(1.161)			-	(922)	(2.083)	

	31/12/2019									
	Planos BD e CV				Planos CD			Outros Benefícios Pós Emprego	Total	
	Ativo Líquido	Passivos Atuariais	Restrição do Ativo	Montante Reconhecido	Fundo Previdencial	Restrição do Ativo	Montante Reconhecido	Passivo	Montante Reconhecido	
Valor Início do Período	18.808	(15.447)	(3.664)	(303)	1.604	(939)	665	(282)	80	
Valores Reconhecidos no Resultado (1+2+3+4)	1.769	(1.505)	(355)	(91)	49	(91)	(42)	(459)	(592)	
1 - Custo Serviço Corrente	-	(70)	-	(70)	-	-	-	-	(70)	
2 - Custo Serviço Passado	-	-	-	-	-	-	-	(418)	(418)	
3 - Juros Líquidos ⁽¹⁾	1.769	(1.435)	(355)	(21)	151	(91)	60	(41)	(2)	
4 - Outras Despesas ⁽²⁾	-	-	-	-	(102)	-	(102)	-	(102)	
Valores Reconhecidos no Patrimônio Líquido - Outros Resultados Abrangentes (5+6+7)	3.249	(3.881)	258	(374)	(178)	181	3	(261)	(632)	
5 - Efeito na Restrição do Ativo	-	-	384	384	-	176	176	-	560	
6 - Remensurações	3.255	(3.907)	(126)	(778)	(178)	5	(173)	(261)	(1.212)	
Alterações de premissas demográficas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Alterações de premissas financeiras	-	(3.610)	-	(3.610)	-	-	-	(123)	(3.733)	
Experiência do plano ⁽³⁾	3.255	(297)	(126)	2.832	(178)	5	(173)	(138)	2.521	
7 - Variação Cambial	(6)	26	-	20	-	-	-	-	20	
Outros (8+9)	(1.094)	1.174	-	80	-	-	-	35	115	
8 - Benefícios Pagos	(1.174)	1.174	-	-	-	-	-	35	35	
9 - Contribuições e Aportes da Patrocinadora	80	-	-	80	-	-	-	-	80	
Valor Final do Período	22.732	(19.659)	(3.761)	(688)	1.475	(849)	626	(967)	(1.029)	

Valor Reconhecido no Ativo (Nota 18a) 91 626 - 717

Valor Reconhecido no Passivo (Nota 18b) (779) - (967) (1.746)

(1) Corresponde ao valor calculado em 01/01/2020 com base no valor inicial (Ativo Líquido, Passivos Atuariais e Restrição do Ativo), descontando-se o valor projetado dos pagamentos/recebimentos de benefícios/contribuições, multiplicado pela taxa de desconto de 7,64% a.a. (Em 01/01/2019 utilizou-se a taxa de desconto de 9,72% a.a.).

(2) Corresponde aos valores de utilização de ativos alocados em fundos previdenciais dos planos CD.

(3) Corresponde aos rendimentos obtidos acima/abaixo do retorno esperado e contemplam as contribuições realizadas pelos participantes.

f) Contribuições de Benefício Definido

	Contribuições Estimadas		Contribuições Efetuadas	
	2021	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019	
Planos de Aposentadoria - FIU	47	45		45
Planos de Aposentadoria - FUNBEP	3	5		8
Total	50	50		53

g) Perfil de Vencimento das Obrigações de Benefício Definido

	Duration (*)	2021	2022	2023	2024	2025	2026 a 2030
Planos de Aposentadoria - FIU	11,65	882	915	949	985	1.021	5.595
Planos de Aposentadoria - FUNBEP	10,51	457	472	488	503	517	2.757
Outros Benefício Pós Emprego	9,51	124	125	136	131	35	198
Total		1.463	1.512	1.573	1.619	1.573	8.550

(*) Duration média do passivo atuarial dos planos.

h) Análise de Sensibilidade

Para mensurar o efeito de mudanças nas principais premissas, anualmente são realizados testes de sensibilidade nas obrigações atuariais. A análise de sensibilidade considera uma visão dos impactos de como a alteração de premissas poderia afetar o resultado do exercício e o patrimônio líquido na data do balanço. Este tipo de análise comumente se dá na condição *ceteris paribus*, onde se mede a sensibilidade de um sistema quando alterando apenas uma variável de interesse e mantendo inalteradas todas as outras. Os resultados encontrados estão evidenciados no quadro a seguir:

Principais Premissas	Planos BD e CV			Outros Benefícios Pós Emprego			
	Valor Presente da Obrigação	Resultado	Patrimônio Líquido		Valor Presente da Obrigação	Resultado	Patrimônio
			(Outros Resultados Abrangentes) (*)				Líquido (Outros Resultados Abrangentes) (*)
Taxa de Desconto							
Acréscimo de 0,5%	(1.019)	-	346	(39)	-		39
Decréscimo de 0,5%	1.116	-	(533)	44	-		(44)
Tábua de Mortalidade							
Acréscimo de 5%	(281)	-	94	(14)	-		14
Decréscimo de 5%	295	-	(99)	15	-		(15)
Inflação Médica							
Acréscimo de 1%	-	-	-	101	-		(101)
Decréscimo de 1%	-	-	-	(81)	-		81

(*) Efeito líquido da restrição do ativo.

Nota 27 – Contratos de Seguros e Previdência Privada

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de suas subsidiárias, oferece ao mercado, os produtos de seguros e previdência privada, com a finalidade de assumir riscos e restabelecer o equilíbrio econômico do patrimônio afetado do segurado. Os produtos são ofertados por meio das corretoras de seguros (de mercado e cativas), nos canais eletrônicos e agências do Itaú Unibanco, conforme exigências regulatórias, emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

I - Seguros

Contrato firmado entre partes visando proteger os bens do cliente, que mediante o pagamento de prêmio, fica protegido por meio de reposição ou reparação financeira predeterminadas, de danos que venham causar desestabilização patrimonial ou pessoal. Em contraparte, as seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, constituem provisões técnicas, por meio de áreas especializadas dentro do conglomerado, com o objetivo de reparar a perda do segurado em caso de ocorrência de sinistros dos riscos previstos.

Os riscos de seguros comercializados pelas seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING se dividem em seguros elementares, que garantem as perdas, danos ou responsabilidades sobre objetos ou pessoas, e seguros de vida, que inclui cobertura contra risco de morte e acidentes pessoais.

II - Previdência Privada

Desenvolvido para assegurar a manutenção da qualidade de vida dos participantes, complementando os rendimentos proporcionados pela Previdência Social, por meio de investimentos feitos a longo prazo, os produtos de Previdência Privada subdividem-se essencialmente em três grandes grupos:

- **PGBL – Plano Gerador de Benefícios Livres:** Tem como principal objetivo a acumulação de recursos financeiros, mas pode ser contratado com coberturas adicionais de risco. Indicado para clientes que apresentam declaração completa de IR, pois podem deduzir as contribuições feitas da base de cálculo do IR até 12% da renda bruta tributável anual;
- **VGBL – Vida Gerador de Benefícios Livres:** É um seguro estruturado na forma de plano de previdência. A sua forma de tributação difere do PGBL, neste caso, a base de cálculo são os rendimentos auferidos; e
- **FGB – Fundo Gerador de Benefícios:** Plano de previdência com garantia mínima de rentabilidade e possibilidade de ganho pela performance do ativo. Apesar de existirem planos ativos, não são mais comercializados.

III - Provisões Técnicas de Seguros e Previdência Privada

As Provisões Técnicas de Seguros e Previdência Privada são calculadas de acordo com notas técnicas atuariais aprovadas pela SUSEP e critérios estabelecidos pela legislação vigente, como seguem:

- **Provisão de Prêmios não Ganhos (PPNG) –** constituída com base nos prêmios de seguros, para a cobertura dos valores a pagar relativos a sinistros e despesas a ocorrer. No cálculo, considera-se o prazo a decorrer tanto dos riscos assumidos e emitidos quanto dos riscos vigentes e não emitidos (PPNG-RVNE) nas apólices ou endossos dos contratos vigentes, pelo critério *pro rata die*;
- **Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) -** constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a sinistros avisados e não pagos, incluindo os sinistros administrativos e judiciais. Abrange valores relativos às indenizações, pecúlios e rendas vencidas, todos brutos das operações de resseguro e líquidos das operações de cosseguro, quando aplicável. Quando necessário, deve contemplar ajustes de IBNER (sinistros ocorridos e não suficientemente avisados) para o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo de regulação até a sua liquidação final;
- **Provisão de Sinistros Ocorridos e não Avisados (IBNR) -** constituída para a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a sinistros ocorridos e não avisados até a data-base de cálculo, incluindo os sinistros administrativos e judiciais. Abrange valores relativos a indenizações, pecúlios e rendas, todos brutos das operações de resseguro e líquidos das operações de cosseguro;
- **Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBAC) -** constituída para a cobertura dos compromissos assumidos com os participantes ou segurados, com base nas premissas determinadas no contrato, enquanto não ocorrido o evento gerador do benefício e/ou da indenização;

- **Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC)** - constituída para a cobertura dos compromissos de pagamento de indenizações e/ou benefícios assumidos com os participantes ou segurados, com base nas premissas determinadas no contrato, depois de ocorrido o evento;
- **Provisão de Excedentes Financeiros (PEF)** - constituída para a garantia dos valores destinados à distribuição de excedentes decorrentes de superávit financeiro, quando previsto em contrato. Corresponde ao resultado financeiro excedente à rentabilidade mínima garantida no produto;
- **Provisão Complementar de Cobertura (PCC)** - constituída quando for constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme apurado no Teste de Adequação de Passivos, de acordo com as determinações especificadas na regulamentação em vigor;
- **Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar (PVR)** - constituída para cobertura dos valores referentes aos resgates a regularizar, às devoluções de prêmios ou fundos, às portabilidades solicitadas e, por qualquer motivo, ainda não transferidos para a sociedade seguradora ou entidade aberta de previdência complementar receptora e aos prêmios recebidos e não cotizados;
- **Provisão de Despesas Relacionadas (PDR)** - constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a benefícios e indenizações, em função de eventos ocorridos e a ocorrer.

IV - Principais informações relativas às operações de Seguros e Previdência Privada

a) Índices

Principais Ramos de Seguros	Comercialização			Sinistralidade		
	%			%		
	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Acidentes Pessoais Coletivo	33,8	35,1	34,3	11,3	6,8	9,4
Acidentes Pessoais Individual	18,8	18,8	14,1	29,4	24,1	20,8
Prestamista	24,2	23,7	20,4	22,3	18,0	18,3
Renda de Eventos Aleatórios	23,5	23,5	20,3	34,3	26,3	17,1
Riscos Diversos	44,4	46,4	48,1	52,9	60,2	53,3
Seguro Habitacional em Apólices de Mercado - Prestamista	20,4	20,0	20,4	18,5	17,3	15,3
Vida em Grupo	24,0	23,2	15,1	41,0	34,4	33,2

b) Receitas de Prêmios de Seguros e Previdência Privada

Principais Ramos	Prêmios e Contribuições		
	01/01 a	01/01 a	01/01 a
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Acidentes Pessoais Coletivo	847	867	689
Acidentes Pessoais Individual	187	222	280
Pensão Pecúlio Invalidez	258	269	291
PGBL	2.235	2.282	2.193
Prestamista	624	946	879
Rendas de Eventos Aleatórios	195	227	235
Riscos Diversos	370	290	209
Seguro Habitacional Apólices Mercado - Prestamista	339	324	288
Tradicional	117	115	122
VGBL	8.022	12.335	17.154
Vida em Grupo	955	947	937
Demais Ramos	655	800	820
Total	14.804	19.624	24.097

c) Saldo das Provisões Técnicas

	31/12/2020			31/12/2019		
	Seguros	Previdência	Total	Seguros	Previdência	Total
Prêmios não Ganhos (PPNG)	2.298	12	2.310	2.343	13	2.356
Matemática de Benefícios a Conceder (PMBAC) e Concedidos (PMBC)	17	215.216	215.233	204	212.274	212.478
Resgates e Outros Valores a Regularizar (PVR)	16	332	348	13	318	331
Excedente Financeiro (PEF)	2	655	657	2	610	612
Sinistros a Liquidar (PSL)	515	68	583	571	47	618
Sinistros / Eventos Ocorridos e não Avisados (IBNR)	294	22	316	277	22	299
Despesas Relacionadas (PDR)	29	88	117	28	89	117
Outras Provisões	132	1.304	1.436	250	1.273	1.523
Total	3.303	217.697	221.000	3.688	214.646	218.334
Circulante	2.537	526	3.063	2.613	493	3.106
Não Circulante	766	217.171	217.937	1.075	214.153	215.228

d) Movimentação das Provisões Técnicas

	31/12/2020			31/12/2019		
	Seguros	Previdência	Total	Seguros	Previdência	Total
Saldo Inicial - 01/01	3.688	214.646	218.334	3.809	197.378	201.187
(+) Adições Decorrentes de Prêmios / Contribuições	4.176	10.389	14.565	4.634	14.735	19.369
(-) Diferimento pelo Risco Decorrido	(4.221)	-	(4.221)	(4.216)	-	(4.216)
(-) Pagamento de Sinistros / Benefícios	(1.263)	(364)	(1.627)	(1.349)	(566)	(1.915)
(+) Sinistros Avisados	1.322	-	1.322	1.465	-	1.465
(-) Resgates	-	(15.431)	(15.431)	-	(15.623)	(15.623)
(+/-) Portabilidades Líquidas	-	563	563	-	1.754	1.754
(+) Atualização das Provisões e Excedente Financeiro	12	7.837	7.849	10	16.507	16.517
(+/-) Outras (Constituição / Reversão)	(190)	57	(133)	(665)	461	(204)
(+/-) Reorganização Societária	(221)	-	(221)	-	-	-
Saldo Final	3.303	217.697	221.000	3.688	214.646	218.334

Através de modelos atuariais baseados, principalmente, na experiência histórica da carteira e nas projeções macroeconômicas, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING define as premissas que influenciam na avaliação das provisões técnicas. As premissas são reavaliadas anualmente por especialistas da área atuarial e de riscos, sendo posteriormente submetidas para aprovação dos executivos. O efeito da alteração nas premissas são reconhecidos no resultado do período em que ocorreram.

V - Custos de Aquisição Diferidos

Estão registrados no ativo e sua movimentação está demonstrada no quadro a seguir:

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo Inicial - 01/01	495	409
Constituições	1.089	1.156
Amortizações	(1.088)	(1.070)
Saldo Final	496	495
Saldo a amortizar até 12 meses	380	389
Saldo a amortizar após 12 meses	116	106

VI - Tabela de Desenvolvimento de Sinistros

Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)	583
(-) IBNER	245
(-) Resseguros	20
(-) Retrocessão e Outras Estimativas	(19)
Passivo apresentado na Tabela de Desenvolvimento de Sinistros (a + b)	337

Mudanças podem ocorrer no montante de obrigações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING. A parte superior da tabela abaixo ilustra como a estimativa se desenvolve através do tempo. A parte inferior da tabela reconcilia os valores pendentes de pagamento contra o valor do passivo divulgado no balanço.

a) Sinistros Administrativos - Líquido de Resseguro

Data de Cadastro	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2020	Total
No Final do Período de Divulgação	938	934	993	1.149	1.222	
1 ano depois	981	977	1.012	1.132		
2 anos depois	1.001	975	1.014			
3 anos depois	1.078	973				
4 anos depois	1.075					
Estimativa Corrente	1.075	973	1.014	1.132	1.222	
Pagamentos Acumulados até a Data Base	1.058	960	1.000	1.117	1.122	5.257
Passivo Reconhecido no Balanço	17	13	14	15	100	159
Passivo em Relação aos Períodos Anteriores						26
Total de Sinistros Administrativos						185

b) Sinistros Judiciais - Líquido de Resseguro

Data de Cadastro	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2020	Total
No Final do Período de Divulgação	26	28	16	20	12	
1 ano depois	35	40	33	36		
2 anos depois	43	51	47			
3 anos depois	55	60				
4 anos depois	63					
Estimativa Corrente	63	60	47	36	12	
Pagamentos Acumulados até a Data Base	52	50	35	25	4	166
Passivo Reconhecido no Balanço	11	10	12	11	8	52
Passivo em Relação aos Períodos Anteriores						100
Total de Sinistros Judiciais						152

A abertura da tabela de desenvolvimento de sinistros entre administrativo e judicial evidencia a realocação dos sinistros administrativos até determinada data base e que se tornam judiciais após, o que pode induzir a uma falsa impressão de necessidade de ajuste nas provisões em cada abertura.

VII - Teste de Adequação de Passivo

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING realiza o Teste de Adequação de Passivos semestralmente, confrontando o valor contabilizado de suas provisões técnicas com a estimativa corrente do fluxo de caixa de suas obrigações futuras. Considerar na estimativa todos os fluxos de caixa relacionados ao negócio é o requisito mínimo para realização do teste de adequação.

O Teste de Adequação de Passivo não indicou insuficiência significativa em 2020, 2019 e 2018.

As premissas utilizadas no teste são revistas periodicamente e baseiam-se nas melhores práticas e na análise da experiência das subsidiárias, representando, desta forma, as melhores estimativas para as projeções dos fluxos de caixa.

Metodologia e Agrupamento do Teste

Especificamente para os produtos de seguros, os fluxos de caixa foram projetados utilizando o método conhecido como triângulo de *run-off* com periodicidade trimestral. Para os produtos de previdência, os fluxos de caixa da fase de diferimento e da fase de concessão são testados separadamente.

O critério de agrupamento de riscos aplicado considera grupos sujeitos a riscos similares e gerenciados em conjunto como uma única carteira.

Tábuas Biométricas

As tábuas biométricas vêm a ser instrumentos para se medir o risco biométrico representado pela probabilidade de morte, sobrevivência ou invalidez de um participante.

Para as estimativas de morte e sobrevivência são utilizadas as tábuas BR-EMS vigentes, ajustadas por critério de desenvolvimento das expectativas de longevidade da Escala G, e para as estimativas de entrada em invalidez é utilizada a tábua Álvaro Vindas.

Taxa de Juros Livre de Risco

A relevante estrutura a termo de taxa de juros livre de risco (ETTJ) vêm a ser um indicador do valor puro do dinheiro no tempo usado para precificar o conjunto dos fluxos de caixa projetados.

A ETTJ foi obtida da curva de títulos considerados sem risco de crédito disponíveis no mercado financeiro brasileiro e fixada conforme metodologia interna do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, considerando a adição de *spread* que levou em conta o impacto do resultado de mercado dos títulos classificados como Ativos Financeiros ao Custo Amortizado da carteira de Ativos Garantidores.

Taxa de Conversão em Renda

A taxa de conversão em renda representa a expectativa de conversão dos saldos acumulados pelos participantes em benefício de aposentadoria. A decisão de conversão em renda por parte dos participantes é influenciada por fatores comportamentais, econômicos e tributários.

Outras Premissas

Despesas relacionadas, cancelamentos e resgates parciais, aportes e contribuições futuras, dentre outros, são premissas que impactam na estimativa de fluxos de caixa projetados à medida que representam despesas e receitas oriundas dos contratos de seguros assumidos.

Nota 28 – Valor Justo dos Instrumentos Financeiros

Nos casos em que não estão disponíveis preços cotados em mercado, os valores justos são baseados em estimativas, com a utilização de fluxos de caixa descontados ou outras técnicas de avaliação. Essas técnicas são afetadas de forma significativa pelas premissas utilizadas, inclusive a taxa de desconto e a estimativa dos fluxos de caixa futuros. O valor justo estimado obtido por meio dessas técnicas não pode ser substanciado por comparação com mercados independentes e, em muitos casos, não pode ser realizado na liquidação imediata do instrumento.

A tabela a seguir resume o valor contábil e o valor justo estimado dos instrumentos financeiros:

		31/12/2020		31/12/2019	
		Valor Contábil	Valor Justo (*)	Valor Contábil	Valor Justo
Disponibilidades	(a)	46.224	46.224	30.367	30.367
Ativos Financeiros		1.851.322	1.861.146	1.501.481	1.513.562
Ao Custo Amortizado		1.275.799	1.285.623	1.101.892	1.113.973
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	(a)	90.059	90.059	91.248	91.248
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	(b)	55.685	55.883	34.583	34.622
Aplicações no Mercado Aberto	(a)	239.943	239.943	198.428	198.428
Títulos e Valores Mobiliários	(c)	129.804	131.159	133.119	135.891
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	(d)	714.104	722.375	585.791	595.061
Outros Ativos Financeiros	(e)	93.255	93.255	94.752	94.752
(-) Provisão para Perda Esperada		(47.051)	(47.051)	(36.029)	(36.029)
Ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes		109.942	109.942	76.660	76.660
Títulos e Valores Mobiliários	(c)	109.942	109.942	76.660	76.660
Ao Valor Justo por meio do Resultado		465.581	465.581	322.929	322.929
Títulos e Valores Mobiliários	(c)	389.071	389.071	281.075	281.075
Derivativos	(c)	76.504	76.504	41.854	41.854
Outros Ativos Financeiros		6	6	-	-
Passivos Financeiros		1.579.686	1.581.953	1.211.999	1.214.196
Ao Custo Amortizado		1.495.641	1.497.908	1.159.830	1.162.027
Depósitos	(b)	809.010	808.965	507.060	507.110
Captação no Mercado Aberto	(a)	273.364	273.364	256.583	256.583
Recursos de Mercados Interbancários	(b)	156.035	156.106	174.862	174.949
Recursos de Mercados Institucionais	(b)	138.308	140.549	104.244	106.304
Outros Passivos Financeiros	(e)	118.924	118.924	117.081	117.081
Ao Valor Justo por meio do Resultado		79.653	79.653	48.029	48.029
Derivativos	(c)	79.505	79.505	47.828	47.828
Notas Estruturadas		143	143	201	201
Outros Passivos Financeiros		5	5	-	-
Provisão para Perda Esperada		4.392	4.392	4.140	4.140
Compromissos de Empréstimos		3.485	3.485	3.303	3.303
Garantias Financeiras		907	907	837	837

(*) No período, o resultado de Derivativos bem como Ajuste a Valor Justo de Ativos Financeiros (notadamente títulos privados) tiveram seus valores afetados por oscilações de taxas e outras variáveis de mercado oriundas do impacto da pandemia da COVID-19 sobre o cenário macroeconômico do período (Nota 33a).

Os Instrumentos Financeiros não incluídos no Balanço Patrimonial (Nota 32) são representados por Cartas de Crédito em Aberto (*standby*) e Garantias Prestadas no total de R\$ 110.410 (R\$ 81.733 em 31/12/2019) com o valor justo estimado de R\$ 520 (R\$ 968 em 31/12/2019).

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

- a) **Disponibilidades, Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil, Aplicações no Mercado Aberto e Captação no Mercado Aberto** - O valor contábil desses instrumentos se aproxima de seu valor justo.
- b) **Aplicações em Depósitos Interfinanceiros, Depósitos, Recursos de Mercados Interbancários e Recursos de Mercados Institucionais** - São calculados descontando-se os fluxos de caixa estimados por taxas de juros de mercado.
- c) **Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos** – Sob condições normais, os preços cotados de mercado são os melhores indicadores dos valores justos desses instrumentos financeiros. Entretanto, nem todos os instrumentos possuem liquidez ou cotações e, nesses casos, faz-se necessário a adoção de estimativas de valor presente e outras técnicas para definição do valor justo. Na ausência de preço cotado na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA), os valores justos dos títulos públicos são apurados com base nas taxas de juros fornecidas por corretoras. Os valores justos de títulos de empresas são calculados descontando-se os fluxos de caixa estimados por taxas de juros de mercado. Os valores justos de ações são apurados com base em seus preços cotados de mercado. Os valores justos dos instrumentos derivativos foram apurados conforme segue:
- **Swaps:** Seus fluxos de caixa são descontados a valor presente com base em curvas de rentabilidade que refletem os fatores apropriados de risco traçadas, principalmente, com base nos preços de troca de derivativos na B3, de títulos públicos brasileiros no mercado secundário ou de derivativos e títulos e valores mobiliários negociados no exterior. Essas curvas de rentabilidade podem ser utilizadas para obter o valor justo de *swaps* de moeda, *swaps* de taxa de juros e *swaps* com base em outros fatores de risco (*commodities*, índices de bolsas, etc.).
 - **Futuros e Termo:** Cotações em bolsas ou utilizando-se critério idêntico ao utilizado nos *swaps*.
 - **Opções:** Apurados com base em modelos matemáticos, como *Black&Scholes*, utilizando-se de dados, geralmente da *Bloomberg*, de volatilidade implícita, curva de rentabilidade da taxa de juros e o valor justo do ativo subjacente. Os preços de mercado corrente das opções são utilizados para calcular as volatilidades implícitas.
 - **Crédito:** Estão inversamente relacionados à probabilidade de inadimplência (PD) em um instrumento financeiro sujeito a risco de crédito. O reajuste a preço de mercado desses *spreads* se baseia nas diferenças entre as curvas de rentabilidade com e sem risco de crédito.
- d) **Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro** - O valor justo é estimado por grupos de empréstimos com características financeiras e de risco similares utilizando modelos de valorização. O valor justo dos empréstimos de taxa fixa foi determinado pelo desconto dos fluxos de caixa estimados com a utilização de taxas de juros correntes de empréstimos similares. Para a maior parte dos empréstimos à taxa variável, o valor contábil foi considerado como próximo de seu valor justo. O valor justo das operações de crédito e arrendamento mercantil de curso normal foi calculado pelo desconto dos pagamentos previstos de principal e de juros até o vencimento. O valor justo das operações de crédito e arrendamento mercantil de curso anormal foi baseado no desconto dos fluxos de caixa previstos, com a utilização de uma taxa proporcional ao risco associado aos fluxos de caixa estimados, ou no valor da garantia subjacente. As premissas relacionadas aos fluxos de caixa e às taxas de desconto são determinadas com a utilização de informações disponíveis no mercado e de informações específicas do tomador.
- e) **Outros Ativos / Passivos Financeiros** – basicamente compostos de recebíveis de emissores de cartão de crédito, depósitos em garantia de contingências, provisões e obrigações legais e negociação e intermediação de valores mobiliários. Os valores contábeis desses ativos / passivos aproximam-se significativamente de seus valores justos, uma vez que basicamente representam valores a serem recebidos no curto prazo de titulares de cartões de crédito e a serem pagos a emissores de cartões de créditos, depósitos exigidos judicialmente (indexado a taxas de mercado) feitos pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING como garantia de ações judiciais ou recebíveis no curto prazo (geralmente com vencimento de aproximadamente 5 (cinco) dias úteis). Todos esses itens representam ativos / passivos sem riscos significativos de mercado, de crédito e de liquidez.

Nível 1: As informações observáveis que refletem os preços cotados (não ajustados) para ativos ou passivos idênticos em mercados ativos. Um mercado ativo é aquele no qual as transações para o ativo ou passivo que está sendo mensurado geralmente ocorre com a frequência e volume suficientes para fornecer informações de apreamento continuamente.

Nível 2: As informações que não são observáveis para o ativo ou passivo direta ou indiretamente. O Nível 2 inclui geralmente: (i) preços cotados para ativos ou passivos semelhantes em mercados ativos; (ii) preços cotados para ativos ou passivos idênticos ou semelhantes em mercados que não são ativos, isto é, mercados nos quais há poucas transações para o ativo ou passivo, os preços não são correntes, ou as cotações de preço variam substancialmente ao longo do tempo ou entre os especialistas no mercado de balcão (*market makers*), ou nos quais poucas informações são divulgadas publicamente; (iii) informações que não os preços cotados que são observáveis para o ativo ou passivo (por exemplo, taxas de juros e curvas de rentabilidade observáveis em intervalos cotados regularmente, volatilidades, etc.); (iv) informações que são derivadas principalmente de ou corroboradas por dados do mercado observáveis por meio de correlação ou por outros meios.

Nível 3: As informações que não são observáveis para o ativo ou passivo. As informações não observáveis devem ser usadas para mensurar o valor justo na proporção em que as informações observáveis não estão disponíveis, permitindo, dessa forma, que as situações nas quais há pouca, se houver, atividade de mercado para o ativo ou passivo na data de mensuração.

Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado, inclusive Derivativos, e Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes:

Nível 1: Títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços disponíveis em um mercado ativo e derivativos negociados em bolsa. Neste nível foram classificados a maioria dos títulos do governo brasileiro, outros títulos estrangeiros do governo, ações e debêntures negociados em bolsa e outros títulos negociados no mercado ativo.

Nível 2: Quando as informações de apreçamento não estiverem disponíveis para um título ou valor mobiliário específico, a avaliação geralmente se baseia em preços cotados do mercado de instrumentos semelhantes, informações de apreçamento obtidas por meio dos serviços de apreçamento, como Bloomberg, Reuters e corretoras (somente quando representam transações efetivas) ou fluxos de caixa descontados, que usam as informações derivadas de ativos ativamente negociados em um mercado ativo. Esses títulos e valores mobiliários são classificados no Nível 2 da hierarquia de valor justo e são compostos por certos títulos do governo brasileiro, debêntures, alguns títulos do governo cotados em um mercado menos líquido do que aqueles classificados no Nível 1, e alguns preços das ações em fundos de investimentos.

Os derivativos incluídos no Nível 2 são *swaps* de inadimplência de crédito, *swaps* de moeda cruzada, *swaps* de taxa de juros, opções simples alguns *forwards*, uma vez que as informações adotadas pelos modelos de precificação estão prontamente observáveis nos mercados ativamente cotados. Os modelos utilizados para esses instrumentos são o Black&Scholes, Garman & Kohlhagen, Monte Carlo e fluxo de caixa descontado.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING não detém posições em fundos de investimentos alternativos ou em fundos de participação em empresas de capital fechado.

Nível 3: Quando não houver informações de apreçamento em um mercado ativo, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING usa modelos desenvolvidos internamente, a partir de curvas geradas conforme modelo proprietário. No Nível 3 são classificados alguns títulos do governo brasileiro e privados com vencimentos após 2025 e que não são geralmente negociados em um mercado ativo.

Já os derivativos com valores justos classificados no Nível 3 da hierarquia de valor justo estão compostos por opções exóticas, alguns *swaps* indexados com informações não observáveis e *swaps* com outros produtos, como *swap* com opção e com verificação, derivativos de crédito e futuros de algumas *commodities*.

Todas as metodologias descritas acima podem resultar em um valor justo que pode não ser indicativo do valor realizável líquido ou dos valores justos futuros. No entanto, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING acredita que todas as metodologias adotadas são apropriadas e consistentes com os participantes do mercado. Além disso, a adoção de outras metodologias ou o uso de pressupostos diferentes para apurar o valor justo pode resultar em estimativas diferentes dos valores justos na data do balanço.

Distribuição dos Níveis

A tabela a seguir apresenta a abertura da hierarquia de valor justo.

	31/12/2020				31/12/2019			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado	312.572	70.791	1.968	385.331	234.583	43.738	1.719	280.040
Fundos de Investimento	576	13.628	-	14.204	318	7.949	-	8.267
Títulos Públicos do Governo Brasileiro	279.180	6.705	-	285.885	216.167	3.444	-	219.611
Títulos Públicos - Outros Países	8.210	-	-	8.210	1.520	-	-	1.520
Argentina	1.498	-	-	1.498	318	-	-	318
Chile	840	-	-	840	488	-	-	488
Colômbia	3.603	-	-	3.603	409	-	-	409
Estados Unidos	2.085	-	-	2.085	141	-	-	141
Itália	130	-	-	130	-	-	-	-
México	5	-	-	5	57	-	-	57
Paraguai	3	-	-	3	2	-	-	2
Peru	5	-	-	5	8	-	-	8
Uruguai	41	-	-	41	97	-	-	97
Títulos de Empresas	24.606	50.458	1.968	77.032	16.578	32.345	1.719	50.642
Ações	14.176	4.871	-	19.047	9.847	4.790	-	14.637
Cédula do Produtor Rural	-	2.285	64	2.349	-	-	-	-
Certificado de Depósito Bancário	-	729	-	729	-	792	-	792
Certificado de Recebíveis Imobiliários	-	-	548	548	-	-	1.444	1.444
Debêntures	7.962	20.625	1.350	29.937	4.667	7.763	225	12.655
<i>Eurobonds</i> e Assemelhados	2.383	-	-	2.383	2.064	102	7	2.173
Letras Financeiras	-	15.777	6	15.783	-	18.501	13	18.514
Notas Promissórias	-	5.616	-	5.616	-	313	-	313
Outros	85	555	-	640	-	84	30	114
Outros Ativos Financeiros	-	6	-	6	-	-	-	-
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados	84.239	25.703	-	109.942	72.455	4.171	34	76.660
Abrangentes	66.701	1.248	-	67.949	49.879	853	-	50.732
Títulos Públicos do Governo Brasileiro	66.701	1.248	-	67.949	49.879	853	-	50.732
Títulos Públicos - Outros Países	12.751	21.651	-	34.402	20.571	-	-	20.571
Alemanha	-	-	-	-	23	-	-	23
Chile	-	21.651	-	21.651	11.208	-	-	11.208
Colômbia	3.986	-	-	3.986	3.878	-	-	3.878
Estados Unidos	3.750	-	-	3.750	2.756	-	-	2.756
Itália	-	-	-	-	329	-	-	329
México	1.181	-	-	1.181	-	-	-	-
Paraguai	2.947	-	-	2.947	1.780	-	-	1.780
Uruguai	887	-	-	887	597	-	-	597
Títulos de Empresas	4.787	2.804	-	7.591	2.005	3.318	34	5.357
Ações	1.382	-	-	1.382	149	-	-	149
Certificado de Depósito Bancário	-	307	-	307	-	2.371	-	2.371
Certificado de Recebíveis Imobiliários	-	-	-	-	-	-	26	26
Debêntures	419	470	-	889	334	-	-	334
<i>Eurobonds</i> e Assemelhados	2.986	2.027	-	5.013	1.522	947	8	2.477
Ativos Financeiros Designados ao Valor Justo por meio do Resultado	3.740	-	-	3.740	1.035	-	-	1.035
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro	3.740	-	-	3.740	1.035	-	-	1.035
Passivos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado	-	5	-	5	-	-	-	-
Outros Passivos Financeiros	-	5	-	5	-	-	-	-
Passivos Financeiros Designados ao Valor Justo por meio do Resultado	-	143	-	143	-	201	-	201
Notas Estruturadas	-	143	-	143	-	201	-	201

A tabela a seguir apresenta a abertura da hierarquia de valor justo para os Ativos e Passivos de Derivativos.

	31/12/2020				31/12/2019			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativo	23	76.376	105	76.504	14	41.737	103	41.854
Contratos de Swaps - Ajuste a Receber	-	45.926	93	46.019	-	26.426	32	26.458
Contratos de Opções	4	20.402	12	20.418	-	8.385	71	8.456
Contratos a Termo	-	2.085	-	2.085	-	2.162	-	2.162
Derivativos de Crédito	-	156	-	156	-	167	-	167
<i>NDF - Non Deliverable Forwards</i>	-	7.596	-	7.596	-	4.446	-	4.446
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	19	211	-	230	14	151	-	165
Passivo	(22)	(79.373)	(110)	(79.505)	(7)	(47.736)	(85)	(47.828)
Contratos de Swaps - Ajuste a Pagar	-	(51.680)	(109)	(51.789)	-	(32.881)	(46)	(32.927)
Contratos de Opções	(13)	(20.248)	(1)	(20.262)	-	(9.022)	(39)	(9.061)
Contratos a Termo	-	(905)	-	(905)	-	(754)	-	(754)
Derivativos de Crédito	-	(76)	-	(76)	-	(40)	-	(40)
<i>NDF - Non Deliverable Forwards</i>	-	(6.426)	-	(6.426)	-	(4.971)	-	(4.971)
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	(9)	(38)	-	(47)	(7)	(68)	-	(75)

Não existiram transferências significativas entre Nível 1 e Nível 2 durante os períodos de 31/12/2020 e 31/12/2019. Transferências para dentro e fora do nível 3 são apresentadas nas movimentações do nível 3.

Mensuração de Valor Justo de Nível 2 Baseado em Serviços de Apreçamento e Corretoras

De forma a assegurar que o valor justo desses instrumentos seja apropriadamente classificado como Nível 2, são realizadas análises internas das informações recebidas, de modo a entender a natureza dos *inputs* que são usados pelo prestador de serviço.

São considerados no Nível 2 os preços fornecidos que atendam aos seguintes requerimentos: os *inputs* estão prontamente disponíveis, regularmente distribuídos, fornecidos por fontes ativamente envolvidas em mercados relevantes e não são proprietários.

Para instrumentos financeiros classificados como Nível 2, foi usado o serviço de apreçamento ou corretores para avaliar títulos, substancialmente representados por:

- **Debêntures:** Quando disponível, são usadas informações de preço para transações registradas no Sistema Nacional de Debêntures (SND), plataforma eletrônica operada pela B3, que provê serviços múltiplos para as transações envolvendo debêntures no mercado secundário. Alternativamente são utilizados os preços de debêntures fornecidos pela ANBIMA. Sua metodologia inclui a obtenção diária, de preços ilustrativos, não-vinculativos, de um grupo de participantes de mercado considerados significativos. Tal informação é sujeita a filtros estatísticos definidos na metodologia, com o propósito de eliminar os *outliers*.
- **Letras Financeiras:** Para realizar a marcação a mercado da LF deve-se calcular seu valor futuro projetando o valor nominal de emissão e seus rendimentos definidos por contrato (taxa pré-fixada, flutuante ou índice de preços) e descontar à curva pré-fixada em reais, obtida através dos preços de Futuros de DI negociados na B3.
- **Títulos Globais e Corporativos:** O processo de apreçamento destes títulos consiste em capturar de 2 a 8 cotações da *Bloomberg*, conforme o ativo. A metodologia consiste em comparar os maiores preços de compra e os menores preços de venda de negociações ocorridas, para o último dia do mês. Comparam-se tais preços com as informações de ordens de compras que a Tesouraria Institucional do ITAÚ UNIBANCO HOLDING fornece à *Bloomberg*. Se a diferença entre ambos os preços for menor que 0,5%, é usado o preço médio da *Bloomberg*. Se maior que 0,5% ou se a Tesouraria Institucional não tiver provido informação sobre esse título específico, então é usado o preço médio coletado direto a outros bancos. O preço da Tesouraria Institucional é utilizado apenas como referência e nunca no cálculo do preço final.

Mensurações de Valor Justo Recorrentes de Nível 3

As unidades responsáveis pela definição e aplicação dos modelos de apreçamento são segregadas das áreas de negócio. Os modelos são documentados, submetidos à validação de uma área independente e aprovados por comitê específico. O processo diário de captura, cálculo e divulgação de preços são verificados regularmente com base em testes e critérios formalmente definidos e as informações são armazenadas em uma base de dados histórica única e corporativa.

Os casos mais recorrentes de ativos classificados como Nível 3 estão justificados pelos fatores de desconto utilizados. Fatores como a curva prefixada de juros em reais e curva de cupom de TR - e por consequência as suas dependentes - possuem dados com prazos inferiores aos vencimentos dos ativos de renda fixa. Nos casos de *swap*, a análise é feita por indexador de ambas as pontas. Há alguns casos em que os prazos dos dados são mais curtos do que o próprio vencimento do derivativo.

Movimentações de Valor Justo Recorrentes de Nível 3

As tabelas a seguir incluem as movimentações dos valores do Balanço Patrimonial, para instrumentos financeiros classificados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING no Nível 3 da hierarquia do valor justo. Os instrumentos financeiros derivativos classificados no Nível 3 correspondem basicamente a Outros Derivativos indexados a ações.

	Valor justo em 31/12/2019	Total de Ganhos ou Perdas (Realizado / não Realizado)		Compras	Liquidações	Transferências no e/ou Fora do Nível	Valor Justo em 31/12/2020	Total de Ganhos ou Perdas (Não Realizado)
		Reconhecidos no Resultado	Reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes					
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado	1.719	(1.160)	-	1.619	(779)	569	1.968	(700)
Títulos de Empresas	1.719	(1.160)	-	1.619	(779)	569	1.968	(700)
Certificado de Recebíveis Imobiliários	1.444	(726)	-	263	(433)	-	548	(14)
Debêntures	225	(369)	-	1.050	(272)	716	1.350	(635)
Cédula do Produtor Rural	-	(55)	-	227	(19)	(89)	64	(51)
Eurobonds e Assemelhados	7	(6)	-	69	(12)	(58)	-	-
Letras Financeiras	13	(2)	-	-	(5)	-	6	-
Outros	30	(2)	-	10	(38)	-	-	-
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	34	7	(6)	248	(167)	(116)	-	-
Títulos de Empresas	34	7	(6)	248	(167)	(116)	-	-
Certificado de Recebíveis Imobiliários	26	-	-	-	(2)	-	-	-
Eurobonds e Assemelhados	8	7	(6)	248	(141)	(116)	-	-
	Valor justo em 31/12/2019	Total de Ganhos ou Perdas (Realizado / não Realizado)		Compras	Liquidações	Transferências no e/ou Fora do Nível	Valor Justo em 31/12/2020	Total de Ganhos ou Perdas (Não Realizado)
		Reconhecidos no Resultado	Reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes					
Derivativos - Ativo	103	89	-	193	(234)	(46)	105	51
Contratos de Swaps - Ajuste a Receber	32	107	-	10	(11)	(45)	93	91
Contratos de Opções	71	(18)	-	183	(223)	(1)	12	(40)
Derivativos - Passivo	(85)	(93)	-	(130)	177	21	(110)	(90)
Contratos de Swaps - Ajuste a Pagar	(46)	(74)	-	(12)	1	22	(109)	(90)
Contratos de Opções	(39)	(19)	-	(118)	176	(1)	(1)	-
	Valor justo em 31/12/2018	Total de Ganhos ou Perdas (Realizado / não Realizado)		Compras	Liquidações	Transferências no e/ou Fora do Nível	Valor Justo em 31/12/2019	Total de Ganhos ou Perdas (Não Realizado)
		Reconhecidos no Resultado	Reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes					
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado	2.833	(1.300)	-	1.755	(907)	(662)	1.719	(307)
Títulos de Empresas	2.833	(1.300)	-	1.755	(907)	(662)	1.719	(307)
Ações	1.268	(285)	-	-	-	(983)	-	-
Certificado de Recebíveis Imobiliários	1.411	(487)	-	573	(53)	-	1.444	29
Debêntures	85	(504)	-	604	(222)	262	225	(336)
Eurobonds e Assemelhados	31	(4)	-	3	(51)	28	7	-
Letras Financeiras	5	6	-	8	(6)	-	13	-
Outros	33	(26)	-	567	(575)	31	30	-
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	-	43	(47)	76	(68)	30	34	(2)
Títulos de Empresas	-	43	(47)	76	(68)	30	34	(2)
Certificado de Recebíveis Imobiliários	-	-	-	26	-	-	26	-
Debêntures	-	(2)	6	50	(54)	-	-	1
Eurobonds e Assemelhados	-	45	(53)	-	(14)	30	8	(3)
	Valor justo em 31/12/2018	Total de Ganhos ou Perdas (Realizado / não Realizado)		Compras	Liquidações	Transferências no e/ou Fora do Nível	Valor Justo em 31/12/2019	Total de Ganhos ou Perdas (Não Realizado)
		Reconhecidos no Resultado	Reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes					
Derivativos - Ativo	90	21	-	274	(156)	(89)	32	(1)
Contratos de Swaps - Ajuste a Receber	52	(99)	-	272	(154)	(2)	71	(32)
Contratos de Opções	38	120	-	2	-	-	-	31
Derivativos - Passivo	(26)	(17)	-	(196)	172	(18)	(85)	(2)
Contratos de Swaps - Ajuste a Pagar	(8)	(10)	-	(10)	36	(18)	(46)	(7)
Contratos de Opções	(18)	(7)	-	(186)	136	-	(39)	15

Análise de Sensibilidade de Operações Nível 3

O valor justo dos instrumentos financeiros classificados como Nível 3 é mensurado utilizando-se técnicas baseadas em correlações com produtos associados e negociados em mercados ativos, estimativas internas e modelos internos.

Os dados não observáveis significativos usados na mensuração a valor justo dos instrumentos classificados como Nível 3 são: taxas de juros, preços de ativo objeto e a volatilidade. Variações significativas em quaisquer desses *inputs* isolados podem resultar em alterações significativas no valor justo.

A tabela a seguir, demonstra a sensibilidade desses valores justos em cenários de alterações nas taxas de juros, nos preços de ativos ou em cenários que variam choques nos preços e nas volatilidades para ativos não lineares:

Sensibilidade - Operações Nível 3		31/12/2020		31/12/2019	
Grupos de Fatores de Risco de Mercado	Cenários	Impactos		Impactos	
		Resultado	Patrimônio	Resultado	Patrimônio
Taxa de Juros	I	(0,8)	-	(0,9)	(0,0)
	II	(19,8)	-	(23,3)	(0,3)
	III	(38,2)	-	(46,1)	(0,6)
Commodities, Índices e Ações	I	-	-	-	-
	II	-	-	-	-
Não Lineares	I	(8,3)	-	(22,6)	-
	II	(11,6)	-	(43,2)	-

Na mensuração das sensibilidades são utilizados os seguintes cenários:

Taxa de Juros

Aplicação de choques de 1, 25 e 50 pontos-base (cenários I, II e III respectivamente) nas curvas de juros, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes em cada cenário.

Commodities, Índices e Ações

Aplicação de choques de 5 e 10 pontos percentuais (cenários I e II respectivamente) nos preços de ações, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes em cada cenário.

Não lineares

Cenário I: Aplicação de choques de 5 pontos percentuais nos preços e 25 pontos percentuais no nível de volatilidade, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes em cada cenário.

Cenário II: Aplicação de choques de 10 pontos percentuais nos preços e 25 pontos percentuais no nível de volatilidade, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes em cada cenário.

Nota 29 – Ativos e Passivos Contingentes, Provisões e Obrigações Legais

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING, em decorrência do curso normal de suas atividades, poderá figurar como parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal. As contingências relacionadas a esses processos são classificadas conforme a seguir:

- a) **Ativos Contingentes:** não existem ativos contingentes contabilizados.
- b) **Provisões e Contingências:** os critérios de quantificação das provisões para contingências são adequados às características específicas das carteiras cíveis, trabalhistas e fiscais, bem como outros riscos, levando-se em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a semelhança com processos anteriores, bem como a jurisprudência dominante. A Constituição de provisão ocorre sempre que a perda for classificada como provável.

As obrigações legais decorrem de ações judiciais ingressadas para discutir a legalidade e inconstitucionalidade da legislação em vigor, sendo objeto de provisão contábil.

I- Ações Cíveis

As provisões e as contingências decorrem, geralmente, de pleitos relacionados à revisão de contratos e de ações de indenização por danos materiais e morais, sendo os processos classificados da seguinte forma:

Processos Massificados: são relativos às ações consideradas semelhantes e cujo valor individual não seja relevante. A apuração da provisão é realizada mensalmente, considerando o valor esperado da perda, realizada por meio de aplicação de parâmetro estatístico, observando-se a natureza da ação e as características do juízo em que tramitam (Juizado Especial Cível ou Justiça Comum). As contingências e provisões são ajustadas ao valor do depósito em garantia de execução quando este é realizado.

Processos Individualizados: são relativos às ações com características peculiares ou de valor relevante, apurando-se periodicamente a probabilidade de perda, a partir da determinação do valor do pedido e particularidades das ações. A probabilidade de perda é estimada conforme as particularidades das ações.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING, apesar de ter observado as regras vigentes à época, figura como réu em ações ajuizadas por pessoas físicas que versam sobre a cobrança de expurgos inflacionários em caderneta de poupança, decorrente de planos econômicos implementados nas décadas de 80 e 90, bem como em ações coletivas ajuizadas por: (i) associações de defesa do consumidor; e (ii) Ministério Público, em nome dos titulares de cadernetas de poupança. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING constitui provisões quando do recebimento da citação, bem como no momento em que as pessoas físicas exigem a execução da decisão proferida pelo Judiciário, utilizando os mesmos critérios adotados para determinar as provisões das ações individuais.

O Supremo Tribunal Federal (STF) proferiu algumas decisões a favor dos titulares de cadernetas de poupança, mas não consolidou seu entendimento no tocante à constitucionalidade dos planos econômicos e sua aplicabilidade às cadernetas de poupança. Atualmente, os recursos relacionados a essa questão estão suspensos, por determinação do STF, até que haja um pronunciamento definitivo desta Corte quanto ao direito discutido.

Em dezembro de 2017, sob mediação da Advocacia-Geral da União (AGU) e supervisão do BACEN, poupadores (representados por duas associações civis, FEBRAPO e IDEC) e a FEBRABAN assinaram instrumento de acordo com o objetivo de finalizar os litígios relacionados aos planos econômicos, tendo o ITAÚ UNIBANCO HOLDING aderido aos seus termos. Referido acordo foi homologado, em 01/03/2018, pelo Plenário do STF e os poupadores puderam aderir a seus termos pelo prazo de 24 meses.

Em razão do encerramento desse prazo, as partes assinaram um aditivo ao instrumento de acordo para prorrogar o período de adesão e, assim, contemplar um número maior de poupadores e, conseqüentemente, aumentar o encerramento das ações judiciais. Em maio de 2020, o STF homologou esse aditivo e concedeu o prazo de 30 meses para novas adesões, podendo esse prazo ser prorrogado por mais 30 meses, condicionado à prestação de contas da quantidade de adesões ao longo do primeiro período.

II- Ações Trabalhistas

As provisões e as contingências decorrem de ações em que se discutem pretensos direitos trabalhistas específicos à categoria profissional, tais como: horas extras, equiparação salarial, reintegração, adicional de transferência, complemento de aposentadoria, entre outros. Esses processos possuem a seguinte classificação:

Processos Massificados: referem-se às ações consideradas semelhantes e cujo valor individual não seja relevante. O valor esperado da perda é apurado e provisionado mensalmente, conforme modelo estatístico, que precifica as ações e é reavaliado considerando as decisões judiciais proferidas. As provisões e as contingências são ajustadas ao valor do depósito em garantia de execução quando este é realizado.

Processos Individualizados: referem-se às ações com características peculiares ou de valor relevante. A apuração é realizada periodicamente, a partir da determinação do valor do pedido. A probabilidade de perda é estimada conforme as características de fato e de direito relativas àquela ação.

III- Outros Riscos

São quantificados e provisionados principalmente pela avaliação de crédito rural em operações com cobrança e créditos com Fundos de Compensações de Variações Salariais (FCVS) cedidos ao Banco Nacional.

Segue abaixo a movimentação das provisões cíveis, trabalhistas e outros riscos:

	31/12/2020			
	Cíveis	Trabalhistas	Outros Riscos	Total
Saldo Inicial - 01/01	3.634	8.579	976	13.189
(-) Provisões Garantidas por Cláusula de Indenização (Nota 2.4.n)	(216)	(980)	-	(1.196)
Subtotal	3.418	7.599	976	11.993
Atualização / Encargos (Nota 23)	191	482	-	673
Movimentação do Período Refletida no Resultado (Nota 23)	889	2.110	547	3.546
Constituição	1.179	2.296	550	4.025
Reversão	(290)	(186)	(3)	(479)
Pagamento	(1.203)	(3.126)	(40)	(4.369)
Subtotal	3.295	7.065	1.483	11.843
(+) Provisões Garantidas por Cláusula de Indenização (Nota 2.4.n)	216	950	-	1.166
Saldo Final	3.511	8.015	1.483	13.009
Circulante	1.254	3.125	1.483	5.862
Não Circulante	2.257	4.890	-	7.147

	31/12/2019			
	Cíveis	Trabalhistas	Outros Riscos	Total
Saldo Inicial - 01/01	4.426	6.821	573	11.820
(-) Provisões Garantidas por Cláusula de Indenização (Nota 2.4.n)	(226)	(957)	-	(1.183)
Subtotal	4.200	5.864	573	10.637
Atualização / Encargos (Nota 23)	122	1.024	-	1.146
Movimentação do Período Refletida no Resultado (Nota 23)	726	3.160	403	4.289
Constituição (*)	1.177	3.325	435	4.937
Reversão	(451)	(165)	(32)	(648)
Pagamento	(1.630)	(2.449)	-	(4.079)
Subtotal	3.418	7.599	976	11.993
(+) Provisões Garantidas por Cláusula de Indenização (Nota 2.4.n)	216	980	-	1.196
Saldo Final	3.634	8.579	976	13.189
Circulante	1.662	2.451	976	5.089
Não Circulante	1.972	6.128	-	8.100

(*) Contempla os efeitos do Programa de Desligamento Voluntário.

IV- Processos Tributários e Obrigações Legais

As provisões tributárias correspondem ao valor principal dos tributos envolvidos em discussões fiscais administrativas ou judiciais, objeto de lançamento de ofício, acrescido de juros, multa e, encargos, quando aplicável.

Abaixo está demonstrada a movimentação das provisões:

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo Inicial - 01/01	8.266	6.793
(-) Provisões Garantidas por Cláusula de Indenização (Nota 2.4 n)	(68)	(68)
Subtotal	8.198	6.725
Atualização / Encargos (*)	220	779
Movimentação do Período Refletida no Resultado	56	843
Constituição (*)	142	1.135
Reversão (*)	(86)	(292)
Pagamento	(1.735)	(151)
Subtotal	6.739	8.196
(+) Provisões Garantidas por Cláusula de Indenização (Nota 2.4 n)	71	70
Saldo Final	6.810	8.266
Circulante	65	83
Não Circulante	6.745	8.183

(*) Os valores estão contemplados nas rubricas *Despesas Tributárias, Despesas Gerais e Administrativas e em Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes*.

As principais discussões relativas aos Processos Tributários e Obrigações Legais são descritas a seguir:

- INSS - Verbas não Remuneratórias - R\$ 1.769: defende-se a não incidência da contribuição previdenciária sobre verbas pagas a título de participação nos lucros. O saldo do depósito judicial totaliza R\$ 991;
- PIS e COFINS - Base de Cálculo - R\$ 643: defende-se a incidência de PIS e COFINS sobre o faturamento, devendo este ser entendido como a receita da venda de bens e serviços. O saldo do depósito judicial totaliza R\$ 618.

c) Contingências não Provisionadas no Balanço

Os valores envolvidos em discussões administrativas e judiciais com risco estimado de perda possível não são objeto de provisão contábil e basicamente são compostas por:

I - Ações Cíveis e Trabalhistas

Nas Ações Cíveis de perda possível, o risco total estimado é de R\$ 4.470 (R\$ 4.266 em 31/12/2019), sendo que neste montante não existem valores decorrentes de participação em Entidades Controladas em Conjunto.

Para as Ações trabalhistas de perda possível, o risco estimado é de R\$ 389 (R\$ 251 em 31/12/2019).

II - Processos Tributários

Os Processos Tributários de perda possível totalizam R\$ 31.330 (R\$ 28.959 em 31/12/2019), sendo as principais discussões descritas a seguir:

- INSS – Verbas não Remuneratórias – R\$ 6.303: defende-se a não incidência da contribuição sobre verbas, não remuneratórias, dentre as quais, destacam-se: participação nos lucros e plano para outorga de opções de ações;
- IRPJ, CSLL, PIS e COFINS – Despesas de Captação – R\$ 4.857: discute-se a dedutibilidade de despesas de captação (DI), relativas a recursos que foram capitalizados entre as empresas do Grupo
- ISS - Atividades Bancárias - R\$ 3.991: discute-se a incidência e/ou local do recolhimento de ISS para determinadas receitas bancárias.
- IRPJ e CSLL - Ágio - Dedução - R\$ 3.398: discute-se a dedutibilidade do ágio com expectativa de rentabilidade futura na aquisição de investimentos;
- IRPJ, CSLL, PIS e COFINS - Indeferimento de Pedido de Compensação - R\$ 1.642: casos em que são apreciadas a liquidez e a certeza do crédito compensado;
- PIS e COFINS - Estorno da Receita de Superveniência de Depreciação – R\$ 1.346: discute-se o tratamento contábil e fiscal do PIS e da COFINS na liquidação das operações de arrendamento mercantil;
- IRPJ e CSLL - Glosa de Prejuízos - R\$ 1.188: discute-se o montante do prejuízo fiscal (IRPJ) e/ou base negativa de CSLL utilizados pela Receita Federal na lavratura de autos de infração, que ainda estão pendentes de decisão definitiva;
- IRPJ e CSLL - Dedutibilidade de Perdas com Derivativos - R\$ 656: discute-se dedutibilidade de perdas apuradas na alienação de contratos de derivativos financeiros.

d) Contas a Receber – Reembolso de Provisões

O saldo de valores a receber relativo a reembolso de provisões totaliza R\$ 919 (R\$ 978 em 31/12/2019) (Nota 18a) e decorre, basicamente, da garantia estabelecida em 1997, no processo de privatização do Banco Banerj S.A., ocorrido em 1997, quando o Estado do Rio de Janeiro constituiu um fundo para garantir a recomposição patrimonial em Provisões Cíveis, Trabalhistas e Processos Tributários.

e) Garantias de Contingências, Provisões e Obrigações Legais

As garantias relativas a discussões que envolvem o ITAÚ UNIBANCO HOLDING são compostas, basicamente por:

	31/12/2020				31/12/2019
	Cíveis	Trabalhistas	Tributários	Total	Total
Depósitos em Garantia (Nota 18a)	1.476	2.126	9.091	12.693	14.520
Cotas de Fundos de Investimento	600	303	84	987	1.148
Fiança	65	69	3.878	4.012	3.223
Seguro Garantia	1.837	1.203	15.362	18.402	14.867
Garantia por Títulos Públicos	14	-	235	249	96
Total	3.992	3.701	28.650	36.343	33.854

As provisões relativas às discussões administrativas e judiciais do ITAÚ UNIBANCO HOLDING são de longo prazo, e em virtude do tempo de tramitação desses processos impedem a divulgação de prazo para encerramento.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING com base em pareceres de seus assessores legais, não está envolvido em quaisquer outros processos administrativos ou judiciais que possam afetar, de forma relevante, os resultados de suas operações.

Nota 30 – Informações por Segmento

Os atuais segmentos de negócio do ITAÚ UNIBANCO HOLDING são descritos abaixo:

- **Banco de Varejo**

O segmento engloba os clientes de varejo, correntistas e não correntistas, pessoas físicas e jurídicas, clientes de alta renda (Itaú Uniclass e Personalité) e o segmento empresas (micro e pequenas empresas). Inclui os financiamentos e a oferta de crédito realizados fora da rede de agências, além de cartões de crédito e consignado.

- **Banco de Atacado**

Compreende os produtos e serviços oferecidos às médias empresas, aos clientes com elevado patrimônio financeiro (*Private Banking*), as atividades das unidades da América Latina e do Itaú BBA, unidade responsável pelas operações comerciais com grandes empresas e pela atuação como Banco de Investimento.

- **Atividades com Mercado + Corporação**

Corresponde, fundamentalmente ao resultado associado ao excesso de capital, ao excesso de dívida subordinada e ao carregamento do saldo líquido dos créditos e passivos tributários. Evidencia, ainda, a margem financeira com o mercado, o custo da operação da Tesouraria, o resultado de equivalência patrimonial das empresas que não estão associadas a cada um dos segmentos.

a) Base de Apresentação

As informações por segmento foram elaboradas com base em relatórios usados pela alta administração do ITAÚ UNIBANCO HOLDING para avaliar o desempenho dos segmentos e tomar decisões quanto à alocação de recursos para investimento e demais propósitos.

Tais relatórios utilizam-se de uma variedade de informações para fins gerenciais, inclusive financeiras e não financeiras que se valem de bases diversas daquelas informações preparadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil. O principal indicador utilizado para acompanhamento de performance dos negócios é o Lucro Líquido Recorrente bem como o Retorno sobre o Capital Econômico alocado para cada segmento de negócio.

As informações por segmento foram preparadas em conformidade às políticas contábeis adotadas no Brasil e foram ajustadas pelos itens descritos abaixo:

Capital Alocado: As demonstrações de cada segmento consideram a alocação de capital com base em modelo proprietário e os consequentes impactos em seus resultados decorrentes desta alocação. Este modelo incorpora os seguintes componentes: risco de crédito, risco operacional, risco de mercado e risco de subscrição de seguros.

Alíquota de Imposto de Renda: É considerada a alíquota total do imposto de renda, líquida do impacto fiscal do pagamento dos Juros sobre o Capital Próprio (JCP), para os segmentos Banco de Varejo, Banco de Atacado e Atividades com Mercado + Corporação. A diferença entre o valor do imposto de renda calculado por segmento e o valor do imposto de renda efetivo, indicado na demonstração contábil consolidada, é alocada na coluna Atividades com Mercado + Corporação.

- **Reclassificações e Aplicações de Critérios Gerenciais**

A demonstração de resultado gerencial foi utilizada para a preparação da informação por segmento. Essa demonstração foi obtida tendo como base a demonstração de resultado contábil ajustada pelo impacto dos eventos não recorrentes e reclassificações gerenciais no resultado.

As principais reclassificações entre o resultado contábil e o gerencial são:

Produto Bancário: considera em cada operação o custo de oportunidade. As demonstrações contábeis foram ajustadas para que o patrimônio líquido contábil fosse substituído por *funding* a preços de mercado. Posteriormente, as demonstrações contábeis foram ajustadas para incorporar as receitas vinculadas ao capital alocado a cada segmento. O custo das dívidas subordinadas e a respectiva remuneração a preços de mercado foram proporcionalmente alocados aos segmentos, de acordo com o capital econômico alocado.

Efeitos Fiscais do Hedge: foram ajustados os efeitos fiscais do *hedge* dos investimentos no exterior - originalmente contabilizados nas linhas de despesas tributárias (PIS e COFINS) e de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - que são reclassificados para a margem financeira.

Seguros: As principais reclassificações de receitas referem-se às margens financeiras obtidas com as reservas técnicas de seguros, previdência e capitalização, além da receita de administração de recursos de previdência.

Demais Reclassificações: As Outras Receitas, Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Coligadas e Controladas em Conjunto, Resultado não Operacional, Participação no Lucro de administradores e as despesas do programa de recompensa de cartão de crédito foram reclassificados para as linhas que representam a forma como o ITAÚ UNIBANCO HOLDING gere seus negócios, permitindo maior compreensão na análise de desempenho.

Na coluna de ajustes são apresentados os efeitos das diferenças existentes entre as políticas contábeis utilizadas na apresentação de informações por segmentos - que estão basicamente de acordo com as práticas contábeis adotadas por instituições financeiras no Brasil, salvo os ajustes descritos acima - e os princípios aplicados na preparação das Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS. Os principais ajustes são:

- Os requerimentos de avaliação da redução ao valor recuperável de ativos financeiros são baseados em um modelo de perda de crédito esperada;
- Ajuste a valor justo devido às reclassificações de ativos financeiros para as categorias de mensuração ao custo amortizado, ao valor justo por meio do resultado ou ao valor justo por meio de outro resultado abrangente em decorrência do conceito de modelos de negócios da IFRS 9;
- Ativos financeiros modificados e não baixados, os quais tiveram seu saldo recalculado de acordo com os requerimentos da IFRS 9;
- Taxa efetiva de juros de ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, apropriando-se as receitas e os custos diretamente atribuíveis à sua aquisição, emissão ou alienação pelo prazo da operação, enquanto que, nas normas adotadas no Brasil, o reconhecimento das despesas e das receitas de tarifa ocorre no momento da contratação destas operações;
- Os ágios gerados em combinação de negócios não são amortizados, enquanto que, nas normas adotadas no Brasil, são amortizados.

	01/01 a 31/12/2020					
	Banco de Varejo	Banco de Atacado	Atividade com Mercado + Corporação	ITAÚ UNIBANCO	Ajustes	Consolidado IFRS ⁽³⁾
Produto Bancário	72.680	32.187	9.918	114.785	(14.586)	100.199
Margem Financeira ⁽¹⁾	41.818	19.883	8.394	70.095	(20.042)	50.053
Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias	23.918	11.911	1.401	37.230	1.327	38.557
Resultado de Operações de Seguros e Previdência Privada antes das Despesas com Outras Receitas	6.944	393	123	7.460	(2.972)	4.488
	-	-	-	-	7.101	7.101
Custo do Crédito	(21.247)	(8.968)	6	(30.209)	5.583	(24.626)
Sinistros	(1.345)	(8)	-	(1.353)	(1)	(1.354)
Margem Operacional	50.088	23.211	9.924	83.223	(9.004)	74.219
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais	(40.221)	(16.133)	(650)	(57.004)	(11.985)	(68.989)
Despesas Não Decorrentes de Juros ⁽²⁾	(35.310)	(14.592)	(287)	(50.189)	(14.018)	(64.207)
Despesas Tributárias de ISS, PIS, COFINS e Outras	(4.911)	(1.541)	(363)	(6.815)	634	(6.181)
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Coligadas e Entidades Controladas em Conjunto	-	-	-	-	1.399	1.399
Lucro Líquido Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	9.867	7.078	9.274	26.219	(20.989)	5.230
Imposto de Renda e Contribuição Social	(3.071)	(1.893)	(3.099)	(8.063)	17.897	9.834
Participações de acionistas não controladores	(175)	601	(46)	380	3.452	3.832
Lucro Líquido	6.621	5.786	6.129	18.536	360	18.896
Ativo Total ⁽⁴⁾ - 31/12/2020	1.265.620	981.034	143.715	2.112.586	(93.335)	2.019.251
Passivo Total - 31/12/2020	1.218.977	915.253	108.432	1.964.880	(100.154)	1.864.726
⁽⁴⁾ Inclui:						
Investimentos em Coligadas e Entidades Controladas em Conjunto	2.012	-	13.879	15.891	(321)	15.570
Imobilizado, Líquido	4.587	806	-	5.393	1.544	6.937
Ágio e Ativos Intangíveis, Líquidos	4.978	9.901	-	14.879	2.451	17.330

⁽¹⁾ Inclui receita e despesa de juros, rendimentos e dividendos R\$ 55.420, ganho (perda) líquido com investimentos em títulos e derivativos R\$ (8.056) e resultado de operações de câmbio e Variação Cambial de transações no exterior R\$ 2.689.

⁽²⁾ Referem-se as despesas gerais e administrativas que incluem despesas de depreciação e amortização de R\$ (5.064).

⁽³⁾ O Consolidado IFRS não representa a soma das partes porque existem operações entre as empresas que foram eliminadas apenas no Consolidado. Os segmentos são avaliados pela alta administração, líquidos das receitas e despesas entre partes relacionadas.

01/01 a 31/12/2019

	Banco de Varejo	Banco de Atacado	Atividade com Mercado + Corporação	ITAÚ UNIBANCO	Ajustes	Consolidado IFRS ⁽³⁾
Produto Bancário	79.227	30.650	9.913	119.790	(2.711)	117.079
Margem Financeira ⁽¹⁾	46.764	18.778	9.088	74.630	(5.280)	69.350
Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias	25.411	11.306	590	37.307	1.725	39.032
Resultado de Operações de Seguros e Previdência Privada antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização	7.052	566	235	7.853	(3.300)	4.553
Outras Receitas	-	-	-	-	4.144	4.144
Custo do Crédito	(16.072)	(2.082)	-	(18.154)	882	(17.272)
Sinistros	(1.206)	(59)	-	(1.265)	(30)	(1.295)
Margem Operacional	61.949	28.509	9.913	100.371	(1.859)	98.512
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais	(41.430)	(15.403)	(986)	(57.819)	(9.450)	(67.269)
Despesas Não Decorrentes de Juros ⁽²⁾	(36.346)	(13.940)	(365)	(50.651)	(10.361)	(61.012)
Despesas Tributárias de ISS, PIS, COFINS e Outras	(5.084)	(1.463)	(621)	(7.168)	(404)	(7.572)
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Coligadas e Entidades Controladas em Conjunto	-	-	-	-	1.315	1.315
Lucro Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	20.519	13.106	8.927	42.552	(11.309)	31.243
Imposto de Renda e Contribuição Social	(7.095)	(3.856)	(2.545)	(13.496)	10.066	(3.430)
Participações de Acionistas não controladores	(198)	(444)	(51)	(693)	(7)	(700)
Lucro Líquido	13.226	8.806	6.331	28.363	(1.250)	27.113
Ativo Total ^(*) - 31/12/2019	1.056.275	682.271	147.901	1.738.713	(101.232)	1.637.481
Passivo Total - 31/12/2019	1.013.186	625.614	104.799	1.595.865	(107.849)	1.488.016
^(*) Inclui:						
Investimentos em Coligadas e Entidades Controladas em Conjunto	1.911	-	13.666	15.577	(480)	15.097
Imobilizado, Líquido	5.252	1.160	-	6.412	754	7.166
Ágio e Ativos Intangíveis, Líquidos	6.681	7.645	-	14.326	5.393	19.719

(1) Inclui receita e despesa de juros, rendimentos e dividendos R\$ 64.325, ganho (perda) líquido com investimentos em títulos e derivativos R\$ 4.098 e resultado de operações de câmbio e Variação Cambial de transações no exterior R\$ 927.

(2) Referem-se as despesas gerais e administrativas que incluem despesas de depreciação e amortização de R\$ (4.630).

(3) O Consolidado IFRS não representa a soma das partes porque existem operações entre as empresas que foram eliminadas apenas no Consolidado. Os segmentos são avaliados pela alta administração, líquidos das receitas e despesas entre partes relacionadas.

	01/01 a 31/12/2018					Consolidado IFRS ⁽³⁾
	Banco de Varejo	Banco de Atacado	Atividade com Mercado + Corporação	ITAÚ UNIBANCO	Ajustes	
Produto Bancário	72.182	29.389	10.246	111.817	(7.617)	104.200
Margem Financeira ⁽¹⁾	40.243	18.930	9.912	69.085	(8.380)	60.705
Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias	25.131	9.810	138	35.079	1.730	36.809
Resultado de Operações de Seg., Prev. e Cap. antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização	6.808	649	196	7.653	(3.692)	3.961
Outras Receitas	-	-	-	-	2.725	2.725
Custo do Crédito	(12.526)	(1.540)	-	(14.066)	5.112	(8.954)
Sinistros	(1.160)	(68)	-	(1.228)	-	(1.228)
Margem Operacional	58.496	27.781	10.246	96.523	(2.505)	94.018
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais	(40.002)	(15.217)	(1.070)	(56.289)	(7.121)	(63.410)
Despesas Não Decorrentes de Juros ⁽²⁾	(35.296)	(13.817)	(331)	(49.444)	(8.094)	(57.538)
Despesas Tributárias de ISS, PIS, COFINS e Outras	(4.706)	(1.400)	(739)	(6.845)	226	(6.619)
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Coligadas e Entidades Controladas em Conjunto	-	-	-	-	747	747
Lucro Líquido Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	18.494	12.564	9.176	40.234	(9.626)	30.608
Imposto de Renda e Contribuição Social	(6.939)	(3.829)	(2.964)	(13.732)	8.763	(4.969)
Participações Minoritárias nas Subsidiárias	(184)	(550)	(35)	(769)	37	(732)
Lucro Líquido	11.371	8.185	6.177	25.733	(826)	24.907
Ativo Total ^(*) - 31/12/2018	1.042.145	655.393	142.853	1.649.613	(96.816)	1.552.797
Passivo Total - 31/12/2018	1.005.194	597.528	93.546	1.505.490	(103.159)	1.402.331

^(*) Inclui:

Investimentos em Coligadas e Entidades Controladas em Conjunto	1.220	-	11.438	12.658	(639)	12.019
Imobilizado, Líquido	5.526	879	-	6.405	897	7.302
Ágio e Ativos Intangíveis, Líquidos	6.845	8.178	-	15.023	4.306	19.329

⁽¹⁾ Inclui receita e despesa de juros, rendimentos e dividendos R\$ 62.565, ganho (perda) líquido com investimentos em títulos e derivativos R\$ (4.834) e resultado de operações de câmbio e Variação Cambial de transações no exterior R\$ 2.974.

⁽²⁾ Referem-se as despesas gerais e administrativas que incluem despesas de depreciação e amortização de R\$ (3.332).

⁽³⁾ O Consolidado IFRS não representa a soma das partes porque existem operações entre as empresas que foram eliminadas apenas no Consolidado. Os segmentos são avaliados pela alta administração, líquidos das receitas e despesas entre partes relacionadas.

c) Resultado dos Ativos não Correntes e Principais Serviços e Produtos por Região Geográfica

	31/12/2020			31/12/2019		
	Brasil	Exterior	Total	Brasil	Exterior	Total
Ativos não Correntes	17.095	7.172	24.267	16.123	10.762	26.885

	01/01 a 31/12/2020			01/01 a 31/12/2019			01/01 a 31/12/2018		
	Brasil	Exterior	Total	Brasil	Exterior	Total	Brasil	Exterior	Total
Receitas da Intermediação Financeira ^{(1) (2)}	102.016	21.595	123.611	117.541	27.767	145.308	108.362	22.955	131.317
Resultado de Operações de Seguros e Previdência antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização	4.488	-	4.488	4.423	130	4.553	3.812	149	3.961
Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias	34.533	4.024	38.557	35.283	3.749	39.032	33.211	3.598	36.809

(1) Inclui Receita de Juros e Rendimentos, Receita de Dividendos, Ajuste ao Valor Justo de Ativos e Passivos Financeiros e Resultado de Operações de Câmbio e Variação Cambial de Transações no Exterior.

(2) O ITAÚ UNIBANCO HOLDING não tem clientes que representem 10% ou mais das receitas.

Nota 31 – Partes Relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

As operações entre as empresas e fundos de investimentos, incluídas na consolidação (Nota 2.4a), foram eliminadas, e não representam efeitos nas demonstrações consolidadas.

As principais partes relacionadas não consolidadas são as seguintes:

- O Itaú Unibanco Participações S.A. (IUPAR), a Companhia E. Johnston de Participações S.A. (Acionista da IUPAR) e a ITAÚSA, acionistas diretos e indiretos do ITAÚ UNIBANCO HOLDING;
- As coligadas, as controladas e controladas em conjunto não financeiras da ITAÚSA, destacando-se: Duratex S.A., Copagaz – Distribuidora de Gás S.A. e Alpargatas S.A.;
- Os investimentos em coligadas e entidades controladas em conjunto, destacando-se: Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A., BSF Holding S.A. e XP Inc.;
- Previdências: Fundação Itaú Unibanco – Previdência Complementar e FUNBEP – Fundo de Pensão Multipatrocinado, entidades fechadas de previdência complementar, que administram planos de aposentadoria patrocinados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING, criados exclusivamente para seus colaboradores;
- Associações: Associação Cubo Coworking Itaú – entidade parceira do ITAÚ UNIBANCO HOLDING que tem por objetivo incentivar e promover: a discussão, o desenvolvimento de tecnologias, de soluções e de modelos de negócio alternativos e inovadores; a produção e a divulgação dos conhecimentos técnicos e científicos obtidos pelas alternativas anteriores; a atração e aproximação de novos talentos em tecnologia da informação que possam ser caracterizadas como *startups*; a pesquisa, o desenvolvimento e o estabelecimento de ecossistemas de empreendedorismo e *startups*;
- Fundações e Institutos mantidos por doações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING e pelo resultado gerado pelos seus ativos para viabilização de seus objetivos, bem como a manutenção de estrutura operacional e administrativa:

Fundação Itaú para a Educação e Cultura — promove a educação, a cultura, a assistência social, a defesa e a garantia de direitos, bem como o fortalecimento da sociedade civil.

Instituto Unibanco – apoia projetos voltados para assistência social, em especial, a educação, a cultura, a promoção à integração ao mercado de trabalho e a defesa do meio ambiente, diretamente e/ou complementarmente por meio de instituições da sociedade civil.

Instituto Unibanco de Cinema – promove a cultura em geral e permite o acesso da população de baixa renda a produções cinematográficas, videográficas e afins, sendo que para tanto deverá realizar a manutenção de cinemas próprios ou sob sua administração e cines-clubes para exibição de filmes, vídeo, disco-vídeo-laser e outras atividades correlatas à sua função, bem como exibir e divulgar o cinema em ampla acepção, sobretudo os de produção brasileira.

Associação Itaú Viver Mais – presta serviços assistenciais, com vistas ao bem estar dos beneficiários, na forma e condições estabelecidas pelo seu regulamento interno e de acordo com os recursos de que dispuser. Tais serviços poderão abranger, dentre outros, a promoção de atividades culturais, educacionais, esportivas, de lazer e saúde.

a) Transações com Partes Relacionadas

ITAÚ UNIBANCO HOLDING						
	Taxa Anual	Ativos / (Passivos)		Receitas / (Despesas)		
		31/12/2020	31/12/2019	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		18.539	1.000	63	58	-
Outras	1,90%	18.539	1.000	63	58	-
Operações de Crédito		591	83	56	6	187
Alpargatas S.A.	2,50% a 6% / SELIC + 2,35% / CDI + 3,85% a 3,95%	65	30	36	1	3
Duratex S.A.	CDI + 1,45%	515	-	19	-	-
Outras	113% CDI	11	53	1	5	184
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos (Posição Ativa e Passiva)		1.716	99	6	-	(138)
Fundos de Investimentos		107	99	14	-	-
Copagaz - Distribuidora de Gás S.A.	CDI + 1,70%	950	-	1	-	-
Itaúsa S.A.	CDI + 2,40%	/ / 1	-	1	-	-
Outras		(112)	-	(10)	-	(138)
Depósitos		-	-	(1)	(1)	(10)
Outras		-	-	(1)	(1)	(10)
Captações no Mercado Aberto		(165)	(374)	(13)	(14)	(2)
Alpargatas S.A.	95% a 101% CDI	(10 /)	(4)	(11)	-	-
Duratex S.A.	78% a 99% CDI	(49)	(43)	(2)	(2)	(1)
Outras	100% CDI	(9)	(327)	-	(12)	(1)
Valores a Receber (Pagar) / Receitas de Prestação de Serviços e/ou Outras e Despesas Gerais e Administrativas		(35)	(151)	26	3	50
Instituto Unibanco		123	-	3	-	2
Fundação Itaú Unibanco - Previdência Complementar		(93)	(93)	42	43	51
ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A.		(46)	(46)	7	7	4
Olimpia Promoção e Serviços S.A.		(9)	(5)	(45)	(31)	(25)
Itaúsa S.A.		(8)	1	12	(28)	6
Fundação Itaú para a Educação e Cultura		(4)	-	(3)	1	1
FUNBEP - Fundo de Pensão Multipatrocinado		(1)	-	/	7	6
Outras		3	(8)	3	4	5
Aluguéis		-	-	(31)	(39)	(46)
Fundação Itaú Unibanco - Previdência Complementar		-	-	(28)	(32)	(36)
FUNBEP - Fundo de Pensão Multipatrocinado		-	-	(3)	(6)	(7)
Outras		-	-	-	(1)	(3)
Doações		(500)	-	(1.002)	(35)	(95)
Fundação Itaú para a Educação e Cultura		(500)	-	(1.000)	(35)	(95)
Outras		-	-	(2)	-	-
Patrocínios		12	29	(16)	(15)	(32)
Associação Cubo Coworking Itaú		12	29	(16)	(14)	(31)
Outras		-	-	-	(1)	(1)

As operações com o Pessoal Chave da Administração do ITAÚ UNIBANCO HOLDING apresentam Ativos de R\$ 65, Passivos de R\$ (6.623) e Resultado de R\$ (58) (R\$ 49, R\$ (5.758) em 31/12/2019 e R\$

(28) de 01/01 a 31/12/2019, respectivamente).

b) Remunerações e Benefícios do Pessoal-Chave da Administração

As remunerações e benefícios atribuídos aos Administradores, membros do Comitê de Auditoria e do Conselho de Administração do ITAÚ UNIBANCO HOLDING no período correspondem a:

	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Honorários	(578)	(499)	(481)
Participações no Lucro	(112)	(363)	(258)
Benefícios Pós Emprego	(9)	(6)	(9)
Plano de Pagamento Baseado em Ações	(228)	(224)	(212)
Total	(927)	(1.092)	(960)

Os valores totais referentes a planos de pagamento baseado em ações, despesas de pessoal e benefícios pós-emprego, encontram-se detalhados nas Notas 20, 23 e 26, respectivamente.

Nota 32 – Gerenciamento de Riscos e Capital

a) Governança Corporativa

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING investe em processos robustos de gerenciamento de riscos e capital que são a base das decisões estratégicas para assegurar a sustentabilidade dos negócios e para maximizar a criação de valor para o acionista.

Estes processos estão alinhados às diretrizes do Conselho de Administração e dos Executivos que, por meio de órgãos colegiados, definem os objetivos globais, expressos em metas e limites para as unidades de negócio gestoras de risco. As unidades de controle e gerenciamento de capital, por sua vez, apoiam a administração do ITAÚ UNIBANCO HOLDING através dos processos de monitoramento e análise de risco e capital.

O Conselho de Administração é o órgão principal responsável por estabelecer as diretrizes, políticas e alçadas para a gestão de riscos e capital. Por sua vez, o Comitê de Gestão de Risco e Capital (CGRC) é responsável por apoiar o Conselho de Administração no desempenho de suas atribuições relacionadas à gestão de riscos e de capital. Já no nível executivo, são estabelecidos órgãos colegiados, presididos pelo *Chief Executive Officer* (CEO) do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, que são responsáveis pela gestão de riscos e capital e cujas decisões são acompanhadas no âmbito do CGRC.

Adicionalmente, a instituição possui órgãos colegiados, que exercem responsabilidades delegadas na gestão de riscos e capital, presididos pelo vice-presidente da Área de Riscos e Finanças (ARF). Para dar suporte a essa estrutura, a ARF possui diretorias especializadas que tem o objetivo de assegurar, de forma independente e centralizada, que os riscos e o capital da instituição sejam administrados de acordo com as políticas e procedimentos estabelecidos.

b) Gerenciamento de Riscos

Apetite de Risco

O apetite de risco do ITAÚ UNIBANCO HOLDING é fundamentado na seguinte declaração do Conselho de Administração:

“Somos um banco universal, operando predominantemente na América Latina. Apoiados em nossa cultura de riscos, atuamos com rigoroso padrão ético e de cumprimento regulatório, buscando resultados elevados e crescentes, com baixa volatilidade, mediante o relacionamento duradouro com o cliente, apreçamento correto dos riscos, captação pulverizada de recursos e adequada utilização do capital.”

A partir desta declaração, foram definidas cinco dimensões, compostas por um conjunto de métricas associadas aos principais riscos envolvidos, combinando formas complementares de mensuração, buscando uma visão abrangente das nossas exposições.

O Conselho de Administração é o responsável pela aprovação das diretrizes e limites do apetite de risco, desempenhando suas responsabilidades com o apoio do CGRC e do *Chief Risk Officer* (CRO).

Os limites de apetite de risco são monitorados frequentemente e reportados às comissões de riscos e ao Conselho de Administração, que orientarão a tomada de medidas preventivas de forma a garantir que as exposições estejam alinhadas à estratégia do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

As cinco dimensões do apetite de risco são:

- **Capitalização:** estabelece que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING deve ter capital suficiente para se proteger de uma grave recessão ou de um evento de estresse sem necessidade de adequação da estrutura de capital em circunstâncias desfavoráveis. É monitorada através do acompanhamento dos índices de capital do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, em situação normal e em estresse e dos *ratings* de emissão de dívidas da instituição.
- **Liquidez:** estabelece que a liquidez do ITAÚ UNIBANCO HOLDING deverá suportar longos períodos de estresse. É monitorada através do acompanhamento dos indicadores de liquidez.
- **Composição dos resultados:** define que os negócios serão focados principalmente na América Latina, onde o ITAÚ UNIBANCO HOLDING terá uma gama diversificada de clientes e produtos, com baixo apetite por volatilidade de resultados e por risco elevado. Esta dimensão compreende aspectos de negócios e rentabilidade, risco de mercado e crédito. As métricas monitoradas buscam garantir, por meio de limites de concentração de exposição como, por exemplo, setores de indústria, qualidade das contrapartes, países e regiões geográficas e fatores de riscos, adequada composição das carteiras, visando à baixa volatilidade dos resultados e à sustentabilidade dos negócios.

- **Risco operacional:** foca no controle dos eventos de risco operacional que possam impactar negativamente a estratégia de negócio e operação, realizado através do monitoramento dos principais eventos de risco operacional e das perdas incorridas.
- **Reputação:** aborda riscos que possam impactar o valor da marca e da reputação da instituição junto a clientes, funcionários, reguladores, investidores e público geral. O monitoramento dos riscos nesta dimensão é feito através do acompanhamento da satisfação e insatisfação dos clientes, da exposição nas mídias, além da observância da conduta da instituição.

Os fundamentos do apetite de riscos, do gerenciamento de riscos e as diretrizes para a forma de atuação dos colaboradores do ITAÚ UNIBANCO HOLDING no dia a dia para a tomada de decisão são:

- **Sustentabilidade e satisfação dos clientes:** a visão do ITAÚ UNIBANCO HOLDING é ser o banco líder em performance sustentável e em satisfação dos clientes, por isso, preocupa-se em gerar valor compartilhado para colaboradores, clientes, acionistas e sociedade, garantindo a perenidade do negócio. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING preocupa-se em fazer negócios que sejam bons para o cliente e para a instituição;
- **Cultura de Risco:** a cultura de risco do ITAÚ UNIBANCO HOLDING vai além de políticas, procedimentos e processos, e fortalece a responsabilidade individual e coletiva de todos os colaboradores para que façam a coisa certa, no momento certo e de maneira correta, respeitando a forma ética de fazer negócios;
- **Apreçamento do risco:** o ITAÚ UNIBANCO HOLDING atua e assume riscos em negócios que conhece e entende, e evita os que não conhece ou para os quais não possui vantagem competitiva, avaliando cuidadosamente a relação de risco e retorno;
- **Diversificação:** o ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem baixo apetite por volatilidade nos resultados e por isso atua em uma base diversificada de clientes, produtos e negócios, buscando a diversificação dos riscos, além de priorizar negócios de menor risco;
- **Excelência operacional:** o ITAÚ UNIBANCO HOLDING quer ser um banco ágil, com infraestrutura robusta e estável, de forma a oferecer um serviço de alta qualidade;
- **Ética e respeito à regulação:** para o ITAÚ UNIBANCO HOLDING ética é inegociável, por isso, a instituição promove um ambiente institucional íntegro, orientando os colaboradores a cultivar a ética nos relacionamentos e nos negócios, e o respeito às normas, zelando pela reputação da instituição.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING adota diversas iniciativas para disseminar a cultura de risco, tendo como base quatro princípios: a tomada consciente de riscos, a discussão e a ação sobre os riscos da instituição e a responsabilidade de todos pela gestão de riscos.

Esses princípios articulam as diretrizes do ITAÚ UNIBANCO HOLDING auxiliando os colaboradores a entender, identificar, mensurar, gerenciar e mitigar os riscos de maneira consciente.

1. Risco de Crédito

Risco de perdas decorrentes do não cumprimento pelo tomador, emissor ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, da desvalorização de contrato de crédito em consequência da deterioração na classificação de risco do tomador, do emissor ou da contraparte, da redução de ganhos ou remunerações, das vantagens concedidas em renegociações posteriores e dos custos de recuperação.

Há uma estrutura de gestão e controle do risco de crédito, centralizada e independente das unidades de negócio, que estabelece limites e mecanismos de mitigação de risco, além de estabelecer processos e instrumentos para medir, monitorar e controlar o risco de crédito inerente a todos os produtos, as concentrações de carteira e os impactos de potenciais mudanças no ambiente econômico.

A política de crédito do ITAÚ UNIBANCO HOLDING baseia-se em critérios internos como: classificação de clientes, desempenho e evolução da carteira, níveis de inadimplência, taxas de retorno e capital econômico alocado, fatores externos, como taxas de juros, indicadores de inadimplência do mercado, inflação, variação do consumo, entre outros.

Para pessoas físicas, pequenas e médias empresas, a classificação de crédito é atribuída com base em modelos estatísticos de *application* (nos estágios iniciais da relação com o cliente) e *behaviour score* (usado para os clientes com os quais o ITAÚ UNIBANCO HOLDING já tem uma relação).

Para grandes empresas, a classificação baseia-se em informações tais como a situação econômico-financeira da contraparte, sua capacidade de geração de caixa, o grupo econômico a que pertence, a situação atual e as perspectivas do setor de atividade econômica em que atua. As propostas de crédito são analisadas caso a caso, utilizando um mecanismo de alçadas.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING controla rigorosamente a exposição a crédito de clientes e contrapartes, atuando para reverter eventuais situações em que a exposição observada exceda o desejado. Nesse sentido, pode ser adotada uma série de medidas contratualmente previstas, tais como a liquidação antecipada e a requisição de garantias adicionais.

Garantias e Política de Mitigação do Risco de Crédito

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza garantias para aumentar sua capacidade de recuperação em operações expostas ao risco de crédito. As garantias utilizadas podem ser fidejussórias, reais, estruturas jurídicas com poder de mitigação e acordos de compensação.

Gerencialmente, para que as garantias sejam consideradas como instrumentos mitigadores do risco de crédito, é necessário que cumpram as exigências e as determinações das normas que as regulam, sejam internas ou externas, e que sejam juridicamente exercíveis (eficazes), exequíveis e regularmente avaliadas.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza ainda derivativos de crédito, tais como CDS único-nome (*single name*), para mitigar o risco de crédito de suas carteiras de títulos. Estes instrumentos são apreçados com base em modelos que utilizam o preço justo de variáveis de mercado, tais como *spreads* de crédito, taxas de recuperação, correlações e taxas de juros.

Política de Provisionamento e Cenários Econômicos

A área de risco de crédito e área de finanças são responsáveis por definir as metodologias utilizadas para mensurar a perda esperada em operações de crédito e avaliar recorrentemente a evolução dos montantes de provisão.

Estas áreas monitoram as tendências observadas na provisão para perda de crédito esperada por segmento, além de estabelecerem um entendimento inicial das variáveis que podem desencadear em mudanças na provisão, na PD (*probability of default*) ou na LGD (*loss given default*).

Uma vez que as tendências são identificadas e uma avaliação inicial das variáveis é feita no nível corporativo, as áreas de negócios tornam-se responsáveis por aprofundar a análise dessas tendências em um nível detalhado e por segmento, por entender as razões relacionadas a estas tendências e decidir se serão necessárias mudanças nas políticas de crédito.

As provisões para perdas esperadas são constituídas considerando o risco esperado atrelado a contratos com características similares e antecipando-se a sinais de deterioração, tendo em vista um horizonte de perda adequado ao período restante da conclusão do contrato. Para contratos de produtos sem data de conclusão determinada, utilizam-se resultados médios de deterioração e inadimplência para determinação do horizonte de perda.

Além disso, informações de cenários econômicos e informações públicas com projeções construídas internamente, são utilizadas para determinar e afetar a perda de crédito esperada, adequando patamares de perda às realidades macroeconômicas esperadas.

Análise de Sensibilidade

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING elabora estudo sobre o impacto de estimativas no cálculo de perda de crédito esperada. Os modelos de perda esperada utilizam-se de três diferentes cenários: Otimista, Base e Pessimista. No Brasil, onde as operações são substancialmente realizadas, esses cenários são combinados por meio da ponderação de suas probabilidades: 15%, 40% e 45% (2019 — 10%, 75% e 15%), respectivamente, as quais são atualizadas de forma a refletir as condições econômicas novas. Para as carteiras de crédito originadas em outros países, os cenários são ponderados por diferentes probabilidades, levando em consideração aspectos e situações econômicas regionais.

A tabela abaixo demonstra os valores de ativos financeiros ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, perda esperada e os impactos no cálculo da perda de crédito esperada na adoção de 100% de cada cenário:

31/12/2020					31/12/2019				
Ativos Financeiros ⁽¹⁾	Perda Esperada ⁽²⁾	Redução/(Aumento) da Perda Esperada			Ativos Financeiros ⁽¹⁾	Perda Esperada ⁽²⁾	Redução/(Aumento) da Perda Esperada		
		Cenário Pessimista	Cenário Base	Cenário Otimista			Cenário Pessimista	Cenário Base	Cenário Otimista
951.343	(51.480)	(830)	491	1.416	793.610	(40.247)	(328)	13	193

(1) Composto por Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil Financeiro e Títulos e Valores Mobiliários.

(2) Contempla Perda de Crédito Esperada para operações de Garantias Financeiras Prestadas R\$ (907) (R\$ (837) em 31/12/2019) e Compromissos a Liberar R\$ (3.485) (R\$ (3.303) em 31/12/2019).

Classificação dos Estágios de Deterioração de Crédito

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING considera informações internas de clientes, modelos estatísticos, dias de atraso e análises qualitativas para fins de determinação de situação de crédito para os contratos da carteira.

As regras de mudança de estágio consideram limites inferiores e superiores de *ratings* internos (critérios quantitativos), além da variação relativa de notas de *rating* desde o reconhecimento inicial. A informação sobre dias em atraso, utilizada de forma absoluta, é fator importante para a classificação dos estágios, e após determinada a situação de crédito do contrato, é estabelecida a classificação em um dos três estágios de deterioração de crédito. A partir dessa classificação, são utilizadas regras de mensuração de perda esperada de crédito determinadas para cada estágio, conforme descrito na Nota 2.4d.

Para as carteiras de negócios Varejo e *middle* o ITAÚ UNIBANCO HOLDING classifica os contratos de crédito com atraso superior a 30 dias no estágio 2, exceto o produto consignado para órgãos públicos, cujo reconhecimento é efetuado após 45 dias de atraso, devido à dinâmica de pagamento por repasse do produto.

Para a carteira de negócios do Atacado, a informação de atraso é considerada na avaliação do *rating*.

São parâmetros de inadimplência: 90 dias sem observação de pagamento^(*); reestruturação de dívida; declaração de falência; prejuízo; e recuperação judicial.

(*) Para a carteira de crédito imobiliário são considerados 180 dias sem observação de pagamento.

Exposição Máxima dos Ativos Financeiros ao Risco de Crédito

	31/12/2020			31/12/2019		
	Brasil	Exterior	Total	Brasil	Exterior	Total
Ativos Financeiros	1.294.428	466.835	1.761.263	1.073.430	336.803	1.410.233
Ao Custo Amortizado	861.485	324.255	1.185.740	755.773	254.871	1.010.644
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	17.775	37.910	55.685	10.620	23.963	34.583
Aplicações no Mercado Aberto	237.528	2.415	239.943	197.157	1.271	198.428
Títulos e Valores Mobiliários	103.146	26.658	129.804	114.046	19.073	133.119
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	468.461	245.643	714.104	386.206	199.585	585.791
Outros Ativos Financeiros	67.425	25.830	93.255	75.968	18.784	94.752
(-) Provisão para Perda Esperada	(32.850)	(14.201)	(47.051)	(28.224)	(7.805)	(36.029)
Ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	48.992	60.950	109.942	35.990	40.670	76.660
Títulos e Valores Mobiliários	48.992	60.950	109.942	35.990	40.670	76.660
Ao Valor Justo por meio do Resultado	383.951	81.630	465.581	281.667	41.262	322.929
Títulos e Valores Mobiliários	365.718	23.353	389.071	271.470	9.605	281.075
Derivativos	18.227	58.277	76.504	10.197	31.657	41.854
Outros Ativos Financeiros	6	-	6	-	-	-
Passivos Financeiros - Provisão para Perda Esperada	3.655	737	4.392	3.581	559	4.140
Compromissos de Empréstimos	3.135	350	3.485	2.909	394	3.303
Garantias Financeiras	520	387	907	672	165	837
Off Balance	372.542	58.773	431.315	338.262	48.893	387.155
Garantias Financeiras	51.830	17.103	68.933	52.663	14.057	66.720
Cartas de Crédito a Liberar	41.477	-	41.477	15.013	-	15.013
Compromissos de Empréstimos	279.235	41.670	320.905	270.586	34.836	305.422
Crédito Imobiliário	6.357	-	6.357	5.536	-	5.536
Cheque Especial	126.302	-	126.302	124.449	-	124.449
Cartão de Crédito	144.386	3.859	148.245	138.014	2.823	140.837
Outros Limites Pré-Aprovados	2.190	37.811	40.001	2.587	32.013	34.600
Total	1.663.315	524.871	2.188.186	1.408.111	385.137	1.793.248

Os valores de exposição ao risco de crédito apresentados são baseados em valores contábeis brutos e não consideram qualquer garantia recebida ou outras melhorias de crédito agregadas.

Os valores contratuais de garantias financeiras e de cartas de crédito representam o potencial máximo de risco de crédito caso a contraparte não cumpra com os termos do contrato. A grande maioria dos compromissos de empréstimos (crédito imobiliário, conta garantida e outros limites pré-aprovados) vence sem ser sacado, já que a sua renovação é mensal e são canceláveis unilateralmente.

Consequentemente, o valor contratual não representa nossa real exposição futura ao risco de crédito e nem a necessidade de liquidez proveniente desses compromissos.

Por Setor de Atividade

Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro

	31/12/2020	%	31/12/2019	%
Indústria e Comércio	163.784	22,9	129.998	22,2
Serviços	172.322	24,1	126.718	21,6
Outros Setores	37.565	5,3	26.693	4,6
Pessoa Física	340.433	47,7	302.382	51,6
Total	714.104	100,0	585.791	100,0

Demais Ativos Financeiros (*)

	31/12/2020	%	31/12/2019	%
Setor Público	713.705	71,2	562.485	73,5
Serviços	79.788	8,0	59.193	7,7
Outros Setores	67.636	6,8	45.744	6,0
Financeiras	139.820	14,0	98.297	12,8
Total	1.000.949	100,0	765.719	100,0

(*) Inclui Ativos Financeiros ao valor Justo por meio do Resultado, Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes e Ativos Financeiros ao Custo Amortizado, exceto Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro e Outros Ativos Financeiros.

A exposição de instrumentos financeiros *Off Balance* (Garantias Financeiras e Compromissos de Empréstimos) não são categorizados e nem gerenciados por setor de atividade.

Por Tipo e Classificação de Risco de Crédito Operações de

Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro

	31/12/2020															
	Estágio 1				Estágio 2				Estágio 3				Total Consolidado dos 3 Estágios			
	Operações de Crédito	Compromissos de Empréstimos	Garantias Financeiras	Total	Operações de Crédito	Compromissos de Empréstimos	Garantias Financeiras	Total	Operações de Crédito	Compromissos de Empréstimos	Garantias Financeiras	Total	Operações de Crédito	Compromissos de Empréstimos	Garantias Financeiras	Total
Pessoas Físicas	199.158	190.273	854	390.285	30.793	19.387	-	50.180	25.532	987	-	26.519	255.483	210.647	854	466.984
Grandes Empresas	123.665	17.670	43.602	184.937	2.793	16	595	3.404	8.063	93	2.516	10.672	134.521	17.779	46.713	199.013
Micro / Pequenas e Médias Empresas	96.784	50.813	5.434	153.031	15.965	3.884	440	20.289	9.206	307	131	9.644	121.955	55.004	6.005	182.964
Unidades Externas América Latina	167.601	35.960	14.498	218.059	16.692	1.414	676	18.782	17.852	101	187	18.140	202.145	37.475	15.361	254.981
Total	587.208	294.716	64.388	946.312	66.243	24.701	1.711	92.655	60.653	1.488	2.834	64.975	714.104	320.905	68.933	1.103.942
%	62,1	31,1	6,8	100,0	71,5	26,7	1,8	100,0	93,3	2,3	4,4	100,0	64,7	29,1	6,2	100,0

	31/12/2019															
	Estágio 1				Estágio 2				Estágio 3				Total Consolidado dos 3 Estágios			
	Operações de Crédito	Compromissos de Empréstimos	Garantias Financeiras	Total	Operações de Crédito	Compromissos de Empréstimos	Garantias Financeiras	Total	Operações de Crédito	Compromissos de Empréstimos	Garantias Financeiras	Total	Operações de Crédito	Compromissos de Empréstimos	Garantias Financeiras	Total
Pessoas Físicas	199.907	197.717	861	398.485	19.070	6.437	-	25.507	21.513	763	-	22.276	240.490	204.917	861	446.268
Grandes Empresas	91.448	16.411	44.720	152.579	911	22	200	1.133	8.430	102	3.420	11.952	100.789	16.535	48.340	165.664
Micro / Pequenas e Médias Empresas	77.722	50.307	4.817	132.846	7.225	2.378	38	9.641	5.786	190	46	6.022	90.733	52.875	4.901	148.509
Unidades Externas América Latina	132.812	29.842	12.087	174.741	14.714	1.166	424	16.304	6.253	87	107	6.447	153.779	31.095	12.618	197.492
Total	501.889	294.277	62.485	858.651	41.920	10.003	662	52.585	41.982	1.142	3.573	46.697	585.791	305.422	66.720	957.933
%	58,5	34,3	7,2	100,0	79,7	19,0	1,3	100,0	89,9	2,4	7,7	100,0	61,1	31,9	7,0	100,0

Classificação interna	31/12/2020				31/12/2019			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total das Operações de Crédito	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total das Operações de Crédito
Baixo	501.463	13.172	-	514.635	420.936	4.204	-	425.140
Médio	84.193	37.249	-	121.442	80.106	17.871	-	97.977
Alto	1.552	15.822	-	17.374	847	19.845	-	20.692
Crédito com evento de perda	-	-	60.653	60.653	-	-	41.982	41.982
Total	587.208	66.243	60.653	714.104	501.889	41.920	41.982	585.791
%	82,2	9,3	8,5	100,0	85,6	7,2	7,2	100,0

Demais Ativos Financeiros

	31/12/2020							
	Valor Justo	Estágio 1		Estágio 2		Estágio 3		
		Custo	Valor Justo	Custo	Valor Justo	Custo	Valor Justo	
Fundos de investimento	14.204	3.232	2.997	10.943	10.943	1.232	264	
Títulos Públicos	483.791	479.477	483.791	-	-	-	-	
Governo Brasileiro	422.098	417.782	422.098	-	-	-	-	
Outros Públicos	-	36	-	-	-	-	-	
Outros países	61.693	61.659	61.693	-	-	-	-	
Argentina	1.498	1.480	1.498	-	-	-	-	
Estados Unidos	5.835	5.847	5.835	-	-	-	-	
México	10.222	10.227	10.222	-	-	-	-	
Itália	130	133	130	-	-	-	-	
Espanha	4.844	4.847	4.844	-	-	-	-	
Coreia	3.947	3.951	3.947	-	-	-	-	
Chile	23.195	23.183	23.195	-	-	-	-	
Paraguai	2.950	3.011	2.950	-	-	-	-	
Uruguai	978	964	978	-	-	-	-	
Colômbia	8.089	8.012	8.089	-	-	-	-	
Peru	5	4	5	-	-	-	-	
Títulos de Empresas	127.757	122.695	122.326	3.485	2.738	5.873	2.693	
Cédula de Produtor Rural	5.823	5.717	5.723	38	36	115	64	
Certificado de Recebíveis Imobiliários	5.342	5.290	5.268	77	73	-	1	
Certificado de Depósito Bancário	1.066	1.064	1.066	-	-	-	-	
Debêntures	62.723	57.963	58.365	2.402	1.779	5.462	2.579	
<i>Eurobonds e Assemelhados</i>	7.604	7.445	7.604	-	-	-	-	
Letras Financeiras	15.783	15.784	15.783	-	-	-	-	
Notas Promissórias	7.629	7.611	7.629	-	-	-	-	
Outros	21.787	21.821	20.888	968	850	296	49	
Total	625.752	605.404	609.114	14.428	13.681	7.105	2.957	

31/12/2019

	Valor Justo	Estágio 1		Estágio 2		Estágio 3	
		Custo	Valor Justo	Custo	Valor Justo	Custo	Valor Justo
Fundos de investimento	8.267	8.322	8.062	-	-	955	205
Títulos Públicos	366.998	364.078	366.998	-	-	-	-
Governo Brasileiro	327.681	324.637	327.681	-	-	-	-
Outros Públicos	-	36	-	-	-	-	-
Outros países	39.317	39.405	39.317	-	-	-	-
Argentina	318	349	318	-	-	-	-
Estados Unidos	2.977	2.979	2.977	-	-	-	-
México	7.820	7.820	7.820	-	-	-	-
Itália	329	328	329	-	-	-	-
Espanha	4.984	4.984	4.984	-	-	-	-
Coreia	3.427	3.427	3.427	-	-	-	-
Chile	12.317	12.227	12.317	-	-	-	-
Paraguai	1.782	1.959	1.782	-	-	-	-
Uruguai	710	716	710	-	-	-	-
Colômbia	4.622	4.585	4.622	-	-	-	-
Peru	8	8	8	-	-	-	-
Alemanha	23	23	23	-	-	-	-
Títulos de Empresas	112.936	109.169	108.685	637	402	6.784	3.849
Cédula de Produtor Rural	5.341	5.122	5.114	62	58	204	169
Certificado de Recebíveis Imobiliários	7.312	7.253	7.280	10	11	20	21
Certificado de Depósito Bancário	3.217	3.217	3.217	-	-	-	-
Debêntures	51.510	47.751	47.607	336	283	6.311	3.620
Eurobonds e Assemelhados	5.732	5.671	5.704	29	28	-	-
Letras Financeiras	18.514	18.517	18.514	-	-	-	-
Notas Promissórias	5.311	5.314	5.311	-	-	-	-
Outros	15.999	16.324	15.938	200	22	249	39
Total	488.201	481.569	483.745	637	402	7.739	4.054

Demais Ativos Financeiros - Classificação Interna por Nível de Risco

31/12/2020						
Classificação Interna	Ativos Financeiros - Ao Custo Amortizado			Ativos Financeiros – ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes		Total
	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e no Mercado Aberto	Títulos e Valores Mobiliários	Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado (*)			
Baixo	295.334	123.553	463.168		109.942	991.997
Médio	-	4.396	2.192		-	6.588
Alto	294	1.855	215		-	2.364
Total	295.628	129.804	465.575		109.942	1.000.949
%	29,5	13,0	46,5		11,0	100,0

(*) Inclui Derivativos no montante de R\$ 76.504 em 31/12/2020.

31/12/2019						
Classificação Interna	Ativos Financeiros - Ao Custo Amortizado			Ativos Financeiros – ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes		Total
	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e no Mercado Aberto	Títulos e Valores Mobiliários	Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado (*)			
Baixo	233.011	127.251	321.595		76.660	758.517
Médio	-	3.721	952		-	4.673
Alto	-	2.147	382		-	2.529
Total	233.011	133.119	322.929		76.660	765.719
%	30,4	17,4	42,2		10,0	100,0

(*) Inclui Derivativos no montante de R\$ 41.854 em 31/12/2019.

Garantias de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro

	31/12/2020				31/12/2019			
	Ativos com Excesso de Garantia		Ativos com Insuficiência de Garantia		Ativos com Excesso de Garantia		Ativos com Insuficiência de Garantia	
	Valor Contábil do Ativo	Valor Justo da Garantia	Valor Contábil do Ativo	Valor Justo da Garantia	Valor Contábil do Ativo	Valor Justo da Garantia	Valor Contábil do Ativo	Valor Justo da Garantia
Pessoas Físicas	80.907	202.819	1.746	1.621	65.921	170.045	1.997	1.867
Crédito Pessoal ⁽¹⁾	1.960	6.759	737	698	978	2.982	857	819
Veículos ⁽²⁾	21.595	44.673	999	918	17.720	37.355	1.102	1.020
Crédito Imobiliário ⁽³⁾	57.352	151.387	10	5	47.223	129.708	38	28
Micros / Pequenas, Médias e Grandes Empresas ⁽⁴⁾	151.129	444.696	31.582	27.011	115.608	311.043	11.097	6.142
Unidades Externas América Latina ⁽⁴⁾	161.987	309.489	15.381	9.050	123.367	222.300	7.348	2.841
Total	394.023	957.004	48.709	37.682	304.896	703.388	20.442	10.850

(1) Geralmente requer garantias financeiras.

(2) Os próprios veículos são dados em garantia, assim como os ativos arrendados nas operações de arrendamento.

(3) Os próprios imóveis são dados em garantia.

(4) Poderá ser utilizada qualquer garantia prevista na política de crédito do ITAÚ UNIBANCO HOLDING (alienação fiduciária, aval/devedor solidário, hipoteca e outras).

Do total das operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro, R\$ 271.372 (R\$ 260.453 em 31/12/2019) representam empréstimos sem garantias.

Bens Retomados

Os ativos recebidos quando da execução de empréstimos, inclusive imóveis, são registrados inicialmente pelo menor valor entre: (i) o valor justo do bem menos os custos estimados para sua venda, ou (ii) o valor contábil do empréstimo.

Reduções posteriores no valor justo do ativo são registradas como provisão para desvalorização em contrapartida ao resultado. Os custos da manutenção desses ativos são lançados à despesa conforme incorridos.

A política de venda destes bens contempla a realização de leilões periódicos que são divulgados previamente ao mercado além de considerar a restrição para a manutenção em propriedade da Instituição pelo prazo máximo de um ano, conforme normas do BACEN.

O total de bens retomados no período foi de R\$ 224 (R\$ 390 de 01/01 a 31/12/2019), composto principalmente por imóveis.

2. Risco de Mercado

É a possibilidade de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação das taxas de câmbio, das taxas de juros, dos preços de ações, dos índices de preços e dos preços de mercadorias (*commodities*), conforme estabelecido pelo CMN. Os índices de preços também são tratados como um grupo de fator de risco.

O controle de risco de mercado é realizado por área independente das unidades de negócio e responsável por executar as atividades diárias de: (i) mensuração e avaliação de risco, (ii) monitoramento de cenários de estresse, limites e alertas, (iii) aplicação, análise e testes de cenários de estresse, (iv) reporte de risco para os responsáveis individuais dentro das unidades de negócios de acordo com a governança do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, (v) monitoramento de ações necessárias para o reajuste de posições e/ou níveis de risco para fazê-los viáveis, e (vi) apoio ao lançamento de novos produtos financeiros com segurança.

A gestão de risco de mercado segue a segregação das operações em Carteira de Negociação e Carteira Bancária, de acordo com os critérios gerais estabelecidos pela Resolução 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, do CMN e Circular 3.354, 27 de junho de 2007, do BACEN. A carteira de negociação é composta por todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, realizadas com a intenção de negociação. Já a carteira bancária caracteriza-se preponderantemente pelas operações provenientes do negócio bancário e relacionadas à gestão do balanço da instituição, realizadas sem a intenção de negociação e com horizonte de tempo de médio e longo prazos.

A gestão do risco de mercado é realizada com base nas seguintes métricas:

- Valor em Risco (*VaR - Value at Risk*): medida estatística que quantifica a perda econômica potencial máxima esperada em condições normais de mercado, considerando um determinado horizonte de tempo e intervalo de confiança;
- Perdas em Cenários de Estresse (Teste de Estresse): técnica de simulação para avaliação do comportamento dos ativos, passivos e derivativos da carteira quando diversos fatores de risco são levados a situações extremas de mercado (baseadas em cenários prospectivos e históricos);
- Stop Loss: métrica que tem por objetivo a revisão das posições, caso as perdas acumuladas em um dado período atinjam um determinado valor;
- Concentração: exposição acumulada de determinado instrumento financeiro ou fator de risco, calculada a valor de mercado (“MtM – Mark to Market”); e
- VaR Estressado: métrica estatística derivada do cálculo de VaR, que objetiva capturar o maior risco em simulações da carteira de negociação atual, levando em consideração retornos observáveis em cenários históricos de extrema volatilidade.

A gestão do risco de variação das taxas de juros em instrumentos classificados na carteira bancária (IRRBB) é realizada com base nas seguintes métricas:

- Δ EVE (*Delta Economic Value of Equity*): diferença entre o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento de instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros;

- Δ NII (*Delta Net Interest Income*): diferença entre o resultado de intermediação financeira dos instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros.

Adicionalmente, são analisadas medidas de sensibilidade e de controle de perdas. Entre elas, incluem-se:

- Análise de Descasamentos (GAPS): exposição acumulada dos fluxos de caixa, por fator de risco, expressos a valor de mercado, alocados nas datas de vencimento;
- Sensibilidade (DV01- Delta Variation): impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa quando submetidos a um aumento de 1 ponto-base nas taxas de juros atuais ou na taxa do indexador;
- Sensibilidades aos Diversos Fatores de Riscos (GREGAS): derivadas parciais de uma carteira de opções em relação aos preços dos ativos-objetos, às volatilidades implícitas, às taxas de juros e ao tempo.

Buscando o enquadramento das operações nos limites definidos, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING realiza *hedge* de operações de clientes e de posições proprietárias, inclusive de investimentos no exterior. Derivativos são os instrumentos mais utilizados para a execução destas atividades de *hedge*, e podem se caracterizar como *hedge* contábil ou econômico, ambos regidos por normativos institucionais no ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

A estrutura de limites e alertas é alinhada com as diretrizes do Conselho de Administração, sendo revisada e aprovada anualmente. Esta estrutura conta com limites específicos que visam a melhorar o processo de acompanhamento e compreensão dos riscos, bem como evitar sua concentração. Estes limites são dimensionados avaliando-se os resultados projetados do balanço, o tamanho do patrimônio, a liquidez, a complexidade e as volatilidades dos mercados, bem como o apetite de risco do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

O consumo dos limites de risco de mercado é monitorado e divulgado diariamente através de mapas de exposição e sensibilidade. A área de risco de mercado analisa e controla a aderência destas exposições aos limites e alertas e os reporta tempestivamente para as mesas da Tesouraria e demais estruturas previstas na governança.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza sistemas proprietários para mensurar o risco de mercado consolidado. O processamento desses sistemas ocorre em ambiente com controle de acesso, de alta disponibilidade, com processos de guarda e recuperação de dados e conta com infraestrutura para garantir a continuidade de negócios em situações de contingência (*disaster recovery*).

VaR - Consolidado ITAÚ UNIBANCO HOLDING

É calculado por Simulação Histórica, isto é, a distribuição esperada para os ganhos e perdas (P&L's - *Profit and loss statement*) de uma carteira ao longo de tempo pode ser estimada a partir do comportamento histórico dos retornos dos fatores de risco de mercado desta carteira. O VaR é calculado com um intervalo de confiança de 99%, período histórico de 4 anos (1000 dias úteis) e um horizonte de manutenção (*holding period*) de um dia. Ainda, em uma abordagem conservadora, o VaR é calculado diariamente com e sem ponderação pela volatilidade, sendo o VaR final o valor mais restritivo dentre as duas metodologias.

De 01/01 a 31/12/2020, o VaR Total Médio em simulação histórica foi de R\$ 282 ou 0,2% do patrimônio líquido total (R\$ 334 de 01/01 a 31/12/2019 ou 0,2% do patrimônio líquido total).

	VaR Total (Simulação Histórica) (em milhões de R\$)							
	31/12/2020 ^(*)				31/12/2019 ^(*)			
	Média	Mínimo	Máximo	VaR Total	Média	Mínimo	Máximo	VaR Total
VaR por Grupo de Fatores de Risco								
Taxas de Juros	614	292	1.961	431	816	652	960	813
Moedas	29	9	/1	24	28	11	59	11
Ações	23	9	49	30	30	14	57	29
Commodities	2	1	4	1	2	1	5	1
Efeito de Diversificação	-	-	-	(263)	-	-	-	(576)
Risco Total	282	166	763	223	334	209	472	278

(*) O VaR por Grupo de Fatores de risco considera as informações das unidades externas.

Risco de Taxa de Juros

A tabela abaixo demonstra a posição contábil dos ativos e passivos financeiros expostos a risco de taxa de juros distribuída por vencimento (prazos contratuais remanescentes). Esta tabela não é usada diretamente para fins de gestão de riscos de taxas de juros, sendo bastante utilizada para permitir a avaliação de descasamentos entre as contas e os produtos a elas associados bem como para identificar possíveis concentrações de risco.

	31/12/2020						31/12/2019					
	0-30 dias	31-180 dias	181-365 dias	1-5 anos	Acima de 5 anos	Total	0-30 dias	31-180 dias	181-365 dias	1-5 anos	Acima de 5 anos	Total
Ativos Financeiros	478.065	335.803	185.587	568.219	227.397	1.795.071	264.750	382.751	141.277	443.579	203.328	1.435.685
Ao Custo Amortizado	406.497	251.388	121.432	314.949	125.282	1.219.548	222.026	354.893	102.649	244.862	111.666	1.036.096
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	83.133	-	-	-	-	83.133	86.836	-	-	-	-	86.836
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	34.998	5.410	8.178	6.864	187	55.637	23.337	4.448	3.290	3.474	32	34.581
Aplicações no Mercado Aberto	196.053	43.625	170	10	77	239.935	22.617	175.643	-	-	162	198.422
Títulos e Valores Mobiliários	9.325	16.907	11.440	55.070	33.997	126.739	1.290	13.659	14.817	56.178	44.522	130.466
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	82.988	185.446	101.644	253.005	91.021	714.104	87.946	161.143	84.542	185.210	66.950	585.791
Ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	13.357	12.557	6.958	54.452	22.618	109.942	2.464	4.524	3.284	46.456	19.932	76.660
Ao Valor Justo por meio do Resultado	58.211	71.858	57.197	198.818	79.497	465.581	40.260	23.334	35.344	152.261	71.730	322.929
Títulos e Valores Mobiliários	40.577	63.455	48.092	178.565	58.382	389.071	33.262	15.420	32.299	137.612	62.482	281.075
Derivativos	17.634	8.403	9.099	20.253	21.115	76.504	6.998	7.914	3.045	14.649	9.248	41.854
Outros Ativos Financeiros	-	-	6	-	-	6	-	-	-	-	-	-
Passivos Financeiros	624.542	141.647	122.233	452.797	118.616	1.459.835	508.064	115.876	74.582	309.571	86.135	1.094.228
Ao Custo Amortizado	607.741	134.640	109.560	426.488	101.753	1.380.182	501.401	106.763	71.460	288.584	77.991	1.046.199
Depósitos	370.604	80.456	59.955	277.055	20.940	809.010	272.447	38.873	22.877	154.032	18.831	507.060
Captação no Mercado Aberto	220.219	3.001	1.962	23.811	24.371	273.364	218.055	4.121	1.700	13.309	19.398	256.583
Recursos de Mercados Interbancários	9.542	48.407	36.972	56.482	4.632	156.035	9.845	54.141	41.253	66.818	2.805	174.862
Recursos de Mercados Institucionais	6.950	2.247	10.142	67.159	51.810	138.308	600	8.472	4.763	53.452	36.957	104.244
Planos de Capitalização	426	529	529	1.981	-	3.465	454	1.156	867	973	-	3.450
Ao Valor Justo por Meio do Resultado	16.801	7.007	12.673	26.309	16.863	79.653	6.663	9.113	3.122	20.987	8.144	48.029
Derivativos	16.791	7.002	12.672	26.252	16.788	79.505	6.653	9.100	3.096	20.906	8.073	47.828
Notas Estruturadas	10	-	1	57	75	143	10	13	26	81	71	201
Outros Passivos Financeiros	-	5	-	-	-	5	-	-	-	-	-	-
Diferença Ativo / Passivo (*)	(146.477)	194.156	63.354	115.422	108.781	335.236	(243.314)	266.875	66.695	134.008	117.193	341.457
Diferença Acumulada	(146.477)	47.679	111.033	226.455	335.236		(243.314)	23.561	90.256	224.264	341.457	
Índice da Diferença Acumulada para o Total de Ativos Remunerados	-8,2%	2,7%	6,2%	12,6%	18,7%		-16,9%	1,6%	6,3%	15,6%	23,8%	

(*) As diferenças decorrem de descasamento de prazos entre o vencimento de todos os ativos e passivos remunerados na respectiva data-base, considerando os prazos acordados contratualmente.

Risco de Moeda

A gestão da exposição cambial executada pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem o objetivo de mitigar os efeitos decorrentes da variação das taxas de câmbio, que pode apresentar períodos de alta volatilidade.

O risco de moeda (ou risco de câmbio) origina-se de posições sensíveis às oscilações dos movimentos das taxas de câmbio. Essas posições podem ser originadas por instrumentos financeiros que são denominados em uma moeda diferente da moeda funcional em que é mensurado o balanço ou por meio de posições em instrumentos derivativos (para negociação ou para hedge). A sensibilidade ao risco de moeda encontra-se divulgada no quadro VaR Total (Simulação Histórica) descrito no item 2.1 — VaR Consolidado — ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Risco de Ações

A exposição ao risco de ações encontra-se divulgada na Nota 5, referente a Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado - Títulos e Valores Mobiliários, e Nota 8, referente a Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes - Títulos e Valores Mobiliários.

3. Risco de Liquidez

É definido como a possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculações de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

O controle de risco de liquidez é realizado por área independente das áreas de negócio e responsável por definir a composição da reserva, estimar o fluxo de caixa e a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo e monitorar limites mínimos para absorver perdas em cenários de estresse para cada país onde o ITAÚ UNIBANCO HOLDING opera. Todas as atividades são sujeitas à verificação pelas áreas independentes de validação, controles internos e auditoria.

As políticas de gestão de liquidez e os limites associados são estabelecidos com base em cenários prospectivos e nas definições da alta administração. Estes cenários são revistos periodicamente, por meio da análise das necessidades de caixa, em virtude de situações atípicas de mercado ou decorrentes de decisões estratégicas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING efetua diariamente a gestão e o controle do risco de liquidez através de governança aprovada em comitês superiores, que prevê, entre outras atividades, a adoção de limites mínimos de liquidez, suficientes para absorver possíveis perdas de caixa em cenários de estresse, mensurados através de metodologias internas e também por metodologia regulatória.

Adicionalmente, são elaborados e submetidos à alta administração os seguintes itens para acompanhamento e suporte às decisões:

- Diferentes cenários projetados para a evolução da liquidez;
- Planos de contingência para situações de crise;
- Relatórios e gráficos que descrevem as posições de risco;
- Avaliação do custo de captação e fontes alternativas de captação;
- Acompanhamento da diversificação de captação por meio de um controle constante de fontes de captação, considerando tipo do investidor e prazo, entre outros fatores.

Fontes Primárias de Funding

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING dispõe de fontes diversificadas de recursos, com parcela significativa advinda do segmento de varejo. Do total dos recursos de clientes 37,1%, ou R\$ 379,5 bilhões - tem disponibilidade imediata para o cliente. No entanto, o comportamento histórico do saldo acumulado dos dois maiores itens - depósito à vista e poupança - é relativamente consistente: a soma dos seus saldos cresce ao longo do tempo e há excesso de entradas de caixa sobre as saídas na comparação das médias mensais dos fluxos.

Recursos de Clientes	31/12/2020			31/12/2019		
	0-30 dias	Total	%	0-30 dias	Total	%
Depósitos	370.604	809.010		272.447	507.060	
Recursos à Vista	134.805	134.805	13,2	82.306	82.306	11,5
Recursos de Poupança	179.470	179.470	17,5	144.558	144.558	20,2
Recursos a Prazo	55.778	491.234	48,0	44.855	277.166	38,8
Outros Recursos	551	3.501	0,3	728	3.030	0,4
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos ⁽¹⁾	1.978	136.638	13,4	4.293	143.569	20,1
Recursos de Emissão Própria ⁽²⁾	218	1.985	0,2	235	5.258	0,7
Dívida Subordinada	6.657	74.916	7,3	2	59.462	8,3
Total	379.457	1.022.549	100,0	276.977	715.349	100,0

(1) Inclui Letras de Crédito Imobiliário, Imobiliárias Garantidas, Agronegócios, Financeiras registradas em Recursos de Mercados Interbancários e Obrigações por Emissão de Debêntures, TVM no Exterior e Certificados de Operações Estruturadas registrados em Recursos de Mercados Institucionais.

(2) Referem-se a Captações no Mercado Aberto com títulos de emissão própria.

Controle de Liquidez

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING gerencia suas reservas de liquidez mediante estimativas dos recursos que estarão disponíveis para aplicação, considerando a continuidade dos negócios em condições de normalidade.

Durante o período de 2020, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING manteve níveis adequados de liquidez no Brasil e no exterior. Os ativos líquidos totalizavam R\$ 323,2 bilhões e representavam 85,2% dos recursos resgatáveis a curto prazo, 31,6% do total de recursos e 23,4% dos ativos totais.

A tabela abaixo apresenta os indicadores utilizados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING na gestão de riscos de liquidez:

Indicadores de Liquidez	31/12/2020	31/12/2019
	%	%
Ativos Líquidos ⁽¹⁾ / Recursos de Clientes em até 30 dias ⁽²⁾	85,2	62,4
Ativos Líquidos ⁽¹⁾ / Recursos de Clientes Totais ⁽³⁾	31,6	24,2
Ativos Líquidos ⁽¹⁾ / Ativos Financeiros Totais ⁽⁴⁾	23,4	16,6

(1) Ativos Líquidos (a valor presente) são: Disponibilidades, Aplicações no Mercado Aberto - Posição Bancada e Títulos Públicos - Livres. Estão detalhados no quadro de Fluxos Futuros não Descontados - Ativos Financeiros.

(2) Quadro Recursos de Clientes (Total Recursos de Clientes 0-30 dias).

(3) Quadro Recursos de Clientes (Total Recursos de Clientes).

(4) Detalhados no quadro de Fluxos Futuros não Descontados - Ativos Financeiros, totalizam a valor presente R\$ 1.381.769 (R\$ 1.040.865 em 31/12/2019).

Os ativos e os passivos de acordo com os vencimentos contratuais remanescentes, considerando seus fluxos não descontados, são apresentados abaixo:

Fluxos Futuros não Descontados, exceto para Derivativos que estão a Valor Justo	31/12/2020					31/12/2019				
	0 - 30	31 - 365	366-720	Acima de 720 dias	Total	0 - 30	31 - 365	366-720	Acima de 720 dias	Total
Ativos Financeiros ⁽¹⁾										
Disponibilidades	46.224	-	-	-	46.224	30.367	-	-	-	30.367
Aplicações em Instituições Financeiras	234.755	43.276	6.273	1.092	285.396	69.756	151.497	1.444	1.191	223.888
Aplicações no Mercado Aberto - Posição Bancada ⁽²⁾	44.743	-	-	-	44.743	26.797	-	-	-	26.797
Aplicações no Mercado Aberto - Posição Financiada	150.474	31.561	-	-	182.035	17.871	144.234	-	-	162.105
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros ⁽⁴⁾	39.538	11.715	6.273	1.092	58.618	25.088	7.263	1.444	1.191	34.986
Títulos e Valores Mobiliários	239.964	16.348	17.144	101.908	375.364	131.195	17.669	19.846	108.011	276.721
Títulos Públicos - Livres	226.615	393	379	5.779	233.166	111.487	300	302	4.763	116.852
Títulos Públicos - Compromissadas de Recompra	93	3.905	6.749	15.132	25.879	7.744	6.616	12.445	25.366	52.171
Títulos Privados - Livres	13.256	11.113	8.352	51.927	84.648	11.964	10.181	4.967	56.839	83.951
Títulos Privados - Compromissadas de Recompra	-	937	1.664	29.070	31.671	-	572	2.132	21.043	23.747
Instrumentos Financeiros Derivativos - Posição Líquida	17.634	17.502	6.478	34.890	76.504	6.998	10.959	5.355	18.542	41.854
Swaps	4.064	2.952	5.117	33.886	46.019	107	4.039	4.464	17.848	26.458
Opções	10.103	8.783	992	540	20.418	4.696	3.043	500	217	8.456
Contratos a Termo	1.323	757	5	-	2.085	940	1.207	15	-	2.162
Demais Derivativos	2.144	5.010	364	464	7.982	1.255	2.670	376	477	4.778
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro ⁽³⁾	60.896	236.173	114.523	317.492	729.084	63.401	197.090	93.203	236.982	590.676
Outros Ativos Financeiros	-	6	-	-	6	-	-	-	-	-
Total de Ativos Financeiros	599.473	313.305	144.418	455.382	1.512.578	301.717	377.215	119.848	364.726	1.163.506

(1) A carteira ativa não considera os saldos dos depósitos compulsórios no Banco Central que montam em R\$ 90.059 (R\$ 91.248 em 31/12/2019) cuja liberação desses recursos está atrelada ao vencimento das carteiras passivas. Os valores dos fundos PGBl e VGBl não são considerados na carteira ativa pois estão contemplados na Nota 26.

(2) Subtraído o valor de R\$ 11.119 (R\$ 8.544 em 31/12/2019), cujos títulos estão vinculados à garantia de operações na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3) e no BACEN.

(3) Subtraído o valor de pagamentos ao lojista R\$ 71.820 (R\$ 69.050 em 31/12/2019) e o valor das Obrigações Vinculadas a Cessão de Crédito R\$ 1.623 (R\$ 2.451 em 31/12/2019).

(4) Inclui o valor de R\$ 32.477 (R\$ 18.938 em 31/12/2019) referente a Depósitos Compulsórios nos Bancos Centrais de outros países.

Fluxos Futuros não Descontados, exceto para Derivativos que estão a Valor Justo	31/12/2020					31/12/2019				
	0 - 30	31 - 365	366 - 720	Acima de 720 dias	Total	0 - 30	31 - 365	366 - 720	Acima de 720 dias	Total
Passivos Financeiros										
Depósitos	369.957	145.085	36.258	344.261	895.561	266.690	69.367	20.555	211.531	568.143
Depósito à Vista	134.805	-	-	-	134.805	82.306	-	-	-	82.306
Depósito Poupança	179.470	-	-	-	179.470	144.558	-	-	-	144.558
Depósito a Prazo	53.978	143.446	36.182	343.974	577.580	37.570	68.757	20.502	211.395	338.224
Depósito Interfinanceiros	1.633	1.639	76	287	3.635	2.247	610	53	136	3.046
Outros Depósitos	71	-	-	-	71	9	-	-	-	9
Depósitos Compulsórios	(36.337)	(16.874)	(4.412)	(32.436)	(90.059)	(38.576)	(14.067)	(4.110)	(34.495)	(91.248)
Depósito à Vista	(6.926)	-	-	-	(6.926)	(4.412)	-	-	-	(4.412)
Depósito Poupança	(22.672)	-	-	-	(22.672)	(26.234)	-	-	-	(26.234)
Depósito a Prazo	(6.739)	(16.874)	(4.412)	(32.436)	(60.461)	(7.930)	(14.067)	(4.110)	(34.495)	(60.602)
Captações no Mercado Aberto ⁽¹⁾	260.846	5.024	5.183	22.591	293.644	246.499	6.509	5.218	17.585	275.811
Títulos Públicos	182.848	2.070	2.414	22.564	209.896	200.499	344	1.720	17.553	220.116
Títulos Privados	22.056	2.954	2.769	27	27.806	17.978	2.810	3.498	32	24.318
Exterior	55.942	-	-	-	55.942	28.022	3.355	-	-	31.377
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos ⁽²⁾	2.391	40.463	35.189	68.573	146.616	4.335	47.697	39.505	67.435	158.972
Obrigações por Empréstimos e Repasses ⁽³⁾	11.891	64.735	6.239	6.388	89.253	6.368	65.182	6.259	7.462	85.271
Dívidas Subordinadas ⁽⁴⁾	6.797	8.428	28.994	45.762	89.981	251	6.594	11.794	53.745	72.384
Instrumentos Financeiros Derivativos - Posição Líquida	16.791	19.674	6.895	36.145	79.505	6.653	12.196	9.458	19.521	47.828
Swaps	7.344	3.612	5.573	35.260	51.789	326	5.218	8.349	19.034	32.927
Opções	6.355	12.381	998	528	20.262	3.668	4.567	571	255	9.061
Contratos a Termo	892	13	-	-	905	753	1	-	-	754
Demais Derivativos	2.200	3.668	324	357	6.549	1.906	2.410	538	232	5.086
Outros Passivos Financeiros	-	5	-	-	5	-	-	-	-	-
Total Passivos Financeiros	632.336	266.540	114.346	491.284	1.504.506	492.220	193.478	88.679	342.784	1.117.161

(1) Inclui Carteira Própria e de Terceiros.

(2) Inclui Letras de Crédito Imobiliário, Imobiliárias Garantidas, Agronegócios, Financeiras registradas em Recursos de Mercados Interbancários e Obrigações por Emissão de Debêntures, TVM no Exterior e Certificados de Operações Estruturadas registrados em Recursos de Mercados Institucionais.

(3) Registradas em Recursos de Mercados Interbancários.

(4) Registradas em Recursos de Mercados Institucionais.

Compromissos Off Balance	31/12/2020					31/12/2019				
	0 - 30	31 - 365	366 - 720	Acima de 720 dias	Total	0 - 30	31 - 365	366 - 720	Acima de 720 dias	Total
Garantias Financeiras	2.859	24.491	6.428	35.155	68.933	1.286	19.447	9.359	36.628	66.720
Compromissos de Empréstimos	128.792	27.144	11.776	153.193	320.905	125.664	22.818	7.064	149.876	305.422
Cartas de Crédito a Liberar	41.477	-	-	-	41.477	15.013	-	-	-	15.013
Compromissos Contratuais - Imobilizado e Intangível (Notas 13 e 14)	-	36	-	-	36	-	273	-	-	273
Total	173.128	51.671	18.204	188.348	431.351	141.963	42.538	16.423	186.504	387.428

c) Gerenciamento de Capital

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING está sujeito à regulamentação do BACEN, que determina requerimentos mínimos de capital, procedimentos de apuração das informações para avaliação da importância sistêmica global de instituições financeiras, limites para ativos fixos, limites de empréstimos, práticas contábeis, e exige que os bancos cumpram a regulamentação baseada no Acordo de Basileia sobre adequação de capital. Além disso, o CNSP e a SUSEP emitem regulamentações sobre exigência de capital, que afetam as operações de seguros, planos de previdência privada e de capitalização.

As notas explicativas de capital foram preparadas de acordo com exigências regulatórias do BACEN, alinhado aos requerimentos mínimos internacionalmente vigentes nos termos do Bank for International Settlements (BIS).

I – Composição e Suficiência do Capital

O Conselho de Administração é o órgão responsável por aprovar a política institucional de gerenciamento de capital e as diretrizes acerca do nível de capitalização do ITAÚ UNIBANCO HOLDING. O Conselho também é responsável pela aprovação integral do relatório do ICAAP (Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital), que visa a avaliar a adequação do capital do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

O resultado do último ICAAP, que engloba os testes de estresse – realizado para data-base dezembro de 2019 - apontou que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING dispõe, além de capital para fazer face a todos os riscos materiais, de significativa folga de capital, garantindo assim a solidez patrimonial da instituição.

Visando a garantir a solidez do ITAÚ UNIBANCO HOLDING e a disponibilidade de capital para suportar o crescimento dos negócios, os níveis de PR foram mantidos acima do necessário para fazer frente aos riscos, conforme evidenciado pelos índices de Capital Principal, de Nível I e de Basileia.

	31/12/2020	31/12/2019
Capital regulamentar		
Capital Principal	119.960	117.328
Nível I	137.157	128.696
Patrimônio de Referência (PR)	151.244	140.596
Ativos ponderados pelo risco (RWA)		
RWA total	1.042.207	891.300
Capital regulamentar como proporção do RWA		
Índice de Capital Principal (ICP)	11,5%	13,2%
Índice de Nível I (%)	13,2%	14,4%
Índice de Basileia	14,5%	15,8%
Adicional de Capital Principal (ACP) como proporção do RWA		
Adicional de Conservação de Capital Principal - ACPConservação (%) (*)	1,25%	2,5%
Adicional Contracíclico de Capital Principal - ACPContracíclico (%)	0,0%	0,0%
Adicional de Importância Sistêmica de Capital Principal - ACPsistêmico (%)	1,0%	1,0%
ACP total (%)	2,25%	3,5%

(*) Para fins de apuração da parcela ACP Conservação, a resolução BACEN 4.783 estabelece, por prazos determinados, percentuais a serem aplicados ao montante RWA com aumento gradual até abril/2022, quando passa a ser de 2,5%.

O Índice de Basileia atingiu 14,5% em 31/12/2020, com redução de 1,3 pontos percentuais em relação a 31/12/2019, devido principalmente ao impacto cambial, ao provisionamento de JCP e dividendos referente ao exercício de 2019 e ao aumento dos ativos ponderados pelo risco, atenuados em parte pelo lucro acumulado do ano e pelas emissões de dívida de Nível I e Nível II.

Além disso, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING possui folga em relação ao Patrimônio de Referência mínimo requerido no montante de R\$ 67.867 (R\$ 69.292 em 31/12/2019), superior ao ACP de R\$ 23.450 (R\$ 31.195 em 31/12/2019), amplamente coberto pelo capital disponível.

Em dezembro de 2020, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING emitiu R\$ 2,1 bilhões, em Letras Financeiras Subordinadas Nível II que possuem opção de recompra a partir de 2025. As dívidas estão sujeitas à aprovação pelo BACEN para composição do Capital de Nível II do Patrimônio de Referência do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, com impacto estimado de 0,20 p.p. no seu índice de Basileia.

O índice de Imobilização indica o percentual de comprometimento do PR ajustado com o ativo permanente ajustado. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING está enquadrado no limite máximo de 50% do PR ajustado, fixado pelo BACEN. Em 31/12/2020, o índice de imobilização atingiu 24,0% (27,9% em 31/12/2019) apresentando uma folga de R\$ 39.274 (R\$ 31.104 em 31/12/2019).

Os fundos obtidos por meio de emissão de títulos de dívida subordinada são considerados capital de Nível II, para os propósitos do índice de capital em relação aos ativos ponderados de risco, e estão descritos abaixo. Conforme legislação vigente, para o cálculo do Patrimônio de Referência de dezembro de 2020, foi considerado o saldo das dívidas subordinadas de dezembro de 2012, totalizando R\$ 47.296

Nome do Papel / Moeda	Valor Principal (Moeda Original)	Emissão	Vencimento	Remuneração a.a.	Saldo Contábil	
					31/12/2020	31/12/2019
Letra Financeira Subordinada - BRL						
	-	2012	2020	111% do CDI	-	2
	-			IPCA + 6% a 6,17%	-	49
	6	2011	2021	109,25% a 110,5% do CDI	14	14
	2.307	2012	2022	IPCA + 5,15% a 5,83%	5.484	4.994
	20			IGPM + 4,63%	38	30
	2.333			Total	5.536	5.089
Euronotes Subordinado - USD						
	990	2010	2020	6,20%	-	4.041
	1.000	2010	2021	5,75%	5.360	4.152
	730	2011	2021	5,75% a 6,20%	3.805	2.952
	550	2012	2021	6,20%	2.858	2.218
	2.600	2012	2022	5,50% a 5,65%	13.764	10.673
	1.851	2012	2023	5,13%	9.677	7.502
	7.721			Total	35.464	31.538
Instrumentos de Dívidas Elegíveis a Capital - USD						
	740	2019	2029	4,50%	3.865	-
	740			Total	3.865	-
Instrumentos de Dívidas Elegíveis a Capital - BRL						
	50	2019	2028	CDI + 0,72%	52	-
	2.280		2029	CDI + 0,75%	2.379	-
	2.330			Total	2.431	-
Total					47.296	36.627

II - Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)

Para o cálculo dos requerimentos mínimos de capital, deve ser apurado o montante de RWA, que é obtido pela soma das seguintes parcelas:

$$RWA = RWA_{CPAD} + RWA_{MINT} + RWA_{OPAD}$$

- RWA_{CPAD} = parcela relativa às exposições ao risco de crédito, calculada segundo abordagem padronizada;
- RWA_{MINT} = parcela relativa ao capital requerido para risco de mercado, composta pelo máximo entre o modelo interno e 80% do modelo padronizado, regulamentada pelas Circulares BACEN 3.646 e 3.674;
- RWA_{OPAD} = parcela relativa ao capital requerido para o risco operacional, calculada segundo abordagem padronizada.

RWA

	31/12/2020	31/12/2019
Risco de Crédito - tratamento mediante abordagem padronizada	921.934	784.730
Risco de crédito em sentido estrito	778.153	690.474
Risco de crédito de contraparte (CCR)	45.674	31.356
Do qual: mediante abordagem padronizada para risco de crédito de contraparte (SA-CCR)	27.119	16.523
Do qual: mediante demais abordagens	18.555	14.833
Acréscimo relativo ao ajuste associado à variação do valor dos derivativos em decorrência de variação da qualidade creditícia da contraparte (CVA)	5.960	3.494
Cotas de fundos não consolidados - ativos subjacentes identificados	4.897	7.669
Cotas de fundos não consolidados - ativos subjacentes inferidos conforme regulamento do fundo	623	205
Cotas de fundos não consolidados - ativos subjacentes não identificados	716	1.133
Exposições de securitização - requerimento calculado mediante abordagem padronizada	1.506	-
Valores referentes às exposições não deduzidas no cálculo do PR	84.405	50.399
Risco de mercado	27.481	25.002
Do qual: requerimento calculado mediante abordagem padronizada (RWA_{MPAD})	34.351	28.328
Do qual: requerimento calculado mediante modelo interno (RWA_{MINT})	22.362	25.002
Risco operacional	92.792	81.568
Total	1.042.207	891.300

III – Plano de Recuperação

Em resposta às últimas crises internacionais, o Banco Central publicou a Resolução nº 4.502, que requer o desenvolvimento de um Plano de Recuperação pelas instituições financeiras enquadradas no Segmento 1, cuja exposição total em relação ao PIB seja superior a 10%. Este plano tem como objetivo restabelecer níveis adequados de capital e liquidez, acima dos limites operacionais regulatórios, diante de choques severos de estresse de natureza sistêmica ou idiossincrática. Desta maneira, cada instituição conseguiria preservar sua viabilidade financeira, ao mesmo tempo em que mitiga o impacto no Sistema Financeiro Nacional.

IV - Teste de Estresse

O teste de estresse é um processo de simulação de condições econômicas e de mercado extremas nos resultados, liquidez e capital do ITAÚ UNIBANCO HOLDING. A instituição realiza este teste com o objetivo de avaliar a sua solvência em cenários plausíveis de crise, bem como de identificar áreas mais suscetíveis ao impacto do estresse que possam ser objeto de mitigação de risco.

A estimação das variáveis macroeconômicas para cada cenário de estresse é realizada pela área de pesquisa econômica. A elaboração dos cenários de estresse considera a análise qualitativa da conjuntura brasileira e mundial, elementos históricos e hipotéticos, riscos de curto e de longo prazo entre outros aspectos, conforme definido na Resolução CMN 4.557.

Neste processo, são avaliados os principais riscos potenciais para a economia com base no julgamento da equipe de economistas do banco, referendados pelo Economista Chefe do ITAÚ UNIBANCO HOLDING e com aprovação em Conselho de Administração. As projeções das variáveis macroeconômicas (como por exemplo, PIB, taxa básica de juros, taxas de câmbio e inflação) e do mercado de crédito (como captações, concessões, taxas de inadimplência, spread e tarifas) são geradas a partir de choques exógenos ou através de modelos validados por uma área independente.

Em seguida, os cenários de estresse adotados são utilizados para sensibilizar o resultado e o balanço orçados. Além da metodologia de análise de cenários, também são empregadas análises de sensibilidade e Teste de Estresse Reverso.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza as simulações para a gestão de riscos de seu portfólio, considerando Brasil (segregado em atacado e varejo) e Unidades Externas, dos quais decorrem os ativos ponderados ao risco e os índices de capital e de liquidez em cada cenário.

O teste de estresse é parte integrante do ICAAP, com o principal objetivo de avaliar se, mesmo em situações severamente adversas, a instituição teria níveis adequados de capital e liquidez, não impactando a sustentabilidade de suas atividades.

As informações geradas permitem a identificação de potenciais ofensores aos negócios, subsidiando decisões estratégicas do Conselho de Administração, os processos orçamentários e de gerenciamento de riscos, além de servirem de insumos para métricas de apetite de risco da instituição.

V – Razão de Alavancagem

A Razão de Alavancagem é definida como a razão entre Capital de Nível I e Exposição Total, calculada nos termos da Circular 3.748, de 27 de fevereiro de 2015, do BACEN. O objetivo da razão é ser uma medida simples de alavancagem não sensível a risco, logo não leva em consideração fatores de ponderação de risco ou mitigações. Conforme instruções dadas pela Carta-Circular 3.706, de 05 de maio de 2015, do BACEN, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING envia mensalmente ao BACEN a Razão de Alavancagem, cujo requerimento mínimo é de 3%.

d) Gerenciamento de Riscos de Seguros e Previdência Privada

I - Estrutura de Gerenciamento, papéis e responsabilidades

Em linha com as boas práticas nacionais e internacionais o ITAÚ UNIBANCO HOLDING possui estrutura de gerenciamento de riscos que garante que os riscos oriundos dos produtos de seguro e previdência privada sejam adequadamente monitorados e reportados aos fóruns pertinentes. O processo de gerenciamento desses riscos é independente e foca nas especificidades de cada risco.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING dispõe de comitês específicos, cuja atribuição é definir a administração dos recursos provenientes das Provisões Técnicas de Seguros e Previdência Privada, estabelecer diretrizes para administração destes recursos com objetivo de rentabilidade a longo prazo e definir modelos de avaliações, limites de risco e estratégias de alocação de recursos em ativos financeiros definidos. Tais fóruns são integrados não apenas por executivos e pelos responsáveis diretos pelo processo de gestão do negócio, mas igualmente por profissionais com funções de direção ou coordenação das áreas financeiras.

II - Riscos das Operações de Seguros e Previdência Privada

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING oferta seus produtos aos clientes por meio de estrutura *bancassurance* ou distribuição direta. Os produtos de seguros de vida, acidentes pessoais, prestamistas e riscos diversos são majoritariamente distribuídos pela operação *bancassurance*.

Os seguros de vida e previdência são produtos, em geral, de média ou longa duração e os principais riscos envolvidos no negócio podem ser classificados como risco biométrico, financeiro e comportamental.

- Risco biométrico refere-se a: i) aumento acima do esperado nas expectativas de longevidade em produtos com cobertura por sobrevivência (previdência, em sua maioria); e ii) queda acima do esperado nas expectativas de mortalidade em produtos com cobertura por morte (seguros de vida, em sua maioria).
- Risco financeiro: está intrínseco ao risco de subscrição dos produtos que oferecem uma garantia financeira predefinida em contrato, sendo esse risco considerado como risco de seguro.
- Risco comportamental refere-se ao aumento acima do esperado nas taxas de conversão em renda, resultando em aumento nas despesas com pagamento de benefícios de aposentadoria.

As estimativas das premissas atuariais são baseadas na análise histórica do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, em *benchmarks* de mercado e na experiência do atuário.

a) Efeito das mudanças nas premissas atuariais

Para mensurar o efeito de mudanças nas principais premissas atuariais, foram realizados testes de sensibilidade nos valores das estimativas correntes dos fluxos de caixa das obrigações futuras. A análise de sensibilidade considera uma visão dos impactos de como a alteração de premissas poderia afetar o resultado e o patrimônio líquido na data do balanço. Este tipo de análise comumente se dá na condição *ceteris paribus*, onde se mede a sensibilidade de um sistema quando se altera uma variável de interesse mantidas inalteradas todas as outras. Os resultados encontrados estão evidenciados no quadro a seguir:

Teste de Sensibilidade	Impacto no Resultado e Patrimônio Líquido ⁽¹⁾			
	31/12/2020		31/12/2019	
	Previdência Privada	Seguros	Previdência Privada	Seguros
Taxa de Mortalidade				
Acréscimo de 5%	56	2	25	-
Decréscimo de 5%	(59)	(2)	(37)	(1)
Taxa de Juros Livre de Risco				
Acréscimo de 0,1%	98	10	61	12
Decréscimo de 0,1%	(100)	(11)	(63)	(12)
Taxas de Conversão em Renda				
Acréscimo de 5%	(9)	-	20	-
Decréscimo de 5%	9	-	(21)	-
Sinistros				
Acréscimo de 5%	-	(52)	-	(47)
Decréscimo de 5%	-	52	-	47

(1) Valores líquidos dos efeitos tributários.

b) Concentração de Riscos

Para o ITAÚ UNIBANCO HOLDING não há concentração de produtos em relação aos prêmios de seguros, reduzindo o risco de concentração em produtos e canais de distribuição.

	01/01 a 31/12/2020			01/01 a 31/12/2019			01/01 a 31/12/2018		
	Prêmios de Seguros	Prêmio Retido	Retenção (%)	Prêmios de Seguros	Prêmio Retido	Retenção (%)	Prêmios de Seguros	Prêmio Retido	Retenção (%)
Pessoas									
Acidentes Pessoais Coletivo	849	847	99,8	867	867	100,0	690	689	99,9
Acidentes Pessoais Individual	192	187	97,3	222	222	100,0	275	280	101,8
Prestamista	624	624	100,0	948	946	99,8	881	879	99,8
Vida em Grupo	956	955	99,9	948	947	99,9	934	937	100,3

III) Risco de Mercado, Liquidez e Crédito

a) Risco de Mercado

As análises do risco de mercado, em relação às operações de seguros, são realizadas com base nas seguintes métricas e medidas de sensibilidade e de controle de perdas: Valor em Risco (*VaR – Value at Risk*), Perdas em Cenários de Estresse (Teste de Estresse), Sensibilidade (*DV01 – Delta Variation*) e Concentração. Na tabela, apresenta-se a análise de sensibilidade (*DV01*) em relação às operações de seguros, que demonstra o impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa quando submetidos a um aumento de 1 ponto-base nas taxas de juros atuais ou taxa do indexador e 1 ponto percentual no preço de ações e moedas.

Classe	31/12/2020		31/12/2019	
	Saldo Contábil	DV01	Saldo Contábil	DV01
Título Público				
Notas do Tesouro Nacional (NTN-C)	7.025	(3,11)	5.495	(2,57)
Notas do Tesouro Nacional (NTN-B)	5.215	(5,42)	8.675	(9,42)
Notas do Tesouro Nacional (NTN-F)	134	(0,08)	-	-
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	2.098	(0,31)	-	-
Títulos públicos do Chile (BTU)	-	-	152	(0,04)
Título Privado				
Indexado a IPCA	22	(0,01)	83	(0,01)
Indexado a PRE	85	-	142	(0,01)
Indexado a CLP	-	-	79	-
Indexado a CLF	-	-	6	-
Ações	1.320	13	6	-
Ativos Pós-Fixados	2.414	-	2.297	-
Compromissadas Over	697	-	777	-
Total	19.010		17.712	

b) Risco de Liquidez

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING identifica o risco de liquidez como o risco de escassez de recursos líquidos, disponíveis para honrar suas obrigações correntes num determinado momento. O gerenciamento do risco de liquidez para as operações de seguros é feito de forma contínua, a partir do monitoramento do fluxo de pagamentos relativo aos seus passivos, vis a vis o fluxo de recebimentos gerado pelas suas operações e pela carteira de ativos financeiros.

Os ativos financeiros são gerenciados com o objetivo de otimizar a relação entre o risco e o retorno dos investimentos, levando em conta, de forma parcimoniosa, as características dos seus passivos. O controle integrado de risco, leva em conta os limites de concentração por emissor e risco de crédito, as sensibilidades e limites de risco de mercado e o controle de risco de liquidez dos ativos. Dessa forma, os investimentos são concentrados em títulos públicos e privados com boa qualidade de crédito em mercados ativos e líquidos, mantendo montante considerável investido em ativos de curto prazo, com liquidez imediata, para fazer frente às necessidades regulares e contingenciais de liquidez. Além disso, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING efetua um constante monitoramento das condições de solvência de suas operações de seguros.

Passivo	Ativo	31/12/2020			31/12/2019		
		Valor do Passivo ⁽¹⁾	DU do Passivo ⁽²⁾	DU do Ativo ⁽²⁾	Valor do Passivo ⁽¹⁾	DU do Passivo ⁽²⁾	DU do Ativo ⁽²⁾
Operações de Seguros	Ativo Garantidor						
Prêmios não Ganhos	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB, LF e Debêntures	2.298	57,8	19,1	2.343	59,1	22,9
IBNR, PDR e PSL	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB, LF e Debêntures	838	50,9	27,2	876	49,9	29,0
Resgates e Outros Valores a Regularizar	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB, LF e Debêntures	16	16,3	18,3	13	7,9	22,9
Matemática de Benefícios a Conceder e Concedidos	LFT, Compromissadas, NTN-B, NTN-C, Debêntures	17	172,6	24,0	204	16,9	2,6
Excedente Financeiro	LFT, Compromissadas, NTN-B, NTN-C, CDB, LF e Debêntures	2	204,1	18,3	2	222,4	22,9
Outras Provisões	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB, LF e Debêntures	132	7,0	96,4	250	6,9	104,5
Subtotal	Subtotal	3.303			3.688		
Operações de Previdência, VGBL e Vida Individual							
Despesas Relacionadas	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB, LF e Debêntures	88	109,4	81,3	89	126,2	82,6
Prêmios não Ganhos	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB e Debêntures	12	17,4	22,2	13	11,1	20,8
Sinistros Liquidar	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB e Debêntures	68	17,4	22,2	47	11,1	20,8
IBNR	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB e Debêntures	22	17,4	22,2	22	11,1	20,8
Resgates e Outros Valores a Regularizar	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB e Debêntures	332	17,4	22,2	318	11,1	20,8
Matemática de Benefícios Concedidos	LFT, Compromissadas, LTN, NTN-B, NTN-C, NTN-F, CDB, LF e Debêntures	3.278	109,4	81,4	2.781	126,2	82,8
Matemática de Benefícios a Conceder-PGBL / VGBL	LFT, Compromissadas, LTN, NTN-B, NTN-C, NTN-F, CDB, LF e Debêntures ⁽³⁾	205.670	166,5	56,2	204.394	180,6	57,0
Matemática de Benefícios a Conceder-Tradicionais	LFT, Compromissadas, NTN-B, NTN-C, Debêntures	6.268	188,5	80,9	5.099	199,8	110,1
Outras Provisões	LFT, Compromissadas, NTN-B, NTN-C, CDB, LF e Debêntures	1.304	188,4	80,9	1.273	199,7	110,1
Excedente Financeiro	LFT, Compromissadas, NTN-B, NTN-C, CDB, LF e Debêntures	655	188,5	80,9	610	199,8	110,1
Subtotal	Subtotal	217.697			214.646		
Total Reservas Técnicas	Total Ativos Garantidores	221.000			218.334		

(1) Valores Brutos de Direitos Creditórios, Depósitos Judiciais e Resseguro.

(2) DU = Duration em meses.

(3) Desconsidera as reservas de PGBL / VGBL alocadas em renda variável.

c) Risco de Crédito

I - Resseguradores

As operações de resseguro são controladas por meio de política interna, observando as determinações do regulador quanto aos resseguradores, com os quais o ITAÚ UNIBANCO HOLDING opera.

Apresenta-se a seguir a divisão dos riscos cedidos aos resseguradores pelas subsidiárias do ITAÚ UNIBANCO HOLDING:

- **Operações de Seguros:** Os prêmios emitidos de resseguros estão representados basicamente por IRB Brasil Resseguros S.A. com 59% (86% em 31/12/2019), Mapfre Re do Brasil Companhia de Resseguros com 21% e Austral Resseguradora S.A. com 20% (1% em 31/12/2019).

- **Operações de Previdência Privada:** Os prêmios emitidos de resseguros estão representados em sua totalidade por Mapfre Re do Brasil Companhia de Resseguros com 45%, Austral Resseguradora S.A. com 30% (40% em 31/12/2019), IRB Brasil Resseguros S.A. com 25% (30% em 31/12/2019) e General Reinsurance AG sem % de participação no período atual (30% em 31/12/2019).

II - Prêmios a Receber

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING considera o risco de crédito decorrente dos prêmios vencidos irrelevante, uma vez que os casos com pagamento de cobertura inadimplentes, segundo a regulamentação brasileira, podem ser cancelados.

III - Nível de risco dos ativos financeiros

O quadro abaixo apresenta a carteira dos ativos financeiros das operações de seguros, avaliados individualmente, classificados por nível de risco em:

Classificação Interna	31/12/2020					Total
	Ativos Financeiros ao Custo Amortizado		Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado (*)	Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes		
	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e no Mercado Aberto	Títulos e Valores Mobiliários				
Baixo	3.517	30.614	205.099	1.194		240.424
Médio	-	-	3	-		3
Alto	-	-	-	-		-
Total	3.517	30.614	205.102	1.194		240.427
%	1,5	12,7	85,3	0,5		100,0

(*) Inclui derivativos no montante de R\$ 1.336

Classificação Interna	31/12/2019					Total
	Ativos Financeiros ao Custo Amortizado		Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado (*)	Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes		
	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e no Mercado Aberto	Títulos e Valores Mobiliários				
Baixo	3.027	31.342	197.940	-		232.309
Médio	-	-	2	-		2
Alto	-	-	-	-		-
Total	3.027	31.342	197.942	-		232.311
%	1,3	13,5	85,2	-		100,0

(*) Inclui derivativos no montante de R\$ 960.

Nota 33 – Informações Suplementares

a) Combate aos efeitos da COVID-19 “Coronavírus”

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING monitora os efeitos econômicos da pandemia da COVID-19 no Brasil e nos demais países em que atua, que podem afetar adversamente seus resultados. Desde o início do surto da COVID-19 no Brasil, foi estruturado o Comitê de Gestão de Crise Institucional. O Comitê Executivo estabeleceu uma agenda intensificada de gestão de crise responsável pelo acompanhamento da pandemia e seus impactos em suas operações, além das ações governamentais para mitigar os efeitos desta pandemia.

No Brasil foram adotadas medidas para mitigar os impactos causados pela COVID-19, ao longo do ano de 2020, pelo Governo Federal, Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (BACEN), sendo destacadas:

- i) Resolução CMN nº 4.782/20, e alterações realizadas pelas Resoluções CMN nº 4.791/20 e nº 4.856/20, que estabelecem, por tempo determinado, critérios para a caracterização das reestruturações de operações de crédito;
- ii) Resolução CMN nº 4.838/20 que regulamenta o Programa de Capital de Giro para Preservação de Empresas (CGPE);
- iii) Resolução CMN nº 4.846/20 que dispõe sobre as operações de crédito para financiamento de folha salarial realizadas, pelas instituições financeiras, no âmbito do Programa Emergencial de Suporte a Empregos (PESE);
- iv) Lei nº 13.999/20 que instituiu o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe) com objetivo de desenvolvimento e fortalecimento dos pequenos negócios;
- v) Lei nº 14.042/20 que instituiu o Programa Emergencial de Acesso a Crédito (Peac), com objetivo de facilitar o acesso ao crédito e de preservar as empresas, para a proteção de empregos e da renda. O Peac possui duas modalidades: Programa Emergencial de Acesso a Crédito na modalidade de garantia (Peac-FGI) e Programa Emergencial de Acesso a Crédito na modalidade de garantia de recebíveis (Peac-Maquinhinha); e
- vi) Circular BACEN nº 3.990/20 e alterações realizadas pela Circular BACEN nº 3.992/20 que possibilita a realização de operações compromissadas em moeda estrangeira pelo BACEN.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING identificou os seguintes impactos em seus resultados, bem como efeitos nas estimativas e julgamentos críticos para a elaboração das Demonstrações Contábeis Consolidadas:

- (a) aumento em operações de empréstimo e financiamento, em especial para micro, pequenas e médias empresas devido às medidas adotadas para mitigação dos impactos da COVID-19 pelas autoridades com a criação de programas como PESE, Pronampe, Peac-FGI e CGPE no montante de R\$ 24.169. Através do monitoramento tempestivo dos padrões de comportamento e qualidade de crédito dos clientes, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING manteve o funcionamento normal de suas operações, apesar das condições adversas, e auxiliou os clientes na busca sustentável por seu reequilíbrio financeiro;
- (b) com o objetivo de tratar de forma estruturada o endividamento e dar fôlego financeiro aos clientes, foram estabelecidas iniciativas que possibilitaram a extensão de carências, prazos e melhores condições de taxa de juros para clientes PF e Micro e Pequenas Empresas. Em março de 2020, foi estabelecido o Programa 60+, que entre outras medidas, possibilitava a carência de 60 dias para contratos adimplentes e em meados de abril o Programa Travessia. O Travessia possibilitou a extensão de carências entre 120 e 180 dias e prazos das operações entre 5 e 6 anos respectivamente para clientes PF e Micro e Pequenas empresas, em melhores condições de taxa de juros;
- (c) incremento de 28,05% nos pedidos de renegociação e prorrogação de prazos para as operações de crédito na medida em que a situação econômica se alterou;
- (d) a provisão para créditos de liquidação duvidosa foi incrementada em R\$ 4.194 em função do nível de risco e atraso, devido à alteração das perspectivas financeiras dos clientes e deterioração visível de variáveis macroeconômicas. Para reflexo total do risco de suas operações de crédito, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING adota o modelo de perda esperada para provisionamento das operações desde o momento da concessão e é atualizado periodicamente em função das variáveis macroeconômicas e circunstâncias do cliente, sendo acrescida ao modelo em 2020, em razão da pandemia, uma ponderação nos cenários econômicos. Em dezembro de 2020, o nível de cobertura de provisões da carteira de crédito do ITAÚ UNIBANCO HOLDING representava 255% ante 187% do mesmo período de 2019. Especificamente para perda esperada de operações que não apresentaram qualquer sinalização de deterioração até o momento (atraso ou redução de *rating* do cliente), o provisionamento apresentou

aumento de 28,8% em 12 meses. A governança de risco de crédito permitiu ao ITAÚ UNIBANCO HOLDING rápida resposta para o acompanhamento dos impactos decorrentes da pandemia da COVID-19 em sua carteira de crédito, possibilitando acesso rápido às informações necessárias para discussões e ações dos fóruns diários de gestão de crises;

- (e) o componente de marcação a mercado da carteira de títulos e valores mobiliários reduziu para -1,3% no primeiro trimestre de 2020, sendo uma parte decorrente de oscilações de taxas e da alta volatilidade dos preços nos mercados no início da pandemia, influenciando na mensuração dos itens avaliados à valor justo nos seus diversos níveis;
- (f) devido à pandemia da COVID-19 observou-se uma instabilidade no mercado de renda variável, ocasionando uma migração para instrumentos de renda fixa com liquidez. Este movimento resultou no aumento da carteira de Certificados de Depósito Bancário (CDB). Adicionalmente, houve impactos em captações com incremento também nos depósitos. Com o intuito de mitigação do risco de liquidez do sistema, o BACEN disponibilizou às instituições financeiras linhas de crédito por meio de operações compromissadas em moeda estrangeira e compra de letras financeiras com garantia, sendo contratadas operações no montante total de R\$ 30.547;
- (g) aumento no reconhecimento de imposto de renda e contribuição social diferido em razão do maior volume de diferenças temporárias dedutíveis registradas no período. A pandemia reduziu as projeções de lucro tributável, entretanto, não foi responsável pela geração de prejuízo fiscal e base negativa no ITAÚ UNIBANCO HOLDING; e
- (h) aumento nas despesas com sinistros relativos a COVID-19 de R\$ 104, principalmente relacionado aos seguros de vida e prestamista.

Houve redução no quadro de atendimento presencial e aumento do espaçamento entre as pessoas nas centrais de atendimento para diminuir a circulação de pessoas e as possibilidades de contágio. Reduziu-se a média de circulação de pessoas nos polos administrativos, que passaram a trabalhar remotamente. Aproximadamente 97% dos colaboradores da administração central, centrais de atendimento e agências digitais estão em *home office*. Cabe destacar que apesar das medidas mencionadas, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING mantém suas atividades operacionais.

De forma a reduzir os efeitos da crise e assegurar a saúde e a segurança dos colaboradores, incentivou-se a autodeclaração dos colaboradores que se consideram no grupo de risco e aqueles que não podem trabalhar de forma remota foram colocados em férias. Com objetivo de apoiar aqueles que eventualmente tenham despesas extras em razão da atual crise, antecipou-se integralmente o 13º salário. Adicionalmente, estabeleceu-se um processo de comunicação e transparência com os colaboradores por meio de e-mails, portal interno de colaboradores e vídeos periódicos feitos pelo nosso Presidente e CEO comunicando novidades referentes à COVID-19. Nas agências, foram entregues máscaras para todos os colaboradores que fazem atendimento, implementou-se proteções de acrílico e foram revisados os protocolos de limpeza.

A adaptação do ITAÚ UNIBANCO HOLDING na crise é resultado não apenas dos investimentos em tecnologia, que permite essas interações virtuais, mas também dos investimentos em flexibilidade no ambiente de trabalho, como o *home office*, as comunidades integradas entre diferentes áreas do banco e novos *layouts* nos centros administrativos que promovem a mobilidade dos colaboradores.

Em 2020, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING criou a iniciativa “Todos pela Saúde” a partir da doação de R\$ 1 bilhão, com objetivo de combater o novo Coronavírus e seus efeitos sobre a sociedade brasileira. A atuação da “Todos pela Saúde” é realizada por meio de quatro eixos: Informar, Proteger, Cuidar e Retomar.

Nota 34 – Evento subsequente

Emissão de Notas Subordinadas Nível 2

Em 12 de janeiro de 2021, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING precificou a emissão de notas subordinadas Nível 2, emitidas em 15 de janeiro, com vencimento em dez anos e três meses, no montante de US\$ 500 milhões à taxa fixa de 3,875%, válida por cinco anos e três meses da data de emissão. A partir dessa data, inclusive, a taxa de juros será recalculada por mais cinco anos com base na taxa de juros de títulos emitidos pelo Tesouro dos Estados Unidos da América para o mesmo período.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING poderá recomprar as Notas a partir do 5º ano até o 5º ano e 3 meses da data de emissão, estando sujeita à aprovação do BACEN.

Será solicitada a aprovação do BACEN para que as Notas componham o Capital Complementar do Patrimônio de Referência do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, incrementando, assim, em 0,25 p.p. seu Índice de Basileia, considerando a taxa de câmbio do dia 08 de janeiro com cotação de R\$ 5,37.

A Emissão não está sujeita às regras de registro junto à “*Securities Exchange Commission*” (SEC) norte americana, bem como não está sujeita ao registro, no Brasil, junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), conforme legislação e regulamentação aplicáveis.

As Notas foram oferecidas somente a investidores institucionais qualificados e a investidores não- americanos fora do território dos Estados Unidos da América.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING utilizará os recursos captados pelas Notas para financiar ou refinar projetos verdes, sociais e/ou sustentáveis.

Reorganização Societária XP INC

Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 31 de janeiro de 2021 foi deliberada a reorganização societária com vistas à segregação da linha de negócio referente a participação no capital da XP INC para uma nova sociedade que será denominada XPart S.A. A XPart S.A. será constituída pela parcela do investimento na XP INC e pelo montante em dinheiro correspondente a R\$ 10, e está condicionada à obtenção pelos controladores de manifestação favorável da autoridade regulatória para a concretização da operação. O percentual do capital da XP INC a ser detido pela XPart S.A. será de 40,52%, totalizando R\$ 9.371, na data base de 31 de dezembro de 2020.

Os acionistas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING passarão a deter, também, participação acionária na XPart S.A., com a concretização da operação. Após o registro de companhia aberta e a autorização de listagem dos valores mobiliários de emissão da XPart S.A., será distribuída a participação acionária na XPart S.A. aos acionistas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING. As ações emitidas pela XPart S.A. serão atribuídas aos acionistas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING na mesma quantidade, espécie e proporção das ações por eles detidas anteriormente no ITAÚ UNIBANCO HOLDING.